



UFRJ

A ATUAÇÃO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL NO FINAL DO
SÉCULO XX E SUA RELAÇÃO COM O "IMPULSO DESESTABILIZADOR DA
HIPER-POTÊNCIA" E A "RESTAURAÇÃO DE UM PODER DE CLASSE"

Leonardo de Amorim Thury

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Antônio Celso Alves Pereira

Rio de Janeiro
Janeiro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A ATUAÇÃO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XX E
SUA RELAÇÃO COM O “IMPULSO DESESTABILIZADOR DA HIPER-POTÊNCIA” E A
“RESTAURAÇÃO DE UM PODER DE CLASSE”

Leonardo de Amorim Thury

Orientador: Antônio Celso Alves Pereira

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do
Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título
de Mestre em Ciência Política.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Antônio Celso Alves Pereira

Prof. Luiz Henrique Nunes Bahia

Prof. Aluizio Alves Filho

Rio de Janeiro
Janeiro de 2008

Thury, Leonardo de Amorim.

A atuação do Fundo Monetário Internacional no final do século XX e sua relação com o “impulso desestabilizador da hiper-potência” e a “restauração de um poder de classe”/ Leonardo de Amorim Thury - Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

xii 273f.: il.; 31 cm.

Orientador: Leonardo de Amorim Thury

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2008.

Referências Bibliográficas: f. 269-273.

1. Fundo Monetário Internacional. 2. Crises econômicas internacionais. 3. Complexo Estado/sociedade. 4. Impulso desestabilizador. 5. Restauração de um poder de classe. I. Pereira, Antônio Celso Alves. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciência Política. III. A atuação do Fundo Monetário Internacional no final do século XX e sua relação com o “impulso desestabilizador da hiper-potência” e a “restauração de um poder de classe”.

RESUMO

A ATUAÇÃO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XX E SUA RELAÇÃO COM O “IMPULSO DESESTABILIZADOR DA HIPER-POTÊNCIA” E A “RESTAURAÇÃO DE UM PODER DE CLASSE”

Leonardo de Amorim Thury

Orientador: Antônio Celso Alves Pereira

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

O objeto de análise da dissertação é a atuação do Fundo Monetário Internacional – FMI – nos seguintes momentos históricos: (1) a partir da década de 1970, os “pontos críticos” de transição do “keynesianismo” para o “neoliberalismo” no Reino Unido (1976) e na França (1981-1983), segundo a análise de Eric Helleiner; (2) na década de 1980, a crise da dívida externa latino-americana a partir de 1982 (estudo de caso do Brasil); (3) e na década de 1990, a crise financeira do Sudeste e Leste asiático a partir de 1997 (estudo de caso da Tailândia e da Coreia do Sul). A análise volta-se para a atuação do Fundo e sua possível relação com interesses da política externa dos Estados Unidos e de classes de alcance internacional, detentoras de grande poder político e econômico, tanto em países do centro do capitalismo como em países “em desenvolvimento”. Para tanto, a análise tomará como base a teoria crítica de Robert Cox nas relações internacionais que: (1) utiliza o “complexo Estado/sociedade” como unidade básica de análise; (2) apresenta o mecanismo da “internacionalização do Estado” (dos Estados Unidos), no final do século XX, como mecanismo de manutenção de sua hegemonia; e (3) estuda a atuação dos diversos atores internacionais inseridos no modelo das “estruturas históricas” (composta das “três categorias de força” na esfera internacional: idéias, instituições e capacidade material; que atuam nos “três níveis de estruturas”: forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais). A análise é complementada com: o conceito de “sistema imperial” de James Petras; e a associação da atuação do FMI com o “impulso desestabilizador da hiper-potência”, segundo José Luís Fiori, e a “restauração de um poder de classe” segundo David Harvey.

Palavras-chave: Fundo Monetário Internacional, crises econômicas internacionais, complexo Estado/sociedade, impulso desestabilizador, restauração de um poder de classe.

Rio de Janeiro

Janeiro de 2008

ABSTRACTTHE INTERNATIONAL MONETARY FUND ACTING IN THE END OF TWENTY CENTURY
AND ITS RELATION WITH THE “DESESTABILIZATION IMPULSE OF THE UNITED
STATES SUPERPOWER” AND THE “RESTORATION OF CLASS POWER”

Leonardo de Amorim Thury

Orientador: Antônio Celso Alves Pereira

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

The dissertation subject analysis is the International Monetary Fund – IMF – acting in the followings historical moments: (1) from the 1970 decade, the transition “turning points” from “Keynesianism” to “neoliberalism” in United Kingdom (1976) and in France (1981-1983), according to the analysis of Eric Helleiner; (2) in 1980 decade, the external debt crisis of Latin America from 1982 (Brazil’s case); (3) in 1990 decade, the financial crisis in Southeast and East Asian countries from 1997 (Thailand a South Korean’s cases). The analysis focus on IMF acting and its possible relation with interests of United States external policy and interests of international classes, which possess a big political and economic power, and are located in developed industrial countries and also in countries of periphery. For such, the analysis will be based on the critical theory in international relations of Robert Cox which: (1) use the “state/society complex” as the basic unit of analysis; (2) presents the mechanism of the “internalization of the state” (of United States), in the end of twenty century, as a mechanism of United States hegemony maintenance; and (3) study the acting of many international actors inside the “historical structures” model (composed of “three categories of forces” in international sphere: ideas, institutions and material capabilities; that act on the “three levels of structure”: social forces, forms of state and world orders). The analysis is complemented with: the concept of “imperial system” of James Petras; and the association of IMF acting with the “desestabilization impulse of United States superpower”, according to José Luís Fiori, and the “restoration of class power” according to David Harvey.

Key words: *International Monetary Fund, international economic crisis, state/society complex, desestabilization impulse, restoration of class power.*

Rio de Janeiro

Janeiro de 2008

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a toda a minha família pelo suporte e ajuda em todos os momentos ao longo da elaboração da dissertação. Meus valiosíssimos: pai Pery e mãe Alda, minha tia Gardênia, meu irmão-amigo Marcos, e minhas irmãs-amigas Cristiane e Daniela; meu cunhado João Henrique Nascimento e meus sobrinhos: Clara e Arthur. Valor inestimável foi o suporte que recebi nos momentos mais difíceis relativos ao processo de finalização da dissertação, cujos prazos puderam ser cumpridos graças a esse enorme apoio dos meus familiares.

Aos meus grandes amigos e parceiros de caminhada: meu irmão de sangue Marcos Alexandre de Amorim Thury, Marcus Wagner de Seixas, Marcelo Báfica Coelho e Gustavo Levy de Andrade. E aos meus amigos da graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, que tornaram a faculdade ainda mais rica e gratificante: Jorge Antônio Ferreira Correia, Alexandre Catharina, Alexandre *"Delaveiga Baudrillard"*, Rodrigo Torres, Jefferson da Costa Soares e André Luiz Coelho Farias.

A todos os professores que contribuíram na minha formação como cientista social, com destaque para: na Antropologia, José Reginaldo Santos Gonçalves e Emerson Giumbelli; e na Ciência Política, Ana Marina Madureira e José de Brito Roque.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro –FAPERJ– pela bolsa de mestrado que viabilizou a realização da pesquisa e permitiu uma dedicação exclusiva na elaboração da dissertação. Com destaque a Wander Siqueira, como quadro da FAPERJ e mestrando do PPGCP, pela atenção e cordialidade com que ajudou em todo o processo relativo à bolsa.

À turma de mestrado do PPGCP de 2006: Cristina, Bruno, Nathália, Salvatore e Felipe; que propiciou um período muitíssimo agradável de descontração e camaradagem. E novamente, à André Luiz Coelho, da turma de 2005, que me ajudou bastante compartilhando com dicas e sugestões, desde a prova de seleção até o decorrer de todo o curso.

A todos os professores que contribuíram na minha formação no mestrado: Charles Pessanha, Nelson Rojas, Isabel de Assis (pelo curso de Teoria Política Moderna e por importantes informações compartilhadas após o curso), José Luís Fiori (que disponibilizou livros e textos que foram de grande importância para a execução da dissertação) e Liana Cardoso (que deu dicas muito importantes que foram utilizadas na estruturação da dissertação). Gostaria de destacar meus agradecimentos à professora Ingrid Sarti que, como coordenadora do PPGCP, foi

extremamente atenciosa no auxílio e na execução de todos os processos relativos ao mestrado. À professora Maria Lúcia Maciel pela disciplina Seminário de Pesquisa que forneceu instrumentos metodológicos fundamentais para a realização da dissertação e para minha formação acadêmica. Ao professor Franklin Trein pela disciplina Integração Européia, oferecida no mestrado do PPGCP, e pela ajuda no processo de pesquisa relativo à Europa durante o primeiro ano do mestrado.

Ao professor Luiz Henrique Nunes Bahia por ter aceitado participar da banca de qualificação e ter contribuído com importantíssimas observações a respeito do projeto de pesquisa então em andamento, dando o direcionamento final para o processo de elaboração da dissertação. Além de ter aceitado participar da banca de defesa de dissertação realizada em janeiro de 2008.

Ao mestre Aluizio Alves Filho —intelectual de valor inestimável— por ter contribuído na minha formação como cientista político durante a graduação em Ciências Sociais e no mestrado no PPGCP, e por ter aceitado participar da banca de defesa de dissertação, contribuindo com inúmeras observações e análises importantíssimas para o aprimoramento da sua versão final.

Expresso um agradecimento muito especial ao mestrando do PPGCP, Gustavo Granado, cuja parceria e amizade foram de valor incalculável para a superação de todas as dificuldades e desafios que surgiram ao longo do mestrado e cuja parceria tornou os momentos de produção intelectual e trocas de idéias inúmeras vezes mais gratificantes e enriquecedores.

E finalmente, meu agradecimento ao meu orientador e mestre Antônio Celso Alves Pereira por ter sido uma fonte de inspiração para o ingresso no universo da pesquisa nas Relações Internacionais —desde a graduação em Ciências Sociais até o mestrado em Ciência Política. Serei sempre grato por ter tido Antônio Celso Alves Pereira como meu orientador. Não caberia aqui toda minha gratidão e admiração em relação à sua pessoa.

À minha Família,

Por tudo ... e mais um pouco.

Aos meus Mestres, de todas as esferas,

Por tudo ... e mais um pouco.

LISTA DE SIGLAS

- AES** – Estratégia econômica alternativa (do inglês *Alternative Economic Strategy*).
- ALCA** - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (em inglês: NAFTA – North America Free Trade Área)
- Bis** – Banco para pagamentos internacionais (do inglês *Bank for International Settlement*)
- Bird** – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- CEA** - Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca (do inglês Council Economic Advisors)
- CEO** – Chief Executive Office
- DES** – Direitos Especiais de Saque (em inglês SDRs - *Special Drawing Rights*)
- Fed** – o Banco Central norte-americano (abreviação do inglês, *Federal Reserve*).
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GATT** – Acordo Geral para Tarifas e Comércio (do inglês: General Agreement for Tarifs and Trade)
- G-7** – Grupo dos sete países mais industrializados
- G-7D** – Suplentes do G-7
- IED** – Investimento Externo Direto
- LDC** – Países Menos Desenvolvidos (do inglês Less Developed Countries)
- MNA** – Movimento dos Países Não-alinhados
- OCDE** – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- Opep** – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- Otan** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PATCO** – Sindicato dos controladores aéreos norte americanos.
- PDR** – Departamento de Análise e Desenvolvimento de Políticas (do inglês Policy Department Research)
- SEA 3** – South East Asian 3 (Refere-se aos três países do Sudeste asiático: Tailândia, Indonésia e Malásia)
- Unctad** – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (do inglês United Nations Conference for Trade and Development)

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1. O Fundo Monetário Internacional, a teoria crítica de Robert Cox, o “impulso desestabilizador da hiper-potência” segundo José Luís Fiori e a “restauração de um poder de classe” segundo David Harvey	9
A teoria crítica de Robert Cox e o método das “estruturas históricas”	
O “impulso desestabilizador da hiper-potência” segundo José Luís Fiori	
A política externa norte-americana de diminuição do poder de barganha dos Estados rivais e da classe trabalhadora segundo Franklin Serrano	
A restauração de um poder de classe segundo David Harvey (perspectiva de classe)	
O impulso desestabilizador das classes governantes, segundo David Harvey, e sua relação com a “restauração de um poder de classe”	
A “retomada da hegemonia norte-americana” segundo Maria da Conceição Tavares (perspectiva do <i>hegemon</i>)	
As diversas visões a respeito do Fundo Monetário Internacional	
Capítulo 2. Aspectos políticos, ideológicos e econômicos do Fundo Monetário Internacional e a atuação dos mercados financeiros	67
A falta de transparência no processo decisório do FMI	
A hierarquia do Fundo Monetário Internacional	
A hierarquia acima do Fundo Monetário Internacional: o “Alto Comando”, o G-7 e o G-7D	
O FMI e a defesa intransigente dos princípios liberalizantes: retórica neoliberal <i>versus</i> prática neoliberal	
Os “pacotes de socorro” do FMI e sua relação com o “impulso desestabilizador” e a restauração de um poder de classe	
As funções das crises	

O FMI e o “impulso desestabilizador” dos mercados financeiros

Capítulo 3. A atuação do Fundo Monetário Internacional no Reino Unido em 1976 e o estudo de caso da França de 1981 a 1984 **108**

Os acordos de Bretton Woods e os “30 anos gloriosos” do capitalismo: de 1945 até a década de 1970

A crise do sistema de Bretton Woods e a transição para o “neoliberalismo” – aspectos econômicos

A crise do sistema de Bretton Woods e a transição para o “neoliberalismo” – aspectos políticos

A atuação do FMI no “ponto crítico” de transição do “keynesianismo” para o “neoliberalismo” no Reino Unido em 1976

O “ponto crítico” de transição do “keynesianismo” para o “neoliberalismo” na França no período 1981-1983

Capítulo 4. A atuação do FMI na renegociação da crise da dívida externa latino-americana a partir de 1982 **139**

A retomada da hegemonia norte-americana na virada dos anos 1980

A primeira fase da crise da dívida externa latino-americana: a reciclagem dos petrodólares pela América Latina e o aumento do endividamento externo

A segunda fase da crise da dívida externa latino-americana: o aumento da taxa de juros norte-americana a partir de 1979

A terceira fase da crise da dívida externa latino-americana: a crise em andamento e a atuação do FMI no processo de renegociação

A conclusão das negociações do Plano Brady no Brasil e o Plano Real

Capítulo 5. Antecedentes da crise asiática nos anos 1990 **172**

Os “milagres asiáticos” e os “desenvolvimentos a convite” a partir do pós-Segunda Guerra Mundial

O fim da cooperação dos Estados Unidos com o “bloco asiático” a partir de 1985

As causas dos “milagres asiáticos” e da origem da crise asiática: as principais correntes

A primeira fase da crise asiática: o aumento da liquidez internacional

A segunda fase da crise asiática: a valorização do dólar a partir de 1995 e o processo de desregulação e liberalização financeira dos países do “bloco asiático”

Capítulo 6. A atuação do FMI na crise financeira na Tailândia e na Coreia do Sul **200**

A terceira fase da crise asiática: a crise em andamento e o papel do FMI e dos Estados Unidos

A terceira fase da crise asiática: a crise em andamento e o estudo de caso da atuação do FMI na Tailândia

A terceira fase da crise asiática: a crise em andamento e o estudo de caso da atuação do FMI na Coreia do Sul

Conclusão **255**

Referências bibliográficas **269**

Introdução

O objeto de análise da dissertação é a atuação do Fundo Monetário Internacional – FMI, em três momentos históricos ocorridos em cinco países: Reino Unido, França, Brasil (e aspectos da América Latina como um todo), Tailândia e Coreia do Sul (e aspectos do “bloco asiático” como um todo).

O primeiro momento se inicia nos anos 1970, no “ponto crítico” de transição do “keynesianismo” para o “neoliberalismo” no Reino Unido em 1976; juntamente com o estudo de caso do “ponto crítico” de transição na França, no período de 1981-1983, que não conta com a atuação do FMI, mas que será de grande importância para a pesquisa. Essa análise tem como base a pesquisa de Eric Helleiner organizada na obra *States and the reemergence of global finance – from Bretton Woods to the 1990s*.

No segundo momento, a atuação do FMI é analisada durante o processo de renegociação da dívida externa latino-americana, a partir de agosto de 1982, após a declaração da moratória do México. Apesar de tratar da América Latina como um todo, o foco central de estudo é o caso do Brasil, que vai desde o início dos anos 1980 até o ano de 1994, ano em que uma das etapas do processo de renegociação da dívida externa, o Plano Brady, havia sido concluída, coincidindo com o ano de implementação de um plano de estabilização no país, o Plano Real. Período em que a comunidade financeira internacional e a burocracia norte-americana, cujo posicionamento em relação à América Latina –expressos no chamado “Consenso de Washington”– estavam apoiando planos de estabilização em diversos países do mundo.

O terceiro momento histórico é durante a crise asiática, agravada a partir de julho de 1997, após o aumento da fuga de capitais na Tailândia e conseqüente desvalorização da moeda nacional desse país, o *baht*. O estudo se concentra na atuação do FMI nesse país, o primeiro afetado pela crise, seguido do estudo de caso

da Coreia do Sul, um dos quatro “Tigres Asiáticos” (ao lado de Taiwan, Hong Kong e Cingapura).

A análise volta-se para a atuação do Fundo e sua possível relação com interesses da política externa dos Estados Unidos e de classes de alcance internacional, detentoras de grande poder político e econômico, tanto em países do centro do capitalismo como em países “em desenvolvimento”. Para tanto, a análise tomará como base a teoria crítica de Robert Cox nas relações internacionais que apresenta algumas características principais. A primeira é que Cox propõe a utilização do “complexo Estado/sociedade” como unidade básica de análise das relações internacionais: um método que abrange tanto a atuação do ponto de vista de Estados nacionais, como a atuação do ponto de vista de forças sociais –que podem ser nacionais ou terem um alcance internacional. Uma segunda característica do método da teoria crítica de Cox é a descrição do processo da “internacionalização do Estado” (dos Estados Unidos), no final do século XX, como mecanismo de manutenção de sua hegemonia. Processo este que conta com as instituições internacionais –como o Fundo Monetário Internacional– que atuam no sentido de realizar processos de “ajuste” das economias de diversos países às transformações ocorridas no núcleo de poder político e econômico do sistema capitalista mundial. Em terceiro lugar, Cox estuda a atuação dos diversos atores internacionais inseridos no modelo das “estruturas históricas”, que é composta das “três categorias de força” na esfera internacional: idéias, instituições e capacidade material; e que atuam nos “três níveis de estruturas”: forças sociais (nacionais e de alcance internacional), formas de Estado e ordens mundiais.

A análise é complementada com algumas perspectivas teóricas que, ao longo da pesquisa, foram se mostrando cada vez mais interligadas. Inicialmente a análise unia a teoria de Cox com: o conceito de “sistema imperial” de James Petras, a associação da atuação do FMI com o “impulso desestabilizador da hiper-potência” segundo José Luís Fiori, e a “restauração de um poder de classe” segundo David Harvey. Em seguida, duas outras análises foram inseridas na pesquisa: a de

Franklin Serrano –que foi denominada na dissertação de “política de contenção” ou “política de contenção econômica”– e o processo de “retomada da hegemonia norte-americana”, segundo a visão de Maria da Conceição Tavares.

A perspectiva de Fiori é complementada com a de Franklin Serrano, visto que, o “impulso desestabilizador da hiper-potência” –ocorrido em determinados momentos históricos– apresenta uma forte relação com o que foi denominado na pesquisa de “política de contenção”, visto que o processo de desestabilização acabava, segundo Serrano, diminuindo o poder de barganha: dos demais Estados nacionais frente à posição hegemônica dos Estados Unidos (na perspectiva dos Estados nacionais), e da classe dos trabalhadores assalariados norte-americanos (na perspectiva de classes ou “forças sociais” nacionais).

Enquanto que a perspectiva de David Harvey é complementada pela de Maria da Conceição Tavares, ao descrever o processo de “retomada da hegemonia norte-americana” a partir de 1979. David Harvey analisa o processo da proliferação de reformas neoliberais pelo mundo a partir dos anos 1970, como um mecanismo acionado com vistas a restaurar o poder econômico e política e uma elite econômica e política. Processo este que Harvey denominou de “restauração de um poder de classe”. Esse processo, entretanto, ocorre paralelamente ao processo de “retomada da hegemonia norte americana” a partir de setembro de 1979, segundo a análise de Maria da Conceição Tavares. A “restauração de um poder de classe” aborda a perspectiva de classe, enquanto que a “retomada da hegemonia norte-americana” aborda uma perspectiva mais voltada para a interação entre os Estados nacionais (no caso, os Estados Unidos com os demais países). Essas duas abordagens associadas (classe e Estado) podem se inserir dentro do método de análise de Robert Cox, que toma o “complexo Estado sociedade” como a unidade básica de análise nas relações internacionais.

Porém, ao longo da pesquisa, o estudo de David Harvey também se voltou, em parte, para um aspecto similar ao “impulso desestabilizador da hiper-potência” de Fiori, só que abordando o processo do ponto de vista das “classes governantes”.

Harvey fala de mecanismos de “criação-manipulação-gerenciamento de crises” que, em parte, viabilizavam o processo de restauração de um poder econômico para essas classes (nesse caso, não somente os detentores do poder político, mas também de poder econômico espalhados nos diversos países do centro e da periferia) através do mecanismo da “acumulação via desapropriação”.

Todas essas seis abordagens teóricas se complementam podendo ser agrupadas em três linhas: Cox-Petras, Fiori-Serrano e Harvey-Tavares. Essas seis perspectivas irão compor a base da análise da atuação do FMI no final do século XX, dentro da perspectiva da teoria crítica de Cox, na qual a “estrutura para a ação” ou as “estruturas históricas”, variam ao longo do tempo.

No primeiro capítulo, serão apresentadas inicialmente, algumas informações básicas a respeito do FMI como: o contexto histórico de sua criação, suas funções básicas, sua estrutura organizacional e principais linhas de crédito. A seguir, serão apresentados a teoria crítica de Robert Cox e o “método das estruturas históricas”. Em seguida, será apresentado o conceito de “sistema imperial” de James Petras; o “impulso desestabilizador da hiper-potência” segundo Fiori; a “política de contenção” segundo Serrano; a “restauração de um poder de classe” ou “restauração do poder econômico das classes mais altas” segundo David Harvey; e, finalmente, a “retomada da hegemonia norte-americana” que ocorreu, de certa forma, em associação com o processo de restauração do poder de classe. A atuação do FMI nos momentos históricos citados ao longo da pesquisa, aparece associada a cada uma dessas perspectivas.

O segundo capítulo foi organizado visando analisar alguns aspectos que foram se destacando ao longo da pesquisa. O capítulo analisa aspectos organizacionais, políticos e ideológicos relativos ao Fundo Monetário Internacional. Aborda também dois tópicos relevantes na análise: um diz respeito às crises internacionais, e como alguns atores (“forças sociais” ou Estados nacionais) acabam por se beneficiar de tais processos; e outro diz respeito a atuação dos “mercados” financeiros, um ator bastante presente no cenário internacional (em especial a

partir dos anos 1980 e 1990) e nos momentos históricos estudados relativos aos casos do Reino Unido, da França, da Tailândia e da Coreia do Sul. A análise dos mercados no sétimo *item* do capítulo dois aborda determinadas instituições financeiras que possuem um grande poder de influenciar o comportamento dos “mercados” como um todo. Como, por exemplo, os fundos *hedge* e os fundos de pensão.¹

No capítulo três, quatro e seis (relativos, respectivamente, aos casos do Reino Unido e França; dívida externa latino-americana; e crise asiática –Tailândia e Coreia do Sul), os *itens* iniciais de cada um deles focam no estudo das “estruturas para a ação” na qual se desenrolaram os momentos históricos analisados.

No capítulo três é estudado a atuação do FMI no caso do Reino Unido e da França. Porém, nos *itens* um a três, são estudados aspectos referentes à “estrutura para a ação” nos anos 1970. O *item* um começa com uma análise do período denominado de “keynesiano” ou de Sistema de Bretton Woods (de 1945 até fins dos anos 1960 ou início dos anos 1970). Nos *itens* dois e três são analisados o fim do sistema de Bretton Woods e o início da transição para o neoliberalismo em dois aspectos respectivamente: um *item* se volta para questões mais econômicas (como a ruptura dos acordos de Bretton Woods pelos Estados Unidos em 1971 e a posterior adoção do sistema de taxas de câmbio flexíveis); enquanto que o outro *item* se volta para aspectos mais políticos e associa o fim do sistema de Bretton Woods e a expansão do neoliberalismo à contenção do avanço do processo reivindicatório e de fortalecimento dos países do então chamado “Terceiro Mundo” e do avanço de forças sociais ligadas ao trabalho dentro da Europa (o chamado “conflito distributivo”). Nessa análise, estão presentes as perspectivas de Cox, Petras, Fiori, Serrano, Harvey e Tavares, que serão de fundamental importância

¹ O *item* analisa também ações coletivas, organizadas e direcionadas, dentro do universo das finanças especulativas, como a realização, segundo Paul Blustein, de uma das maiores assembleias de acionistas do mundo, que reuniu oito mil proprietários dos fundos mútuos Templeton em 18 de julho de 1996. Em tal encontro, todos os presentes foram incentivados a investir capital especulativo nos mercados emergentes. Essa assembleia ocorreu exatamente um ano antes do início do ataque especulativo à moeda tailandesa, que deu início à crise asiática.

para a compreensão do quadro no qual o FMI atuou e ocorreram os momentos históricos analisados. E, finalmente, o *item* quatro é focado no estudo da atuação do FMI no Reino Unido em 1976, enquanto que o *item* cinco aborda o estudo de caso da França.

No capítulo quatro o *item* um analisa o processo de retomada da hegemonia norte-americana a partir de setembro de 1979. Os demais *itens* abordam a atuação do FMI no processo da crise da dívida externa latino-americana. Esse processo é analisado em três fases: (1) a primeira fase é caracterizada pelo aumento da liquidez internacional e do volume de empréstimos aos países da América Latina de 1974 até 1982; (2) a segunda fase ocorre quando os Estados Unidos começam a elevar sua taxa de juros (de 1979 a 1982) agravando a situação dos países latino-americanos endividados e dando início, em agosto de 1982, à crise da dívida externa latino-americana, a partir da moratória mexicana; (3) a terceira fase é caracterizada pela crise em andamento, quando o FMI entra em ação no processo de renegociação da dívida externa, juntamente com os grandes bancos credores norte-americanos e o Departamento do Tesouro dos EUA. O capítulo encerra no ano de 1994, quando o Brasil conclui as negociações do Plano Brady (proposto pelos Estados Unidos para facilitar o pagamento das dívidas externas de 32 países), no mesmo ano em que se iniciava a adoção do Plano Real.²

No capítulo cinco é feita uma análise da “estrutura para a ação” nos anos 1990 que aborda, nos *itens* um a três: a ajuda norte-americana, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, ao desenvolvimento de alguns países da Ásia (dentro do contexto da Guerra Fria) como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan; o fim dessa

² Nesse *item* são analisados aspectos que inserem o Plano Real dentro de uma “família de planos” adotados em diversos países do mundo, que tiveram o apoio das elites norte-americanas e dos detentores do poder financeiro internacional. O *item* analisa alguns aspectos relativos a interesses de classe e a interesses dos Estados Unidos presentes na adoção dos planos de estabilização, chamando atenção para o fato de que o processo de renegociação da dívida externa, prolongado durante os anos 1980, só se concluiu parcialmente em 1994, quando novas formas de obtenção de lucro foram obtidas através de políticas associadas a esses planos de estabilização. Nesse período, entretanto, o FMI teve uma atuação marginal no processo, só voltando a atuar no Brasil durante as crises financeiras mundiais a partir de 1997 (processo este que não será abordado, visto que a pesquisa se estende até o estudo da crise asiática quando esta alcança a Coreia do Sul).

ajuda a partir de 1985, quando se inicia uma tensão entre os interesses dos Estados Unidos e do Japão, dando início à formação do “bloco asiático” –formado pelo Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas– e liderado pela potência regional japonesa; e a apresentação das diferentes correntes que procuraram diagnosticar os milagres asiáticos e a origem da crise asiática a partir de 1997. Os *itens* quatro e cinco do capítulo cinco analisam –como será explicado no parágrafo seguinte– as duas primeiras fases da crise asiática, e o capítulo seis foca na terceira fase, referente à crise em andamento na Tailândia e na Coreia do Sul.

A análise da crise asiática também foi feita em três fases similares à análise da crise da dívida externa latino-americana. No primeiro momento tem-se um processo de endividamento que ocorreu, em parte, devido a empréstimos voltados para fins de investimento produtivo, e, em parte, para fins de especulação (no caso da América Latina este processo esteve associado à “reciclagem dos petrodólares” nos anos 1970). No segundo momento, algum tipo de vulnerabilidade externa dos países é acionado e inicia-se a crise: no caso dos países latino-americanos havia a existência de uma vulnerabilidade externa relacionada com a taxa de juros norte-americana; no caso dos países asiáticos também existia uma vulnerabilidade, só que relacionada com o mecanismo da “ancoragem ao dólar”, onde a valorização da moeda norte-americana a partir de 1995 até 1997, veio a fragilizar as economias do bloco asiático.³ Entretanto, nos anos 1990, outra vulnerabilidade externa dos países asiáticos (e demais países) está relacionada com o processo de retirada dos mecanismos de controle de entrada e saída de capitais –ou seja, processo de liberalização dos mercados– ocorrido anos antes do início da fuga de capitais dos países da região, iniciada, a partir de julho de 1997, na Tailândia.

O terceiro momento é caracterizado pela crise já em andamento e a entrada em ação do FMI. Esse momento será analisado no capítulo seis, onde será focado:

³ Visto que, entre outras conseqüências, aumentou proporcionalmente as dívidas das empresas asiáticas valoradas em dólar.

no *item* um, os possíveis interesses dos Estados Unidos ao longo do processo de negociação durante a crise; no *item* dois, o estudo de caso da Tailândia; e, finalmente, no *item* três, o estudo de caso da Coreia do Sul.

O Fundo Monetário Internacional, a teoria crítica de Robert Cox, o “impulso desestabilizador da hiper-potência” segundo Fiori e a “restauração de um poder de classe” segundo Harvey

A idéia de instituir um fundo internacional surgiu em 14 de dezembro de 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, após o ataque dos japoneses a Pearl Harbor. Porém, esse fundo, seria, naquele momento, voltado apenas para os países aliados. O fundo tinha por objetivo proporcionar uma base para acordos monetários internacionais após o término da guerra. O secretário do Tesouro norte-americano, Henry Morgenthau, pediu que o seu adjunto para Assuntos Internacionais, o economista Harry Dexter White, preparasse um memorando. Mais tarde, outro economista, John Maynard Keynes, do Reino Unido, se juntou a White para elaborar *a criação do FMI e do Banco Mundial*.¹

Nos dias 1º a 22 de julho de 1944, *quando a Segunda Guerra Mundial ainda não havia acabado, mas já estava claro que o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) havia perdido para os Aliados (Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra)*,² foi realizada a “Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas”, na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire, nos Estados Unidos, com o intuito de prevenir o mundo do retorno às *condições catastróficas que ameaçaram a ordem capitalista na Grande Depressão da década de 1930*.³ Essa conferência veio a ser conhecida como conferência de Bretton Woods e nela foi aprovada a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento –Bird (que mais tarde

¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 50-51.

² Jornal eletrônico “Linha Aberta”. O que é o FMI.

³ Tradução minha: “return to the catastrophic conditions that had so threatened the capitalist order in the great slump of the 1930s”. HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 9.

passou a ser chamado de Banco Mundial)– e o Fundo Monetário Internacional – FMI.⁴

Na conferência de Bretton Woods estavam presentes delegados de 44 países,⁵ que foram os “países fundadores do FMI”.⁶ Desses 44 países, trinta eram representantes de países que, no contexto da Guerra Fria, viriam a serem chamados de países do “Terceiro Mundo”. Segundo Danilo Rothberg, *existência oficial do Fundo se dá a partir de 27 de dezembro de 1945, e as operações financeiras foram iniciadas em 1º de março de 1947.*⁷

O novo sistema econômico e financeiro internacional, criado a partir de Bretton Woods, encorajava o livre comércio dentro de um sistema de taxas de câmbio fixas, onde as diversas moedas eram ancoradas no dólar norte-americano, enquanto que os Estados Unidos se comprometiam a manter a conversibilidade da sua moeda em ouro num preço fixado.⁸ Nas palavras de Serra:

O método de fixação desta [taxa de câmbio] foi definido no acordo [de Bretton Woods] e era comum a todos os membros: cada unidade de moeda nacional correspondia a um determinado peso em ouro. Por sua vez, os Estados Unidos garantiram que trocariam qualquer quantidade de

⁴ Lembrando que nessa época, já existia também o BIS – Banco para Pagamentos Internacionais (sigla do inglês Bank for International Settlements), uma instituição financeira criada em 1930, sediada na Basileia na Suíça, com o objetivo de *promover a cooperação entre os bancos centrais e facilitar as operações financeiras internacionais*. Sendo importante lembrar que, muitas das funções originais do BIS, passaram para o FMI a partir do início do funcionamento dessa instituição em 1945, porém, o BIS, manteve, *no âmbito europeu, o papel de banco dos bancos centrais*. SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*, 2006: 67. Segundo Sandroni, o BIS “é dirigido por representantes dos bancos centrais da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Suíça, Holanda, Bélgica e Suécia. *Idem. Ibidem*.”

⁵ São eles (organizados aqui por continentes): América do Norte (2 países) – Estados Unidos e Canadá. América Latina e Caribe (19 países) – Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. África (4 países) – África do Sul, Egito, Etiópia, Libéria. Ásia (6 países) – China, Índia, Filipinas, Irã, Iraque, União Soviética. Europa (11 países) – Bélgica, Tchecoslováquia, Dinamarca, França, Grécia, Holanda, Iugoslávia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Reino Unido. Oceania (2 países) – Austrália e Nova Zelândia.

⁶ SERRA, A. O que é o Fundo Monetário Internacional, 1999.

⁷ ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 17.

⁸ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005:10.

dólares pelo seu equivalente em ouro à taxa de câmbio (fixa) de US\$ 35 por [uma] onça *troy*.⁹

As funções do Fundo Monetário Internacional

Joseph Stiglitz define as funções originais do FMI como sendo: *melhorar a estabilidade global e assegurar que haja fundos para os países que enfrentam a ameaça da recessão buscarem políticas expansivas*.¹⁰ Stiglitz também comenta que *o Fundo, em sua concepção original, tinha a intenção de pressionar os países para que eles tivessem políticas mais expansionistas do que escolheriam ter por vontade própria*.¹¹ Essas funções, entretanto, foram se ajustando com o tempo. Após o colapso do comunismo soviético, as tarefas que ficaram a cargo do FMI eram, na década de 1990, segundo Stiglitz: *promover a estabilidade global, ajudar os países em desenvolvimento que [estavam] em transição*¹² *a alcançar não só a estabilidade, mas também o crescimento*.¹³

Segundo Reinaldo Gonçalves, o FMI tinha originalmente três funções: *estabilizar o sistema de taxas de câmbio, regular a liquidez internacional (quantidade de moeda no mundo) e apoiar políticas de ajuste do balanço de pagamentos*.¹⁴ Porém, segundo Gonçalves, o FMI teria deixado de cumprir as duas primeiras funções, ficando apenas com a terceira.

A primeira função, de estabilizar o sistema de taxas de câmbio, segundo Gonçalves, *foi tomada pelo Grupo dos 7*¹⁵ [a partir de 1975] *após a ruptura do*

⁹ SERRA, A. O que é o Fundo Monetário Internacional, 1999. Segundo Sandroni uma “onça *troy*” é uma “medida de peso para metais preciosos utilizada nos Estados Unidos, equivalente a 31,104 g no sistema *troy*”. SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*, 2006: 605.

¹⁰ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 253.

¹¹ *Idem*: 243.

¹² No caso, transição de uma economia socialista para uma economia de mercado ou de uma economia mais fechada para uma economia mais aberta, no caso dos países não-socialistas e em desenvolvimento.

¹³ *Idem*: 241.

¹⁴ GONÇALVES, R. *O nó econômico*, 2003: 52-3.

¹⁵ Segundo Sandroni o “Grupo dos Sete” é um “grupo internacional formado pelos dirigentes das sete mais importantes potências econômicas e que se reúnem anualmente para

*sistema de Bretton Woods em 1971, visto que o desalinhamento das taxas de câmbio das principais moedas do mundo é tema de destaque nas reuniões do grupo.*¹⁶

A segunda função, de regular a liquidez internacional ou de controlar a quantidade de moeda no mundo (para evitar a inflação de um lado e a estagnação econômica de outro), teria sido tomada pelos Estados Unidos, visto que é o país emissor da moeda-chave do sistema monetário internacional e, portanto, controla a função da criação de moeda mundial.¹⁷ No que diz respeito a essa segunda função, de regular a liquidez internacional, ao FMI teria sido dado um instrumento de atuação: os Direitos Especiais de Saque, que são uma espécie de moeda internacional, um ativo de reserva ou a moeda escritural do FMI.¹⁸ O DES tem o

coordenar a política econômica, monetária e financeira mundial. Também conhecido como G-7, compreende a Alemanha, Japão, Itália, França, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos. Devido à importância política e militar da Rússia, esta vem sendo convidada a participar das reuniões, dando lugar à denominação de G-7 +1, que passou a denominar-se Grupo dos Oito. Quando o Grupo dos Sete se reúne sem a presença da Itália e do Canadá, o grupo passa a denominar-se Grupo dos Cinco ou G-5". SANDRONI, P. *Dicionário de Economia do século XXI*, 2006: 387. É importante acrescentar que o G-7 foi criado em 1975 "por iniciativa do então primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt e do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, como reação à crise do petróleo" e, "em 1998, a Federação Russa é aceita [no grupo], permitindo em troca o ingresso de nações do extinto bloco socialista na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Tal ampliação, que transformou o G-7 no G-8, dá-se por razões estratégicas (o fato de a Federação Russa ser uma potência nuclear), não econômica (...). A integração [da Rússia no G-8] é limitada, pois ela não participa dos encontros dos ministros das finanças, nem dos presidentes dos bancos centrais, que se reúnem com o antigo nome do G-7. O G-8 realiza três encontros anuais [sendo] o mais importante de todos [o encontro dos] chefes de governo e de Estado". Fonte: Almanaque Abril, 2003: 42.

¹⁶ GONÇALVES, R. *O nó econômico*, 2003: 53.

¹⁷ *Idem. Ibidem.*

¹⁸ Segundo Gonçalves o Direito Especial de Saque "é um ativo de reserva e a moeda escritural do próprio FMI. (...) Com a criação do DES o FMI teria a primeira condição necessária para se transformar em uma espécie de Banco Central Mundial". GONÇALVES, R. *O nó econômico*, 2003: 53. Segundo Sandroni os DES são "um tipo de reserva ou moeda internacional criada em 1967 [e que entrou em vigor em 1970], na Conferência do Fundo Monetário Internacional realizada no Rio de Janeiro, para substituir o ouro como o principal meio de liquidação de transações financeiras internacionais, e por essa razão também denominada 'ouro-papel'. Cada país pode saldar os déficits de seu balanço de pagamentos com DES, ouro ou com moedas fortes. Os DES foram criados para aliviar as tensões criadas pela escassez de ouro e de outros tipos de reserva em face de um comércio internacional em expansão. A oferta de ouro estava crescendo num ritmo pequeno (menos de 2% ao ano) e os sucessivos déficits externos dos Estados Unidos e da Inglaterra enfraqueceram o dólar e a libra esterlina a tal ponto que os demais países foram perdendo a confiança nestas moedas. Até 1971, o governo americano conseguiu manter a paridade do dólar em 35 dólares por onça troy de ouro, mas suas reservas caíram tanto que esta paridade foi suspensa naquele ano, e dali em diante adotou-se o sistema de taxas de câmbio flutuantes (*crawling peg*).". SANDRONI, P. *Dicionário de Economia do século XXI*, 2006: 253.

valor relativo a uma 'cesta' de moedas compostas das cinco moedas mais importantes no comércio mundial: dólar, franco, libra, marco e iene.¹⁹

Porém, o FMI ficou com a terceira função, a de apoiar nos países, políticas de ajuste do balanço de pagamentos -que é o conjunto de transações econômicas e financeiras realizadas entre residentes e não-residentes de um país. Em outras palavras, nessa função, o FMI atua, especialmente com os países em desenvolvimento endividados, como *emprestador de última instância*.²⁰

Segundo o *Articles of Agreement of the International Monetary Fund* de 2001, os propósitos do Fundo são: (1) suscitar a cooperação monetária internacional, mantendo uma estrutura para oferecer consultoria e supervisão em caso de crises; (2) facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional; (3) promover estabilidade cambial para evitar desvalorizações competitivas; (4) monitorar os sistemas internacionais de pagamentos e eliminar as restrições que impedem o crescimento do comércio mundial; (5) e dar segurança aos países-membros, ao manter disponíveis reservas monetárias capazes de corrigir problemas no balanço de pagamentos sem recorrer a medidas que possam comprometer o desenvolvimento mundial.²¹

A estrutura organizacional do Fundo Monetário Internacional

A administração do FMI é dividida em três setores: (1) a assembléia dos governadores, composta de representantes dos países-membros, como presidentes, ministros da fazenda ou diretores dos bancos centrais; (2) o comitê consultivo, de caráter técnico e burocrático; (3) o diretório executivo, composto de 24 diretores que *supervisionam a implementação das políticas definidas no*

¹⁹ ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 17-18.

²⁰ GONÇALVES, R. *O nó econômico*, 2003: 56.

²¹ *Apud* ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 19.

conselho de governos e escolhe o diretor administrativo²² (nesse diretório existem os representantes de países –um por país- e os representantes das *constituencies*, que são formadas por grupos de países que contam com uma única representação no Fundo); (4) e, finalmente, o corpo de funcionários do FMI. O mais alto cargo no FMI é o de diretor administrativo, que no geral, é um europeu, e o segundo mais alto cargo é o de vice-diretor.

Existem também dois tipos de departamentos dentro do FMI: uns que tratam de temas regionais, como o Departamento da Ásia e do Pacífico ou o Departamento da América Latina; e outros que têm responsabilidades globais, como o Departamento de Pesquisas e o Departamento de Análise e Desenvolvimento de Políticas (PDR).²³

Aspectos financeiros: o sistema de cotas e as linhas de crédito

O sistema de votação dentro do FMI é proporcional às cotas que cada país fornece ao Fundo. Segundo Rothberg, o *valor da participação de um país é proporcional ao seu poder de votação nas decisões* e as contribuições são medidas em termos dos já citados Direitos Especiais de Saque (DES).²⁴ Além do critério de número de votos ser proporcional às cotas, as próprias cotas dos países são determinadas pela posição econômica destes, *em relação aos outros membros [do FMI]*. Os critérios usados para avaliar essa posição econômica são: o produto interno bruto dos países, o valor das transações em conta corrente e o valor das reservas oficiais.²⁵

²² ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 17. A terminologia dos setores foi baseada na nomenclatura de Paul Blustein. Por exemplo, Rothberg refere-se ao mais alto cargo do FMI, como diretor geral, e Blustein, como diretor administrativo. Será utilizada, portanto, a terminologia de Blustein, pois será uma obra amplamente utilizada.

²³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 43.

²⁴ ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 17-18.

²⁵ *Idem*: 18.

As diversas linhas de crédito concedidas pelo FMI

Existem duas linhas de crédito principais que o FMI disponibiliza para países em dificuldade em suas balanças de pagamento.²⁶ São elas: (1) o *Stand-By Arrangements (SBAs)*, concedido somente em casos de problemas temporários no balanço de pagamentos, exigindo que os tomadores preencham certos níveis de atividade econômica. Esses empréstimos vão sendo efetuados em parcelas durante períodos que vão de 12 a 18 meses, podendo chegar a três anos. Depois de realizados os empréstimos, eles podem ser pagos em até 5 anos.²⁷ (2) A segunda linha de crédito é a *Extended Fund Facility (EFF)*, muito usada pelos países emergentes. Os empréstimos, realizados em parcelas, vão sendo liberados somente se os países recebedores estiverem cumprindo com as chamadas “condicionalidades” do FMI, que podem incluir a realização de reformas estruturais. Depois de recebido esse tipo de empréstimo, o valor pode ser pago de volta em até dez anos.²⁸

A teoria crítica de Robert Cox e o método das “estruturas históricas”

Robert Cox propôs, em 1981, no seu artigo *Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory*, uma “teoria crítica” das relações internacionais que seria crítica no sentido de que ela se mantém à parte da ordem

²⁶ Diferentemente do Banco Mundial, o FMI não empresta para projetos específicos ou de desenvolvimento, mas sim para ajudar na recomposição das reservas internacionais dos países. ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 19.

²⁷ *Idem*: 20.

²⁸ Rothberg cita também as linhas de crédito especiais. São elas: As Linhas de crédito especiais são: (a) a *Supplemental Reserve Facility (SRF)*, introduzida em 1997 para suplementar recursos obtidos por meio das SBAs e da EFF; (b) a *Contingent Credit Lines (CCL)*, estabelecida em 1999, a fim de fornecer, a países com políticas econômicas sólidas, maneiras de se defender de problemas na balança de pagamentos, causados pelo contágio por crises internacionais; (c) a *Compensatory Financing Facility (CFF)*, criada para ajudar membros que sofram declínios temporários na exportação de cereais ou aumento dos custos de importação dessa mercadoria; (d) a *Emergency Assistance*, para casos de países em recuperação abalados por desastres naturais ou conflitos; (e) e, finalmente, a *Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF)*, para países pobres qualificados como altamente endividados (*Heavily Indebted Poor Countries, HIPC*s), a fim de minimizar o fardo da dívida externa dessas nações. Os empréstimos dessa linha são concedidos a taxas anuais de 0,5%, para pagamentos em até dez anos. *Idem*: 21.

*prevalente do mundo e pergunta como essa ordem veio a acontecer.*²⁹ Tendo, a “teoria crítica” de Robert Cox, sido escolhida como o quadro teórico da atual dissertação, a busca por uma fidelidade a essa perspectiva crítica é um dos direcionamentos presentes no atual trabalho.

Essa abordagem utiliza o complexo Estado/sociedade como a *entidade básica das relações internacionais*³⁰ evitando, de um lado: (1) a referência aos Estados nacionais como blocos monolíticos uniformes e coesos, (2) a utilização dos Estados nacionais como sendo as entidades básicas das relações internacionais e (3) a *política externa* como a *pura expressão dos interesses do Estado*;³¹ e evitando, por outro lado, a *redução da relativa importância do Estado* através da ênfase na análise *de uma série de atividades privadas transnacionais e redes transgovernamentais de relações entre fragmentos de burocracias estatais.*³²

Cox, analisando a *internacionalização do Estado*,³³ (no caso, o Estado hegemônico dos Estados Unidos) como sendo um dos mecanismos de manutenção da hegemonia norte-americana, observa que a *pax americana*³⁴ contou com uma institucionalização maior do que a *pax britânica* do século XIX, com organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, cujas funções principais eram *reconciliar as pressões domésticas sociais com os requerimentos de uma economia mundial.*³⁵ Nessa estrutura, os processos de

²⁹ Tradução minha. “is critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 225.

³⁰ *Idem*: 205

³¹ Tradução minha. “... the pure expression of state interests.” *Idem. Ibidem.*

³² Tradução minha. “... the relative importance of the state by introducing a range of private transnational activity and transgovernmental networks of relationships among fragments of state bureaucracies.” *Idem. Ibidem.* A respeito dessa questão do Estado na era da globalização e da sua perda de exclusividade como ator internacional, porém, sem perda de importância nas suas funções dentro do cenário internacional, ver também PEREIRA, A. Soberania e Pós-modernidade, 2004: 632-634.

³³ COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 230

³⁴ Que vem desde o fim da 2ª Guerra Mundial e refere-se apenas ao hemisfério ocidental.

³⁵ Tradução minha. “... to reconcile domestic social pressures with the requirements of a world economy”. *Idem. Ibidem.*

*ajustamentos são então percebidos como uma resposta às necessidades do sistema como um todo e não apenas como resposta à vontade dos países dominantes.*³⁶

Segundo Cox, as *pressões externas sobre as políticas nacionais foram também internacionalizadas.*³⁷ Sendo importante acrescentar aqui que esse processo de internacionalização do Estado hegemônico gera, em contra-partida, um processo de internalização,³⁸ por parte dos demais países que se encontram organizados ao redor desse *hegemon*. Além disso, outro ponto importante no processo de internacionalização do Estado hegemônico, diz respeito à sua viabilidade, devido à atuação (já mencionada) das instituições internacionais, e ao suporte de “forças sociais” (políticas, econômicas, acadêmicas e outras mais) de alcance internacional, presentes em países do centro e da periferia do sistema.³⁹

Esse processo de internacionalização também pressupõe uma *estrutura de poder* que busca sempre a manutenção de um *consenso* onde as *agências centrais do governo dos Estados Unidos estejam numa posição dominante.*⁴⁰ Além disso, dá destaque para certos agentes estatais como os ministros das finanças, que aparecem como *pontos chave no ajustamento entre a política econômica nacional e a internacional.*⁴¹ E, quanto aos países periféricos, Cox, em 1981, ainda dentro da análise da internacionalização do Estado, chama atenção para o papel de instituições da economia mundial que passam a ditar políticas a esses países, como condições para renegociação da dívida externa, que só poderiam ser sustentadas

³⁶ Tradução minha. “Adjustments are thus perceived as responding to the needs of the system as a whole and not to the will of dominant countries”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 231

³⁷ Tradução minha. “external pressures upon national policies were accordingly internationalized.” *Idem. Ibidem.*

³⁸ Esse termo não foi utilizado por Cox, está sendo acrescentado aqui apenas por questões explicativas.

³⁹ Processo esse que é também ilustrado na descrição do “sistema imperial” de James Petras, e no próprio método de análise de Cox, no qual as forças sociais (nacionais e internacionais) são um dos componentes de análise.

⁴⁰ Tradução minha. “... central agencies of the U.S. government were in a dominant position.” *Idem. Ibidem.*

⁴¹ Tradução minha. “... key points in the adjustment of domestic to international economic policy.” *Idem: 232*

por uma coalizão de forças conservadoras.⁴² Cox cita então os casos de países como Turquia, Peru e Portugal.⁴³

Em termos gerais, o método de análise da “teoria crítica” de Cox, pode ser resumido nas seguintes características:

1. A adoção de uma *perspectiva da economia política do mundo*⁴⁴ onde *o mundo pode ser representado como um padrão de forças sociais que interagem dentro de uma estrutura onde os Estados fazem um papel intermediário, apesar de autônomo, entre a estrutura global de forças sociais e as configurações locais de forças sociais dentro dos países em particular.*⁴⁵

2. A análise da *parte e do todo* concomitantemente,⁴⁶ ou seja, a análise do Fundo Monetário Internacional, como uma instituição internacional que atua dentro de uma estrutura de poder mundial onde inúmeros interesses do “complexo Estado/sociedade” estão presentes e muitas vezes em conflito. Interesses de Estados pertencentes ao centro do capitalismo frente aos pertencentes à periferia do sistema; e também interesses de classes, como os interesses das classes trabalhadoras assalariadas dos diversos países, frente aos interesses da comunidade financeira internacional e da “classe gerencial transnacional”⁴⁷ (que será analisada a seguir), entre outras.

⁴² Tradução minha: “... conditions for debt renewal (...) which could only be sustained by a coalition of conservative forces”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 232

⁴³ A crise da dívida externa latino-americana, não foi citada por Cox, visto que ela iria eclodir no ano seguinte à elaboração do artigo de Cox, ou seja, em 1982. Esse mecanismo de negociação da dívida externa com envio de pacotes de socorro sob certas “condicionalidades” foi central no processo de proliferação das reformas neoliberais no diversos países endividados, visto que, em momentos de crise, o socorro do FMI, do Banco Mundial e dos países do centro, só vinham em troca de reformas liberalizantes. O FMI aparece então, como uma instituição da economia mundial que exerce a função de conciliador entre as pressões domésticas e essas transformações.

⁴⁴ Tradução minha: “... a political economy perspective of the world”. *Idem*: 225

⁴⁵ Tradução minha: “The world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediate though autonomous role between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries.” *Idem*: 225.

⁴⁶ Segundo Cox: “the critical approach leads toward the construction of a larger picture of the whole of which the initially contemplated part is just one component, and seeks to understand the processes of change in which both parts and whole are involved”. *Idem*: 209

⁴⁷ Sendo que muitos atores da política e da economia internacional podem pertencer a esses dois últimos grupos citados ao mesmo tempo.

3. Aplicação do **método das estruturas históricas**⁴⁸ no qual o objeto de análise baseia-se no estudo das **três categorias de forças** nas relações internacionais: as idéias, as capacidades materiais e as instituições;⁴⁹ aplicadas nos **três níveis de estruturas** ou **três esferas de atividade**: as forças sociais, as formas de Estado e as ordens mundiais.⁵⁰

Entre as *premissas básicas* da teoria crítica que irão nortear a pesquisa destacamos: 1. uma ação nunca é *absolutamente livre*, mas é realizada numa *estrutura para ação que constitui a sua problemática*. 2. as estruturas para a ação mudam com o tempo e *a principal meta da teoria crítica é entender essa mudança*. 3. essa estrutura para a ação tem a forma de uma **estrutura histórica**, ou seja, uma *combinação particular entre padrões de pensamento, condições materiais e instituições humanas*.⁵¹

Pode-se agora mencionar um pouco do que Cox escreveu a respeito dos seis componentes relativos às estruturas históricas (as três categorias de forças: idéias, capacidades materiais e instituições; e os três níveis de estrutura ou esferas de atividade: forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais) com exemplos de cada uma delas. Com relação às **três categorias de força** temos: (1) no caso das **idéias**, Cox destaca, no processo de ascensão da ideologia neoliberal após 1970 – que Cox chama de *hiper-liberalismo*⁵²- *a revisão ideológica realizada por várias agências não-oficiais –a Comissão Trilateral, as conferências de Bilderberg, o Clube de Roma, (...) entre outras- apoiadas por agências oficiais elaboradoras de consenso como a OCDE*.⁵³ Segundo Cox, a nova doutrina via no futuro um “estrito caminho para o crescimento” -nas palavras do comitê *blue-ribbon* da OCDE-, *limitado, por*

⁴⁸ Do inglês: “historical structures”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981:217.

⁴⁹ *Idem*: 218

⁵⁰ *Idem*: 221

⁵¹ *Idem*: 217

⁵² Do inglês “hyper-liberalism”. COX, R. Structural issues of global governance, 1993: 267.

⁵³ Tradução minha: “ideological revision undertaken through various unofficial agencies –the Trilateral Commission, the Bilderberg conferences, the Club of Rome, (...)– and endorsed through official consensus-making agencies like the OECD”. *Idem*: 266.

um lado, pela necessidade de encorajar o investimento privado através do aumento das margens de lucro, e limitado, por outro lado, pela necessidade de se evitar uma inflação descontrolada.⁵⁴ (2) As **capacidades materiais** para Cox, podem ter potenciais produtivos ou destrutivos. Além disso, *nas suas formas dinâmicas elas existem como capacidades tecnológicas e organizacionais e, nas suas formas acumuladas como recursos naturais que a tecnologia pode transformar, estoques de equipamentos (como por exemplo, indústrias e armamentos), e a riqueza que pode comandar essas [capacidades materiais].*⁵⁵ (3) Com relação às **instituições**, Cox as define como *amalgamas particulares de idéias e poder material que, em contrapartida influenciam o desenvolvimento de idéias e capacidades materiais,*⁵⁶ e além disso, *essas instituições fornecem formas de se lidar com conflitos de forma a minimizar o uso da força.*⁵⁷ Exemplos de instituições internacionais citadas por Cox, temos o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional,⁵⁸ ou a OCDE.⁵⁹

Essas três categorias de forças citadas dentro do método das estruturas históricas interagem nos **três níveis de estrutura** ou as três esferas de atividade.

(1) No nível das **forças sociais**, que, segundo Cox, são modeladas pelas relações de produção⁶⁰ e não existem exclusivamente dentro dos Estados, pois algumas forças sociais transcendem as suas fronteiras,⁶¹ visto que, *como consequência do processo de produção internacional, se torna cada vez mais*

⁵⁴ Tradução minha: "bounded on one side by the need to encourage private investment by increasing profit margins, and bounded on the other by the need to avoid rekindling inflation". COX, R. Structural issues of global governance, 1993: 266.

⁵⁵ Tradução minha: "In their dynamic form these exist as technological and organizational capabilities, and in their accumulated forms as natural resources which technology can transform, stocks of equipment (for example, industries and armaments), and the wealth which can command these." COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 218.

⁵⁶ Tradução minha: "Institutions are particular amalgams of ideas and material power which in turn influence the development of ideas and material capabilities". *Idem*: 219.

⁵⁷ Tradução minha: "provide ways of dealing with conflicts so as to minimize the use of force". *Idem*: 219.

⁵⁸ *Idem*: 230.

⁵⁹ COX, R. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method, 1993: 63.

⁶⁰ COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 225.

⁶¹ *Idem. Ibidem.*

*pertinente pensar em termos de uma estrutura de classe global ao lado ou sobreposta à estruturas de classes nacionais.*⁶² Além disso, *no topo dessa estrutura de classe global emergente está a classe gerencial transnacional, que possui sua própria ideologia, estratégia e instituições de ações coletivas, sendo uma classe em si e para si.*⁶³

(2) A respeito das **formas de Estado**, Cox definiu, em artigo de 1991 a existência, ao longo dos anos, de quatro formas de Estado: (1) a liberal, do período da *pax britannica*; (2) a neo-liberal (“neo” *vis-à-vis* a liberal do século XIX) que vai sendo organizada no pós-Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas avançados e onde o liberalismo clássico do século XIX *foi modificado por práticas keynesianas de modo a tornarem o comportamento do mercado consistente com proteção social dos grupos em posição mais desvantajosas*⁶⁴ dando origem à forma de Estado nacionalista de bem-estar social.⁶⁵ Segundo Cox, já no período mais recente, a partir dos anos 1980, surgiram duas formas de Estado neoliberais nos países capitalistas centrais: a forma de Estado hiper-liberal, exemplificada pelos Estados sob o governo de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, e a forma de Estado do capitalismo de Estado, exemplificada pela Alemanha Ocidental⁶⁶ que estaria também se movendo, a partir dos anos 1980, do keynesianismo para o livre-mercado.⁶⁷

⁶² Tradução minha: “as a consequence of international production, it becomes increasingly pertinent to think in terms of a global class structure alongside or superimposed upon national class structures”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 234.

⁶³ Tradução minha: “At the apex of na emerging global class structure is the transnational managerial class. Having its own ideology, strategy and institutions of collective action, it is a class both in itself and for itself”. *Idem. Ibidem.*

⁶⁴ Tradução minha: “was modified by Keynesian practice to make market behaviour consistent with social protection of the more disadvantaged groups”. COX, R. Structural issues of global governance, 1993: 265-266.

⁶⁵ Tradução minha: “the liberal form of state was slowly replaced by the welfare nationalist form of state”. *Idem:* 226.

⁶⁶ Do ingles: “hyper-liberal form of state” e “the state-capitalism form”. Para uma descrição dessas formas de Estado, ver o artigo: COX, R. Structural issues of global governance, 1993: 267-272.

⁶⁷ *Idem:* 267.

(3) E finalmente, a respeito das **ordens mundiais**, Cox argumenta que utiliza esse termo no lugar de *sistema interestatal* e no lugar de *sistema-mundo*, porque, no primeiro caso, o termo ordem mundial pode se referir a todos os períodos históricos, e não apenas aos períodos nos quais os Estados são suas entidades componentes; e no que tange ao uso do termo ordem mundial ao invés de sistema-mundo, Cox argumenta que o termo *é mais indicativo de uma estrutura que possui apenas uma certa duração no tempo e evita as conotações de equilíbrio [do termo] 'sistema'*.⁶⁸ Além disso, Cox define as ordens mundiais como *configurações particulares de forças que definem sucessivamente a problemática da guerra e da paz na reunião dos Estados, ou seja, configurações de capacidades materiais, idéias e instituições*.⁶⁹

E para finalizar, a respeito da interação entre as **três categorias de forças** entre si, e os **três níveis de estrutura** nos quais essas forças atuam, Cox argumenta que as três forças (idéias, capacidades materiais e instituições) são *esquemas heurísticos, não categorias com uma determinada hierarquia pré-determinada de relações*.⁷⁰ Essas três forças formam as estruturas históricas, que Cox define como *modelos comparativos*.⁷¹ Cox compara esses modelos com os tipos ideais, pois eles *forneceem, numa forma lógica coerente, uma representação simplificada de uma realidade complexa e uma expressão de tendências limitadas na sua aplicabilidade no tempo e no espaço, ao invés de desenvolvimentos plenamente realizados*.⁷² E, a respeito dos três níveis de estrutura -forças sociais,

⁶⁸ Tradução minha: "... is more indicative of a structure having only a certain duration in time and avoiding the equilibrium connotations of 'system'." COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 249. (nota de referência número dois da página 206).

⁶⁹ Tradução minha: "world orders, that is, the particular configurations of forces which successively define the problematic of war or peace for the ensemble of states." *Idem*: 220; 225-226.

⁷⁰ Tradução minha: "heuristic device, not categories with a predetermined hierarchy of relationship". *Idem*: 220.

⁷¹ Tradução minha: "contrast models". *Idem. Ibidem*.

⁷² Tradução minha: "... like ideal types they provide, in a logically coherent form, a simplified representation fo a complex reality and na expression of tendencies, limited in their

formas de Estado e ordens mundiais- Cox explica que eles são inter-relacionados pois *mudanças na organização da produção geram novas forças sociais que, em contrapartida, trazem mudanças na estrutura dos estados; e a generalização dessas mudanças na estrutura dos estados alteram a problemática da ordem mundial.*⁷³

O “sistema imperial” segundo James Petras

No que diz respeito ao conceito de *sistema imperial*,⁷⁴ de James Petras (também citado e desenvolvido por Cox),⁷⁵ ele será bastante útil, pois, segundo análise de Cox a respeito do tema, esse sistema imperial, ou *sistema imperial estatal*,⁷⁶ emergente nas últimas décadas do século XX, seria composto de *Estados imperiais dominantes e Estados colaboradores subordinados*,⁷⁷ que diferem quanto a suas estruturas e possuem funções complementares dentro desse sistema. Outro ponto importante, destacado por Cox, é que *o sistema imperial que [Petras] analisa não é todo o governo estadunidense; são ‘aqueles corpos executivos dentro do governo que são encarregados em promover e proteger a expansão do capital através das fronteiras do Estado’.*⁷⁸ Logo, o sistema imperial seria maior que o Estado e menor que o Estado da potência hegemônica, que, no caso, são os Estados Unidos. O aspecto que faz do sistema imperial ser **maior que o Estado**, está ligado à estrutura transnacional formada por um núcleo dominante e uma periferia dependente, onde a parte internacionalizante do governo estadunidense estaria no

applicability in time and space, rather than fully realized development”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 220.

⁷³ Tradução minha: “changes in the organization of production generate new social forces which, in turn, bring about changes in the structure of states; and the generalization of changes in the structure of states alters the problematic of world order.” *Idem. Ibidem.*

⁷⁴ Tradução minha: “imperial system”. *Idem:* 228.

⁷⁵ *Idem:* 228-229.

⁷⁶ *Idem:* 228.

⁷⁷ Do inglês: “dominant imperial state” e “subordinate collaborator states”. *Idem. Ibidem.*

⁷⁸ Tradução minha: “the imperial state he analyses is not the whole U.S. government; it is ‘those executive bodies within the ‘government’ which are charged with promoting and protecting the expansion of capital across state boundaries’.” *Idem. Ibidem.*

núcleo do sistema, juntamente com instituições internacionais ou interestatais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que estariam *simbioticamente relacionadas com o capital expansivo e com governos colaboradores (ou com qualquer parte deles conectadas com o sistema) pertencentes à periferia do sistema.*⁷⁹ Por outro lado, o aspecto do sistema imperial que o faz **menor que o Estado** diz respeito ao fato de que *forças não-imperiais ou até mesmo anti-imperiais podem estar presentes em outras partes, tanto nos Estados do centro, como nos da periferia.*⁸⁰

A análise da atuação do FMI com base na teoria crítica de Robert Cox e no sistema imperial de James Petras

Porém, a análise de todas as **três categorias de força**⁸¹ (instituições, capacidades materiais e idéias), dentro dos **três níveis de estrutura** (forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais) seria de uma grande complexidade, inviabilizando a pesquisa. No período estudado em questão, em termos de “categorias de forças”, o foco será na **categoria de força das instituições internacionais**, com análise voltada para a atuação do Fundo Monetário Internacional. Procurando lembrar que, para Cox, as instituições internacionais desempenham um papel dentro do processo de “internacionalização do Estado” hegemônico que procura manter a sua hegemonia (a norte-americana) e cujas funções principais são *reconciliar as pressões domésticas sociais com os requerimentos de uma economia mundial,*⁸² além de, no que tange os países periféricos endividados, essas instituições passam a ditar políticas a esses países, como condições para renegociação da dívida

⁷⁹ Tradução minha: “symbiotically related to expansive capital, and with collaborator governments (or at any rate parts of them linked to the system) in the system’s periphery”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 228.

⁸⁰ Tradução minha: “nonimperial, or even anti-imperial, forces may be present in other parts of both core and periphery states”. *Idem*: 229.

⁸¹ Serão destacados em negrito todas as expressões relativas às estruturas históricas de Cox, para facilitar na identificação dos elementos de análise e da interação entre eles.

⁸² Tradução minha. “... to reconcile domestic social pressures with the requirements of a world economy”. *Idem*: 230.

externa, que só poderiam ser sustentadas por uma coalizão de forças conservadoras.⁸³ Quanto à **categoria de força das capacidades materiais**, por ser de grande abrangência e complexidade para ser analisada, não será abordada. Porém, em diversos momentos da análise, serão feitas referências à **categoria de força das idéias**.

No que tange aos **três níveis de estrutura** (ordens mundiais, formas de Estado e forças sociais), a respeito das **ordens mundiais**, de uma maneira estilizada, a análise se insere na passagem da ordem mundial denominada de “Guerra Fria” para a ordem mundial que veio a ser conhecida como “globalização”. E, a respeito das do **nível de estrutura das formas de Estado**, ao longo das três últimas décadas do século XX, o que se observou, também de uma forma simplificada, foi uma transição de um “Estado nacionalista de bem-estar social” (nos países do centro do capitalismo) ou “desenvolvimentista” (no caso dos países em desenvolvimento) para a forma de Estado “hiper-liberal”, que, na atual pesquisa, será referida apenas como “neoliberal”. O foco recairá então, sobre o **nível de estrutura das forças sociais**, com ênfase na interação entre forças sociais de alcance internacional (como a comunidade financeira internacional) e a instituição econômica internacional do Fundo Monetário Internacional.

Utilizando-se de todas os seis componentes das estruturas históricas de Robert Cox para descrever a atual dissertação, pode-se sintetizar que: dentro da transição da ordem mundial da Guerra Fria para a ordem mundial da globalização, num momento em que as formas de Estado keynesianas e desenvolvimentistas foram sendo substituídas pelas formas de Estado “hiper-liberais” (Cox) ou “neoliberais”, será analisada a atuação da instituição (ou categoria de força) econômica internacional do Fundo Monetário Internacional, sua relação com forças sociais internacionais (como a comunidade financeira internacional) e a importância

⁸³ Tradução minha. “... conditions for debt renewal (...) which could only be sustained by a coalition of conservative forces”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 232

do papel das idéias dentro da luta existente entre pólos⁸⁴ como: países do centro do capitalismo –os Estados imperiais dominantes– *versus* países em desenvolvimento –os Estados subordinados colaboradores–; interesses da classe trabalhadora *versus* dos detentores do grande capital internacional em geral (a comunidade financeira internacional e a “classe gerencial transnacional”); defensores do keynesianismo *versus* defensores do neoliberalismo; entre outras disputas mais, presentes no complexo e dinâmico cenário da economia política internacional no final do século XX.

A análise da atuação do FMI no final do século XX procurará se fundamentar também nas **premissas básicas da teoria crítica de Cox** expostas anteriormente. A respeito da primeira premissa, na qual *uma ação nunca é absolutamente livre, mas é realizada numa estrutura para ação que constitui a sua problemática*, podemos destacar que essa premissa nos indica que as ações do Fundo Monetário Internacional diante dos países e da dinâmica internacional, também se faz dentro de uma “estrutura para ação” que corresponde a um jogo de forças internacionais e de classes inseridas num contexto internacional que muda de tempos em tempos, ou seja, uma noção que diz respeito à segunda premissa, que afirma que as estruturas para a ação mudam com o tempo e *a principal meta da teoria crítica é entender essa mudança*. O acompanhamento da ação do FMI ao longo do tempo, e a observação de suas transformações políticas e ideológicas no decorrer das crises dos anos 1990, por exemplo, será um dos pontos de análise de grande importância para a avaliação da hipótese levantada na dissertação. Quanto à terceira premissa, que afirma que essa estrutura para a ação tem a forma de uma *estrutura histórica*, ou seja, uma *combinação particular entre padrões de pensamento, condições materiais e instituições humanas*, já foi desenvolvida acima na exposição da aplicação das estruturas históricas para o estudo do tema em questão.

⁸⁴ É importante que seja destacado que essa polarização é uma simplificação, visto que, na realidade, existem inúmeros grupos com posições híbridas entre os dois extremos citados.

Depois de exposta a teoria de Cox e a idéia básica do “sistema imperial” de Petras, serão apresentadas as demais perspectivas teóricas (citadas na introdução) que são complementares à elas. No primeiro grupo, temos o “impulso desestabilizador da hiper-potência” complementado com a visão da “diminuição do poder de barganha dos Estados rivais à hiper-potência e das classes trabalhadoras” de Franklin Serrano, ou, a “política de contenção econômica”, ou simplesmente, “política de contenção do avanço econômico”.⁸⁵ Enquanto que no segundo grupo, temos a “restauração de um poder de classe” (com ênfase numa perspectiva de classe) complementada pela perspectiva da “retomada da hegemonia norte-americana” (com ênfase numa perspectiva mais voltada para os Estados nacionais) segundo a visão de Maria da Conceição Tavares em artigo de 1985. Todas as seis perspectivas teóricas (de Cox, Petras, Fiori, Serrano, Harvey e Tavares) são bastante complementares e muitas vezes, referem-se a momentos históricos com abordagens similares.

O “impulso desestabilizador da hiper-potência” segundo José Luís Fiori

José Luís Fiori, ao analisar as obras de diversos autores que estavam preocupados com temas relativos ao problema da guerra e da paz (Edward Carr, Raymond Aron, Joseph Nye e Robert Keohane), ao bom funcionamento da economia internacional (Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Suzan Strange) e à trajetória econômica e política de longo prazo do “Sistema Mundial”, observa que todos esses autores chegaram à mesma conclusão: de que seria fundamental para a manutenção da ordem e da paz e da estabilidade da economia mundial, a existência de um Estado com poder hegemônico. Segundo Fiori, esses autores concluíram que:

a presença de um estado com poder global é indispensável para assegurar a ordem e a paz do sistema interestatal e o bom funcionamento da economia internacional, mesmo que

⁸⁵ Esse termo apresenta um significado diferente, como será explicado a seguir, da política de contenção do comunismo na Guerra Fria.

seja por um período transitório, porque sempre haverá um novo 'hegemon'.⁸⁶

Porém, Fiori contesta essa visão observando que esse Estado com poder global, que seria os Estados Unidos no século XX, ao invés de contribuir apenas para a ordem e a paz, ou para o bom funcionamento da economia mundial, também tomou iniciativas que geraram guerras e crises econômicas. Segundo Fiori:

O grande problema teórico, entretanto, não está apenas na dificuldade dos Estados Unidos para estabilizar a paz e o crescimento econômico do Sistema Mundial. Está no paradoxo, absolutamente inexplicável do ponto de vista de todas as teorias existentes sobre as lideranças ou hegemonias mundiais: **a descoberta de que as principais crises do sistema foram provocadas pelo próprio poder que deveria ser o seu grande pacificador e estabilizador.** Já havia sido assim na crise econômica e militar da década de 1970 quando os Estados Unidos decidiram 'escalar' unilateralmente a Guerra do Vietnã (...) da mesma forma em que decidiram abandonar o regime monetário internacional que haviam proposto e aprovado em Bretton Woods e iniciar a desregulamentação unilateral dos mercados financeiros.⁸⁷ (grifo meu)

Fiori, em outro texto, soma aos fatos acima citados: a invasão a Cuba, em 1962, e ao Iraque, em 2003, pelos Estados Unidos; e, do ponto de vista econômico, acrescenta à ruptura dos acordos de Bretton Woods em 1971, a elevação da taxa de juros norte-americana, em 1979, que derrubou a economia mundial. Essas ações dos Estados Unidos, ou da "hiper-potência", estariam relacionadas com um *mesmo movimento expansivo e desestabilizador que ficou ainda mais visível depois de 1991, quando os Estados Unidos se transformaram na única super-potência militar e econômica do mundo.*⁸⁸

Portanto, *quase todas as grandes crises do sistema mundial, neste período, [foram] provocadas pelo [seu] 'super-poder' que deveria pacificar e estabilizar o sistema.*⁸⁹ Fiori refere-se a esse comportamento dos Estados Unidos como "o impulso desestabilizador da hiper-potência".⁹⁰ Visão esta que contraria as demais,

⁸⁶ FIORI, J. Formação, expansão e limites do poder global, 2005: 13.

⁸⁷ *Idem*: 15.

⁸⁸ FIORI, J. Estranha forma de governar o mundo, 2007.

⁸⁹ *Idem. Ibidem.*

⁹⁰ FIORI, J. Formação, expansão e limites do poder global, 2005: 15.

visto que, não apenas analisa as ações do *hegemon* que promovem estabilidade econômica e paz, mas também, crises econômicas e guerra.

Em quase todas essas teorias o *hegemon* é um 'categoria virtual', muito mais do que um estado real, [e] por isto, o 'líder', o '*hegemon*', ou mesmo, o 'superestado' são vistos, quase sempre, pelo lado de suas **contribuições positivas para o sistema**, sem que se analise os '**efeitos negativos de suas ações expansivas** que se mantêm e se ampliam, mesmo durante seus períodos de supremacia incontestada. É por isto que estas teorias não conseguem dar conta da **relação aparentemente paradoxal, que liga o *hegemon* às próprias crises do sistema.**⁹¹ (grifo meu)

Esse "impulso desestabilizador da hiper-potência" seria a quarta, entre as cinco "premissas fundamentais" da "estranha forma de governar o mundo",⁹² que por sua vez, está relacionada com o "expansionismo norte-americano":

É a própria potência ganhadora quem desestrutura sua 'situação hegemônica', porque só ela tem condições de se desfazer das regras e instituições que construiu em algum momento – como no caso (...) de Bretton Woods – toda vez que estas regras e instituições obstaculizem seu caminho expansivo.⁹³

Como a influência dos Estados Unidos sobre o FMI é algo que está presente, mesmo na sua estrutura formal e também é algo mencionado por todos os autores citados na atual pesquisa, o Fundo, segundo a hipótese que será levantada, seria utilizado pelo FMI para sempre que ressonante com os interesses de política

⁹¹ FIORI, J. Formação, expansão e limites do poder global, 2005: 19.

⁹² As cinco premissas são: (1) dentro do sistema mundial, formado pelos estados nacionais, todo e qualquer "super-poder" ou "potência hegemônica", estará sempre condenado a expandir seu poder de forma contínua, para manter sua posição relativa dentro do sistema; (2) esta expansão ou acumulação de poder se faz através da competição e da luta com os demais estados que também almejam a conquista - em última instância - de um "império mundial", que nunca poderá ser alcançado sem o automático desaparecimento do próprio sistema mundial que vive da competição entre os estados; (3) por isto mesmo, a competição e a luta entre as grandes potências se reproduz de forma permanente, e nenhum "super-poder" será jamais capaz de estabilizar o sistema mundial, porque ele mesmo precisa da competição e da "guerra virtual crônica", para poder seguir expandindo o seu poder; (4) neste sentido, se pode dizer que é a própria potência ganhadora quem desestrutura sua "situação hegemônica", porque só ela tem condições de se desfazer das regras e instituições que construiu em algum momento – como no caso das Nações Unidas e de Bretton Woods - toda vez que estas regras e instituições obstaculizem seu caminho expansivo; (5) por fim, o segredo mais bem guardado deste sistema político mundial, que nasceu na Europa, nos séculos XVII e XVIII, e se globalizou na segunda metade do século XX: na maioria dos casos, é o próprio "poder expansivo" ou hegemônico que cria ou inventa os seus competidores e adversários, porque – como já vimos - o "super-poder" ou "hegemon" não pode crescer e se expandir sem ter concorrentes, mesmo quando seu poder pareça absoluto e incontestável. FIORI, J. Estranha forma de governar o mundo, 2007.

⁹³ *Idem. Ibidem.*

externa norte-americana, acionar esse impulso desestabilizador, em países que estejam sob a supervisão do Fundo e necessitados de recebimento de resgates financeiros. Juntamente com a efetivação do processo de internacionalização do Estado norte-americano de Cox (ou a faceta do Sistema Imperial maior que o próprio Estado dos Estados Unidos, de Petras). É nessa linha que, a análise da atuação do FMI será também vista, como parte, não apenas das “contribuições positivas” do *hegemon* para o sistema, mas também, como parte dos “efeitos negativos” das ações expansivas dos Estados Unidos que, por sua vez, inclui uma política de contenção de outros Estados que venham a ameaçar seu poder relativo (ou seja, seu poder econômico frente ao poder econômico dos demais países, seja isoladamente, seja em conjunto), como será analisado no *item* seguinte.

O impulso desestabilizador dos Estados Unidos e sua relação com a Grande Depressão e o primeiro choque do petróleo

Fiori, em seu artigo onde apresenta o impulso desestabilizador da hiper-potência, cita fatos que ligam o *hegemon*, não só a aspectos relativos a economia mundial, mas também, às guerras. Porém, na atual dissertação, o impulso desestabilizador da hiper-potência será analisado apenas no que tange aspectos econômicos e sua relação com a atuação do FMI.

No que tange a questões econômicas, segundo a perspectiva de alguns autores, é possível associar o impulso desestabilizador dos Estados Unidos à Grande Depressão e ao primeiro choque do petróleo.⁹⁴ A respeito da Grande Depressão de 1929, segundo Carlos Aguiar Medeiros e Franklin Serrano, no período após a Primeira Guerra Mundial:

... os EUA obtêm vultosos saldos positivos tanto na conta corrente (...) quanto na conta de capitais, atraindo cada vez mais o ouro do resto do mundo. Para piorar a situação, nos anos 1930, os EUA aumentam suas tarifas, sobem a taxa de

⁹⁴ A associação do impulso desestabilizador da hiper-potência com o primeiro choque do petróleo será de grande relevância em alguns momentos da pesquisa.

juros e depois ainda desvalorizam o câmbio, lançando o mundo na Grande Depressão.⁹⁵

No que diz respeito ao primeiro choque do petróleo, alguns autores argumentam que o aumento do preço do petróleo em 1973, não foi uma ação política dos países da Opep em desafio aos Estados Unidos, mas sim uma ação que iria beneficiar a potência hegemônica, visto que conteve o avanço econômico da Europa e do Japão (do ponto de vista dos Estados nacionais) e, do ponto de vista da classe dos produtores de petróleo nos Estados Unidos, propiciou lucros extraordinários para iniciarem a exploração no Alasca e no Mar do Norte (fato este que viria a ser decisivo na quebra da economia da União Soviética durante a *Perestroika*).⁹⁶ Segundo Paulo Fagundes Vizentini, o aumento do preço do petróleo iniciado em 1971 foi um dos responsáveis pelo começo da crise dos anos 1970, e que tal aumento atingia mais profundamente as economias japonesa e européia, do que a dos Estados Unidos:

Em 1973, (...) os países árabes quadruplicaram o preço do petróleo (...). Ora, considerando que os Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que o Japão e a Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo. É importante salientar, ainda, que a maioria dos membros da Opep eram aliados dos EUA, e que este país também tinha ascendência sobre as empresas transnacionais do setor. Desse modo, esta manobra atingia particularmente as ascendentes economias japonesas e européia, não-produtoras de combustíveis. A própria integração européia foi

⁹⁵ MEDEIROS, C. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento, 1999: 122. É possível fazer um paralelo entre as crises da década de 1930, da dívida externa latino-americana na década de 1980, e da Ásia a partir de 1997, a respeito de um padrão no qual ocorre um grande volume de investimentos em países da periferia, formando-se uma bolha especulativa, até que um ou mais mecanismos são acionados e a bolha estoura. Segundo Blustein: “No início do século 20, os Estados Unidos estavam fornecendo mais capital ao resto do mundo do que colhendo de volta, e nos anos 1920 outra bolha no mercado emergente surgiu, quando as sociedades de capital variável (precursoras dos fundos mútuos de investimentos nos mercados emergentes) conseguiram levar milhares de cidadãos comuns americanos a jogar seu dinheiro na compra de títulos latino-americanos ou de outra procedência estrangeira”. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 58. Uma vez criada a bolha, continua Blustein: “Quando as taxas de juros [dos Estados Unidos] começaram a ser majoradas pelo Fed em 1928, o dinheiro americano que tinha sido investido foi desviado para títulos do Tesouro. Governos que tinham se tornado dependentes de capital americano tentaram arranjar recursos, mas acabaram tendo que suspender o pagamento de suas dívidas, a começar pela Bolívia em 1932, seguida por grande parte da América Latina, Europa Meridional e finalmente, em 1933, pela Alemanha”. *Idem. Ibidem*.

⁹⁶ TORRES FILHO, E. O papel do petróleo na geopolítica americana, 2005: 327-328 e 332.

ameaçada, pois o choque petrolífero forçou cada Estado-membro a buscar individualmente fornecedores. O aumento do preço do petróleo, das matérias-primas e dos alimentos, ainda que afetando o conjunto da economia capitalista mundial, deixou os EUA numa posição de nítida vantagem sobre o Japão e a Europa, na corrida para a reestruturação econômica que se iniciava.⁹⁷

Nicholas Sarkis⁹⁸ também defende a mesma hipótese, de que tudo o que ocorreu em 1973, que apontava os países árabes como desafiando os países do primeiro mundo e os Estados Unidos, foi um “faz-de conta”. Segundo Sarkis:

Foi um choque real para a opinião pública e para os governos, mas ainda havia uma questão. Que os países árabes impusessem um embargo em uma guerra com Israel que era apoiado por alguns países é compreensível até certo ponto. Ainda mais que, na Arábia Saudita o rei Faisal tinha fortes sentimentos nacionalistas e queria seguir uma política de independência para seu país. Esse foi um ponto crucial para os árabes e os muçulmanos. Mas como foi que essa organização dos países exportadores de petróleo não fez nada por mais de 12 anos? Sua sede foi em Genebra e depois em Viena. Fizeram algumas reuniões sobre *royalties* e impostos. E, repentinamente, reuniram toda sua coragem e decidiram multiplicar o preço do petróleo por quatro deixando que cada um pensasse o que quisesse. Mas como foi que um grupo de países do Terceiro Mundo, ou seja, politicamente, militarmente e economicamente fracos conseguiu impor sua vontade às grandes potências industriais do mundo. Aos Estados Unidos, à Europa, ao Japão. O que aconteceu com eles? Evidentemente, esse modo de ver os fatos (...) era só um faz-de-conta⁹⁹. Puro faz-de-conta. Não aconteceu assim. Nunca, em tempo algum, a Opep ousaria quadruplicar os preços, nem aumentá-los em 10%, se não houvesse algo oculto.¹⁰⁰

Immanuel Wallerstein também abre essa hipótese, quando diz que: *e, em outro lance brilhante, os Estados Unidos consentiram (e talvez até combinaram) o*

⁹⁷ VIZENTINI, P. *O descompasso entre as nações*: 20-1. A respeito da maior vulnerabilidade da Europa e do Japão em relação a um aumento do preço do petróleo nos anos 1970 *vis-à-vis* os Estados Unidos, ver ARRIGHI, G. *O longo século XX*, 1994: 315; 320.

⁹⁸ Economista, diretor do Centro Árabe de Estudos do Petróleo em Paris, e autor de *Le Pétrole à l'heure arabe* de 1975.

⁹⁹ No documentário, Sarkis usa o termo em francês “cinéma” e a tradução em inglês era “play acting”.

¹⁰⁰ Fonte: Documentário “A História do Petróleo”. Esse “algo oculto”, conforme o argumento do documentário no qual Sarkis deu sua entrevista e conforme a visão de alguns autores citados no parágrafo anterior, estaria, em parte, relacionado com os benefícios obtidos pelas grandes companhias petrolíferas com o aumento do preço do petróleo, que propiciou vultosos investimentos em tecnologia e na instalação de grandes estruturas para extração de petróleo no Mar do Norte ou no Alaska, como já mencionado.

*aumento do preço do petróleo puxado pela Opep.*¹⁰¹ Robert Gilpin também comenta que o aumento de preços realizado pela OPEP em 1973-4 representou, sem dúvida, *a maior redistribuição de riqueza forçada na história, mas seu significado no que diz respeito à capacidade do poder econômico em afetar mudanças políticas não deveria ser exagerado ou super enfatizado.*¹⁰² Gilpin aponta dois motivos para isso: o primeiro era que dois dos líderes da Opep (o Irã e a Arábia Saudita) eram aliados políticos dos Estados Unidos; e o segundo ponto era que esse aumento *não pareceu ser uma ameaça direta aos interesses de segurança dos Estados Unidos. Eles não desafiaram a posição internacional dos Estados Unidos e, em alguns aspectos, aparentaram reforçar [essa posição].*¹⁰³

A política externa norte-americana de diminuição do poder de barganha dos Estados rivais e da classe trabalhadora, segundo Franklin Serrano

Franklin Serrano fala da necessidade, dentro do sistema capitalista, de manutenção de uma determinada taxa de desemprego, pois tal taxa teria uma função política de diminuição do poder de barganha da classe trabalhadora assalariada, entre outras funções mais. No sistema capitalista a situação de pleno emprego seria um risco para a classe capitalista.

A análise de Serrano é baseada no artigo do economista polonês Mikail Kalecki *Aspectos políticos do pleno emprego*, de 1943.¹⁰⁴ Segundo Serrano, Kalecki, em seu artigo *argumentou que (...) haveria forte oposição a um conjunto de políticas que implicassem na manutenção de condições próximas ao pleno emprego*

¹⁰¹ WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*, 2002: 25.

¹⁰² Tradução minha: " *the greatest forced redistribution of wealth in the history of the world, but its significance with respect to the capacity of economic power to effect political change should not be exaggerated or overemphasized.*" GILPIN, R. *War and change in world politics*, 1981: 208.

¹⁰³ Tradução minha: "did not appear to be a direct threat to the security interests of the United States. They did not challenge the international position of the United States and in some ways appeared to strengthen it." *Idem. Ibidem.*

¹⁰⁴ SERRANO, F. *Relações de poder e a política macroeconômica americana*, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, 2004: 184-186.

*em longo prazo*¹⁰⁵ devido algumas razões: (1) políticas de pleno emprego envolveriam forte participação do governo na economia, diminuindo *a importância da classe capitalista e do poder econômico na sociedade*; (2) aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores (político e econômico); (3) aumentaria a *demand por maior participação popular nas decisões do governo e nas decisões internas das grandes firmas*; (4) aumentaria pressões por aumentos salariais, entre outras.¹⁰⁶

Aplicando essa perspectiva em algumas épocas, Serrano menciona a *compressão das margens de lucros no final dos anos 1960* e como essa compressão, segundo a análise de Kalecki em 1943, poderia vir a levar à defesa de políticas contracionistas (ou, na linguagem empregada no FMI: políticas “austeras”) de modo a levar a uma recuperação dessas taxas de lucro. Segundo Serrano:

A compressão nas margens de lucro [detectada no final dos anos 1960] não causa diretamente uma crise ou redução no crescimento da economia. O que esta redução pode vir a causar é, como Kalecki já havia notado em seu artigo de 1943, uma mudança da orientação da política econômica numa direção contracionista que, em nome do controle da inflação, **produza desemprego suficiente para enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores** e permitir a restauração das condições gerais de rentabilidade e, em particular, a garantia de taxas de juro reais suficientemente positivas.¹⁰⁷ (grifo meu)

Esse processo, segundo a visão de Serrano, ocorre também no ano de 1979, quando os Estados Unidos aumentou as taxas de juros, dentro da dinâmica do “impulso desestabilizador”, citado por Fiori, e que deu início ao processo de “retomada da hegemonia norte-americana”, segundo Maria da Conceição Tavares (que será exposto a seguir). A respeito dessa política norte americana da elevação da taxa de juros, dentro da linha da política de diminuição do poder de barganha, diz Serrano:

Diga-se de passagem, a única recessão mais profunda [dos Estados Unidos] do pós-[Segunda] Guerra Mundial foi a do

¹⁰⁵ SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, 2004: 184.

¹⁰⁶ *Idem. Ibidem.*

¹⁰⁷ *Idem*: 193. Processo este que descreve o mesmo mecanismo descrito a seguir, referindo-se às reformas neoliberais a partir do final dos anos 1970, como um mecanismo de “restauração do poder econômico das classes mais altas”, segundo David Harvey.

início dos anos 1980, onde as políticas contracionistas foram usadas de propósito para derrubar a inflação e enfraquecer o poder de barganha da classe trabalhadora e dos Estados rivais; as políticas expansionistas foram retomadas, assim que estes objetivos foram sendo cumpridos.¹⁰⁸

Esse processo também é descrito por David Harvey, que menciona também os “ataques” aos sindicatos e aos poderes profissionais organizados, iniciados no governo Reagan em 1981,¹⁰⁹ e também por Fiori, que descreve a relação do avanço do neoliberalismo com a “diminuição do poder de barganha” das classes trabalhadoras, destacado por Serrano:

Nos Estados Unidos e na Inglaterra a sucessão de decisões que inaugurou a era conservadora [do neoliberalismo] foi paradigmática: primeiro iniciou-se o processo de desregulação financeira, mas quase ao mesmo tempo Margareth Thatcher usou mão de ferro para acabar com a greve dos mineiros do carvão, enquanto Ronald Reagan utilizava a lei Taft-Harley para intervir e derrotar, de forma exemplar, a greve dos controladores de voo. Logo em seguida reformaram-se as legislações trabalhistas reduzindo os direitos dos sindicatos e a possibilidade de greves. (...) Em todos os países, mesmo nos governados pelos partidos socialistas, como Espanha, França, Itália, Grécia e Portugal, o mundo do trabalho e dos sindicatos foi derrotado, no início dos anos 1980, perdendo direitos, empregos e salários. Uma derrota que adquiria tamanhas proporções com o avanço da década que vários autores chegaram a falar de uma ‘verdadeira vingança do capital contra o trabalho’. Até os anos noventa, o movimento sindical praticamente desapareceu do cenário político europeu e norte-americano colocado na defensiva pela força das novas legislações conservadoras e pelo medo do desemprego produzido pelas políticas deflacionistas.¹¹⁰

A esse mecanismo da política norte-americana, de tomar medidas que, apesar de afetarem ou não sua economia interna, acabam por conter o avanço econômico dos demais países (e, em alguns momentos, das forças ligadas ao trabalho), como expresso acima por Serrano, será dado o nome de “**política de**

¹⁰⁸ SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, 2004: 216.

¹⁰⁹ Segundo Harvey: “Reagan faced down PATCO, the air traffic controllers union, in a lengthy and bitter strike in 1981. This signaled an all-out assault on the powers of organized labour at the very moment when the Volcker-inspired recession was generating high levels of unemployment (10 per cent or more). But PATCO was more than an ordinary union: it was a white-collar union which had the character of a skilled professional association. It was, therefore, an icon of middle-class rather than working-class unionism.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 25.

¹¹⁰ FIORI, J. Globalização, hegemonia e império, 1998: 117.

contenção econômica” ou simplesmente, **“política de contenção”**.¹¹¹ Essa política de contenção do *hegemon* direcionada aos demais países, ou mesmo à classe dos trabalhadores assalariados em geral, diz respeito, não somente ao poder econômico, político e militar dos Estados Unidos, em valores absolutos, mas também em valores relativos aos demais países. A esse respeito, segundo Fiori, a posição hegemônica de um país *é sempre uma posição relativa que foi conquistada, durante algum tempo, por algum estado em particular, através da competição e da luta com outros estados que ambicionam a mesma posição*.¹¹²

Essa política de contenção pode ser sintetizada na frase do secretário de Estado norte americano (1973-1977) e ganhador do prêmio Nobel da paz em 1973, Henry Kissinger, pronunciada em 1979, referindo-se ao avanço econômico do Brasil: *‘Não admitiremos um outro Japão ao sul do equador’*.¹¹³ No mesmo ano, os Estados Unidos começaram a elevar a taxa de juros e, três anos depois, começa a crise da dívida externa latino-americana que, independente da relação existente entre o pronunciamento de Kissinger e os acontecimentos posteriores, leva, em parte, à contenção do crescimento econômico do Brasil dando início à chamada “década perdida”, em termos de crescimento econômico. A mesma idéia está expressa, do ponto de vista militar, na Doutrina Bush, de 2001, onde, num dos seus três pilares básicos está manifesto, segundo Márcio Aith: *Nossas forças serão firmes o bastante para dissuadir adversários potenciais de buscar uma escalada militar na esperança de ultrapassar ou se equiparar ao poderio dos Estados Unidos*.¹¹⁴

¹¹¹ No caso, no sentido de uma política de contenção econômica, e não no sentido da Guerra Fria, do *containment*, que se referia a uma política de contenção do avanço comunista, e que foi propagada a partir do ano de 1947, com a Doutrina Truman.

¹¹² FIORI, J. Estranha forma de governar o mundo, 2007.

¹¹³ CAROS AMIGOS. Entrevista de Bautista Vidal, 1997.

¹¹⁴ Trecho do documento "A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA", enviado por Bush ao Congresso em 20 de setembro de 2002. *Apud*: AITH, M. A nova doutrina americana, 2002.

A “restauração de um poder de classe” segundo David Harvey (perspectiva de classe)

David Harvey descreve um quadro na década de 1970, onde ocorre um avanço de partidos socialistas e comunistas, e de forças ligadas ao trabalho, dentro do continente europeu, como fruto de um descontentamento com a crise instalada em meados da década de 1970.¹¹⁵ Diante desse avanço, Harvey analisa a expansão do neoliberalismo como a “restauração de um poder de classe” ou *“restauração/reconstituição do poder das classes governantes”*¹¹⁶ que significa um processo voltado para *restabelecer as condições para a acumulação de capital e para restaurar o poder de elites econômicas*¹¹⁷ ou para a *restauração de poder para uma elite econômica ou classe mais alta nos Estados Unidos e em outros lugares nos países capitalistas avançados*.¹¹⁸ A partir daqui, portanto, a expressão “restauração de um poder de classe” será utilizada para se referir a essa idéia presente na obra de David Harvey.

Porém, sendo importante ressaltar, que, tanto do ponto de vista da análise de Harvey, em diversos trechos de sua obra, como do ponto de vista da atual dissertação, essa restauração de poder de uma elite econômica, se dá em indivíduos que moram tanto nos países “capitalistas avançados”, como nos países “em desenvolvimento”. Haja vista os inúmeros exemplos, citados por Harvey, como as “minorias étnicas chinesas” na Indonésia, Malásia e Filipinas;¹¹⁹ o despontar das “sete oligarquias na Rússia”;¹²⁰ entre outros ramos que serão analisados a seguir. Segundo Harvey:

¹¹⁵ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 15.

¹¹⁶ *Idem*: 152.

¹¹⁷ Tradução minha: “...re-establish the conditions for capital accumulation and to restore the power for economic elites”. *Idem*: 19.

¹¹⁸ Tradução minha: “... restoration of power to an economic elite or upper class in US and elsewhere in the advanced capitalist countries”. *Idem*: 29.

¹¹⁹ *Idem*: 31-32.

¹²⁰ *Idem*: 32.

In the US the control of wealth (as opposed to income) by the top 1 per cent of the population had remained fairly stable throughout the twentieth century. But in the 1970s it plunged precipitously (Figure 1.2) as asset values (stock, property, savings) collapsed. The upper classes had to move decisively if they were to protect themselves from political and economic annihilation.¹²¹

Em seguida, Harvey analisa que o golpe de Estado no Chile e a posse pelos militares na Argentina, promovidos pelas classes internas mais altas (chilenas e argentinas) apoiadas pelos Estados Unidos, apresentaram uma espécie de solução para essa ameaça de “aniquilação política e econômica” das classes mais altas.

Segundo Harvey:

The coup in Chile and the military takeover in Argentina, promoted internally by the upper classes with US support, provided one kind of solution. The subsequent Chilean experiment with neoliberalism demonstrated that the benefits of revived capital accumulation were highly skewed under forced privatization. The country and its ruling elites, along with foreign investors, did extremely well in the early stages. Redistributive effects and increasing social inequality have in fact been such a persistent feature of neoliberalization as to be regarded as structural to the whole project.¹²²

Harvey diz que, após a Segunda Guerra Mundial, os acordos internacionais mostravam que o poder econômico das classes mais altas deveria ser controlado e que os trabalhadores deveriam ter acesso a uma maior parcela da renda total. Expõe então os dados da distribuição de renda nos Estados Unidos dos 1 por cento mais ricos onde: antes da Segunda Guerra Mundial, era de 16 por cento e caiu para menos de oito por cento após a Segunda Guerra Mundial, permanecendo perto

¹²¹ Tradução minha: “Nos Estados Unidos o controle da riqueza (em oposição ao da renda) pelos um por cento mais ricos da sua população permaneceu razoavelmente estável durante o século XX. Mas na década de 1970 ele caiu precipitadamente assim que os valores dos bens (ações, propriedades e poupanças) colapsaram. As classes mais altas teriam que se movimentar decisivamente se elas quisessem se proteger de uma aniquilação política e econômica.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 15.

¹²² Tradução minha. “O golpe no Chile e na Argentina, promovidos internamente pelas classes mais altas com o suporte dos EUA, forneceram um tipo de solução. O experimento subsequente do Chile com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios para a restauração de uma acumulação de capital foram altamente enviesadas sob o processo de privatização forçada. O país e suas classes governantes, juntamente com investidores estrangeiros, atuaram extremamente bem nos estágios iniciais. Efeitos distributivos e desigualdade social crescente têm sido, de fato, um traço tão persistente do neoliberalismo que podem ser tratados como pontos estruturais em todo o projeto.” *Idem*: 15-6. Harvey se baseia na pesquisa de Gerard Duménil e Dominique Lévy que “após uma reconstrução cuidadosa das informações, concluíram que o neoliberalismo foi, desde o seu começo, um projeto para se alcançar a restauração de um poder de classe”.

dessa média durante aproximadamente três décadas (ou seja, de 1945 até meados dos anos 1970).¹²³

Porém, Harvey argumenta que, enquanto o crescimento da economia mundial continuava forte, esse controle da acumulação da riqueza por parte das classes mais altas não apresentava nenhum problema, até o momento que o quadro começou a mudar a partir dos anos 1970, quando o ritmo do crescimento da economia mundial começou a cair. A partir daí, essa restrição da acumulação das classes mais altas passa a representar uma ameaça à sua posição política e econômica.¹²⁴

Esse quadro da repartição da renda, que estava ameaçando as classes mais altas na década de 1970, foi revertido após as reformas neoliberais iniciadas a partir de meados da década de 1970, e essas classes, no final do século XX, passaram a desfrutar novamente de uma participação maior na repartição da renda nacional. Segundo Harvey:

After the implementation of neoliberal policies in the late 1970s, the share of national income of the top 1 per cent of income earners in the US soared, to reach 15 per cent (very close to its pre –Second World War share) by the end of the century. The top 0.1 per cent of income earners in the US increased their share of the national income from 2 per cent in 1978 to over 6 per cent by 1999, while the ratio of the median compensation of workers to the salaries of CEOs increased from just over 30 to 1 in 1970 to nearly 500 to 1 by 2000.¹²⁵

¹²³ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 15.

¹²⁴ *Idem. Ibidem.* Luiz Gonzaga Belluzzo, em sua análise a respeito das mudanças ocorridas após os anos 1970, aborda essa questão, ao referir-se ao “conflito distributivo” que acabou por minar as convenções que haviam sustentado o longo período de crescimento desde o pós-Segunda Guerra Mundial até os anos 1970, com a presença de uma intensificação das disputas trabalhistas nos EUA e na Europa. Belluzzo, L. *Dinheiro e as configurações da riqueza*, 1997: 172-173.

¹²⁵ Tradução minha: “Após [o começo da] implementação das políticas neoliberais no final dos anos 1970, a porção da renda nacional dos um por cento mais ricos nos Estados Unidos elevaram-se [dos 8 por cento da renda nacional de 1945 a 1970] para [recuperar] os 15 por cento (bem próximos da porção referente ao pré-Segunda Guerra Mundial) no final do século. Os 0,1 por cento mais ricos nos Estados Unidos aumentaram sua porção na renda nacional de 2 por cento em 1978 para mais de 6 por cento por volta de 1999, enquanto que a razão entre o salário médio dos trabalhadores e os salários dos altos executivos (os Ceos) aumentou de 30 para 1 em 1970 para aproximadamente 500 para 1 em 2000.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 16.

Harvey segue sua análise mostrando que esse aumento de poder econômico de pequena parcela da sociedade, não se deu apenas nos Estados Unidos, mas também no Reino Unido a partir de 1982, e em países em desenvolvimento, como na Rússia e no México.¹²⁶

Paralelamente ao aumento de poder econômico e concentração de renda das classes mais altas, surgem também: o aumento das desigualdades sociais registradas entre as classes sociais pertencentes aos países da OCDE –Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a partir da década de 1980; assim como o aumento da distância entre as pessoas que vivem nos países mais ricos *vis-à-vis* as que vivem nos países mais pobres, que aumentou bastante do ano de 1960 para o ano de 1990, sendo esse aumento ainda maior se analisado de 1990 para 1997.¹²⁷

Porém, alguns países conseguem conter esse aumento da desigualdade no final do século XX, como diversos países do Leste e Sudeste Asiático e a França. Harvey concluiu que as evidências sugeriram fortemente que a *guinada neoliberal é, de certa forma e em certo grau, associada com a restauração ou reconstrução do poder de elites econômicas.*¹²⁸

Harvey apresenta duas interpretações possíveis à expansão do neoliberalismo a partir dos anos 1970: como um “projeto utópico” ou como um “projeto político”. O projeto utópico visaria *realizar um design teórico voltado para a reorganização do capitalismo internacional.*¹²⁹ Já o projeto político, visaria *restabelecer as condições para a acumulação de capital e restaurar o poder de*

¹²⁶ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 17. Harvey menciona o caso da Rússia, ao se referir ao aparecimento de uma oligarquia pequena e poderosa após a “terapia de choque” neoliberal durante a década de 1990. Harvey cita também o caso do México, onde o processo de privatização após 1992 levou determinados indivíduos, como Carlos Slim, a ingressar na lista dos homens mais ricos do mundo. HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 19.

¹²⁷ *Idem. Ibidem.*

¹²⁸ Tradução minha. “... the neoliberal turn is in some way and to some degree associated with the restoration or reconstruction of the power of economic elites.” *Idem. Ibidem.*

¹²⁹ Tradução minha: “... realize a theoretical design for the reorganization of international capitalism”. *Idem. Ibidem.*

elites econômicas.¹³⁰ Harvey tende a acreditar, entretanto, no neoliberalismo como sendo uma expressão mais fortemente relacionada com o projeto político de restauração de um poder de classe, como será analisado no capítulo dois da atual dissertação.

Visto que Harvey fala da “restauração de um poder de classe”, é de fundamental importância expor a visão e a análise do autor a respeito do que seria esse “poder de classe”.

A definição de “poder de classe” segundo David Harvey

Harvey, após lançar a perspectiva da guinada neoliberal como a restauração de um poder de classe, pergunta: *mas o que exatamente está significando aqui o termo ‘classe’*.¹³¹ O autor comenta que o conceito de classe pode ser considerado “nebuloso” ou mesmo “dúbio” e, portanto, representa um problema, pois, uma vez que esteja sendo levantada a hipótese de que a expansão do neoliberalismo tenha sido um meio para a restauração de um poder de classe, há que se saber quais forças sociais impulsionaram o neoliberalismo e quais se beneficiaram de suas reformas. Nas palavras de Harvey:

If neoliberalization has been a vehicle for the restoration of a class power, then we should be able to identify the class forces behind it and those that have benefited from it. But this is difficult to do when ‘class’ is not a stable social configuration.¹³²

Essa configuração não-estável das classes sociais acaba por apresentar dois tipos de processos de restauração: um, onde os poderes tradicionais são restaurados; e outro, onde novas configurações de classe social se inserem nas

¹³⁰ Tradução minha: “... re-establish the conditions for capital accumulation and to restore the power of economic elites”. HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 19.

¹³¹ Tradução minha: “but what exactly is meant here by ‘class?’”. *Idem*: 31.

¹³² Tradução minha: “Se a expansão do neoliberalismo foi um veículo para a restauração de um poder de classe, então nós deveríamos ser capazes de identificar as forças sociais por trás e aquelas que se beneficiaram [dessa expansão]. Mas isso é difícil de fazer quando [o termo] ‘classe’ [não se refere a] uma configuração social estável.” *Idem. Ibidem*.

camadas mais altas.¹³³ Harvey cita então, exemplos de reconfiguração das classes mais altas no Reino Unido e nos Estados Unidos. No Reino Unido, Margareth Thatcher atacou formas tradicionais de poder, como: setores da aristocracia dominantes no setor militar e no judiciário, a elite financeira da *City* de Londres e alguns segmentos da indústria; e apoiou (e foi apoiada por) empresários mais “impetuosos” e “novos ricos”, deixando a ala mais tradicional do seu Partido Conservador “estarecida”.¹³⁴ Enquanto que nos Estados Unidos ocorreu a ascensão dos financistas e dos *CEOs*¹³⁵ das grandes corporações, juntamente com atores ligados à área de informática, Internet e mídia.¹³⁶

Então, Harvey chega à conclusão de que *enquanto o neoliberalismo pode ter tido relação com a restauração de um poder de classe, isso não significa necessariamente a restauração do poder econômico para as mesmas pessoas.*¹³⁷

Em seguida, Harvey cita as diferentes formações e “re-formações” de identidades de classe nas diferentes partes do mundo. Na Indonésia, Malásia e Filipinas o poder econômico se concentrou nas minorias étnicas chinesas; na Austrália e nos Estados Unidos, esse poder se concentrou fortemente nas atividades comerciais; e na Rússia, na ascensão das sete oligarquias após o colapso da União Soviética.¹³⁸

¹³³ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 31.

¹³⁴ *Idem. Ibidem.*

¹³⁵ CEO significa “chief executive officer” ou “chief executive”. Seria o mais alto cargo administrativo dentro de uma empresa. O termo pode ser utilizado para se referir também a integrantes de altos escalões dentro de uma companhia. Segundo a Wikipedia: “is the highest-ranking corporate officer, administrator, corporate administrator, executive, or executive officer in charge of total management of a corporation, company, organization, or agency. In internal communication and press releases, many companies capitalize the term and those of other high positions even when they are not proper nouns”. Fonte: <http://64.233.169.104/search?q=cache:85oPCoz1JcwJ:en.wikipedia.org/wiki/CEO+ceo&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br> acesso em 5 de janeiro de 2008.

¹³⁶ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 31.

¹³⁷ Tradução minha: ““while neoliberalization may have been about the restoration of class power, it has not necessarily meant the restoration of economic power to the same people”.¹³⁷ Outra importante conclusão a que chega é a de que: “as, the contrasting cases of the US and Britain illustrate, ‘class’ means different things in different places, and in some instances (for example in the US) it is often held to have no meaning at all”. *Idem. Ibidem.*

¹³⁸ *Idem*: 31-32.

Entretanto, a despeito da variedade de formas que as elites econômicas tomaram nos diversos países do mundo, Harvey identificou algumas direções tomadas pelo poder econômico a partir dos anos 1970. A primeira direção foi para o poder de classe voltado para a fusão ligada aos privilégios de propriedade e gerenciamento das empresas capitalistas, que antes se encontravam separados. Processo este que foi viabilizado pela obtenção de ações por parte dos CEOs.¹³⁹ A segunda direção foi para o poder que se formou através da diminuição da distância entre os atores econômicos ligados ao setor financeiro e os atores ligados mais diretamente ao setor produtivo da economia.¹⁴⁰ Nos anos 1980, começou a se tornar mais comum que as corporações industriais passassem a compensar perdas no setor produtivo com ganhos no setor financeiro.¹⁴¹ As reformas de liberalização dos mercados¹⁴² incentivaram o aumento das atividades especulativas gerando uma transferência de poder “inquestionável” do setor produtivo para o setor financeiro.¹⁴³ Nesse segundo grupo que teve seu poder aumentado a partir dos anos 1970, encontram-se os CEOs, que eram *os operadores chaves nos comitês*

¹³⁹ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 32.

¹⁴⁰ *Idem. Ibidem.* Harvey descreve que nos anos 1960, no Reino Unido, por exemplo, havia um conflito de interesses entre os financistas da *City* de Londres e os donos das grandes corporações industriais. Mas, segundo Harvey, nos anos 1970, parte desse conflito foi desaparecendo, pois as grandes corporações industriais passaram a atuar mais intensamente no setor financeiro paralelamente às atividades produtivas.

¹⁴¹ Esse processo, porém, foi acompanhado com o fenômeno, crescente ao longo das décadas a partir de 1960, da financeirização da economia, isto é, aumento das atividades voltadas para a obtenção de lucro, não conectadas com o processo de produção-distribuição e venda de bens e serviços, mas sim, com a procura por compra de ativos financeiros (ações, títulos do governo, moedas, etc.) a preços baixos e venda a preços altos. Segundo a definição de Nicholas Kaldor, atividades especulativas são baseadas numa “previsão de mudança nos preços existentes, e não [em] alguma vantagem ligada ao uso daquele bem, a uma transformação do mesmo ou à transferência de um mercado para outro”. *Apud* CHESNAIS, F. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*, 1998: 259.

¹⁴² Fim dos mecanismos de controle, por parte dos governos, da entrada e saída de capital de curto prazo no país.

¹⁴³ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 33. Nesse processo de deslocamento para o mundo das finanças, que também acarreta um deslocamento de poder, os países do G-7, passaram, juntamente com as instituições internacionais do Banco Mundial e do FMI, a apoiar fortemente todas as reformas que aumentassem o poder econômico e político dos detentores do poder financeiro, através da propagação e, em alguns momentos, da imposição de reformas liberalizantes nos diversos países em desenvolvimento durante os anos 1990 (sendo que os próprios países capitalistas centrais já haviam adotado tais reformas nos seus próprios países).

*das corporações, e os líderes nos aparatos financeiros, legais e técnicos (...) da atividade capitalista.*¹⁴⁴

Porém, não somente os CEOs ganharam poder nesse período, visto que, o surgimento de novas estruturas comerciais levaram ao surgimento de novas formações de classe com: indivíduos que formaram fortunas atuando na área de biotecnologia e tecnologia da informação (como Bill Gates), indivíduos nos países periféricos que enriqueceram devido ao processo de privatização (como Carlos Slim no México) e outros processos mais.¹⁴⁵

Essa restauração de um poder de classe passou a concentrar nas mãos de poucos indivíduos um enorme poder econômico e político. Segundo Harvey:

While there are obvious links between these sorts of activities and the world of finance, the incredible ability not only to amass large personal fortunes but to exercise a controlling power over large segments of the economy confers on these few individuals immense economic power to influence political process.¹⁴⁶

Tal poder se destaca ainda mais, visto que o poder econômico dessa classe é visivelmente maior *vis-à-vis* o poder econômico do restante da população mundial. Segundo Harvey, nos anos 1990, a renda aumentou seu nível de concentração de tal forma que: em 1996 a riqueza líquida das 358 pessoas mais ricas do mundo equivalia à soma da renda de 2,3 bilhões de pessoas dentro da camada dos 45 por cento mais pobres do mundo; além disso, as 200 pessoas mais ricas do mundo, mais do que dobraram sua riqueza líquida de 1994 a 1998 para mais de um trilhão

¹⁴⁴ Tradução minha: "the key operators on corporate boards, and the leaders in the financial, legal, and technical apparatuses (...) of capitalist activity". HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 33.

¹⁴⁵ Harvey cita vários exemplos: (1) indivíduos que fizeram fortuna na área de biotecnologia e de tecnologias da informação, como Bill Gates e Paul Allen; (2) indivíduos que possuíam relações privilegiadas com o poder estatal, como os dois comerciantes que atuavam próximos ao presidente Suharto na Indonésia; (3) Carlos Slim, no México, que, no processo de privatização ocorrido no seu país, tomou posse do sistema de telecomunicações que se transformou rapidamente num enorme império conglomerado; (4) nos Estados Unidos, Harvey cita o exemplo da família Walton que ficou "imensamente" rica juntamente com a conquista de uma posição dominante no comércio varejista nos Estados Unidos da rede de lojas Wal-Mart, que também se integrou com linhas de produção chinesas e em outras partes do mundo. *Idem*: 34.

¹⁴⁶ Tradução minha: "Enquanto existem óbvias ligações entre esses tipos de atividades e o mundo das finanças, a incrível habilidade, não apenas de acumular enormes fortunas pessoais, mas também de exercer um poder de controle sobre grandes segmentos da economia, confere a esses poucos indivíduos um imenso poder econômico para influenciar no processo político." *Idem. Ibidem*.

de dólares; e, finalmente, os bens dos três maiores bilionários do mundo eram, em 1998, equivalentes ao Produto Nacional Bruto de todos os países menos desenvolvidos com seus 600 milhões de habitantes.¹⁴⁷

Nesse processo de grande poder de influência política nas mãos de poucos indivíduos com grande poder econômico, surge uma questão colocada por Harvey: essa nova configuração de classe deve ser considerada transnacional ou, deve ser considerada como baseada *exclusivamente dentro dos parâmetros do Estado-nação?*¹⁴⁸

Em resposta, David Harvey argumenta que indivíduos com grande poder econômico teriam interesses conectados a Estados nacionais específicos, visto que utilizam o aparato estatal para obter vantagens e proteções de suas atividades econômicas. Mas também teriam interesses econômicos e políticos que transcendem as barreiras nacionais devido às conexões internacionais históricas existentes entre as diferentes classes capitalistas nacionais.¹⁴⁹

Apesar de determinados indivíduos, detentores de grande poder político e econômico, terem uma influência em mais de um país¹⁵⁰ (como Rupert Murdoch, Carlos Slim no México, o Grupo Salim na Indonésia entre outros), Harvey argumenta que eles se apóiam e se beneficiam de aparatos estatais específicos, influenciando e “exercendo poder de classe” em um ou mais países.¹⁵¹

¹⁴⁷ Fonte: United Nations Development Program, *Human Development Report, 1996* (New York: Oxford University Press, 1996) 2 e *Human Development Report, 1999*, 3. Apud HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005:34-35.

¹⁴⁸ Tradução minha: “... exclusively within the parameters of the nation-state”. *Idem*: 35.

¹⁴⁹ A esse respeito, Harvey menciona os períodos das atividades coloniais e neocoloniais e também, as conexões transnacionais existentes entre os diversos protagonistas da atividades econômica e financeiras desde os século XIX (ou mesmo antes). *Idem. Ibidem*.

¹⁵⁰ Para citar um exemplo, de que interesses ligados a Estados nacionais se somam a interesses voltados para atividades que transcendem barreiras nacionais, Harvey citou Rupert Murdoch, dono de um império midiático global que começou sua carreira na Austrália, se concentrou no Reino Unido e veio a adquirir cidadania norte-americana. Murdoch, segundo Harvey, exerceria influência nos três países ao mesmo tempo, como no caso da invasão dos Estados Unidos ao Iraque em 2003, onde todos os 247 editores do seu jornal mundial (“supostamente independentes”) deram suporte a ela. *Idem. Ibidem*.

¹⁵¹ *Idem*: 35-36.

E, concluindo sua análise a respeito do poder de classe, Harvey chama atenção para a existência de possíveis conflitos e complementaridades entre os membros desse poder de classe que se encontram espalhados pelo mundo.

Do ponto de vista das complementaridades, indivíduos detentores de grande poder, podem apresentar interesses comuns e até mesmo, (como disse Cox ao se referir à classe gerencial transnacional) terem *sua própria ideologia, estratégia e instituições de ações coletivas, sendo uma classe em si e para si*.¹⁵² Nessa linha, Harvey argumenta que, a despeito de conflitos e complementaridades, as elites econômicas e políticas apresentam interesses comuns e se encontram regularmente em conferências internacionais para troca de idéias e planejamento de ações futuras. Segundo Harvey:

While this disparate group of individuals embedded in the corporate, financial, trading, (...) worlds do not necessarily conspire as a class, and while there may be frequent tensions between them, they nevertheless possess a certain accordance of interests that generally recognizes the advantages (...) to be derived from neoliberalization. They also possess, through organizations like the World Economic Forum at Davos, means of exchanging ideas and of consorting and consulting with political leaders. They exercise immense influence over global affairs and possess a freedom of action that no ordinary citizen possess.¹⁵³

O impulso desestabilizador da classe governante, segundo David Harvey, e sua relação com a “restauração de um poder de classe”: o processo de “acumulação via desapropriação”

¹⁵² Tradução minha: “At the apex of an emerging global class structure is the transnational managerial class. Having its own ideology, strategy and institutions of collective action, it is a class both in itself and for itself”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1986: 234.

¹⁵³ Tradução minha: “Enquanto esse diversificado grupo de indivíduos inseridos no mundo corporativo, financeiro e do comércio não necessariamente conspiram como uma classe, e enquanto pode haver tensões frequentes entre eles, eles, mesmo assim, possuem uma certa conformidade de interesses que geralmente reconhecem as vantagens (...) derivadas do neoliberalismo. Eles também possuem, através de organizações como o Fórum Econômico em Davos, meios de trocar idéias e de se harmonizarem e consultarem líderes políticos. Eles exercem uma influência imensa sobre as questões globais e possuem uma liberdade de ação que nenhum cidadão ordinário possui.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 36.

O impulso desestabilizador da hiper-potência, segundo Fiori, também é mencionado por David Harvey, porém, não se referindo à hiper-potência, mas a um mecanismo de “restauração/reconstituição do poder da classe governante”.

Segundo Harvey, o neoliberalismo pode ser visto como *um mero exemplo de uma teoria errônea aplicada vorazmente (como a visão de Stiglitz) ou [como] a busca insensata por uma utopia falsa (como o caminho do político conservador e filósofo John Gray)*.¹⁵⁴ Haveria então uma tensão entre essas visões (de Stiglitz e Gray) que criticam o neoliberalismo, porém sustentam o capitalismo, e a visão de Harvey que vê o neoliberalismo como um mecanismo de restauração/reconstituição do poder de uma classe.¹⁵⁵

Harvey continua seu raciocínio mencionando os alertas de “vozes sadias” entre os capitalistas que falam de grandes probabilidades de uma crise financeira global nos próximos cinco anos (isto é, a partir de 2003 até 2008). Porém, a atitude de dar atenção a possibilidade de uma crise financeira séria no futuro, poderia significar, segundo Harvey, a um retrocesso na acumulação de poder e riqueza das classes capitalistas mais altas.

Harvey argumenta que, em outros momentos da história, como em 1873 ou 1920, as elites se encontraram diante do dilema de ter que enfrentar a instauração de uma crise financeira séria ou de ter que perder alguns privilégios. E, nesse caso, essas elites, *insistindo na natureza sagrada dos seus direitos de propriedade, preferiram o ‘crash’ do sistema a abrir mão de qualquer um dos seus privilégios ou do seu poder*.¹⁵⁶ Tal escolha não significaria que essas elites tivessem esquecido de seus interesses. Pelo contrário, *caso elas soubessem se posicionar bem, como*

¹⁵⁴ Tradução minha: “merely an example of erroneous theory gone wild (*pace* the economist Stiglitz) or a case of senseless pursuit of a false utopia (*pace* the conservative political philosopher John Gray).” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 36.

¹⁵⁵ *Idem*: 152-153.

¹⁵⁶ Tradução minha: “insisting on the sacrosanct nature of their property rights, preferred to crash the system rather than surrender any of their privileges and power.” *Idem*: 153.

'advogados especializados em falências', poderiam obter lucros do colapso enquanto que o resto [das pessoas eram pegos] pelo dilúvio.¹⁵⁷

Nesse processo, entretanto, existe o risco de alguns membros dessa elite serem pegos, mas, segundo Harvey, isso não é a norma. Concluindo, Harvey diz que o único medo dessas classes governantes é o fortalecimento de *movimentos políticos que lhes ameacem com desapropriação ou violência* revolucionária; e que essas elites, raramente, *se já o fizerem alguma vez, entregaram voluntariamente qualquer parte do seu poder*. Harvey argumenta então que *não vê nenhuma razão para acreditar que elas irão fazer dessa vez*.¹⁵⁸

Nesse caso, o estilo de política adotado pelo poder de classe seria representado, segundo Harvey, pela expressão, *après moi le deluge*, expressão em francês que significa, "depois de mim, o dilúvio": uma expressão que geralmente é utilizada para se referir a uma pessoa, governante, ou empresário que *utiliza meios para conseguir seus objetivos sem se importar com o futuro imediato, consumindo de forma predatória ou vandálica os elementos de que dispõe num determinado momento*.¹⁵⁹ A esse respeito, diz Harvey:

If the preferred policy of ruling elites is *après moi le deluge*, then the deluge largely engulfs the powerless (...) while elites have well-prepared arks in which they can, at least for a time, survive quite well (...) it is ordinary people who suffer, starve, and even die in the course of capitalist crises (examine Indonesia and Argentina) rather than the upper classes.¹⁶⁰

¹⁵⁷ Tradução minha: "if they position themselves aright they can, like good bankruptcy lawyers, profit from a collapse while the rest of us are caught most horribly in the deluge". HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 153.

¹⁵⁸ Tradução minha: "is of political movements that threaten them with expropriation or revolutionary violence. (...) ruling classes rarely, if ever, voluntarily surrender any of their power and I see no reason to believe they will do so this time". *Idem. Ibidem*.

¹⁵⁹ SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*, 2006: 43.

¹⁶⁰ Tradução minha: "Se as políticas preferenciais das elites governantes são *après moi le deluge*, então, o dilúvio irá largamente afogar os que não têm poder (...) enquanto que as elites terão preparado bem suas arcas nas quais eles podem, pelo menos por algum tempo, sobreviver bem. [Visto que] são as pessoas ordinárias que sofrem, passam fome, e até morrem, no curso de crises capitalistas (como os casos da Indonésia após 1997 e da Argentina em 2001) e não as classes mais altas." HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 153.

Somado à postura das classes mais altas, de preferir à instalação de uma crise ao invés da perda de seus privilégios, está, segundo Harvey, o **mecanismo de criação, gerenciamento e manipulação de crises**¹⁶¹, que “evoluiu” com o tempo, propiciando o mecanismo de **acumulação via desapropriação**.¹⁶²

A respeito desse processo, Harvey cita o caso da dívida externa latino-americana –ou da “armadilha da dívida”– nos anos 1980, (que será objeto de análise no capítulo 4) como um meio de criação de acumulação via desapropriação. Segundo Harvey: *a criação, gerenciamento e manipulação de crises, no atual estágio do mundo, têm evoluído na direção da fina arte da redistribuição planejada da riqueza dos países pobres para os ricos*.¹⁶³

Nesse sentido, Harvey cita o impacto que a política de elevação da taxa de juros dos Estados Unidos em 1979 teve no México e como essa medida propiciou a criação de um fluxo de recursos desse país para os Estados Unidos. Com essa medida *os Estados Unidos pavimentaram o caminho para a pilhagem da economia mexicana*.¹⁶⁴ Harvey cita também o mesmo processo na crise asiática nos anos 1990 (que será objeto de análise nos capítulos 5 e 6). Segundo Harvey:

This [process, of accumulation by dispossession], was what the US Treasury–Wall Street–IMF complex became expert at doing everywhere. Greenspan at the Federal Reserve deployed the same Volcker tactic several times in the 1990s. Debt crises in individual countries, uncommon during the 1960s, became very frequent during the 1980s and 1990s. Hardly any developing country remained untouched, and in some cases, as in Latin America, such crises became endemic. These debt crises were orchestrated, managed, and controlled both to rationalize the system and to redistribute assets.¹⁶⁵

¹⁶¹ Tradução minha: “... crisis creation, management, and manipulation”. HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 162.

¹⁶² Tradução minha: “accumulation by dispossession”. *Idem. Ibidem*. O processo de “acumulação via desapropriação” (accumulation by dispossession) segundo Harvey, compreende quatro processos: 1. privatização e “commoditização” (privatization and commoditization); 2. financeirização; 3. o gerenciamento e a manipulação de crises, e 4. políticas de redistribuição do Estado. *Idem*: 160-165.

¹⁶³ Tradução minha: “Crisis creation, management, and manipulation on the world stage has evolved into the fine art of deliberative redistribution of wealth from poor countries to the rich.” *Idem*: 162.

¹⁶⁴ Tradução minha: “the US paved the way to pillage the Mexican economy”. *Idem. Ibidem*.

¹⁶⁵ Tradução minha: “Foi [esse processo de acumulação via desapropriação] que o ‘complexo Tesouro dos EUA-Wall Street-FMI’ se tornou *expert* em fazer em todo lugar. Greenspan no *Federal Reserve* aplicou a mesma tática de Paul Volcker várias vezes nos anos 1990. As

Nessa linha, Harvey cita o levantamento, feito por Joseph Stiglitz, a respeito do fluxo de capital dos países pobres para os ricos no processo de renegociação das dívidas externas desde os anos 1980 onde, segundo Stiglitz: *mais de cinquenta Planos Marshall (mais de 4,6 trilhões de dólares) têm sido mandados pelas pessoas da periferia para seus credores no centro. Que mundo peculiar em que os países pobres subsidiam os mais ricos.*¹⁶⁶

Portanto, em síntese, esse impulso desestabilizador das elites políticas e econômicas, além de ser acionado com o intuito de manutenção da sua posição de centralidade, proporciona, através da *criação, gerenciamento e manipulação de crises*, a obtenção de lucros, por parte dessas classes, através do processo de “acumulação via desapropriação”. Impulso desestabilizador, política de contenção e restauração de poder de classe acabam por se complementar. Sendo a atual dissertação voltada para estudar qual é o papel do FMI dentro desse processo.

A retomada da hegemonia norte-americana, a partir de 1979, segundo Maria da Conceição Tavares (perspectiva do *hegemon*)

O foco maior da pesquisa está na relação da atuação do FMI com a restauração de um poder de classe, dentro de uma perspectiva de classe. Porém, também será abordada a perspectiva a partir dos Estados nacionais. Devido à forte influência que os Estados Unidos exerce sobre o FMI, analisar os interesses desse país no período estudado e sua influência sobre a economia política internacional, ajuda a compreender a “estrutura para a ação” (Cox) na qual o FMI atuou.

crises da dívida em diversos países, não usuais nos anos 1960, se tornaram bastante freqüentes nos anos 1980 e 1990. Quase nenhum país em desenvolvimento ficou intocado, e, em alguns casos, como na América Latina, tais crises se tornaram endêmicas. Essas crises da dívida externa foram orquestradas, gerenciadas e controladas para racionar o sistema e redistribuir bens.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 162.

¹⁶⁶ Tradução minha: “Since 1980, it has been calculated, ‘over fifty Marshall Plans (over US\$ 4.6 trillion) have been sent by the peoples at the Periphery to their creditors in the Center. What a peculiar world in which the poor countries are in effect subsidizing the richest.” *Idem. Ibidem*. É justamente o jogo de forças políticas e econômicas por trás desse processo de renegociação da dívida externa latino-americana (com estudo de caso do Brasil) e da busca de solução diante das crises financeiras que alcançaram a Tailândia e a Coréia do Sul a partir de 1997, que será estudado, nos capítulos 4 e 6 da atual dissertação, a atuação do FMI.

Para tanto, será apresentado, em linhas gerais, o processo da “retomada da hegemonia norte-americana” apresentado por Maria da Conceição Tavares em artigo de 1985,¹⁶⁷ para, durante a dissertação, ser feita uma análise de como o FMI ajudou nesse processo.

Enquanto que o avanço do neoliberalismo pode estar associado a uma restauração de um poder de classe –na perspectiva das classes–, ele também pode estar associado à retomada da hegemonia norte-americana –na perspectiva dos Estados nacionais.

Em meados dos anos 1970, muitos falavam da perda de poder e da posição hegemônica dos Estados Unidos frente ao mundo, devido a diversos fatos históricos como: a ruptura desse país com os acordos de Bretton Woods em 1971, o aumento do preço do petróleo pela Opep em 1973, a derrota na Guerra do Vietnã em 1973-1975, entre outros. A idéia de que a hegemonia norte-americana estava declinando ainda circulava no início dos anos 1980. Porém, Tavares, em seu artigo de 1985, chamava atenção para o fato de que os Estados Unidos, a partir da elevação da sua taxa de juros, em setembro de 1979, iniciou um processo de retomar sua posição hegemônica, fortalecendo a posição do dólar na economia internacional e “enquadrando” todos os países do mundo no que se refere a suas políticas econômicas. Segundo Tavares:

O fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. Em verdade, seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos, não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a ‘única possível’.¹⁶⁸

Essa capacidade, dos Estados Unidos enquadrar os demais países, pode estar relacionada com: o processo, analisado por Cox, de “internacionalização do

¹⁶⁷ O tema é amplamente estudado e desenvolvido nas obras *Poder e Dinheiro; Estados e Moedas e Poder Americano* e não será tema de discussão aprofundada nessa pesquisa.

¹⁶⁸ TAVARES, M. A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 28-29.

Estado” norte-americano; o impulso desestabilizador da hiper-potência, e com a política de contenção econômica dos demais países. Processos nos quais o FMI desempenhou um papel estratégico. A descrição da dinâmica do jogo de forças políticas e econômicas ocorrida nas crises no Reino Unido em 1976, França no início da década de 1980, América Latina nos anos 1980 e, finalmente, Tailândia e Coreia do Sul em 1997, ajudam na compreensão de como se deu, em parte, esse processo de enquadramento por parte dos Estados Unidos e como este país conseguiu exercer uma pressão sobre os governantes dos demais países, de modo que estes viessem a realizar reformas que eram do interesse norte-americano.

O processo de retomada da hegemonia norte-americana, iniciado em 1979, afetou fortemente o continente latino-americano na década de 1980, devido ao aumento do volume das dívidas externas desses países para com os grandes bancos credores norte-americanos. Portanto, o primeiro *item* do capítulo 4 –relativo à atuação do FMI na crise da dívida externa latino-americana– tratará, em linhas gerais, da descrição de Tavares a respeito desse processo.

As diversas visões a respeito do FMI

Segundo Reinaldo Gonçalves, as instituições multilaterais (FMI, OMC, Banco Mundial, etc.) *são usadas para ‘enquadrar’ países em desenvolvimento mergulhados em crises cambiais*¹⁶⁹ enquanto que o FMI e o Banco Mundial seriam *instrumentos de política externa dos países desenvolvidos em geral, e dos Estados Unidos em particular*,¹⁷⁰ visto que, no sistema de cotas do FMI, os países mais ricos economicamente possuem maior poder de voto na instituição e acabam por controlar a sua alocação de recursos, tanto no FMI, como também nas demais organizações internacionais. Segundo Gonçalves, essas organizações internacionais

¹⁶⁹ GONÇALVES, R. *O nó econômico*, 2003: 59.

¹⁷⁰ *Idem*: 60.

são utilizadas como instrumentos de pressão e intervenção na arena internacional.¹⁷¹

Joseph Stiglitz também enfatiza essa forte submissão do FMI aos interesses dos Estados Unidos, representado pelo Departamento do Tesouro,¹⁷² e a mesma visão é compartilhada por Carlos Aguiar de Medeiros e Franklin Serrano, quando, ao explicar a reestruturação mundial após a Segunda Guerra Mundial, comentam que no processo de *afirmação da supremacia industrial, comercial, financeira e militar dos EUA sobre as demais economias do bloco capitalista* esteve presente uma “peça importante” que foi a criação de um novo sistema monetário internacional *supervisionado por instituições como o FMI e o Bird, subordinados ao controle e aos interesses americanos.*¹⁷³

A mesma visão é compartilhada por Paul Blustein, ao relatar a atuação da equipe do FMI em novembro de 1997, na Coreia do Sul, durante a crise asiática. A equipe do Fundo tinha ido negociar com o governo sul-coreano e durante os intervalos dos diálogos tinha que “lidar” com o enviado do Departamento do Tesouro, David Lipton, que também estava na Coreia e periodicamente se fazia presente no local das negociações *para transmitir o ponto de vista do governo americano.*¹⁷⁴ Ao relatar esse fato, Blustein comenta que este seria um *sinal indisfarçável da influência que os Estados Unidos exerciam e exercem sobre a política do Fundo.*¹⁷⁵

Porém, segundo Blustein, o Fundo sofria a influência não apenas dos Estados Unidos, mas do que o autor chamou de “Alto Comando”, que era integrado: pelo próprio FMI, pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, pelo Banco Central

¹⁷¹ GONÇALVES, R. *O nó econômico*, 2003: 60.

¹⁷² STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002.

¹⁷³ MEDEIROS, C. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento, 1999: 132.

¹⁷⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 22.

¹⁷⁵ *Idem. Ibidem.*

dos Estados Unidos -o *Federal Reserve*- e outras instituições financeiras do G-7 que supervisionavam as operações do Fundo e guiavam a política econômica global.¹⁷⁶

David Harvey segue a mesma linha quando analisa como os Estados Unidos utilizou os organismos internacionais para atender aos seus interesses durante a crise da dívida externa do México, na qual os acordos de renegociação da rolagem da dívida eram feitos com a contrapartida de reformas neoliberais, levando Harvey a concluir que *o FMI e o Banco Mundial, portanto, se tornaram centros de propagação e imposição do 'fundamentalismo do livre mercado' e da ortodoxia neoliberal.*¹⁷⁷

Marcos Arruda comenta, a respeito do FMI e do Banco Mundial, que essas instituições internacionais haviam sido criadas para *ajudar a pôr em ordem a economia do mundo e evitar que os peixes grandes comessem os pequenos*, porém, segundo Arruda, a atuação dessas duas agências internacionais se alterou, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, onde passaram a atuar *fortemente controladas pelos ricos [assumindo] o papel de polícia dos seus empréstimos, mas também dos empréstimos dos credores oficiais e privados.*¹⁷⁸

Antônio Celso Alves Pereira, ao descrever o conceito de soberania pós-moderna, faz uma relação do aumento de poder das instituições internacionais com o processo de limitação da ação do Estado (dentro da chamada "globalização") *pelos forças econômicas e pelas condições resultantes da redução de seu papel pelo consenso neoliberal e pelas doutrinas minimalistas.*¹⁷⁹ Nesse contexto, segundo Pereira, os Estados nacionais, com destaque para as nações periféricas, acabam sendo subordinados aos *organismos multilaterais interventores –hoje amplamente*

¹⁷⁶ Blustein completa dizendo que "até certo ponto, o Banco Mundial faz parte do 'Alto Comando', embora tenha desempenhado um papel secundário na crise [asiática da década de 1990]". BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 25. A visão de Blustein a respeito do "Alto Comando" vai divergir da visão exposta na atual dissertação, como será apresentado no decorrer dos capítulos.

¹⁷⁷ Tradução minha: "The IMF and the World Bank thereafter became centres for the propagation and enforcement of 'free market fundamentalism' and neoliberal orthodoxy". HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 29.

¹⁷⁸ ARRUDA, M. *Dívida e(x)terna. Para o capital, tudo; para o social, migalhas*, 1999: 15.

¹⁷⁹ PEREIRA, A. Soberania e Pós-modernidade, 2004: 633.

*controlados pelos Estados Unidos-, dotados de poder regulatório, como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, etc.*¹⁸⁰

Maria Lucia Fattorelli Carneiro também defende essa visão de que o FMI se desviou de suas funções originais de *'socorrer' os países membros e coordenar as relações financeiras internacionais (...)* traíndo seus próprios estatutos, passando a *defender apenas os interesses dos países ricos, favorecendo o capital especulativo* além de realizar *empréstimos que não beneficiam o povo, mas destinam-se a sustentar a ciranda financeira da própria dívida*. Outro ponto importante destacado por Carneiro, é o fato de que o FMI propõe aos países "em desenvolvimento" políticas de "ajuste" implementadas e supervisionadas pelo próprio Fundo que são *inversas àquelas adotadas nos países ricos que o comandam*.¹⁸¹

O "complexo Wall Street–Tesouro dos EUA–FMI"

Outra perspectiva a respeito do FMI, e que será de grande importância para a atual pesquisa, diz respeito à sua atuação em defesa dos interesses, nos anos 1990, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e de Wall Street. Esta visão é apresentada por Robert Wade e Frank Veneroso, que nomearam essa aliança de "complexo Wall Street-Tesouro dos EUA-FMI".¹⁸² Segundo Paulo Sandroni, os acontecimentos que ocorrem em Wall Street, *têm implicações no mundo todo devido o extraordinário volume de negócios ali realizados*.¹⁸³

É importante acrescentar que Wade e Veneroso mencionaram o "**complexo Wall Street-Tesouro-FMI**", durante sua análise a respeito da crise asiática, e,

¹⁸⁰ PEREIRA, A. Soberania e Pós-modernidade, 2004: 633.

¹⁸¹ CARNEIRO, M. Apresentação. Auditoria da dívida externa: questão de soberania, 2003: 8.

¹⁸² Tradução minha. "... the US Treasury – Wall Street – IMF". WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 19.

¹⁸³ Segundo Sandroni, o termo Wall Street refere-se a uma comunidade financeira de Nova York, que se concentra na rua de mesmo nome e onde se encontram: (1) a Bolsa de Valores de Nova York, (2) várias Bolsas de Mercadorias, (3) as sedes dos principais bancos, (4) companhias de seguros e (5) outras instituições financeiras dos Estados Unidos. SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*, 2006: 888.

derivaram sua expressão do “*complexo Wall Street-Tesouro dos EUA*”¹⁸⁴ de Jagdish Bhagwati. Wade e Veneroso apenas inseriram o FMI no conceito de Bhagwati. Bhagwati escreve em 1997:

Wall Street has become a very powerful influence in terms of seeking markets everywhere. Morgan Stanley and all these gigantic firms want to be able to get into other markets and essentially see capital account convertibility as what will enable them to operate everywhere. Just like in the old days there was this ‘military-industrial complex’, nowadays there is a Wall St. – Treasury complex’ because Secretaries of State like [Robert] Rubin come from Wall Street ... so today, Wall Street views are very dominant in terms of the kind of world you want to see. They want the ability to take capital in and out freely. It also ties in to the IMF’s own desires, which is to act as a lender of last resort. They see themselves as the apex body which will manage this whole system. So the IMF finally gets a role for itself, which is underpinned by maintaining complete freedom on the capital account.¹⁸⁵

Wade e Veneroso, na linha de Bhagwati, explicam a inserção do FMI no “complexo Wall Street-Tesouro dos EUA”, e como essa composição de forças atuou em processos que antecederam a crise asiática eclodida a partir de julho de 1997:

What Bhagwati calls the ‘Wall St-Treasury-complex’ has helped over the past year to push the process of amending the IMF’s articles of agreement to *require* member governments to remove capital controls and adopt full capital account convertibility. The extended Wall St-Treasury-IMF complex has likewise worked to promote the World Trade Organization’s agreement on liberalizing financial services being hammered out in 1996-97.¹⁸⁶

Essa perspectiva de Bhagwati, Wade e Veneroso, que conecta a ação do FMI aos interesses do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e de Wall Street,

¹⁸⁴ Tradução minha: “... Wall St. – Treasury complex”. *Apud* WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 18.

¹⁸⁵ Tradução minha: “Wall Street se tornou uma influência muito poderosa em termos de procura de mercados em todo lugar. (...) todas essas firmas gigantes almejam serem capazes de penetrar em outros mercados e essencialmente ver a [liberalização] da conta de capital como algo que irá capacitá-los a operar em qualquer lugar. Como nos velhos tempos havia o “complexo militar-industrial”, hoje em dia existe o “complexo Wall St.-Tesouro dos EUA” porque o secretário [do Tesouro dos EUA] como [Robert] Rubin, veio de Wall Street ... então, hoje, as visões de Wall Street são muito dominantes (...). Eles querem a capacidade de colocar e retirar capital [de qualquer país] livremente. Isso também se amarra ao próprio desejo do FMI, que é o de agir como um emprestador de última instância. Wall Street se vê no topo de uma estrutura que irá gerenciar todo este sistema. Então o FMI finalmente consegue um papel para ele, que é sustentado pela [tarefa] de manter completa liberdade na [movimentação] da conta capital.” *Apud Idem*: 18-9.

¹⁸⁶ Tradução minha: “O que Bhagwati chama de ‘complexo Wall St.-Tesouro’ ajudou durante o ano [de 1997] a empurrar a inserção, nos Artigos de acordos do FMI, o requerimento pelo qual membros do governo poderiam remover o controle de capitais e adotar uma completa convertibilidade [ou liberalização] da conta capital. O estendido “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” também trabalhou em promover o acordo da Organização Mundial do Comércio em liberalizar os serviços financeiros que foram aprovados em 1996-1997.” *Idem*: 19.

também foi apresentada por Joseph Stiglitz. Stiglitz, que diante das incoerências das ações do FMI na África, na Ásia e no Leste Europeu nos anos 1990, levantou a hipótese de que o Fundo não estaria apenas atuando em busca dos seus objetivos declarados ou de suas funções originais,¹⁸⁷ ou mesmo apenas em função dos interesses do Departamento do Tesouro dos Unidos. Stiglitz argumenta que o FMI, em diversos momentos, poderia estar tomando decisões no sentido de satisfazer os interesses dos investidores de Wall Street. Segundo o autor:

No Conselho de Consultores Econômicos [da gestão do presidente Bill Clinton] não estávamos convencidos de que [a proposta de aceleração] da liberalização sul-coreana [defendida pelo FMI] fosse uma questão de interesse *dos Estados Unidos*, embora, obviamente, ajudaria na consecução de interesses *especiais* de Wall Street.¹⁸⁸

O “complexo Wall Street-Tesouro dos EUA-FMI” e a teoria crítica de Cox

É possível fazer duas associações entre a perspectiva do “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” e elementos da teoria crítica de Cox e do método das estruturas históricas. Em primeiro lugar, o “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” une: uma força social de alcance internacional, representada por Wall Street; um órgão que representa uma “forma de Estado”, que seria o Departamento do Tesouro dos EUA; e, finalmente, uma instituição internacional, o Fundo Monetário Internacional.¹⁸⁹ Em segundo lugar, o “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” também pode ser visto como uma expressão da unidade básica de análise nas Relações Internacionais da teoria crítica de Cox: o “complexo Estado/sociedade”. O Tesouro dos Estados Unidos representando um departamento do Estado norte-americano e

¹⁸⁷ De prever e evitar crises, e zelar pela manutenção da estabilidade do sistema monetário internacional.

¹⁸⁸ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 139.

¹⁸⁹ Relembrando que as estruturas históricas de Cox apresentam seis elementos: três categorias de forças nas relações internacionais: idéias, instituições e capacidades materiais; e três níveis de esfera de atividade no qual atuam essas forças: as forças sociais (nacionais e de alcance internacional), as formas de Estado e as ordens mundiais (no caso da segunda metade do século XX, teriam sido a “Guerra Fria” e a “globalização”).

Wall Street e o FMI como parcelas da sociedade, representada aqui por uma força social e uma instituição.

Além disso, assim como Wall Street estaria, segundo Bhagwati, no “topo de uma estrutura”, a força social internacional da “classe gerencial transnacional”, segundo Robert Cox, também estaria no topo de uma estrutura de classe global durante os anos 1980. Enquanto a classe gerencial transnacional está mais associada à esfera econômica produtiva, Wall Street estaria associada à esfera econômica financeira. Ambas, entretanto, estariam representando, dentro do método das estruturas históricas, uma força social de alcance internacional em diferentes momentos históricos e, portanto, em diferentes “estruturas para a ação”.

A aliança do eixo anglo-saxão com uma classe internacional a partir dos anos 1980

Entretanto, faz-se necessário inserir por último, a perspectiva levantada por David Harvey, a respeito da existência, durante o processo de expansão do neoliberalismo a partir dos anos 1970, de uma aliança existente entre o eixo anglo saxão e um poder de classe internacional.

A pergunta central da obra de David Harvey, *A brief story of neoliberalism*, é referente à proliferação dos Estados neoliberais a partir do final dos anos 1970. Harvey argumenta que o fato da experiência pioneira do Chile (iniciada em 1975) e do Reino Unido (iniciada em 1979 com Thatcher) terem ocorrido em momentos diferentes e em lugares bastante diferentes, *sob a coerciva influência dos EUA, sugere que o severo alcance do poder imperial dos EUA pode estar por trás da rápida proliferação de formas de Estado neoliberais pelo mundo da década de 1970 em diante.*¹⁹⁰ Porém, Harvey argumenta também que olhar somente para o poder imperial dos Estados Unidos para compreender a expansão do neoliberalismo, não seria suficiente, visto que, não foram os Estados Unidos que realizaram

¹⁹⁰ Tradução minha: “under the coercive influence of the US suggests that the grim reach of US imperial power might lie behind the rapid proliferation of neoliberal state forms throughout the world from the mid-1970’s onwards.” HARVEY, D. *A brief story of neoliberalism*, 2007: 9.

determinadas ações no Chile, nem foram eles que *forçaram Margaret Thatcher a tomar o caminho (...) do neoliberalismo em 1979, [ou] forçaram a China em 1978 se inserir no caminho da liberalização,*¹⁹¹ ou realizaram as mudanças parciais ocorridas na Índia nos anos 1980, ou na Suécia nos anos 1990.

Nesse caso, Harvey, em resposta à pergunta sobre a proliferação de Estados neoliberais pelo mundo, argumenta que haveria vários aspectos que vão além de uma ação a partir apenas dos Estados Unidos. Um desses aspectos seria existência de uma aliança entre o eixo anglo-saxão e uma classe internacional. A respeito dessa aliança, diz Harvey:

Reagan and Thatcher seized the clues they had (from Chile and New York City) and placed themselves at the head of a class movement that was determined to restore its power. Their genius was to create a legacy and a tradition that tangled subsequent politicians in a web of constraints from which they could not easily escape. Those who followed, like Clinton and Blair, could do little more than continue the good work of neoliberalization, whether they liked it or not.¹⁹²

Essa aliança entre o eixo anglo-saxão e um poder de classe, será referida na atual pesquisa através da expressão “aliança eixo anglo-saxão/poder de classe” ou “*hegemon/poder de classe*”. Será um elemento fundamental de análise para a compreensão de fenômenos que englobam movimentos de Estados nacionais (como a empreitada neoliberal do eixo anglo-saxão ou a “retomada da hegemonia norte-americana”) paralelamente a movimentos de classe (como a “restauração de um poder de classe”).

Tanto o “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” como a “aliança *hegemon/poder de classe*”, podem ser tratadas como expressões da unidade básica de análise da teoria crítica de Robert Cox: o “complexo Estado/sociedade”. Esse

¹⁹¹ Tradução minha: “that forced Margaret Thatcher to take the pioneering neoliberal path she took in 1979. Nor was it the US that forced China in 1978 to set out on a path of liberalization”. HARVEY, D. *A brief story of neoliberalism*, 2007: 9.

¹⁹² Tradução minha: “Reagan e Thatcher pegaram as pistas que conseguiram (das experiências do Chile e de Nova York) e se colocaram na liderança de um movimento de classe que estava determinado a restaurar seu poder. A genialidade deles foi criar um legado e uma tradição que amarrou os políticos subseqüentes numa rede de constrangimentos dos quais não poderiam escapar facilmente. Aqueles que o seguiram, como Clinton e Blair, não puderam fazer nada mais do que continuar o bom trabalho das reformas neoliberais quer gostassem ou não.” *Idem*: 63.

método, entretanto, torna a análise mais complexa, pois busca enfatizar a existência de ações e interesses de Estados nacionais (como o eixo anglo-saxão), de classes internacionais (como a classe gerencial transnacional ou Wall Street) e, em alguns momentos, de ambos coordenadamente (como o “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” ou a “aliança *hegemon/poder de classe*”).

Formulando a hipótese

Uma vez explicada a dinâmica do complexo Estado/sociedade (Cox) relacionada ao complexo “Wall Street-Tesouro-FMI” (Bhagwati-Wade-Veneroso) e apresentadas as diferentes perspectivas teóricas complementares à teoria crítica de Cox (Petras, Fiori-Serrano e Harvey-Tavares), pode-se agora ser apresentada a hipótese levantada na atual pesquisa a respeito da atuação do FMI a partir do final da década de 1970 e sua possível relação com o “impulso desestabilizador da hiperpotência”, com a “política de contenção econômica” praticada pelos Estados Unidos e com a “restauração de um poder de classe”.

Diversos outros autores como Carlos Marichal, apontam para os inúmeros “erros” que o FMI cometeu. Segundo Marichal os erros do Fundo teriam sido: (1) *as tremendas falhas (...) na vigilância e supervisão dos processos de endividamento*, como tendo prejudicado tanto os países devedores como as entidades credoras; (2) *a conduta reiterada [do FMI] (...) que tende a incentivar (sem custos ou punições) o endividamento em épocas de expansão dos mercados financeiros*; (3) o não-cumprimento de uma de suas funções, que é o de *antecipar as condições que podem gerar crises de endividamento visto que seus estatutos (aprovados por quase todos os governos do mundo) obrigam-no a supervisionar as finanças internacionais e contribuir para limitar os desequilíbrios dos balanços de pagamentos*; (4) a não-previsão da crise da dívida externa latino-americana em 1982, tendo, ao contrário, estimulado o endividamento de 1975 a 1982; (5) a não-previsão da crise mexicana de 1994-1995, tendo, ao contrário, incentivado os *investidores nacionais e internacionais a uma orgia de especulação até muito pouco*

*antes da desvalorização de dezembro de 1994 e o conseqüente colapso do sistema financeiro mexicano; (6) o não-impedimento, por parte do FMI, do extraordinário endividamento do governo argentino entre 1994 e 1999, quando (...) a dívida externa Argentina passou de US\$ 70 bilhões à (...) cifra de U\$ 140 bilhões tendo, segundo Marichal, estimulado a Argentina a encaminhar-se à bancarrota.*¹⁹³

A lista de erros do FMI aumenta caso seja incluída a perspectiva de Joseph Stiglitz, em *A globalização e seus malefícios*. O autor faz duras críticas à postura inflexível do FMI na defesa da doutrina do “fundamentalismo de mercado” e das reformas pró-liberalização, mesmo diante de evidências empíricas tão explícitas de sucessos de países que não haviam adotado a sua fórmula como: Uganda, Etiópia e Botsuana na África; China e os países do Leste Asiático (antes da liberalização e das crises iniciadas em 1997) e a Polônia.¹⁹⁴

Segundo Stiglitz, ao longo de sua trajetória como membro do Conselho de Consultores Econômicos da Casa Branca de 1993 a 1997 e economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial, as políticas do FMI teriam levado o mundo “à beira de um colapso mundial” durante a crise asiática iniciada em 1997. Stiglitz argumenta que o FMI, juntamente com o Tesouro dos Estados Unidos, impôs aos países asiáticos, no início dos anos 1990, *políticas de liberalização que levaram à crise econômica* tendo pressionado esses países a realizarem o processo num *ritmo injustificavelmente veloz em direção à liberalização financeira e do mercado de capitais*. Stiglitz aponta outros erros do Fundo quando: (1) argumenta que *as políticas que o Fundo forçou os países a colocar em prática tornaram tais países mais vulneráveis à volatilidade dos sentimentos dos investidores*; (2) aponta a imposição, aos países em crise, de políticas de elevação das taxas de juros (que beneficiam os financistas) a *níveis que, em termos convencionais, seriam*

¹⁹³ MARICHAL, C. Evitando futuras crises da dívida na América Latina: lições da história e algumas propostas, 2003: 16; 17; 22; 23; 24.

¹⁹⁴ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 123.

*considerados astronômicos;*¹⁹⁵(3) e finalmente, aponta, entre diversas outras ações, que o FMI contribuiu para a convulsão social na Indonésia ao incluir nas reformas do país, o corte de subsídios aos alimentos, tendo voltado atrás tempos depois, após um determinado período de aumento do caos social.¹⁹⁶

Todas essas ações do Fundo, portanto, são vistas por esses autores, como “erros” e como frutos de uma conduta rígida e fiel a determinados princípios ideológicos, como os princípios monetaristas, ou neoclássicos ou do “fundamentalismo de mercado”.¹⁹⁷ Os “erros” do FMI estariam, portanto, associados a essa questão “ideológica” que fundamentou a condução de suas propostas de reformas políticas aos diversos países endividados do mundo “em desenvolvimento” e a uma conduta que não conseguiu evitar (pelo contrário, estimulou) o endividamento exacerbado de certos países nos períodos que antecederam as crises da dívida externa ou mesmo as crises financeiras nos anos 1990.

A hipótese aqui levantada é a de que o FMI teria errado, caso sua conduta seja avaliada do ponto de vista dos seus objetivos declarados, como: manter a estabilidade do sistema econômico e financeiro internacional, evitar crises e socorrer países com problemas de balanço de pagamentos.

Porém, o FMI acertou, caso sua conduta seja analisada do ponto de vista: (1) do “impulso desestabilizador da hiper-potência” ou do impulso desestabilizador do “complexo Wall Street-Tesouro-FMI”; (2) da “política de contenção econômica” com vistas a diminuir o “poder de barganha” dos países afetados pelas crises, juntamente com o “poder de barganha das classes trabalhadoras” dentro desses

¹⁹⁵ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 136; 141; 146; 147.

¹⁹⁶ *Idem*: 158. O argumento apresentado pelo FMI, entretanto, seria de que tais momentos de crise e tais sofrimentos seriam uma espécie de “mal necessário”. Stiglitz, entretanto, ao longo de sua análise, discorda dessa visão, como será visto ao longo da dissertação.

¹⁹⁷ Os adeptos do fundamentalismo de mercado acreditam que os mercados possuem uma tendência natural, quando funcionando perfeitamente e sem a intervenção dos Estados ou da política, ao equilíbrio. E, uma vez alcançado esse equilíbrio e essa estabilidade, o crescimento, a diminuição da pobreza, o desemprego e o bem-estar de todos seria alcançado.

países; (3) da “restauração de um poder de classe”; e (4) da internacionalização do Estado norte-americano ou do “sistema imperial” (em sua face maior que os Estados Unidos) que se efetiva, em parte, com a atuação do Fundo durante momentos em que países (do centro ou da periferia) estejam em crise. Ainda nessa perspectiva, o FMI não errou: (i) na condução de suas políticas, (ii) na sua posição ideológica pró-mercado e pró-liberalização, (iii) no seu estímulo ao endividamento, (iv) ou em não prever e prevenir crises, visto que elas (como já foi analisado e será analisado ao longo da dissertação) acabaram por beneficiar tanto os Estados Unidos, como determinadas forças de alcance internacional.

As crises são uma pré-condição para que o FMI entre em ação e exerça, na prática, o processo de internacionalização do Estado norte-americano sobre os demais países, através da imposição de reformas nacionais (as “condicionalidades”) elaboradas sob a influência direta do Departamento do Tesouro norte-americano visando atender a interesses do próprio *hegemon* (e, em alguns casos, dos grandes bancos credores norte americanos, como nos anos 1980; e de Wall Street, como nos anos 1990).

Um ponto importante a ser colocado é que a hipótese aqui levantada não está questionando se os quadros que compõem a estrutura organizativa do Fundo realmente acreditam ou não que as livres forças do mercado irão promover: “estabilidade”, “crescimento” e, conseqüentemente, “diminuição da pobreza” nos países em que suas reformas foram propostas. Visto que esse argumento foi utilizado por Stiglitz em sua obra *A globalização e seus malefícios*.¹⁹⁸ A sinceridade, ou não, dos membros do Fundo, não está sendo analisada na pesquisa. O foco da análise se volta para o jogo de forças políticas e econômicas cujos interesses visavam à “restauração de um poder de classe”, e que para isso, o “impulso desestabilizador” (no caso, efetivado pelo FMI sob a influência do Tesouro dos EUA) direcionado para algumas economias nacionais, foi uma ferramenta chave no

¹⁹⁸ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 255.

sentido de contribuir na instalação de uma crise ou prolongá-la, criando um ambiente que acaba por pressionar os governantes dos países a aceitar as condicionalidades impostas pelo Fundo, realizando reformas que atendem a interesses de classe ou de setores poderosos dos EUA (a face dos “sistema imperial” que é “menor que os Estados Unidos”). Fora isso, algumas crises (senão todas), como mencionado por Harvey, possibilitaram o processo de extração de riquezas através do mecanismo da “acumulação via desapropriação” (como por exemplo, no processo de renegociação da crise da dívida externa da América Latina) além de, com a proposição de políticas de ajuste recessivo rigidamente adotadas pelo FMI, acentuar o processo de estagnação econômica (na linha da política de contenção econômica) interrompendo mecanismos de desenvolvimento e integração no continente latino-americano na década de 1980 (a “década perdida”) ou nos países do “bloco asiático” a partir de 1997 (no fim dos “milagres” asiáticos).¹⁹⁹

Nessa linha, o FMI não errou em não prever crises ou evitá-las, haja vista as possíveis vantagens que tais circunstâncias podem propiciar para a aliança eixo anglo-saxão/poder de classe, ou para o complexo “Wall Street-Tesouro dos EUA” (esse último, em ação no caso da crise asiática na década de 1990).

A atual dissertação se encontra na área da Ciência Política, na linha de pesquisa das Relações Internacionais, e aborda temas na área de política externa e economia política internacional. Como o objeto de análise da pesquisa é o FMI, que é uma instituição inerentemente econômica por se tratar de um “fundo monetário”, a análise irá abordar algumas questões de economia política, porém, não irá se ater a debates de grande complexidade –mas de grande importância– existentes dentro da Economia (como os debates em torno da defesa ou não de controle de capitais,

¹⁹⁹ As economias do bloco asiático (formado pelo Japão, os quatro “Tigres Asiáticos” –Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura-, e os quatro “Gansos Voadores” – Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas) após a crise de 1997, voltaram a se recuperar, porém, com reformas de abertura e liberalização adotadas (sob pressão do FMI e dos EUA) nos países no decorrer das crises, no momento da negociação com o FMI.

entre outros).²⁰⁰ Aspectos da economia política serão abordados nas diversas décadas, no sentido de procurar analisar, dentro do método da teoria crítica de Cox, as diferentes “estruturas para a ação” existentes nos anos 1970, 1980 e 1990, com foco de análise em fatos históricos relacionados com as diferentes perspectivas teóricas apresentadas no atual capítulo.

Durante as crises, o foco da pesquisa será voltado para: (1) a identificação de pólos em momentos de disputa política (que envolvem países credores e devedores, bancos, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, os representantes do G-7, os detentores do poder financeiro -Wall Street, e as instituições internacionais) e a relação de poder entre eles; (2) a identificação, no caso das disputas políticas, de: quais interesses prevaleceram, e quais os mecanismos que os vencedores utilizaram para vencer as resistências e conquistar seus objetivos (que por sua vez, estão relacionados com o ponto seguinte); (3) identificar qual é o papel de determinados atores políticos e econômicos mais poderosos (envolvidos nas disputas em questão) no sentido de criar ou manter mecanismos de manutenção de algum tipo de vulnerabilidade externa econômica, financeira: seja dos países em desenvolvimento *vis-à-vis* o *hegemon* ou os países do centro do capitalismo; seja das forças políticas diante do poder financeiro. A manutenção de tal vulnerabilidade permite que o núcleo do poder consiga efetivar a implementação de reformas ressonantes com seus interesses nos diversos países em crise cujas autoridades políticas se encontram reféns de tais vulnerabilidades.

Para avaliar a hipótese, esses componentes serão estudados durante a atuação do FMI no “ponto crítico” de transição do keynesianismo para o neoliberalismo do Reino Unido em 1976 (somada a descrição do caso da França em

²⁰⁰ Para uma análise sobre o debate a respeito da adoção ou não, do controle de capitais ver: BASTOS, P. *et. al.* Controle de capitais: um bem necessário?, 2004. CARVALHO, F. & SICSÚ, J. Controvérsias recentes sobre controles de capitais, s/d.

1981 a 1984);²⁰¹ na crise da dívida externa latino-americana nos anos 1980; e na crise asiática nos anos 1990, no estudo de caso da Tailândia e da Coreia do Sul.

²⁰¹ Que não contou com a participação do FMI, porém, seu estudo é de fundamental importância para a compreensão da “estrutura para a ação” na qual o FMI atuou nos diversos momentos de crises estudadas.

O Fundo Monetário Internacional: aspectos políticos, ideológicos e econômicos e a atuação dos mercados financeiros

O atual capítulo foi preparado no decorrer da pesquisa e reúne alguns pontos importantes que serão apresentados antes da exposição da análise da atuação do FMI nos três momentos históricos citados, pois são pontos de grande relevância para o entendimento da atuação dessa instituição.

Os três *itens* iniciais focam em aspectos políticos do funcionamento do FMI (a falta de transparência no processo decisório, a estrutura hierárquica rígida dentro do Fundo e a hierarquia existente “acima” do FMI). Os dois *itens* seguintes abordam aspectos econômicos ligados ao FMI (sua defesa intransigente do liberalismo econômico e aspectos relativos aos pacotes de socorro). O penúltimo *item* aborda algumas funções políticas e econômicas de algumas crises (por parte de interesses ligados ao *hegemon* e/ou a um poder de classe). E, o último *item* diz respeito a alguns aspectos relativos ao funcionamento dos mercados financeiros e como estes influenciaram na dinâmica das crises nas quais atuaram o FMI, e demais atores de grande importância no funcionamento da economia mundial.

Analisar o FMI apenas do ponto de vista dos seus objetivos declarados ou dos seus relatórios elaborados por economistas, não será o foco central da pesquisa. O que se destacou ao longo do trabalho e está sendo inserido no atual capítulo, é o peso da presença de interesses de Estados e de “forças sociais” de alcance internacional na atuação do FMI. Nesse caso, tal influência pesa bastante nos resultados finais da aplicação das propostas de reformas e demais decisões tomadas pela instituição.

A presença de interesses poderosos influenciando as ações do FMI faz com que diversos analistas fiquem sem compreender a sua atuação, pois buscam compreendê-las com base nos seus objetivos declarados ou no seu estatuto.

Aqui, baseado na mesma perspectiva de Fiori (ao abordar as contribuições negativas do *hegemon* para o sistema mundial e não apenas suas contribuições positivas), o foco de análise a respeito da atuação do FMI, não se voltará apenas para o entendimento de suas ações com base nos seus objetivos declarados (de evitar crises, ajudar o sistema econômico mundial a se manter estável, ajudar países com problemas de balanço de pagamentos, etc.), mas para os objetivos não-declarados que, nem os próprios quadros do Fundo (dentro da rígida hierarquia no qual estão inseridos) podem estar cientes, visto que tais objetivos, em geral, procuram atender a interesses específicos e, em alguns casos, incompreensíveis no curto prazo.

Em diversos momentos estudados, segundo dados da pesquisa de Paul Blustein, os próprios integrantes do FMI ficaram sem compreender porque os seus superiores ordenaram tal e tal reforma a um país específico e tomaram determinadas decisões em momentos críticos. É aqui que: o processo de internacionalização do Estado norte-americano segundo Cox, a face maior que os EUA do "sistema imperial" segundo Petras, o "impulso desestabilizador" dos Estados Unidos segundo Fiori, a política de contenção econômica segundo Serrano, a restauração de um poder de classe e o impulso desestabilizador das "elites governantes" segundo Harvey, e a retomada da hegemonia norte-americana segundo Tavares, são de grande importância para auxiliar na compreensão desses objetivos não-declarados de forças que estão acima do FMI (como será visto a seguir) e que influenciam na tomada de decisão final do Fundo, dentro de sua rígida hierarquia (que também será inserida a seguir) onde os cargos mais baixos

não tem qualquer poder de influenciar nas decisões finais em momentos críticos, apesar de poderem se expressar livremente.¹

A perspectiva sociológica de Peter Berger

A essência do que está sendo dito aqui pode ser ilustrada nas palavras de Peter Berger, referindo-se à Sociologia, mas que pode ser aplicada à qualquer ciência:

O fato de fazer perguntas sociológicas, portanto, pressupõe que o sociólogo esteja interessado em olhar além das metas de ações humanas comumente aceitas ou oficialmente definidas. Pressupõe uma certa consciência de que os fatos humanos possuem diferentes níveis de significado, alguns dos quais ocultos à consciência da vida cotidiana. Pode até pressupor uma certa dose de suspeita quanto à maneira como os fatos humanos são oficialmente interpretados pelas autoridades, sejam em fatos de caráter político, jurídico ou religioso.²

E, no que tange a influência de interesses poderosos por trás das ações, Berger, referindo-se ao sociólogo, diz que o pesquisador *desejará conhecer acima de tudo a 'estrutura informal de poder' (...) que constitui uma configuração de homens e poder que não se encontra descrita nos estatutos e que raramente aparece nos jornais.*³ Esse pesquisador (ou "sociólogo") *estará muito mais interessado em descobrir a maneira como poderosos interesses influenciam ou mesmo controlam as ações de autoridades eleitas segundo as leis.*⁴ E, continua Berger, mencionando que *quando o sociólogo se interessa por poder, olhará atrás dos mecanismos oficiais que supostamente regem o poder (...) Em alguns casos ele haverá de concluir que procurar o poder real nos lugares publicamente reconhecidos é inteiramente inútil.*⁵ A frase de Berger a seguir, pode ser aplicada diretamente ao FMI:

¹ Como será visto no capítulo relativo à Coréia do Sul, até mesmo o mais alto cargo do FMI teve (ou sempre tem) que obedecer aos comandos vindos de Washington, a despeito da resistência e contrariedade de inúmeros quadros do Fundo.

² BERGER, P. *Perspectivas sociológicas – uma visão humanística*, 1994: 39.

³ *Idem. Ibidem.*

⁴ *Idem. Ibidem.*

⁵ *Idem*: 43.

De certo modo, a mesma coexistência de organização formal e informal é encontrada onde quer que grande número de homens trabalhem ou vivam juntos sob um sistema disciplinar (...). O sociólogo terá de mais uma vez tentar **furar a cortina de fumaça das versões oficiais da realidade** (...) e tentar captar os sinais que são emitidos do 'submundo'.⁶ (grifo meu)

A sociedade, segundo Berger, seria como *a estrutura oculta de um edifício, cuja fachada exterior oculta aquela estrutura* e onde a perspectiva sociológica poderia *ser compreendida em termos de uma frase coloquial como 'olhar por trás dos bastidores'*.⁷ É nessa linha que a pesquisa do jornalista econômico Paul Blustein (descrita a seguir) se mostrou de grande importância para o estudo do caso da atuação do FMI na Tailândia e na Coreia do Sul, fornecendo importantes informações para auxiliar na compreensão do jogo de forças políticas e dos possíveis interesses subjacentes à atuação do Fundo. A análise de Blustein, complementada com as perspectivas teóricas apresentadas no capítulo 1 e com a obra de Joseph Stiglitz – *A globalização e seus malefícios*–, auxiliou na compreensão de determinados processos que, em algumas análises, parecem permanecer “ocultos” pelas “fachadas” ou “cortinas de fumaça”: dos objetivos declarados do Fundo e dos argumentos utilizados por autoridades do FMI, do Departamento do Tesouro dos EUA, do Fed ou de instituições financeiras de grande poder, para justificar determinadas ações ou decisões em momentos de crise.

A falta de transparência nas decisões do Fundo em determinados momentos críticos, a forte hierarquia na qual o FMI está organizado e a defesa intransigente do FMI dos princípios liberalizantes durante o período estudado pela pesquisa (de 1976 a 1997) pode fazer parte desse processo, como será analisado nos próximos *itens*.

A falta de transparência no processo decisório no FMI

⁶ *Idem*: 45.

⁷ BERGER, P. *Perspectivas sociológicas – uma visão humanística*, 1994: 39.

Stiglitz, durante a crise asiática a partir de 1997, quando já estava ocupando o cargo de economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial, ficou feliz quando ouviu o FMI e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos argumentarem que a causa da crise asiática tinha sido por “falta de transparência.”⁸ Porém, havia alguma contradição no argumento levantado, visto que o FMI e o Tesouro, segundo Stiglitz, *estavam entre as [organizações] menos transparentes* que ele já havia encontrado. Stiglitz defendia, portanto, uma maior transparência dessas organizações, de modo que aqueles que fossem afetados pelas suas políticas tivessem *maior possibilidade de opinar na formulação destas*.⁹ Ainda nesse sentido, referindo-se às organizações internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, diz Stiglitz:

Essas organizações são obscuras em vez de transparentes, e não só pouquíssimas informações são irradiadas de dentro para fora como talvez até ainda menos informações provenientes do exterior consigam penetrar na organização. A obscuridade também significa que fica difícil que informações originadas na parte mais baixa da hierarquia organizada consigam chegar até o topo.¹⁰

Stiglitz fala da influência da ideologia (no caso, do “fundamentalismo de mercado”), da política e de interesses na formulação de políticas propostas aos países em crise, pois havia percebido que *muitas ações que, embora não resolvessem o problema em questão, eram convenientes aos interesses ou às convicções daqueles que ocupavam posições de poder*,¹¹ entre os quais, Stiglitz cita os interesses de Wall Street.¹² O autor também cita o processo no qual *os acadêmicos envolvidos na elaboração de recomendações de políticas tornam-se*

⁸ Como será visto no capítulo 6, relativo à Tailândia e à Coreia do Sul, na prática, a hipótese levantada é de que esse argumento fazia parte do “impulso desestabilizador” dos EUA e não de um diagnóstico que buscasse encontrar soluções para a finalização da crise.

⁹ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 15.

¹⁰ *Idem*: 62.

¹¹ *Idem*: 12.

¹² *Idem*: 254 e 278.

*politizados e começam a distorcer as evidências para que se adaptem às idéias dos poderosos.*¹³

Stiglitz comenta que a partir de um dado momento na sua carreira no mundo da política, descobriu *que ninguém controlava a elaboração de políticas, principalmente no Fundo Monetário Internacional.*¹⁴ O autor atribui essa falta de controle na elaboração de políticas a uma *curiosa mistura de ideologia, má economia e dogma*, não encobrimo em certos momentos, *interesses específicos.*¹⁵ Segundo Stiglitz, escrevendo a respeito de sua obra, *A globalização e seus malefícios*:

Vocês não encontraram [na obra a seguir] provas materiais de uma terrível conspiração por parte de Wall Street ou do FMI para dominar o mundo. Não creio que tal conspiração exista. A verdade é mais sutil. Geralmente, é um tom de voz, uma reunião a portas fechadas, ou um memorando que oficializa o resultado das discussões.¹⁶

Porém, como funciona esse processo decisório na prática? Quem são os “poderosos” ou os que “ocupam posições de poder”? Quem prepara os memorandos que oficializam o resultado das discussões? A pesquisa de Paul Blustein esclarece alguns dos pontos relativos a essas perguntas.¹⁷

A hierarquia no Fundo Monetário Internacional

Paul Blustein, jornalista que aborda assuntos econômicos, realizou uma ampla pesquisa sobre o FMI, de meados de setembro de 1999 a meados de janeiro de 2001, que será a base para a análise dos casos da atuação do FMI na Tailândia e na

¹³ *Idem*: 12.

¹⁴ *Idem*: 16.

¹⁵ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 16.

¹⁶ *Idem*: 18.

¹⁷ Porém, é importante frisar que a atual dissertação, ao longo dos demais capítulos, chegará a conclusões que irão divergir com alguns aspectos apresentados por Blustein, se aproximando mais das perspectivas –já apresentadas– de Bhagwati, Wade e Veneroso, relativas ao complexo “Wall Street-Tesouro dos EUA-FMI”.

Coréia do Sul em 1997.¹⁸ Tal pesquisa se transformou no livro *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*.

Blustein relata o sistema de preparação dos funcionários do FMI onde eles são treinados a: (1) lidar com os países em situação de crise de balanço de pagamentos, (2) conceder ou não pacotes de socorro aos países, (3) avaliar se os países estão aptos a recebê-los ou não, (4) supervisionar os países que recebem os empréstimos do Fundo, etc. Porém, Blustein acrescenta que *os jovens funcionários do FMI ficam sabendo que vão ter de trabalhar dentro de uma estrutura rigidamente hierarquizada*.¹⁹ Essa estrutura pode ser observada na descrição a seguir:

Um grupo de economistas que vai a um país em crise prepara, na volta, um documento –resultado de semanas de discussões com diferentes departamentos da instituição– que vai servir de base para negociações com o governo do país. A delegação do Fundo deve se ater ao conteúdo do documento, dispondo de pouca margem de flexibilidade, o que só é concedido a alguns poucos privilegiados chefes de missão. Mesmo quando compreendem e acatam as objeções das autoridades do país [que está sendo socorrido] –o que ocorre com frequência– toda a questão terá de ser debatida de novo com a sede do FMI em Washington, antes de poder ser feita alguma concessão ao ponto de vista dos interlocutores. Revelar divergências internas à gente de fora constitui grave quebra de disciplina. O Fundo precisa dar a impressão (às autoridades dos países e aos mercados) de que sabe o que está fazendo.²⁰

¹⁸ Blustein realizou uma ampla gama de entrevistas com inúmeros funcionários do FMI, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, da diretoria do *Federal Reserve*, membros da assessoria econômica da Casa Branca, do Conselho de Segurança Nacional e do Departamento de Estado, além de funcionários do G-7, do Banco Mundial e dos países mais afetados pelas crises asiáticas a partir de 1997 (Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul, Rússia e Brasil); somasse a isso, banqueiros, corretores de títulos e economistas acadêmicos. Mais informações sobre a pesquisa de Paul Blustein, ver o *item* relativo às observações e agradecimentos do autor. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 9-15.

¹⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 42.

²⁰ *Idem. Ibidem*. Algumas das declarações de funcionários e ex-funcionários do FMI fornecem dados importantes a respeito do funcionamento da instituição. Michel Dooley, um ex-funcionário, em entrevista a Paul Blustein, justifica, por exemplo, porque a instituição atua dessa forma rígida: “Posso lhe dizer que há, de fato, disputas acaloradas, mas tudo é resolvido dentro da própria organização. (...) Isso cria a impressão, vindo de fora, de que o Fundo é uma entidade uniforme? Sim, cria mesmo. Se fosse de outra forma, surgiriam queixas de todas as partes: como é que vocês não se entendem? Afinal, o Fundo não pode ficar mudando de idéia a cada semana. Os mercados financeiros estão de olho. Enquanto vocês discutem, Roma está pegando fogo.” *Idem*: 43.

Uma funcionária do FMI, que deixou a instituição no final de 1997, Laura Papi, declarou a Blustein:

Há uma hierarquia inegável. (...) Como membro do grupo, você pode discutir, mas chega o momento em que a palavra decisiva é do chefe da missão, que determina qual deve ser o ponto de vista a ser adotado sobre um certo país. Mas ele também não manda no FMI, tem de checar suas idéias com o escritório central, um grupo formado de diretores de departamentos, e estes vão, por sua vez, consultar a Administração [quer dizer, o diretor administrativo e seu vice]. Mesmo quando surgem divergências, elas tendem a desaparecer porque o chefe da missão diz: eu penso x, mesmo que vocês pensem y. Aí o chefe vai ao escritório central e afirma: 'Acreditamos que a solução seja x'.²¹

E Papi conclui dizendo que nunca aconteceu, até então, de um funcionário da missão enviar um memorando à Administração dizendo que a posição adotada pelo chefe estava errada.

Essa hierarquia relacionada ao FMI pode ser dividida, segundo a análise baseada na obra de Blustein, em dois níveis: uma forte **hierarquia interna**, como um *exército*; e uma submissão do FMI às decisões do G-7 e dos suplentes do G-7 (o G-7D), representando a **hierarquia externa** ao FMI (que será descrita a seguir). E, somasse a essa hierarquia interna e externa, dentro mesmo do G-7 ou do G-7D, muitas vezes surgem fortes divergências, porém, Blustein também confirma (na mesma linha dos diversos autores citados no capítulo 1) o predomínio dos interesses norte-americanos dentro da estrutura decisória "não-democrática" do G-7. Fazendo uma avaliação final da descrição de Blustein, os Estados Unidos, ou o Departamento do Tesouro dos EUA, estaria no topo dessa hierarquia.

A obra de Blustein também ajudou no entendimento do funcionamento do FMI, não como um bloco monolítico e uniforme do ponto de vista interno, visto que existem fortes divergências entre quadros ou mesmo entre departamentos do Fundo. Porém, do ponto de vista externo, o FMI pode ser visto como um bloco monolítico em termos de posicionamento ideológico (apesar do que, tal posicionamento muda de acordo com os interesses predominantes num

²¹ *Idem*: 44.

determinado período ou numa determinada “estrutura histórica”). Essa visão uniforme, do ponto de vista externo ao FMI, ocorre por causa desse forte sistema hierárquico que neutraliza as divergentes opiniões dos quadros do FMI em momentos de tomadas de decisões em situações críticas durante as crises. A rigidez vem do topo dessa hierarquia que se encontra acima do FMI e que usualmente aplica uma fórmula rígida, contrariando até mesmo, em certos momentos, grande parte dos quadros do Fundo.²²

Essa divergência interna pode ser exemplificada pelas diferentes visões entre os departamentos que focalizam temas regionais (como o da Ásia e do Pacífico ou da América Latina) que *entram em choque freqüentemente com outros [departamentos] que têm responsabilidades globais, como o Departamento de Pesquisas e, especialmente, o Departamento de Análise e Desenvolvimento de Políticas (PDR).*²³

O PDR é conhecido como a ‘polícia intelectual’ do FMI e sua função é verificar se o programa para um determinado país segue os padrões da entidade e é coerente com programas para outros países, a fim de evitar acusações de “favoritismo” ou “clientelismo”.²⁴ É interessante observar que tal argumento serve para justificar a rígida e inflexível postura do FMI em relação, por exemplo, a sua postura pró-liberalização ou a proposição de reformas políticas invariavelmente recessivas, etc.²⁵ Nesse caso, a rigidez do PDR entra em choque com os departamentos voltados para assuntos regionais que buscam ajustar as políticas de acordo com as características locais surgindo uma *uma tensão natural* entre eles. No caso de controvérsias entre departamentos, *os respectivos chefes [dos*

²² Como será visto nos casos da Tailândia e da Coréia do Sul.

²³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 43.

²⁴ *Idem. Ibidem.*

²⁵ Salvos raríssimos casos, como na Tailândia, após a crise ter atingido um nível insustentável.

*departamentos] tentam chegar a uma fórmula conciliatória; se isso falha, a questão vai para a arbitragem do diretor-executivo ou seu adjunto.*²⁶

Porém, há que se considerar também, que, mesmo entre os departamentos pode haver uma hierarquia, visto que, segundo Blustein, o chefe do PDR, a “polícia intelectual” da instituição, é *considerado o terceiro personagem mais importante do Fundo*²⁷ atrás do diretor administrativo e do “vice-diretor” administrativo.

O que é denominado pelo PDR de “clientelismo” ou “favoritismo” poderia, na perspectiva de Stiglitz, ser uma atitude democrática e racional, no sentido de que, olhar a realidade dos países em questão, caso a caso, evitaria a adoção de políticas que viessem a prejudicá-los. Entretanto, como já visto, toda a estrutura do FMI é montada dentro de uma hierarquia rígida e voltada para a aplicação de propostas também rígidas, fechadas a propostas alternativas. Qual seria o motivo de tal rigidez? Porque tal rigidez foi mantida? Existiria alguma relação entre tal rigidez e uma busca por objetivos não-declarados como a “política de contenção” ou o “impulso desestabilizador”? Stiglitz, referindo-se à rigidez com a qual o FMI atuava nos momentos de crise em determinados países, disse:

Havia apenas um único preceito. Não se buscavam opiniões alternativas. As discussões abertas e sinceras eram desencorajadas – não havia espaço para isso. A ideologia [do “fundamentalismo de mercado”] orientava a formulação das políticas e esperava-se que os países seguissem as diretrizes do FMI sem contestação.²⁸

Tal rigidez pode estar relacionada ao “impulso desestabilizador”, à “política de contenção” ou à “restauração de um poder de classe”, visto que possibilita a implementação de políticas a despeito de suas características impopulares e recessivas. Segundo Stiglitz:

... o que me surpreendia era que essas políticas [que resultavam em fome e em tumultos em muitos lugares] não eram questionadas por muitos daqueles que ocupavam posições de poder no FMI (...). Geralmente, eram

²⁶ *Idem. Ibidem.*

²⁷ *Idem: 21.*

²⁸ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 16.

questionadas pelos países em desenvolvimento, mas muitos tinham tanto medo de perder o crédito do FMI, e com ele o crédito de outros órgãos, que suas dúvidas eram articuladas com o maior cuidado.²⁹

Outro aspecto importante, também apontado por Blustein, é o “rígido sistema de promoção”, que funciona dentro do FMI, onde os postos mais elevados são reservados aos funcionários com maior número de anos de casa, gerando, como resultado, a ocupação dos mais altos cargos do FMI por *funcionários que trabalharam vinte ou mais anos na instituição*.³⁰

No topo da hierarquia do FMI se encontram, segundo Blustein, dois cargos: no primeiro lugar está o diretor administrativo e na segunda posição, está o vice-diretor administrativo, denominado apenas como “vice-diretor”. Sendo importante inserir também, o terceiro mais importante cargo dentro da instituição, o de diretor do Departamento de Análise e Desenvolvimento de Política (o PDR), que é considerado, segundo Blustein, *o terceiro personagem mais importante do Fundo*.³¹

O processo de escolha do mais alto cargo do FMI, feito pela diretoria da instituição, segundo António de Almeida Serra, segue uma *regra não-escrita* na qual o diretor administrativo tem que ser um europeu,³² e o vice-diretor um norte americano.³³ No caso do cargo de diretor administrativo, a diretoria do FMI manteve essa *tradição [por] seis décadas*.³⁴ Além disso, entre os europeus, o mais alto cargo do Fundo foi ocupado, durante todo esse período, predominantemente

²⁹ *Idem*:16-7.

³⁰ A única exceção a esse sistema de posse dos mais altos cargos dentro do FMI, apenas para funcionários que trabalharam muitos anos dentro da instituição, foi a de Timothy Geithner que assumiu o cargo que, segundo já citado, seria o terceiro mais importante do Fundo, que é o de diretor do Departamento de Análise e Desenvolvimento de Políticas (o PDR, ou, a “polícia intelectual” do Fundo).³⁰ Porém, essa exceção tem um detalhe, Geithner assumiu esse posto em 2001, e anteriormente, era membro do Departamento do Tesouro norte-americano, ou seja, um dos organismos que fazem parte, segundo Blustein, do “Alto Comando”. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 44.

³¹ *Idem*: 21.

³² SERRA, A. O que é o Fundo Monetário Internacional, 1999.

³³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 45.

³⁴ GLOBO. Nomeado para o FMI, Strauss-Khan promete reformas para ‘crescimento’ – candidato francês, apoiado pela UE, ficará no cargo por cinco anos. 29/09/2008.

por um francês: de 1963 a 1973 por Pierre-Paul Schweitzer; de 1978 a 1987 por Jacques de Larosière; de 1987 a 2000 por Michel Camdessus e, em 28 de setembro de 2007, outro francês assumiu o cargo de diretor administrativo, o socialista Dominique Strauss-Kahn, assumindo o lugar do espanhol Rodrigo de Rato, que renunciou ao cargo em julho de 2007.³⁵

A hierarquia acima do FMI: o “Alto Comando”, o G-7 e o G-7D

A atuação do FMI como não-autônoma, pode ser ilustrada, em parte, durante a missão de socorro do Fundo, em novembro de 1997, em Seul, capital da Coreia do Sul. O encarregado da missão era Hubert Neiss, que ocupava na época, o cargo de diretor do Departamento da Ásia e do Pacífico. O mais importante, no incidente citado, é a compreensão da dinâmica do processo decisório do FMI no momento em que a crise asiática estava alcançando a Coreia do Sul.³⁶

Hubert Neiss, *apesar de ocupar um posto alto na hierarquia da entidade, (...) não tinha autoridade suficiente para fechar um acordo com Seul por iniciativa própria*³⁷ e, além disso, os três mais altos funcionários do FMI³⁸ estavam viajando. Nessa circunstância, diante dos três possíveis caminhos a tomar (que serão analisados no capítulo 6), Neiss não pôde tomar a decisão sozinho, quem o fez foram os altos funcionários dos países do G-7 pertencentes aos seus respectivos Departamentos do Tesouro, Bancos Centrais, (incluindo o Banco Central dos EUA, o Fed), Departamentos do Estado e dos Conselhos de Segurança Nacional. Após sucessivas reuniões, eles decidiram o que Neiss deveria propor às autoridades sul-coreanas.³⁹

³⁵ *Idem. Ibidem.*

³⁶ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 17.

³⁷ *Idem*: 20.

³⁸ Michel Camdessus, o diretor administrativo; Stanley Fischer, o vice-diretor geral; e Jack Boorman, o diretor do Departamento de Análise e Desenvolvimento de Políticas –o PDR, que, segundo Blustein, era “o terceiro personagem mais importante do Fundo”.

³⁹ *Idem*: 21-22.

O “Alto comando”

No exemplo citado, pode-se notar que, na ausência dos três mais altos cargos, o encarregado da missão, Neiss, não foi o responsável pela decisão final, mas sim, os membros dos citados departamentos dos governos do G-7. Nesse caso, podem ser levantadas algumas perguntas: seria esse procedimento um caso isolado? No caso da presença do diretor administrativo, Michel Camdessus, o mais alto cargo do FMI, ele teria autonomia para tomar a decisão em contato com o governo coreano, ou deveria aguardar a decisão final desses representantes do G-7? A resposta a essas perguntas é que, na visão de Blustein, a política do FMI responde às decisões que são acertadas pelos representantes dos países já citados. A este grupo, Blustein denominou de “Alto Comando”, que, nas palavras do autor, seriam:

O grupo controlador da política econômica global que inclui não só o FMI, mas o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o *Federal Reserve*, e outras instituições financeiras do G-7 que supervisionam as operações do Fundo e guiam a política econômica global (até certo ponto, o Banco Mundial faz parte do “Alto Comando”, embora tenha desempenhado um papel secundário na crise [asiática a partir de 1997]).⁴⁰

Porém, o autor utiliza o termo “Alto Comando”, com “uma pitada de ironia”, visto que, durante o relato que apresenta no seu livro, o “Alto Comando” demonstra que *a capacidade do grupo de salvaguardar de crises a economia mundial não foi nem muito ‘alta’ nem demonstrou muito ‘comando’*.⁴¹ Porém, nesse sentido, a hipótese aqui levantada aponta numa direção contrária à visão de Blustein, uma vez que, do ponto de vista do impulso desestabilizador, da política de contenção econômica, do mecanismo de “acumulação via desapropriação”, as crises se apresentam, de certa forma, necessárias para: a restauração de um determinado tipo de poder, a manutenção do controle sobre determinados países através da promoção de socorros acompanhados de condicionalidades, entre outras

⁴⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 25.

⁴¹ *Idem. Ibidem.*

funções úteis aos que se encontram em posição de grande poder (como será analisado no *item 6* do atual capítulo -*As funções das crises*).

Os “patrões políticos” do FMI: o G-7 e o G-7D.

Após descrever a rígida hierarquia do FMI, Blustein comenta que *o papel da equipe e da direção do FMI, por importante que seja, é apenas uma parte da história. Visto que, o Fundo, na condição de organismo internacional, (...) tem de obedecer aos seus padrões políticos.*⁴²

Segundo Blustein, *no décimo segundo andar da sede do FMI, situa-se o ‘sanctum sanctorum’, um salão oval com 18 metros de comprimento, local onde os 24 diretores-executivos do FMI se encontram três vezes por semana, em reuniões presididas pelo diretor administrativo ou um de seus vices.*⁴³ O grupo dos 24 diretores, forma, como já citado, o diretório executivo.

Dentro do diretório executivo do FMI, como já explicado na introdução, existem dois tipos de diretores executivos: um representa um único país, outro, representa um grupo de países, e cada diretor executivo tem um poder de voto proporcional à contribuição do país ao Fundo. Depois de realizada a votação no diretório executivo *é raro alguém contestar uma votação; a maioria das decisões, aliás, é aprovada por consenso, depois de negociações informais.*⁴⁴ Fora isso, *nos momentos críticos, é preciso dizer que o real poder decisório cabe aos membros do G-7, que contam com quase metade dos votos.*⁴⁵

Até o momento, pode-se resumir que: a votação dos 24 diretores-executivos (com prevalência de votos dos representantes do G-7) é submetida à autoridade dos três mais altos cargos do FMI (o diretor administrativo, o vice-diretor administrativo e o chefe do PDR) que por sua vez, tomam suas decisões sob a

⁴² *Idem*: 48.

⁴³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 48.

⁴⁴ *Idem. Ibidem.*

⁴⁵ *Idem*: 49.

influência de quadros dos países do G-7. Porém, Blustein, em sua pesquisa, aponta um outro grupo, que atua sem muita visibilidade: são os suplentes do G-7, o G-7D, um grupo que *pode ser descrito, sem muito exagero, como controlador de marionetes, por trás do pano.*⁴⁶

O G-7D busca atuar sem atrair grande atenção da mídia, mantendo suas atividades e discussões *longe da publicidade o máximo possível.*⁴⁷ As reuniões do grupo são realizadas nas salas VIP dos aeroportos *para não atrair jornalistas e, embora os assessores [da imprensa] possam acompanhá-las, permanecem do lado de fora da sala de reuniões.*⁴⁸ A parte mais visível do processo se dá com os superiores hierárquicos dos suplentes, que são os ministros das finanças dos países do G-7 e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que se encontram de meses em meses, e produzem comunicados e pronunciamentos sobre vários assuntos. E, acima, no topo da hierarquia, estão os chefes de Estado dos sete países que realizam reuniões anuais com cobertura da grande mídia e foco de atenção mundial. Apesar dos suplentes terem de prestar contas aos seus superiores e terem suas decisões canceladas por estes, são os membros do G7-D que assumem *a responsabilidade pelas decisões sobre a maioria das questões econômicas, pouco antes dos encontros dos chefes de Estado, ou em outras ocasiões.*⁴⁹ Além disso, a grande influência do G-7D, pode ser explicada também pelo fato dos seus integrantes poderem se reunir, através de teleconferências, duas a três vezes por dia em períodos de crise, e, segundo Klaus Regling, que foi representante da Alemanha do G7-D em 1998, *os ministros não se prestam a isso.*⁵⁰

⁴⁶ *Idem. Ibidem.* Entretanto, essa visão será relativizada durante a dissertação.

⁴⁷ Blustein observa que alguns membros do G-7D são bastante conhecidos, como Larry Summers, o representante dos Estados Unidos no grupo e Eisuke Sakakibara, o ex-vice-ministro de Assuntos Internacionais no Ministério das Finanças do Japão, conhecido como "Mr. Yen". *Idem. Ibidem.*

⁴⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 49.

⁴⁹ *Idem*: 49-50.

⁵⁰ *Idem*: 50.

As decisões no G-7D não são fáceis, as discussões costumam ser "acaloradas", porém, segundo Klaus Regling, *os países-membros sabem que mais cedo ou mais tarde um acordo precisa ser alcançado, senão haveria uma crise realmente séria na economia mundial.*⁵¹

Finalmente, Blustein, após a descrição dos inúmeros níveis hierárquicos dentro e acima do FMI, conclui (da mesma forma que vários autores citados no capítulo 1) que: *em face do 'status' de superpotência dos Estados Unidos, não é possível caracterizar o G-7 como uma instituição democrática. A posição americana geralmente prevalece.*⁵² Os Estados Unidos não chegam a ditar políticas aos demais países do G-7, mas procuram alcançar um consenso, e, com uma posição privilegiada e tendo sua economia uma grande participação na economia mundial, os demais países acabam tendo que *se limitar a operar como um fator de equilíbrio.*⁵³ Fora isso, no que diz respeito a assuntos relativos ao FMI, *a influência dos Estados Unidos é grande [e tal influência] data desde a fundação da entidade.*⁵⁴

Porém, a título de finalização, apesar de, na prática, o FMI ter de prestar contas aos seus "patrões políticos", oficialmente, o FMI é uma instituição pública e deveria atender, em tese, aos interesses de todos os seus países-membros como chamam atenção Carlos Marichal⁵⁵ e, Joseph Stiglitz, na mesma linha diz:

O FMI é uma instituição *pública*, mantida com dinheiro fornecido pelos contribuintes do mundo todo. É importante lembrar disso porque o Fundo não se reporta diretamente nem aos cidadãos que o financiam nem àqueles cuja vida ele afeta. Em vez disso, reporta-se aos ministros da fazenda e aos bancos centrais dos governos do mundo, que asseveram seu controle por meio de uma votação complicada, baseada no poder econômico dos países ao final da Segunda Guerra Mundial.⁵⁶

⁵¹ *Idem. Ibidem.*

⁵² *Idem. Ibidem.*

⁵³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 50.

⁵⁴ *Idem. Ibidem.*

⁵⁵ MARICHAL, C. *Evitando futuras crises da dívida na América Latina: lições da história e algumas propostas*, 2003: 22.

⁵⁶ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 39.

O FMI e a defesa intransigente dos princípios liberalizantes: retórica neoliberal *versus* prática neoliberal

Joseph Stiglitz criticou fortemente a postura dos quadros do FMI que se mantiveram rigidamente posicionados em defesa das “livres forças do mercado” e da diminuição dos atributos do Estado, como estava em voga nas décadas de 1980 e 1990. Esses princípios, seguidos fortemente pelo FMI, se justificavam com promessas de inserção dos países periféricos na “globalização” que traria: estabilidade, crescimento e diminuição da pobreza.

Porém, com o tempo, os resultados obtidos não foram esse. Em 1994, Maria da Conceição Tavares chamava atenção para algumas conseqüências da adoção de políticas liberais. Segundo Tavares:

O dissenso de Washington mostra que, finalmente, políticos e intelectuais dos países centrais começam a se dar conta da gravidade dos problemas sociais e econômicos gerados por mais de uma década de um liberalismo irresponsável, dogmático e anárquico. Esta tardia tomada de consciência se manifesta no encontro de cúpula dos ministros do Trabalho dos países centrais em Detroit (o Job Summit) e em recentes declarações de renomados e respeitáveis economistas conservadores. Pela primeira vez o G-7 se reúne para discutir o problema do desemprego em massa nos países desenvolvidos, que não pára de crescer, lançando uma parcela cada vez maior da população na marginalidade.⁵⁷

Entretanto, os defensores das livres forças do mercado, muitas vezes, ao observarem os indicadores sociais negativos, simplesmente apontavam para a causa de tais insucessos, não como fruto das reformas neoliberais, mas como fruto das intervenções estatais remanescentes (levando-os a defender uma diminuição ainda maior do Estado) ou da corrupção nos países subdesenvolvidos. Segundo Tavares, mesmo diante do aumento do desemprego nos países do centro, após aproximadamente quatorze anos de adoção de políticas liberalizantes, alguns setores da mídia, continuavam a defender o liberalismo apontando para a necessidade de mais flexibilização e diminuição do Estado:

⁵⁷ TAVARES, M. O dissenso de Washington, 1994: 69-70.

Não faltam, é claro, os liberais, como os da revista *The Economist*, que ainda recentemente repetiram a ladainha de que o problema do desemprego é resultado da rigidez do mercado de trabalho dos países desenvolvidos, e em particular europeus. A solução, como sempre, seria aumentar a 'flexibilidade' do mercado de trabalho, com a retirada do seguro-desemprego e demais empecilhos ao livre jogo das forças de mercado. Em outras palavras, o problema do desemprego viria do fato de que as economias centrais, no que diz respeito ao mercado de trabalho, são liberais de menos, e a solução como sempre, seria mais liberalismo.⁵⁸

Nesse sentido, haveria um debate inconcluso, visto que, determinados atores, viriam a defender tal doutrina sempre, a despeito de dados empíricos da realidade. Seus diagnósticos viriam sempre a apontar para maior liberalização.

Nesse sentido, diz Harvey, referindo-se aos neoliberais mais ortodoxos:

True blue neoliberals will doubtless claim that the recession is a sign of insufficient or imperfect neoliberalization, and they could well point to the operations of the IMF and the army of well-paid lobbyists in Washington that regularly pervert the US budgetary process for their special-interest ends as evidence for their case. **But their claims are impossible to verify**, and, in making them, they merely follow in the footsteps of a long line of eminent economic theorists who argue that all would be well with the world if only everyone behaved according to the precepts of their textbooks.⁵⁹ (grifo meu)

O interessante é observar que, durante os "trinta anos gloriosos" após a Segunda Guerra Mundial, a combinação de intervenção estatal e forças do mercado obtiveram indicadores satisfatórios do ponto de vista de crescimento, garantias sociais, inflação e emprego. Portanto, a despeito do debate entre liberais e keynesianos, do ponto de vista político, pode ser feita a seguinte pergunta a respeito do FMI: porque os quadros do FMI foram treinados, nos anos 1980-1990, a acreditar nas livres forças do mercado? Porque eles foram instruídos a, invariavelmente, a despeito de inúmeros resultados de conseqüências

⁵⁸ *Idem*: 70.

⁵⁹ Tradução minha: "Os neoliberais irão sem dúvida alegar que a recessão é um sinal de uma liberalização insuficiente ou imperfeita, e eles podem muito bem apontar para as operações do FMI e do exército dos lobistas bem pagos em Washington, que regularmente pervertem os processo orçamentário dos EUA para os seus interesses especiais, como uma evidência desse processo. Mas suas alegações são impossíveis de se verificar, e, fazendo-as, eles apenas seguem os passos de uma longa linha de eminentes teóricos economistas que argumentam que tudo estaria bem no mundo se todos apenas se comportassem de acordo com os preceitos dos seus livros-texto." HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 152.

devastadoras,⁶⁰ continuar defendendo a abertura comercial ou a adoção de medidas recessivas (como aumento exorbitante da taxa de juros) aos países que estavam em crise e necessitados dos socorros da instituição? Porque eles foram treinados a propor nas “condicionalidades” medidas ressonantes com os princípios do livre mercado? Existiu um interesse de classe nesse processo? Existiu um interesse do *hegemon* nesse processo? Se sim, essa postura rígida e inflexível do FMI, além de atuar na direção da “restauração de um poder de classe” por um lado, estaria atuando na “política de contenção” das economias dos países periféricos, ou mesmo do “impulso desestabilizador” por outro?

O argumento que foi utilizado pelo FMI foi que medidas como elevar a taxa de juros, liberalizar ou desregular iriam “acalmar” os “mercados” e, portanto, iriam conter crises. A realidade dos fatos não foi bem assim. Entretanto, existe um forte argumento que leva a crer que essa defesa intransigente do FMI a princípios rigidamente liberais esteja ligada a motivações como a política de contenção ou ao impulso desestabilizador: é o fato de que os países do G-7, como será visto a seguir, influenciaram na defesa da proposição aos países periféricos de reformas políticas de abertura comercial e diminuição da intervenção dos Estados nas economias, enquanto que eles mesmos não aplicavam tais políticas.

David Harvey comentou que Estados Unidos e China foram dois exemplos de economias keynesianas que, no ano de 2001, sustentaram a economia mundial e, entretanto, ambas *se comportaram como Estados keynesianos num mundo supostamente governado por regras neoliberais*.⁶¹ Além disso, segundo Stiglitz, em 2001:

Atualmente, poucos –além daqueles com interesses pessoais e que se beneficiam por manter afastadas as mercadorias produzidas pelas nações pobres- defendem a hipocrisia de fingir que se está ajudando países em desenvolvimento ao

⁶⁰ Segundo Stiglitz: “... durante o tempo em que estive no Banco Mundial, pude ver com meus próprios olhos o efeito devastador que a globalização pode ter sobre países em desenvolvimento, em especial sobre as populações pobres desses países.” STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 10.

⁶¹ Tradução minha: “*have been behaving like Keynesian states in a world supposedly governed by neoliberal rules.*” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 152.

forçá-los a abrir seus mercados para as mercadorias das nações industrializadas e desenvolvidas, ao mesmo tempo que essas nações protegem os próprios mercados. Tais políticas tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.⁶²

Os países industrializados, em pleno período de propagação dos princípios liberalizantes -com base no tripé: privatização, liberalização e abertura comercial- *continuavam a proteger os setores nos quais a concorrência dos países em desenvolvimento poderia representar uma ameaça à sua economia.*⁶³ Stiglitz cita as rodadas de negociação ocorridas na Organização Mundial do Comércio onde as barreiras comerciais para os produtos industrializados tinham sido derrubadas enquanto que os países mais ricos *mantinham os subsídios de suas nações a produtos agrícolas e mantinham fechados os mercados para esses produtos e para aqueles da indústria têxtil, setor em que muitas das nações em desenvolvimento têm vantagens comparativas.*⁶⁴ Stiglitz aponta essa mesma postura em diversos momentos de sua obra, ao mencionar que as políticas que o FMI propunha aos países em crise eram rejeitadas até mesmo pelo Congresso norte-americano.⁶⁵

Na mesma linha de Stiglitz, diz Maria Lucia Fattorelli Carneiro: *é preciso ressaltar também que as políticas de 'ajuste' recomendadas pelo FMI e implementadas sob a sua supervisão são inversas àquelas adotadas nos países ricos que o comandam.*⁶⁶ Nessa linha, do ponto de vista das propostas de liberalização dos países ricos aos países pobres economicamente, pode-se resumir que o FMI teria intermediado um processo na linha do "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

Tal postura rígida pró-liberalização do FMI, poderia, portanto, ser interpretada como uma ferramenta em defesa de interesses de atores dos países

⁶² STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 17.

⁶³ *Idem*: 93.

⁶⁴ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 93-94.

⁶⁵ *Idem*: 63; 66; 75.

⁶⁶ CARNEIRO, M. Apresentação. *Auditoria da dívida externa: questão de soberania*, 2003: 8.

do centro do capitalismo ou da aliança *hegemon/poder* de classe. Tal postura, aliada a uma falta de transparência em processos decisórios, pode estar relacionada ao impulso desestabilizador, à política de contenção e à restauração de um poder de classe, simplesmente pelo fato de que não são objetivos que podem ser declarados abertamente.

Segundo a perspectiva de alguns autores é possível relacionar a doutrina liberal como um discurso fortemente utilizado por países e governos que já se encontram nas posições mais altas da hierarquia econômica e política internacional. Como por exemplo, o Reino Unido que só adotou o discurso de promoção dos princípios liberais durante o período da *pax britânica*, após ter adotado, durante muitos anos, políticas protecionistas ou mercantilistas (ou seja, com forte presença do Estado na defesa dos interesses nacionais) que garantiram ao país sua posição de liderança durante o período. Segundo Fiori:

A Inglaterra foi, sem dúvida, a experiência mercantilista mais bem sucedida da Europa. (...) não há dúvida que o verdadeiro "milagre" inglês foi uma obra do mercantilismo, que teve um momento decisivo nos Atos da Navegação de Cromwell, editados logo depois da Revolução de 1648 e dirigidos diretamente contra os interesses da Holanda, com quem a Inglaterra competia economicamente (...). A Inglaterra só abandonou sua estratégia mercantilista e se transformou numa potência liberal no século XIX, quando já ocupava a posição de liderança incontestada dentro do sistema econômico capitalista e dentro do sistema político interestatal.⁶⁷

É nessa linha que Fiori argumenta que a retórica neoliberal é adotada pelos países ganhadores dentro da dinâmica competitiva do sistema capitalista mundial que navegaram na "contramão das leis do mercado". Segundo Fiori:

A despeito da retórica liberal, neste sistema capitalista (...) os 'estados/economias nacionais'⁶⁸ que ganharam também

⁶⁷ FIORI, J. Formação, expansão e limites do poder global, 2005: 36.

⁶⁸ Fiori, em seu artigo, define os "estados/economias nacionais" como máquinas de acumulação de poder e da riqueza. Os "estados/economias nacionais" surgiram "do encontro entre o poder e o mercado, (...) uma nova unidade territorial com uma imensa capacidade de acumulação de poder e riqueza". *Idem*: 37. Fiori associa o "jogo das trocas", segundo Fernand Braudel, ao "jogo das guerras" e, nesse processo que envolve acúmulo de "poder" e de "riqueza", "foi a necessidade de financiamento das guerras inglesas que esteve na origem dessas mudanças. Mas desta vez, o encontro do poder com os bancos produziu um fenômeno absolutamente novo e revolucionário: os 'estados-economias nacionais'." *Idem*: 34.

foram os que souberam navegar na contramão das 'leis do mercado', praticando políticas mercantilistas durante o tempo em que lutaram para ascender dentro da hierarquia mundial, mas também durante o tempo em que se mantiveram no topo do sistema. No caso dos estados, como no caso do capital, eles também tiveram que inovar e sofisticar permanentemente seus sistemas de proteção, inclusive para poder dar alguma credibilidade à sua **retórica liberal que foi, e será sempre, o discurso de todos os vitoriosos, dentro dos 'territórios econômicos' conquistados ou submetidos à condição de periferia econômica dos ganhadores.**⁶⁹ (grifo meu)

Na mesma linha de Fiori, Antônio Delfim Netto cita a frase do socialista francês Jean Jaurés em resposta a pergunta: "porque os homens não aceitaram o paraíso liberal que lhes era oferecido?". Segundo Jean Jaurés: "Porque a ordem liberal é a da raposa livre no galinheiro livre!".⁷⁰ Então, aprofundando a resposta de Jaurés, Delfim Netto insere mais uma pergunta: "e por que a realidade mundial não obedeceu ao que os economistas [liberais] dela esperavam?". Então, responde Delfim Netto num argumento idêntico ao de Fiori:

É porque existe o problema do poder que por definição está ligado à identidade nacional. As nações não são espaços abertos que satisfazem a concepção dos economistas: são espaços fechados que freqüentemente se organizam em torno de projetos de poder interno e pretensão de poder externo, de acordo com sua capacidade de cooptar os nacionais e de impor sua presença aos não residentes. As potências, na sua hierarquia, só aceitam a liberdade de comércio e de capitais quando já construíram um escudo defensivo que permite acomodá-la com a permanência e continuidade do seu poder político. É aqui que a 'Teoria Econômica' tem de ser substituída pela 'Economia Política'.⁷¹

David Harvey analisa que o neoliberalismo pode ser interpretado de duas formas: como um **projeto utópico**, voltado para reorganizar o capitalismo internacional; ou como um **projeto político** voltado para *restabelecer as condições para a acumulação de capital e para restaurar o poder de elites econômicas.*⁷² Harvey, entretanto argumenta que *o segundo desses objetivos é que têm dominado*

⁶⁹ *Idem*: 45.

⁷⁰ NETTO, A. Raposa no galinheiro, 2004:18.

⁷¹ *Idem. Ibidem.*

⁷² Tradução minha: "to re-establish the conditions for capital accumulation and to restore the power of economic elites." HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 19.

na prática.⁷³ O projeto utópico complementaria o projeto político, segundo Harvey, da seguinte maneira: a utopia neoliberal serviria como um *“sistema de justificativa e de legitimação para tudo o que fosse preciso para ser feito para atingir”*⁷⁴ o objetivo da acumulação de capital e da restauração de poder econômico das elites. Desse modo, sempre que os *princípios neoliberais colidem com a necessidade de restauração ou manutenção do poder das elites, então os princípios são abandonados ou se tornam tão deformados que se tornam irreconhecíveis.*⁷⁵

Os “pacotes de socorro” do FMI e sua relação com o impulso desestabilizador e a restauração de um poder de classe

O FMI costuma auxiliar países em crise financeira com pacotes de socorro que incluem recursos com contribuições do FMI, de organizações internacionais (como o Banco Mundial) e dos países ricos, que são os empréstimos bilaterais.

Dentro desse processo, é possível fazer uma relação com a metodologia do FMI de coordenar esses “pacotes de socorro” (sempre acompanhados de “condicionalidades”) com o “impulso desestabilizador” e com a “restauração de um poder de classe”, se analisarmos essa medida do FMI do ponto de vista dos seus críticos.

Entretanto, em determinados momentos de crise, o não-envio do pacote ou o envio de forma lenta (como no caso da Coréia do Sul em determinado momento da negociação) também não interrompeu as crises financeiras, apenas agravando-as. O FMI utiliza esse argumento para justificar a adoção dos pacotes. Entretanto, a solução de crises que envolvem fuga de capitais,⁷⁶ podem não estar no envio de

⁷³ Tradução minha: “the second of these objectives has in practice dominated.” *Idem. Ibidem.*

⁷⁴ Tradução minha: “a system of justification and legitimation for whatever needed to be done to achieve...” *Idem. Ibidem.*

⁷⁵ Tradução minha: “the neoliberal principles clash with the need to restore or sustain elite power, then the principles are either abandoned or become so twisted as to be unrecognizable.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 19.

⁷⁶ Que ocorrem somente em países que liberalizaram seus mercados –ou seja, abandonaram mecanismos de controle de entrada e saída de capitais.

mais dinheiro (que acabava indo parar nas mãos dos credores com a continuação da crise) mas sim na busca por uma contenção da saída do dinheiro do referido país. Como na Coreia do Sul, onde a crise foi contida apenas após uma forte mobilização por parte de autoridades monetárias dos EUA para que os credores daquele país parassem a retirada de capitais. Enquanto os pacotes de socorro não funcionaram, essa forte mobilização funcionou, tanto na Coreia do Sul, como na Bolsa de Nova York em 1987.

No caso do *crash* da Bolsa de Nova York em 1987, foi uma decisão política do Fed –incluindo todos os membros regionais do *Federal Reserve*, como o Fed de Nova York, e mais outros 10 bancos– em intervir no processo, que conteve a continuação da crise. Segundo Chesnais:

Foi devido a essa intervenção maciça dos bancos centrais, do Federal Reserve Bank e dos principais bancos de reserva dos Estados da Federação, fornecendo empréstimos em última instância, que a crise foi debelada.⁷⁷

Não está sendo feita aqui uma comparação entre a solução do *crash* da Bolsa de Nova York em 1987 e da crise da Coreia do Sul em 1997, o que está sendo chamada atenção aqui, é que a solução da crise ocorre quando há uma forte intervenção por parte das autoridades monetárias norte-americanas e demais atores proeminentes do setor financeiro, em debelar a crise. E essa forte intervenção vem de uma decisão política que pode estar além da expressão: “grande demais para cair” –como será analisado no capítulo 6.⁷⁸

A análise crítica dos pacotes de socorro, por si só, fortalece o argumento do impulso desestabilizador dessa medida empregada pelo Fundo. Segundo Danilo Rothberg:

O FMI, quando ‘socorre’ governos em débito, promove a transferência de ativos de tesouros públicos para bancos privados credores. (...) Essas operações de ‘socorro’

⁷⁷ CHESNAIS, F. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos, 1998: 275.

⁷⁸ No caso da Coreia do Sul, essa forte mobilização só se efetivou quando os interesses norte-americanos estavam assegurados no país (ou seja, após o presidente recém eleito ter garantido fidelidade com as reformas propostas pelo FMI-Tesouro dos EUA). Até então prevaleceu o impulso desestabilizador, segundo hipótese levantada na pesquisa no capítulo 6, ao analisar a seqüência dos eventos ocorridos no país em questão.

financeiro, que evitam eventuais perdas dos investidores globais (...) são criticadas com frequência por textos jornalísticos (...) Inclusive porque, segundo a argumentação corrente, o investidor não tem motivo para agir com prudência se sabe que será socorrido quando suas operações especulativas ou de crédito incerto derem errado. Dessa forma, o FMI proporcionaria uma espécie de seguro contra crises financeiras (...). **A ação do Fundo, nessa perspectiva, serviria então como fator de produção contínua de novas crises, contribuindo não para sanear o mercado financeiro, mas para institucionalizar a desordem e o risco sistêmico.**⁷⁹ (grifo meu)

Nessa perspectiva, a ação-padrão do Fundo, de coordenar socorros que acabam por se tornar um “fator de produção contínua de novas crises”, é ressonante com a idéia do impulso desestabilizador. Nesse processo, fica acordado que o dinheiro vai entrar, mas ninguém garante que o dinheiro não vai sair. Tal perspectiva parece ser comprovada num processo recorrente, visto que a lista de fugas de capitais que ocorreram um tempo depois que acordos de resgate com o FMI foram assinados é longa. Este processo ocorreu: (1) na Tailândia, em agosto de 1997, quando a moeda tailandesa continuou sofrendo ataque após o anúncio do pacote, coordenado pelo FMI, de 17 bilhões de dólares; (2) na Indonésia, no dia 15 de janeiro de 1998, no mesmo dia em que um plano de resgate do país havia sido concluído, a contenção da desvalorização acelerada da rúpia não se efetivou; (3) na Rússia em julho de 1998, um mês depois do envio do pacote de ajuda do FMI de 22 bilhões de dólares, o rublo continuou a se desvalorizar; (4) no Brasil, em janeiro de 1999, viria a acontecer o mesmo processo, onde, após anunciado o pacote de ajuda coordenado pelo FMI no valor de 41 bilhões de dólares, o Real continuou a se desvalorizar (isto é, o dinheiro continuou a sair do país); (5) após todas as experiências já citadas, na Turquia, no final de 2000, a desvalorização da lira turca continuou, mesmo depois da adoção das reformas propostas pelo FMI no país e do recebimento de pacotes de socorro; (6) e, finalmente, no ano de 2001, a Argentina

⁷⁹ ROTHBERG, D. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*, 2005: 54-55.

sofreu uma seqüência de crises apesar de ter recebido uma considerável ajuda do Fundo.⁸⁰

A despeito dos fracassos do envio dos socorros (e também do não-envio) a ajuda-padrão do FMI manteve-se inalterada durante o período dos casos citados, ou seja, de agosto de 1997 a 2001 e as crises (ou o impulso desestabilizador) permaneceu. Somente quando a cúpula decidia que a crise deveria acabar, ela acabava. Porém, essa decisão vinha quando a crise ameaçava se tornar sistêmica ou quando essa mesma cúpula sentia que o país afetado pela crise iria adotar as medidas que atendiam aos seus interesses locais –como no caso da Coréia do Sul. Uma vez atingidos os objetivos externos, os “mercados” se acalmavam, indicando uma forte confluência de interesses –no caso da Coréia do Sul– entre os interesses do Departamento do Tesouro –ou do “complexo Wall Street-Tesouro dos EUA”– com os interesses dos “mercados”.

As funções das crises

Fora os possíveis benefícios obtidos por determinados indivíduos e setores da sociedade em momentos de crise, descritos por David Harvey no capítulo 1, serão destacados no atual *item* outros aspectos relativos a essa consequência direta do impulso desestabilizador que, por sua vez, como já visto, pode estar relacionada com a política de contenção e, dependendo de como a crise é administrada, pode acabar por auxiliar no processo de restauração-ampliação do poder de uma elite econômica. A idéia de que pessoas possam se beneficiar de determinadas crises não é absurda. Nessa linha, diz John Maynard Keynes, em 1926:

Muitos dos maiores males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. É porque indivíduos particulares, afortunados pela situação ou por habilidades, são capazes de levar vantagens da incerteza e da ignorância, e também porque, pela mesma razão, grandes negócios com freqüência são uma loteria, na qual surgem grandes desigualdades de riqueza; esses mesmos fatores são

⁸⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 24-25-29-34.

a causa do desemprego, do trabalho ou da frustração de expectativas razoáveis de negócios, e ainda do prejuízo da eficiência e da produção. A cura [do risco, da incerteza e da ignorância], porém, permanece além das operações dos indivíduos; **pode até mesmo ser do interesse dos indivíduos o agravamento da doença.**⁸¹ (grifo meu)

Nesse caso, pode-se perguntar: seria correta a idéia de que a crise prejudica a todos (como já observado nas análises de Marichal e Stiglitz no capítulo 1) ou, no sentido oposto, de que o progresso econômico dos países seria benéfico a todos? Segundo Stiglitz:

As políticas do FMI, em parte baseadas na suposição obsoleta de que os mercados, por si só, geram resultados eficientes, deixaram de permitir intervenções desejáveis no mercado por parte dos governos, intervenções que poderiam orientar o crescimento econômico e beneficiar *todos*.⁸²

Porém, o próprio Stiglitz, em outro momento de sua obra, comenta que *em debates sobre políticas públicas, poucos discutem abertamente seus interesses pessoais. Tudo é expresso em termos de interesse geral.*⁸³

Nessa linha de que o crescimento de uns pode ser visto como prejudicial a outros, algumas perguntas podem ser feitas: dentro da perspectiva da “política de contenção”, o crescimento econômico de alguns países pode ser visto, dentro de uma lógica competitiva inerente ao sistema capitalista, como benéfico a “todos”? A frase de Kissinger que se refere ao Brasil em 1979 (“não queremos um outro Japão ao sul do equador” -citada no capítulo 1) não expressaria a idéia de que o crescimento de uns pode vir a *não* beneficiar a outros? Ou seja, a apresentar uma ameaça aos interesses do *hegemon* na região.

Quando um país periférico se desenvolve muito economicamente, em especial um país com as dimensões continentais do Brasil, por exemplo, ele pode se tornar uma ameaça, do ponto de vista do poderio do *hegemon*. E isso tem uma lógica política visto que o Brasil, segundo Samuel Pinheiro Guimarães, é o *único*

⁸¹ *Apud* CARVALHO, F. Políticas econômicas para economias monetárias, 1999: 280.

⁸² STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 12.

⁸³ *Idem*: 266. (Grifo do autor).

*possível rival à influência hegemônica dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental sul.*⁸⁴

A mesma idéia de que evitar crises (de endividamento, por exemplo) iriam beneficiar a todos, é expressa por Carlos Marichal, quando expõe três objetivos para o avanço em reformas voltadas para a estabilização das finanças internacionais. Um dos objetivos seria:

... argumentar que as tremendas falhas cometidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na vigilância e supervisão dos processos de endividamento têm prejudicado tanto os países devedores como as entidades credoras, ao não antecipar nem avisar a ambos da gravidade dos problemas financeiros. Tal aviso poderia ter contribuído para evitar crises que têm grandes custos morais e financeiros para todos.⁸⁵

No entanto, na análise que será realizada no capítulo 4 e em informações citadas no capítulo 1, pode-se observar que os próprios grandes bancos norte-americanos que fizeram empréstimos aos países da América Latina a partir de 1973 (no processo de reciclagem dos petrodólares) se *opuseram às tentativas de se fazer de forma coordenada a 'reciclagem' dos petrodólares acumulados a partir do 'primeiro choque' [do petróleo] de 1973.*⁸⁶ Fora esse impulso para o endividamento desregulado, não é possível se determinar com tanta certeza se, conforme atesta Marichal, as entidades credoras tenham saído prejudicadas.⁸⁷

A existência de crises decorrentes de questões inerentes ao próprio sistema capitalista não está sendo descartada na atual pesquisa, porém, essas crises não são seu objeto de análise atual. As crises aqui mencionadas são aquelas que podem ser catalisadas por parte desse "impulso desestabilizador" (seja da hiper-potência, seja do "poder de classe", ou mesmo dos "mercados") visto que a sua ocorrência permite aos detentores de maior poder, o fornecimento de ajuda aos necessitados

⁸⁴ GUIMARÃES, S. A política dos Estados Unidos para o mundo e para o Brasil, 1998: 40.

⁸⁵ MARICHAL, C. Evitando futuras crises da dívida na América Latina: lições da história e algumas propostas, 2003: 16.

⁸⁶ BELLUZZO, L. e MELLO, J. Introdução. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 13.

⁸⁷ Este ponto será melhor desenvolvido no capítulo relativo aos anos 1980, focado na atuação do FMI na crise da dívida externa latino-americana.

que, em troca, precisam efetuar “ajustes” (no geral, voltados para atender aos interesses dos seus salvadores). Esse processo pode ser associado a um mecanismo onde, segundo Luis Fernando Novoa Garzon:

O caos é produzido para que se produzam novas ordens. E não se trata de conspiracionismo, mas de um mecanismo de mercado clássico, o de criar dificuldades e problemas para vender facilidades e soluções.⁸⁸

A avaliação dos riscos das crises

A catalisação de crises, na análise de Harvey, é realizada como parte de um processo que almeja restaurar um poder de classe e a gerar um abalo que venha a afetar os mais vulneráveis enquanto uma parte da sociedade (uma “elite política e econômica”) se encontra bem protegida, na linha do *après moi le deluge*. Mas a “criação-manipulação-administração” de crises, citada por Harvey, não ocorre de qualquer forma, visto que, em termos de política externa, certas medidas não são tomadas sem uma cautelosa avaliação dos prós, dos contras e dos riscos que as envolvem.

Essa avaliação pode conter alguns aspectos: (1) é preciso que haja um aparato suficientemente forte nas três categorias de forças das estruturas históricas de Cox (idéias, instituições e capacidades materiais) para fazer com que após as crises, os diagnósticos dos sucessos passados e das soluções das crises presentes (como os diagnósticos neoliberais monetaristas *versus* os diagnósticos keynesianos ou estruturalistas) prevaleçam no sentido de conduzir a uma transformação que promova a restauração de um poder de classe (caso esse seja o objetivo subjacente da crise instalada); (2) é preciso que haja uma rede de atores nos diversos países que venha a defender tais mudanças no sentido almejado pelos catalisadores do processo;⁸⁹ (3) é preciso avaliar se a crise vai gerar algum tipo de

⁸⁸ GARZON, L. O terrorismo como legenda e caligrafia do poder global, 2003.

⁸⁹ Essa rede, como na experiência neoliberal, não precisa estar completamente formada desde o início das transformações), sendo que tais atores muitas vezes aderem a determinadas linhas por força das circunstâncias, outros por convicção, outros por interesses específicos

convulsão social que fuja ao controle das forças desestabilizadoras, ou se, como no caso das crises financeiras, vai acabar se transformando numa crise sistêmica; (4) avaliar se, no caso de crises localizadas em determinados países ou regiões, o poder central (ou “poder global” segundo a denominação de Fiori)⁹⁰ poderá obter algum tipo de controle político e econômico na região afetada (como no caso da Europa nos anos 1970 após a estagflação, da América Latina após o despontar da crise da dívida externa ou do bloco asiático após o início das crises financeiras a partir de 1997). Nessa mesma linha, diz Harvey, inserindo uma das funções primordiais das instituições internacionais em casos de crises:

The danger, however, is that crisis might spin out of control and become generalized, or that revolts will arise against the system that creates them. [[A SEGUIR: THE IMF AND RPC]] One of the prime functions of state interventions and of international institutions is to control crises and devaluations in ways that permit accumulation by dispossession to occur without sparking [1] a general collapse or [2] popular revolt (...). The structural adjustment programme administered by the Wall Street-Treasury-IMF complex takes care of the first [the general collapse] while it is the job of the comprador state apparatus (backed by military assistance from the imperial powers) in the country that has been raided to ensure that the second [popular revolt] does not occur.⁹¹

O benefício das crises para as instituições internacionais no final do século XX

Um dos lucros obtidos em algumas crises localizadas é que, do ponto de vista do controle do *hegemon* sobre os demais países, elas criam as circunstâncias para que o FMI entre em ação oferecendo ajuda em troca de reformas locais. Essa idéia está expressa na declaração de Stiglitz quando diz que *os problemas que os países em desenvolvimento enfrentam são complexos e, quase sempre, recorrem*

⁹⁰ FIORI, J. *O poder global*, 2007.

⁹¹ Tradução minha: “O perigo, entretanto, é que as crises podem sair do controle e tornarem-se generalizadas, ou criar revoltas que se voltem contra o sistema que as criou. Uma das funções primordiais das intervenções estatais e das instituições internacionais é a de controlar crises e desvalorizações de modo que venham a permitir a ocorrência da acumulação via desapropriação sem inflamar um colapso generalizado ou uma revolta popular (...). O programa de ajustamento estrutural administrado pelo complexo Wall Street-Tesouro-FMI cuida do primeiro risco [i.e. o colapso generalizado] enquanto que é função do aparato estatal (amparado pela assistência militar dos poderes imperiais) no país afetado para assegurar que o segundo risco [i.e. a revolta popular] não ocorra.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 163.

*ao FMI na pior das situações, quando estão passando por uma crise.*⁹² Na mesma linha, Blustein argumenta que o FMI, após o fim do sistema do padrão dólar-ouro a partir de 1971, tinha perdido sua razão de ser, tendo concebido novas funções durante a crise do petróleo nos anos 70, quando *ajudou à reciclar a renda dos países produtores para os países em desenvolvimento, e durante os anos 80 envolveu-se intimamente na crise da dívida externa da América Latina.*⁹³ Wade e Veneroso também mencionam como as crises são benéficas para as instituições internacionais:

As crises têm sido boas também para as instituições econômicas multilaterais, incluindo o FMI, o Banco Mundial e a OMC. A habilidade do FMI e do Banco Mundial de providenciar refinanciamento e de renegociar refinanciamento em troca da aceitação das regras da OMC por parte dos governos ajudados dá a todas as três organizações um poder para persuadir os governos asiáticos a remodelar suas economias domésticas na mesma linha dos modelos ocidentais. Para [as instituições multilaterais] as crises são uma benção sem qualquer disfarce.⁹⁴

Uma vez que as reformas, propostas aos países em crise, são acordadas em Washington e, como no caso da crise asiática, influenciadas pelo complexo “Wall Street-Tesouro dos EUA”, a “solução” das crises ocorre numa estrutura onde a “internacionalização do Estado” norte-americano e o “sistema imperial”, são efetivados.

Em linhas gerais, procurando sintetizar as diversas perspectivas expostas no capítulo 1 e que fundamentam a atual dissertação: (1) o “impulso desestabilizador” é acionado; (2) essa desestabilização gera crises que, no geral, bloqueiam o avanço econômico dos países (ativando a “política de contenção econômica”); (3) as

⁹² STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 16.

⁹³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 53.

⁹⁴ Tradução minha: “The crisis has also been good for the multilateral economic institutions, including the IMF, the World Bank, and the WTO. The ability of the IMF and the [World] Bank to provide refinancing and to kink refinancing to governmental acceptance of WTO rules gives all three organizations leverage with which to cajole (persuadir) Asian governments to reshape their domestic economies in line with Western models. For them [the multilateral institutions] the crisis is a shortrun blessing not even in disguise”. WADE, R. e VENEROSO, F. *The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex*, s/d: 21.

instituições entram em ação sob influência do *hegemon* e de forças sociais de alcance internacional (como Wall Street) efetivando a “internacionalização do Estado” e o “sistema imperial” (sua face “maior que os EUA”); (4) ocorre, através de um quadro de crise, uma pressão sobre os governos para que se “enquadrem” às reformas propostas por Washington ou mesmo, pelos detentores do poder financeiro, onde, tais reformas atendem tanto aos interesses de setores internos dos Estados Unidos (a face do “sistema imperial” menor que os EUA) como de forças sociais de alcance internacional.⁹⁵

Algumas crises geram também o processo de “acumulação via desapropriação”, citado por Harvey. Harvey, ao explicar esse mecanismo, cita a análise de Wade e Veneroso a respeito da crise asiática, quando fazem uma importante avaliação de que crises financeiras sempre acabam por efetivar uma transferência de recursos e acabam por beneficiar alguns países ou atores dentro desses países, a despeito do “grau de intencionalidade” na qual as ações dos detentores do poder tenham sido efetivadas. Segundo Wade e Veneroso:

Financial crises have always caused transfers of ownership and power to those who keep their own assets intact and who are in a position to create credit, and the Asian crisis is no exception. **Whatever their degree of intentionality** and their methods of concerting strategy, there is no doubt that Western and Japanese corporations are the big winners. The transfer to foreign owners has begun in a spirit of euphoria captured in the remark of the head of a UK-based investment bank, ‘If something was worth \$1 billion yesterday, and now it’s only worth \$50m, it’s quite exciting’. The combination of massive devaluations, IMF-pushed financial liberalization, and IMF-facilitated recovery may even precipitate the biggest peacetime transfer of assets from domestic to foreign owners in the past fifty years anywhere in the world, dwarfing the transfers from domestic to US owners that occurred Latin America in the 1980s or in México after 1994. One recalls the statement attributed to Andrew Mellon, ‘In a depression, assets return to their rightful owners’.⁹⁶ (grifo meu)

⁹⁵ Esse “enquadramento”, uma vez que cumprido as exigências dos seus proponentes, acabou viabilizando, no caso do sistema mundial a partir de 1979, o processo descrito por Tavares de “retomada da hegemonia norte-americana”; e, do ponto de vista de classe, o processo de “restauração do poder econômico das classes mais altas”.

⁹⁶ Tradução minha: “Crises financeiras sempre causaram transferência de propriedade e poder para aqueles que mantêm seus próprios bens intactos e que estão numa posição de criar crédito, [não sendo] a crise asiática uma exceção. **Qualquer que seja o grau de intencionalidade deles e dos seus métodos de estratégia combinada**, não há dúvida de que as corporações ocidentais e japonesas são as grandes vencedoras. A transferência para proprietários estrangeiros começou num espírito de euforia capturado na memorável frase do chefe de um banco de investimento britânico que disse: ‘Se algo vale um bilhão de

O FMI e o “impulso desestabilizador” dos mercados financeiros

Seja no caso do Reino Unido, seja no caso da crise asiática (no caso da França o FMI não atuou, mas será citado por motivos citados no capítulo referente) a atuação dos mercados financeiros ou dos detentores do poder financeiro é central no decorrer das crises. De certa forma, o FMI é convocado a atuar em determinados países somente quando os mercados (ou os investidores) começam a se desfazer de bens ligados a eles, ou seja, quando começa a se agravar o fenômeno da “fuga de capitais” do país. E, nesse processo, faz-se necessário analisar alguns protagonistas dos mercados financeiros. São eles: o “Rebanho Eletrônico” (que será explicado a seguir), os fundos *hedge* (que ganharam destaque na análise de Blustein durante a crise asiática) e os fundos de pensão, destacados na análise de François Chesnais.

Todas essas instituições financeiras são dotadas de grande poder e são reconhecidamente capazes de influenciar no comportamento dos mercados (ou dos demais investidores). Até que ponto, indivíduos que coordenam tais instituições de grande poder atuam ou não de forma apolítica, não é possível avaliar, mas, durante a crise asiática, os mercados (ou os protagonistas do mercado) atuaram de maneira bastante complementar aos interesses do departamento do Tesouro⁹⁷ e de Wall Street (no caso, Wall Street é reconhecidamente uma força poderosíssima dentro do mercado financeiro).

Essa complementaridade, entre o Tesouro dos EUA e os “mercados”, pode ser explicada por um viés econômico, ou por um viés político, ou seja, da atuação

dólares ontem, e agora vale apenas cinquenta milhões, isto é muito excitante’. A combinação de desvalorizações massivas, com as liberalizações financeiras empurradas pelo FMI e as recuperações facilitadas pelo FMI podem até precipitar a enorme transferência pacífica de bens de proprietários domésticos para proprietários estrangeiros nos últimos cinco anos em todo o lugar do mundo, como as transferências de proprietários nacionais para proprietários norte-americanos que ocorreram na América Latina nos anos 1980 ou no México após 1994. Podemos lembrar a declaração atribuída a Andrew Mellon, ‘Numa depressão, os bens retornam aos seus proprietários de direito.’ WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 20-21.

⁹⁷ Que entrou em conflito com os departamentos da área de segurança nacional e política externa no caso da Coreia do Sul.

de instituições de grande poder financeiro voltadas para enfraquecer os países asiáticos via “impulso desestabilizador” (nesse caso, um impulso desestabilizador dos mercados) para que, após a entrada em ação do FMI (sob forte influência do “complexo Wall Street-Tesouro”), sejam forçados a abrir mais ainda seus setores financeiros e a aprofundar os mecanismos de liberalização e desregulação, que por sua vez tornam esses países ainda mais vulneráveis a esses mesmos detentores do poder financeiro.⁹⁸ Nesse sentido, uma abordagem econômica do fenômeno pode ser complementada por uma abordagem política. Nessa linha, diz Fiori:

Existe uma velha polêmica sobre o papel das conspirações políticas na história das relações internacionais. Ela se dá entre os que explicam a história dos vitoriosos a partir da determinação inconsciente dos mercados e das mudanças tecnológicas e os que atribuem importância às ações, articulações e estratégias dos principais atores na luta entre as nações.⁹⁹

O que será destacado a seguir, diz respeito ao poder que alguns atores no mercado financeiro têm em iniciar crises após instalada a existência de bolhas especulativas –que, como no caso da crise asiática visto a seguir, foram estimuladas e criadas de forma coordenada e não espontânea. Nessa linha, a atuação dos mercados pode ser vista como conduzida de uma forma não tão anárquica quanto aparece em determinadas abordagens. Segundo Belluzzo:

É ingenuidade supor que este mercado [financeiro] atenda aos requisitos de eficiência, no sentido de que não podem existir estratégias ‘ganhadoras’ acima da média, derivadas de assimetrias de informação e de poder. Os protagonistas relevantes nestes mercados são, na verdade, [1] os grandes bancos, [2] os fundos mútuos, [3] e a tesouraria de empresas que decidiram ampliar a participação da riqueza financeira em seu portfólio. Em condições de incerteza radical, estes agentes são obrigados a formular estratégias com base numa avaliação ‘convencionada’ sobre o comportamento dos preços. Dotados de grande poder financeiro e de influência sobre a ‘opinião dos mercados’, eles são na verdade formadores de convenções, no sentido de que podem manter, exacerbar ou inverter tendências. Suas estratégias são mimetizadas pelos investidores com menor poder e informação, ensejando a formação de bolhas altistas [ou seja, bolhas especulativas formadas a partir da

⁹⁸ Como será explicado nos capítulos 5 e 6.

⁹⁹ FIORI, J. *O poder global*, 2007: 139.

alta de preços de ativos financeiros] e de colapsos de preços.¹⁰⁰

Nessa linha, são apresentados a seguir alguns atores econômicos dos mercados financeiros que aparecerão na análise dos casos da Tailândia e da Coreia do Sul, no capítulo 6.

O “Rebanho Eletrônico” e a hierarquia nos mercados

“Rebanho Eletrônico” é uma expressão que foi popularizada pelo jornalista Thomas Friedman para se referir aos mercados financeiros, que seria composto dos seguintes atores econômicos: (1) os fundos mútuos; (2) os fundos de pensão e aposentadoria; (3) os bancos comerciais; (4) as seguradoras; e (5) outras instituições que administram profissionalmente recursos financeiros.¹⁰¹

Porém, dentro desse “Rebanho”, existem instituições que têm mais poder que outras e que têm maior capacidade de influenciar nos comportamentos dos mercados. Mesmo que não exista uma hierarquia formal, segundo Kindleberger, existe uma hierarquia informal, onde “*insiders* profissionais” interagem com “*outsiders* amadores”. Enquanto os “*insiders* profissionais” *desestabilizam elevando os preços mais e mais, vendendo no auge, aos [outsiders], os “outsiders amadores” compram nessa fase onde as ações estão em alta e vendem na fase em que as ações estão em baixa, no momento em que os insiders estão abandonando o mercado. Nesse mecanismo, as perdas dos outsiders são iguais aos lucros dos insiders, e o mercado como um todo fica equilibrado.*¹⁰² Ainda nessa explicação, Pedro Mello e Humberto Spolador citam Charles Kindleberger:

Os *insiders* profissionais desestabilizam exagerando as altas e as quedas, enquanto os *outsiders*, amadores, que compram por preço alto e vendem por outro mais baixo, são

¹⁰⁰ BELLUZZO, L. Dinheiro e as configurações da riqueza, 1997: 177.

¹⁰¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002:

¹⁰² MELLO, P. e Spolador, H. *Crises financeiras. Uma história de quebras, pânico e especulações do mercado*, 2004: 18.

menos manipuladores de preços do que vítimas da euforia, que os irá afetar mais tarde.¹⁰³

Mello e Spolador também citam uma explicação de John Kenneth Galbraith, que é oportuna:

Algo – pouco importa o que, embora venha a ser uma questão ardorosamente debatida – provoca a reversão definitiva. Aqueles que estavam deslizando na crista da onda decidem que é hora de dar o fora. E aqueles que acreditavam que os aumentos continuariam para sempre têm a sua ilusão destruída abruptamente, e também eles reagem à revelação da nova realidade vendendo ou tentando vender. Daí o colapso.¹⁰⁴

Esse processo ficou evidente quando, na Coreia do Sul, pouco depois do início da fuga de capitais do país, diversos executivos de bancos ligaram desesperados para o ministro das finanças sul-coreano procurando obter informações de ponta para saber se deveriam ou não retirar seus investimentos da Coreia do Sul ou se desfazer de ativos em won, a moeda sul-coreana. Esse movimento, entretanto, foi apenas um reflexo da ação dos fundos *hedge* (que poderiam fazer aqui o papel de *insiders*) que já estavam se retirando do mercado sul-coreano.¹⁰⁵

Pode-se então analisar, alguns personagens dentro do “Rebanho Eletrônico” que podem representar alguns desses *insiders* profissionais, aos quais se referiu Charles Kindleberger.

A assembléia dos fundos mútuos Templeton e a criação de bolhas nos mercados emergentes

Apenas para citar um exemplo, de como os “mercados financeiros” não se movimentam de forma tão impensada ou desordenada assim, pode ser citada a realização de uma das maiores assembléias de acionistas do mundo, realizada um ano antes do eclodir das crises asiáticas, em 18 de julho de 1996, no Roy

¹⁰³ *Apud Idem*: 19.

¹⁰⁴ *Apud Idem*: 18.

¹⁰⁵ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 136.

Thompson Hall em Toronto, no Canadá. Nela se encontraram oito mil proprietários dos fundos mútuos Templeton que assistiram –*muitos deles via satélite, através de um circuito fechado de televisão*– o debate de 32 analistas globais, gerentes e diretores do setor financeiro.¹⁰⁶

Participou da conferência, via satélite, Mark Mobius, o diretor da divisão da Templeton para os mercados emergentes. Mobius era uma “celebridade” e monitorava de perto *centenas de empresas nas dezenas de países que ele visitava anualmente na incansável busca mundial de investimentos promissores*.¹⁰⁷Essa assembléia, realizada em 1996, mobilizou todos os investidores presentes a injetar capital nos países emergentes. O argumento que Mobius utilizava para convencer os investidores era seu exemplo de sucesso pessoal. Costumava contar aos jornalistas que em 1987, ano da criação do primeiro fundo para mercados emergentes, ele administrava 87 milhões de dólares em investimentos localizados em alguns países (que incluíam Hong Kong, Cingapura, México e Brasil) e que em 1997, administrava um montante superior a 8,7 bilhões de dólares (100 vezes o valor de 1987) e *o número de países cogitados para investimentos chegava a quarenta*. Os fundos de Mobius exibiam uma das mais altas taxas de retorno no ramo.¹⁰⁸

Mobius auxiliou na campanha de investimentos nos “mercados emergentes” visto que servia de exemplo pessoal e era *um propagandista convincente da visão de que valia a pena os investidores empregarem seu dinheiro em regiões dinâmicas, como Ásia, América Latina, Europa Oriental e ex-União Soviética*,¹⁰⁹ países que, a partir do ano seguinte iriam ser afetados pelas crises financeiras iniciadas na Tailândia em julho de 1997 e propagada para outros países emergentes.

¹⁰⁶ *Idem*: 53.

¹⁰⁷ *Idem*: 54.

¹⁰⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 54.

¹⁰⁹ *Idem. Ibidem*.

Mobius argumentava que, apesar de investir em países em desenvolvimento representasse riscos “óbvios”, *ele fazia questão de destacar que os mercados emergentes estavam caminhando para superar o abismo que os separava da riqueza do mundo industrializado.*¹¹⁰

Fora a assembléia da Templeton e a propaganda de Mobius, já estava em curso, dois anos antes de começar a crise asiática no segundo semestre em 1997, uma propaganda voltada para estimular investimentos nos mercados emergentes que *tinha se espalhado tanto que cerca de mil fundos mútuos estavam investindo neles e o número de fundos que se especializavam nos investimentos nos mercados emergentes tinha subido 38 por cento em relação à 1994.*¹¹¹

Os fundos *hedge* segundo Paul Blustein

Segundo Blustein, *os fundos hedge costumam ser descritos como ‘predatórios’ e muitos gigantes da indústria parecem gostar da qualificação, visto que, dois dos principais diretores de fundos hedge –Louis Bacon, diretor da Moore Capital Management e Paul Tudor Jones II, da Tudor Investment Corp– praticavam atividades ligadas à caça, enquanto que outro diretor de fundo hedge, Julian Robertson, do Tiger’s Management, denominava seus fundos com referências a animais ferozes, como tigre, jaguar, puma e jacatirica.*¹¹² Essa informação seria irrelevante, caso não espelhasse o fato de que essa *reputação dos gerentes de fundo hedge deriva também de outro tipo de predação: o de abater, não animais*

¹¹⁰ *Idem*: 54-55.

¹¹¹ *Idem*: 55. Blustein detalha essa campanha rumo aos países emergentes: “Alguns [fundos] ofereciam aos investidores da classe média a oportunidade de fazer alguma jogada em certas regiões (o Vontobel Eastern European Equity Fund ou o Ivy South América Fund, por exemplo); outros focalizavam países específicos (Argentina Fund, ou Pakistan Investment Fund). Os fundos mútuos representavam apenas uma parte da corrida rumo aos mercados emergentes nos primeiros seis anos da década de 1990 por parte de instituições financeiras de todos os tipos, incluindo [1] bancos, [2] corretoras, [3] fundos de pensões e aposentadorias e [4] companhias de seguro.” BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 55.

¹¹² *Idem*: 75.

*de caça, mas sim moedas e mercados.*¹¹³ Atividades estas que tiveram conseqüências humanas e sociais bastante penosas nos países asiáticos.

Blustein cita que dois diretores de fundo *hedge* conseguiram enormes lucros apostando na desvalorização de determinados ativos: George Soros, diretor do Quantum Fund, lucrou mais de um bilhão de dólares em 1992, *quando apostou que a Grã-Bretanha, então em fase de recessão, não seria capaz de impedir que a libra caísse para fora dos limites que haviam sido determinados*; enquanto que Julian Robertson, da Tiger's Management, *fez uma fortuna ao apostar, em 1990, que as ações da Bolsa japonesa iriam cair.*¹¹⁴

Blustein explica que os fundos *hedge* se subdividem em mais de três mil tipos e seguem uma grande variedade de estratégias de investimento. A palavra inglesa *hedge* significa "cerca". Criar um hedge significa criar uma cerca de proteção para as aplicações financeiras. De forma bastante simplificada, realizar um hedge seria comprar um ativo financeiro quando está barato e vendê-lo quando está caro.¹¹⁵

A questão é: será que uma ação conjunta de fundos *hedge* poderia ajudar no agravamento da situação de uma moeda? Como no caso da Tailândia, Indonésia, Malásia e Coréia do Sul? Segundo Blustein, os fundos *hedge manipulam muito menos dólares do que outros protagonistas do mercado de ações, como os bancos comerciais, entretanto eles conseguem criar ou acelerar uma corrida aos bancos ao apostarem que uma moeda vai se desvalorizar.*¹¹⁶ Eles seriam capazes,

¹¹³ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁴ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁵ Citando o exemplo de um mecanismo de hedge, Blustein uma das técnicas utilizadas pelo primeiro fundo hedge criado em 1949 por Alfred Winslow Jones, onde a instituição toma uma certa quantia emprestada em ações, moeda e outros ativos financeiros e os vende em preços de alta (ou seja, na expectativa de que eles vão cair). Uma vez que o valor da moeda na qual os ativos estejam valorados, tenha caído, a instituição compra esses mesmos ativos mais baratos, ficando com um lucro que seria a diferença entre o valor da venda dos ativos (em preço de alta) e o valor da compra. Uma vez tendo conseguido o lucro devido, o fundo hedge paga seus empréstimos. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial, 2002: 75-76.*

¹¹⁶ *Idem: 76.*

portanto, de iniciar um movimento de fuga de capitais num país, influenciando o comportamento dos demais investidores.

Segundo Blustein, vários fundos *hedge* (incluindo a Quantum Fund de Soros) apostaram contra o baht em 1996 e 1997, e o que será observado no caso da Tailândia e da Coreia do Sul –no capítulo 6– é a impotência dos quadros do FMI diante do ataque especulativo iniciado e agravado por esses fundos aos países asiáticos.¹¹⁷

Os fundos de pensão segundo François Chesnais

O processo de globalização financeira não foi um processo anárquico ou assimétrico, do ponto de vista da sua distribuição de poder e de risco. O aumento da financeirização da economia (isto é, o aumento de transações com fins especulativos *vis-à-vis* transações ligadas ao setor produtivo, como comércio de bens e serviços) acabou por fortalecer o eixo anglo-saxão na virada dos anos 1980 e por criar instituições financeiras muito poderosas dentro do mundo das finanças especulativas.

Esse aumento de poder do eixo anglo-saxão devido à financeirização da economia e também da globalização financeira (que soma ao aumento do movimento especulativo financeiro, os mecanismos de liberalização e desregulação) é explicado por François Chesnais. O autor explica que o processo de liberalização e desregulamentação financeiras colocou um poder nas mãos dos detentores do capital financeiro que eles não tinham *desde os anos 20*, e que emergiu a partir do início dos anos 1980 a partir da “revolução conservadora” nos Estados Unidos e no Reino Unido.¹¹⁸

¹¹⁷ Há que se frisar que não está sendo dito aqui que os Fundos *Hedge* não foram os únicos responsáveis pela crise asiática, visto que os determinantes dela foram diversos, incluindo a atuação dos bancos, em especial, os bancos japoneses, como será visto no capítulo 6.

¹¹⁸ Processo este que ajudou na “retomada da hegemonia norte-americana”, segundo Maria da Conceição Tavares.

Chesnais expressa o grande poder que os Estados Unidos têm no mundo das finanças, visto que *são a sede principal do capital que se valoriza sob a forma dinheiro*, além disso, se transformaram *no ponto do qual partem todos os mecanismos que caracterizam o regime de acumulação mundializada e, ao mesmo tempo, o lugar onde se situam as únicas instâncias, muito parciais, de regulamentação do sistema.*¹¹⁹ Nesse sentido, Chesnais argumenta que não foi por acaso que o movimento de liberalização e desregulação tenha se iniciado no Reino Unido e nos Estados Unidos, visto que a praça financeira dos EUA, Wall Street, é a mais importante do mundo, seguida da praça financeira do Reino Unido, a *City* de Londres.¹²⁰ Além do que, é nos Estados Unidos que se encontram os maiores fundos de pensão privados do mundo, ficando o Reino Unido na segunda posição.¹²¹

Nesse sentido, o discurso pró-liberalização, ou pró-desregulação financeira como mecanismos benéficos a todos, ou que apresentam riscos iguais a todos, não se verifica, pois, em momentos de crise, os detentores de ativos financeiros (ações, títulos, moedas com fins especulativos, títulos públicos etc.) costumam se desfazer daqueles valorados em moedas de países emergentes e comprar títulos de países com sistemas financeiros (como os descritos) mais fortes e, por conseguinte, que apresentem menores riscos de prejuízo aos investidores.

¹¹⁹ CHESNAIS, F. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos, 1998: 8.

¹²⁰ Segundo Chesnais, apesar da *City* ser menor que a Bolsa de Tóquio, ela é mais importante devido à “variedade e sofisticação dos instrumentos” de aplicação financeira. *Idem*: 28.

¹²¹ *Idem. Ibidem.*

A atuação do FMI no Reino Unido em 1976 e o estudo de caso da França de 1981 a 1984

Com base no método da teoria crítica de Cox, o atual capítulo apresenta, nos três *itens* iniciais, a “estrutura para ação” nos anos 1970. O primeiro *item* descreve, em linhas gerais, o período do Sistema de Bretton Woods que vai desde o fim da Segunda Guerra Mundial até 1971. Os *itens* dois e três falam da ruptura desse sistema por parte dos Estados Unidos abordando aspectos econômicos (no *item* 2) que repercutiram em toda a economia e política mundial nas décadas seguintes; e aspectos políticos (no *item* 3) que se dividem em duas partes: uma, do ponto de vista do conflito norte-sul ou das “ilusões igualitaristas”, contido pelo processo da retomada da hegemonia norte-americana; outra, focando na perspectiva de classe, onde o avanço das forças ligadas ao trabalho na Europa foi contido pelo avanço das reformas neoliberais relacionadas, segundo Harvey, com o início do processo de “restauração de um poder de classe”. Os demais *itens* tratam do estudo de caso da atuação do FMI no Reino Unido em 1976 e do estudo de caso da França no período que vai de 1981 a 1984.

Os acordos de Bretton Woods e os “30 anos gloriosos” do capitalismo: de 1945 até a década de 1970

De 1945 até a década de 1970, o mundo capitalista vivenciou um período onde diversos processos ocorreram como *resultado do modelo desenhado pelos EUA com a finalidade de vencer a Guerra Fria*¹. Nesse período, segundo Franklin Serrano, observou-se: (1) um alto crescimento da demanda efetiva, (2) alto crescimento da produção, (3) altas taxas de crescimento do emprego, (4) alto crescimento da

¹ SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, 2004: 181.

produtividade, (5) recuperação dos países europeus (após concluído o processo da reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial), (6) sucesso de diversos projetos desenvolvimentistas na periferia capitalista e (7) grande crescimento do comércio mundial.² Entretanto, esse período seria, segundo Serrano, o *resultado de um arranjo internacional baseado em políticas econômicas altamente intervencionistas e inteiramente baseadas numa postura muito 'generosa' dos Estados Unidos.*³

David Harvey, referindo-se ao mundo no pós-Segunda Guerra Mundial, fala do aparecimento na Europa de uma variedade de Estados social-democratas, cristão-democratas e dirigistas.⁴ Segundo Harvey, todas essas formas de Estado tinham em comum uma aceitação de que os Estados deveriam concentrar-se na busca pelo pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar dos cidadãos; e que o poder estatal deveria ser “livremente desdobrado” para atingir esses objetivos, porém, atuando juntamente com os processos de mercado (seja paralelamente, intervindo ou mesmo substituindo-os) para atingir os objetivos citados.⁵

Nesse período, continua Harvey, as políticas fiscais e monetárias chamadas de “keynesianas”, buscavam alcançar o pleno emprego e evitar os ciclos da economia capitalista de superprodução e recessão. Existia também um “compromisso de classe” entre os empresários e os trabalhadores assalariados, visando garantia de paz social. O Estado intervinha de forma a fomentar políticas industriais e garantir sistemas de bem-estar social na área da saúde, educação e outros setores mais. Essa forma de “organização político-econômica”, que

² SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, 2004: 181.

³ *Idem. Ibidem.*

⁴ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 10.

⁵ *Idem. Ibidem.*

prevaleceu no pós-Segunda Guerra Mundial, seria chamada usualmente de “embedded liberalism”.⁶

No período do “embedded liberalismo” ou “keynesiano”, o sistema monetário internacional era fundamentado nos acordos de Bretton Woods, que se baseava no sistema de taxas de câmbio fixas e na manutenção da paridade dólar-ouro (como já explicado no capítulo um da atual dissertação): sistema que veio a ser denominado como sistema padrão dólar-ouro, ou “Sistema de Bretton Woods”. Esse processo da conversibilidade do dólar em ouro foi mantido até 1971. Também fazia parte do Sistema de Bretton Woods, *o controle de fluxos de capitais de curto prazo, na maior parte dos países*.⁷

Os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, detinham uma posição incontestada de liderança política e econômica. Segundo Serrano, *praticamente todos os países aliados haviam tomado empréstimos nos EUA durante a guerra, além de que uma boa parte das reservas de ouro do mundo estava nos EUA*.⁸ Serrano argumenta de que na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não apenas venceram o eixo Alemanha-Japão-Itália, mas também, do ponto de vista econômico *derrotaram de vez toda a Europa Ocidental. Foi com essa posição inicial de poder, particularmente assimétrica dos EUA, que foi construída a ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra*.⁹

E é nesse momento, que os Estados Unidos, como observou Cox, contou com uma institucionalização maior do que a *pax britânica* do século XIX, com organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, cujas funções principais eram *reconciliar as pressões domésticas sociais*

⁶ HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 11. O termo “embedded liberalism” pode ser traduzido literalmente como “liberalismo encaixado”, porém, como é uma expressão usualmente citada em inglês, optou-se por mantê-la no original.

⁷ SERRANO, F. *Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível*, 2004: 182.

⁸ *Idem. Ibidem.*

⁹ *Idem. Ibidem.*

com os requerimentos de uma economia mundial.¹⁰ Nessa mesma linha de raciocínio, diz Fiori:

Os Estados Unidos, ao contrário da Inglaterra no século XIX, construíram uma complexa rede de instituições voltadas para a gestão multilateral de sua hegemonia [que incluía, entre outras] as instituições econômicas do tipo FMI, BIRD, GATT responsáveis pela supervisão do comércio, do sistema monetário e do equilíbrio dos balanços de pagamento dos países membros.¹¹

Nesse período, se definiu uma distribuição mundial de poder, onde, no contexto do conflito bipolar, a Europa e alguns países asiáticos –como Coreia do Sul, Taiwan e Japão– ganharam apoio econômico dos Estados Unidos, via Plano Marshall, dentro da linha política e ideológica de conter o avanço comunista no continente e no mundo: ou seja, a *nova estratégia de containment global*.¹²

A crise do sistema de Bretton Woods e a transição para o “neoliberalismo” - aspectos econômicos

A crise do sistema de Bretton Woods e as medidas relacionadas com a transição do período chamado de “keynesiano” para o período que veio a ser chamado “neoliberal” ou da “globalização”, será analisada em duas perspectivas, uma de cunho econômico, outra de cunho político.

O sistema de Bretton Woods descrito acima, começou a dar sinais de desgaste a partir do final da década de 1960. A partir daí, uma crise mundial se instalou. Segundo Harvey, o *embedded liberalism* quebrou tanto no nível internacional quanto no nível doméstico nos diversos países. Inflação e estagnação econômica -a chamada “estagflação”– estavam surgindo em todos os lugares. Uma crise fiscal acontecia em diversos países, incluindo o Reino Unido que teve que ser socorrido pelo FMI em 1976 (como será descrito a seguir). Segundo Harvey,

¹⁰ Tradução minha. “... to reconcile domestic social pressures with the requirements of a world economy”. COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory, 1981: 230.

¹¹ FIORI, J. Globalização, hegemonia e império, 1998: 102.

¹² *Idem*: 105.

mesmo antes do aumento do preço do petróleo em 1973-1974, o sistema de taxas de câmbio fixas (e o padrão dólar-ouro) não estava mais se sustentando devido à *porosidade das fronteiras estatais no que tange os fluxos de capital*¹³ onde os dólares norte-americanos que haviam inundado o mundo, escapavam do controle norte-americano e eram depositados nos bancos europeus.¹⁴ É nesse quadro que a paridade dólar-ouro é abandonada em agosto 1971 e o sistema de taxas de câmbio fixas em 1973.

Fiori, referindo-se ao fim do Sistema de Bretton Woods, comenta que *não há dúvida que foi entre 1968 a 1973 que ocorreu a ruptura. Nestes cinco anos sucederam-se os principais acontecimentos e decisões que alteraram o rumo da história deste último quarto de século.* Tais acontecimentos são o rompimento dos acordos de Bretton Woods, o ressurgimento dos conflitos sociais na Europa, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e o “choque do petróleo” promovido pelos países da Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.¹⁵

No ano de 1971, os Estados Unidos acionam o “impulso desestabilizador”, quando Nixon, em agosto de 1971, anuncia o abandono da paridade dólar-ouro, dando início ao novo padrão monetário internacional que Serrano denominou de sistema “padrão dólar-flexível”.¹⁶ Serrano apresenta uma abordagem que, segundo o autor, é diferenciada em relação a *outras abordagens sobre o tema* no que diz respeito ao fato de que *a importância e o poder da economia dos EUA tem sido drasticamente subestimada na literatura crítica*.¹⁷ O rompimento com Bretton Woods teve como objetivo impedir a manutenção de restrições externas à conquista dos objetivos da política norte-americana. O sucesso na superação dessas restrições aumentou o “poder de barganha” dos Estados Unidos frente aos

¹³ Tradução minha: “porosity of state boundaries with respect to capital flows”. HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 12.

¹⁴ *Idem. Ibidem.*

¹⁵ FIORI, J. *Globalização, hegemonia e império*, 1997: 107-108.

¹⁶ SERRANO, F. *Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível*, 2004: 179-222.

¹⁷ *Idem*: 180.

demais países e *deu um grande grau de liberdade para que [os EUA] pudessem implementar o tipo de política monetária, fiscal, cambial e de rendas considerada prioritária em cada período.*¹⁸

Essa terceira restrição seria, segundo Serrano, o “dilema de Nixon”, o então presidente dos Estados Unidos em 1971.¹⁹ Com a ruptura unilateral dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods, os EUA não mais tiveram tais restrições. O fim da paridade dólar-ouro levou, em seguida, ao fim do sistema de taxas de câmbio fixas. Nesse novo sistema adotado a partir de 1971 e 1973, os Estados Unidos gozavam de muitas vantagens.

A crise do sistema de Bretton Woods e a transição para o “neoliberalismo”

- aspectos políticos

A guinada neoliberal a partir do fim dos acordos de Bretton Woods e do fim do período denominado de “keynesiano”, pode apresentar explicações diversas relativas ao universo da economia e da política. No atual *item* da dissertação, o que se pretende organizar é uma breve análise da guinada neoliberal na perspectiva do Estado hegemônico, na linha de Tavares; ou na perspectiva de classe, na linha de David Harvey.

Na **perspectiva dos Estados nacionais**, o avanço do neoliberalismo pode ter sua relação com a “retomada da hegemonia norte-americana” ou de restauração de poder do eixo anglo-saxão como uma reação às “ilusões

¹⁸ SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, 2004: 180-1. Serrano argumenta que dentro do sistema monetário “padrão dólar-ouro”, os EUA tinham uma vantagem e duas restrições. A vantagem era que eles podiam *fechar a balança de pagamentos em dólar*. E as três restrições eram: (1) os EUA, nesse sistema, podiam apresentar saldos negativos na conta de capital; enquanto que deveriam evitar saldos negativos “crônicos” na conta corrente. Visto que, no sistema de câmbio fixo, a conversibilidade do dólar em ouro, toda vez que os EUA tinham déficits em sua conta corrente, eles diminuíam suas reservas de ouro. A persistência desse déficit iria abalar a credibilidade dos países no dólar, o que poderia (...) retirar o dólar da posição de moeda internacional. (2) A segunda restrição era que o valor do dólar tinha que estar atrelado ao valor do ouro diminuindo a liberdade dos EUA em alterar o valor da sua moeda o que era prejudicial em determinados momentos, visto que a desvalorização do dólar poderia ser útil ao país, caso os EUA quisessem tornar suas exportações mais baratas e melhorar os saldos de sua conta corrente.

¹⁹ *Idem*: 197.

igualitaristas” dos países do então chamado “Terceiro Mundo”, segundo José Flávio Sombra Saraiva, ou do processo de “contestação” dos países aliados dos EUA, segundo Franklin Serrano, ocorrido no período de 1968 a 1979. Na **perspectiva de classe**, o neoliberalismo pode ser abordado como um processo de restauração de um poder de classe frente ao avanço das forças ligadas ao trabalho ou do “conflito distributivo” dos anos 1970.

A perspectiva dos Estados nacionais: o fim das ilusões igualitaristas com a “retomada da hegemonia norte americana”

Durante o período da Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram sua posição hegemônica no hemisfério ocidental, porém, nos anos 1960 e 1970, os demais países europeus ocidentais e do chamado Terceiro Mundo, estavam ganhando força e iniciando o período da “contestação”, segundo Franklin Serrano, que vai de 1968 a 1979. José Flávio Sombra Saraiva, referindo-se a aproximadamente o mesmo período (de 1968 a 1979) cita os diversos fenômenos que estavam ocorrendo que geravam uma fase de “diversidade de interesses nas relações internacionais”: (1) o revigoramento da capacidade operativa dos Estados europeus e o nascimento da organização da Comunidade de Estados Europeus; (2) a emergência da economia japonesa; (3) o esforço de afirmação da América Latina; (4) e os movimentos de contestação e reivindicação da ordem bipolar organizados pelos povos do Terceiro Mundo.²⁰

A esse movimento de contestação dos países do Terceiro Mundo, Saraiva denominou de “ilusões igualitaristas”.²¹ Processo que foi abafado a partir dos anos 1980 com o início de uma crise econômica mundial agravada pela elevação da taxa de juros dos EUA em 1979 e do segundo choque do petróleo ocorrido no mesmo ano. No encontro em Genebra, em 1964, nas primeiras sessões das Conferências

²⁰ SARAIVA, J. *Relações internacionais. Dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*, 2001: 72.

²¹ O termo “ilusões” é utilizado por Saraiva no sentido de que todas as reivindicações em prol de um sistema mais igualizante economicamente não vieram a se tornar realidade.

das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), emergiu o tema da desigualdade econômica entre os povos do então “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo”. Nesse fórum foi organizado o Grupo dos 77, constituído de países em desenvolvimento.²² A ONU declarou as décadas de 1960 e 1970, as “Décadas para o Desenvolvimento” e, os países do Terceiro Mundo organizaram a proposta de uma nova ordem internacional mais igualitária, a Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) que foi convertida em Resolução da ONU em 1979. O objetivo era *reduzir a dependência [dos países em desenvolvimento] em relação aos centros hegemônicos*.²³ Na década de 1960 surge também o Movimento dos Não-alinhados (MNA) que visava contestar o condomínio de poder americano-soviético e cujos expoentes mais conhecidos são os presidentes Nasser do Egito, Nehru da Índia e Tito da Iugoslávia. Segundo Saraiva, esse movimento *foi a tradução política da busca da Nova Ordem Econômica Internacional*.²⁴

O posicionamento do Brasil frente ao MNA pode ser expresso na carta do presidente João Figueiredo enviada à primeira-ministra da Índia Indira Gandhi por ocasião da VII Reunião de Cúpula dos Países Não-Alinhados que viria ocorrer em março de 1983. Diz a carta, redigida em 1980:

O Brasil tem acompanhado o Movimento de Países Não-Alinhados, com interesse e esperança, desde sua criação. Nele identificamos uma intenção justa e necessária em prol da paz e da redução das tensões internacionais. Mais do que nunca, **em meio à gravíssima crise internacional que vem pondo por terra os esforços e as expectativas legítimas dos países em desenvolvimento de promover o bem-estar de seus povos e de assegurar uma ordem econômica internacional mais eqüitativa**, caberá ao Movimento de Países Não-alinhados, (...) procurar novos caminhos que permitam aos países pobres, dentro de uma moldura de cooperação e fraternidade, superar as dificuldades que lhes foram impostas, e trazer inspiração e alento para a revisão das relações internacionais que se faz necessária.²⁵ (grifo meu)

²² SARAIVA, J. *Relações internacionais. Dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*, 2001: 82.

²³ *Idem*: 83.

²⁴ *Idem*: 84.

²⁵ VIZENTINI, P. *A política externa do regime militar brasileiro*, 1998: 348-349.

No trecho da carta destacado por Vizentini é possível identificar os efeitos do impulso desestabilizador da hiper-potência (iniciado em setembro de 1979 com o aumento da taxa de juros) e como crise instalada acabou por “diminuir o poder de barganha” dos Estados “rivais” rumo a um sistema mais igualitário. Diz a carta redigida em 1980.

Os esforços igualitários foram abafados a partir do processo de retomada da hegemonia norte-americana, descrito, em linhas gerais, no primeiro *item* do próximo capítulo que tem por base os anos 1980.

A perspectiva das classes sociais: o fim do avanço das forças ligadas ao trabalho com o início da “restauração de um poder de classe”

Assim como o movimento de contestação dos países do chamado Terceiro Mundo e aliados frente à ordem bipolar ou à liderança dos EUA foi contido, em parte, no processo de re-concentração do poderio norte-americano –a “retomada da hegemonia norte-americana”–, o movimento reivindicatório do ponto de vista das classes trabalhadoras na Europa nos anos 1970 também foi abafado, segundo David Harvey, pelo avanço das reformas neoliberais que visava a restauração de um poder de classe.

Esse processo reivindicatório se dá num quadro de descontentamento generalizado na década de 1970 durante a crise econômica agravada a partir do primeiro choque do petróleo. Movimentos sociais e trabalhistas urbanos se uniam nos países do centro do capitalismo e apontavam para uma solução socialista para superar a crise instalada nos anos 1970. Nesse quadro, segundo Harvey:

Communist and socialist parties were gaining ground, if not taking power, across much of Europe and even in the US popular forces were agitating for widespread reforms and state interventions. There was, in this, a clear *political* threat to economic elites and ruling classes everywhere, both in the advanced capitalist countries (such as Italy, France, Spain, and Portugal) and in many developing countries (such as Chile, Mexico, and Argentina).(...) But, beyond this,

the *economic* threat to the position of ruling elites and classes was now becoming palpable.²⁶

Essa “ameaça”, portanto, precisava ser contida. Aqui entra o “impulso desestabilizador” em 1979, com a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos que lança a economia mundial numa recessão que ocorre paralelamente ao segundo choque do petróleo e, a partir daí, se inicia a “retomada da hegemonia norte-americana” e, segundo Serrano, a diminuição do poder de barganha dos Estados rivais e da classe trabalhadora. Paralelamente a esse processo as forças neoliberais também trabalhavam no sentido de promover reformas que viriam a enfraquecer o trabalho e a restaurar o poder econômico de elites econômicas e políticas.

Diante do quadro de crise, economistas, políticos, acadêmicos, empresários e governantes dos diversos países começaram a buscar soluções. Após a crise dos anos 1970, dois tipos de diagnósticos, e conseqüentemente dois tipos de soluções, foram apresentadas e, num grau ou em outro, colocadas em prática: numa primeira linha de diagnóstico-solução, temos as propostas dos partidos socialistas e social-democratas europeus que propõem um *aprofundamento do controle do Estado e regulação da economia através de estratégias corporativistas*.²⁷ Na segunda linha diagnóstico-solução, estariam os defensores das “livres forças do mercado” que propunham reformas liberalizantes como forma de garantia da estabilidade e do crescimento da economia.

A vertente liberal via no “excesso de Estado” ou nas políticas denominadas keynesianas, a principal causa da crise da economia mundial dos anos 1970. Outros

²⁶ Tradução minha: “Os partidos comunistas e socialistas estavam ganhando terreno, e em alguns lugares tomando o poder, em grande parte da Europa e até mesmo nos EUA forças populares estavam se manifestando em prol de reformas amplas e intervenções estatais. Havia nesse quadro, uma clara **ameaça política** às elites econômicas e classes governantes em todos os lugares, tanto em países desenvolvidos (Itália, França, Espanha e Portugal) e em países em desenvolvimento (Chile, México e Argentina). (...) Mas, além disso, a **ameaça econômica** à posição da elites governantes e classes estavam se tornando palpáveis.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 14-15.

²⁷ Tradução minha: “to deepen state control and regulation of the economy through corporatist strategies”. HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2007: 12. Segundo Harvey, essas estratégias corporativas incluiriam se necessário: “including, if necessary, curbing the aspirations of labour and popular movements through austerity measures, incomes policies, and even wage and price controls”. *Idem*: 12.

analistas –como Vizontini, Fiori, Serrano e Paulo Nogueira Batista– entretanto, apontam o rompimento dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods, o aumento do preço do petróleo em 1973 e em 1979, a elevação da taxa de juros norte americana em 1979, entre outros fatores mais, como determinantes da crise dos anos 1970. Os liberais apontavam então para a diminuição dos atributos do Estado, como forma de solucionar a crise, e atuavam em defesa *dos interesses de todos aqueles preocupados em liberar o poder das corporações e dos negócios, e do restabelecimento das liberdades de mercado.*²⁸

No primeiro grupo, dos socialistas e social-democratas, contava-se, no plano prático e político com as esperanças ligadas às seguintes iniciativas práticas: (1) as experiências inovadoras de governo como na “Bolonha-Vermelha”, sob controle do Partido Comunista italiano; (2) na Revolução dos Cravos em Portugal de 1974, que levou socialistas ao poder e derrubou um regime fascista; (3) nas tendências que se inclinavam para um socialismo mais pró-mercado²⁹ ou para as idéias do “Eurocomunismo”, *particularmente na Itália (sobre a liderança de Berlinger –e na Espanha (sobre a influência de Carrillo);* (4) e na expansão do forte Estado de bem-estar social da social democracia escandinava.³⁰

No segundo grupo, representado pelas forças neoliberais ou liberalizantes, no início dos anos 1980, contava-se com a experiência piloto do Chile a partir da tomada do poder, em 1975, pelo general Pinochet.³¹ Este convoca economistas que haviam sido formados na Escola de Chicago –uma universidade de posição fortemente liberal– e que foram treinados com financiamento dos Estados Unidos *desde os anos 1950 como parte do programa da Guerra Fria para conter as*

²⁸ Tradução minha: “the interests of all those concerned with liberating corporate and business power and re-establishing market freedoms”. HARVEY, D. *A brief story of neoliberalism*, 2007: 13.

²⁹ Segundo Harvey: “open market socialism”. *Idem. Ibidem.*

³⁰ *Idem*: 12.

³¹ Após a queda de Salvador Allende em 1973 depois do golpe militar, além de Pinochet, havia também a possibilidade da chegada ao poder no Chile do general Gustavo Leigh, “Pinochet’s rival for power and a keynesian” que foi “sidelined in 1974”. *Idem*: 8.

*tendências esquerdistas na América Latina.*³² Esses economistas reestruturaram a economia chilena seguindo os princípios liberais da Escola de Chicago que tinha como principal mentor o economista Milton Friedman.

Essa expansão de forças socialistas e ligadas ao trabalho, nos anos 1970, representava, portanto, uma expressão, **do ponto de vista das classes**, do movimento reivindicatório dos países do então chamado “Terceiro Mundo”. A expansão do neoliberalismo, segundo Harvey, estaria relacionada ao processo de contenção dessa expansão. E, **do ponto de vista dos Estados nacionais**, a retomada da hegemonia norte-americana, poderia estar relacionada ao processo de contenção do movimento de “contestação” (Serrano) ou de “ilusões igualitárias” (Saraiva) dos países frente ao “condomínio de poder norte-americano-soviético”.

Nesse quadro, a partir da experiência pioneira do Chile, Margareth Thatcher, eleita primeira ministra no Reino Unido em 1979 e Ronald Reagan eleito presidente nos Estados Unidos em 1980, também iniciam as reformas neoliberais nos seus países. A partir de então, inicia-se, segundo José Luís Fiori, um “efeito dominó”, que parte das reformas realizadas no eixo anglo-saxão, e se espalham por todo o mundo, *com a conhecida exceção do Leste Asiático (que só entra em crise na segunda metade dos anos 1990), da Índia e da China, (...) mesmo quando [os demais países] tenham partido de patamares diversos e seguido timings diferentes.*³³

A descrição do processo ocorrido no Reino Unido e na França pode ajudar no entendimento do jogo de forças políticas e econômicas que levaram esses países a abandonar políticas “expansionistas” e “keynesianas” para adotar (com grande resistência por parte de algumas autoridades) medidas “impopulares” e recessivas que tinham como foco central o controle da inflação. Tais medidas se fundamentam

³² Tradução minha: “since the 1950s as part of a Cold War programme to counteract left-wing tendencies in Latin América”. HARVEY, D. *A brief story of neoliberalism*, 2007: 8.

³³ FIORI, J. *De volta à questão da riqueza de algumas nações*, 1999: 12.

nos princípios econômicos neoclássicos ou monetaristas, que seriam a base doutrinária das transformações neoliberais.

A atuação do FMI na transição do “keynesianismo” para o “neoliberalismo” no Reino Unido em 1976

Eric Helleiner analisa, em sua obra *States and the reemergence of global finances*, quatro momentos históricos denominando-os os “quatro pontos críticos” de transição do “keynesianismo” para o “neoliberalismo”. Todos eles ocorrendo nos países do centro do capitalismo mundial: no Reino Unido em 1976, nos Estados Unidos, em 1978-1979; no processo de regulação dos “Euromarkets” por parte do Fed, em 1979-1980; e, finalmente, na França durante os primeiros anos da gestão do presidente François Mitterrand, de 1981 a 1983.

O foco do atual *item* será voltado para a participação do FMI no caso do Reino Unido. Apesar do FMI não ter atuado no caso da França, a análise do caso francês será importante para outras considerações, que serão feitas ao longo da pesquisa, relativas ao aumento do poder financeiro frente ao poder político. Esse aumento do poder financeiro estaria relacionado a mudanças estruturais na economia mundial, como a ruptura com os acordos de Bretton Woods efetivada pelos Estados Unidos em 1971.

Existe uma forte relação entre o “impulso desestabilizador da hiperpotência” ao romper com os acordos de Bretton Woods em 1971, e os quatro “pontos críticos” de transição do keynesianismo para o neoliberalismo, segundo a análise de Helleiner, visto que o sistema de taxas de câmbio flexíveis aumentou o volume de capital especulativo³⁴ agravando o problema da instabilidade do sistema.

Além disso, Helleiner analisa alguns aspectos a respeito desse sistema que é de fundamental importância para a compreensão dos processos econômicos e

³⁴ No caso, uma das formas de especulação é a especulação com divisas, ou seja, como o sistema de taxas de câmbio se tornou flexível, os investidores passaram a procurar comprar moedas desvalorizadas na expectativa de vendê-las quando seus preços estivessem mais altos.

políticos descritos no estudo de caso do Reino Unido, da França e demais crises cambiais³⁵ que ocorreram durante os anos 1990. Eric Helleiner argumenta que no sistema de taxas de câmbio flexível, os países se tornaram menos autônomos quanto à política econômica que gostariam de adotar no nível nacional, do que no sistema de taxas de câmbio fixas, visto que se tornaram mais vulneráveis a novas pressões internacionais.³⁶ Os países que adotavam políticas expansionistas (para aumentar o emprego, aquecer a economia, etc.) acabavam desagradando os investidores e levando ao “círculo vicioso” da desvalorização da moeda nacional-inflação etc; já os países que adotavam políticas “austeras” ou recessivas (com altas taxas de juros, corte de gastos, diminuição da taxa de emprego, etc.) acabavam entrando num “círculo virtuoso”, visto que mantinham a “confiança” (ou o agrado) dos investidores (ou, dos “mercados”). Em tal sistema, Eric Helleiner cita a frase de Henry Wallich, onde, juntamente com outros analistas, concluem que: *Os [países] fracos se tornam mais fracos, e os [países] fortes se tornam mais fortes.*³⁷

A partir dessa mudança estrutural é que, segundo Helleiner, se deu os “quatro pontos críticos” de transição do keynesianismo para o neoliberalismo. E, segundo o autor, se a implementação do controle de capitais (controle da entrada e saída de moeda de um país) tivesse sido aplicada e tivesse sido bem sucedida em qualquer um dos quatro pontos críticos de transição, isso talvez tivesse alterado o rumo da globalização das finanças e a autonomia das políticas nacionais frente aos detentores do poder financeiro teria sido mantida.³⁸

A atuação do FMI no “ponto crítico” de transição do Reino Unido em 1976

David Harvey chama atenção para o fato de que, anterior à chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos,

³⁵ Ou seja, relacionadas com ataques especulativos a moedas de determinados países.

³⁶ HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s*, 1996: 123.

³⁷ Tradução minha: “The weak got weaker; the strong got stronger.” *Idem*: 123-124.

³⁸ *Idem*: 124.

outros eventos já marcavam uma “ruptura” com o modelo keynesiano instaurado desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Para Harvey, muitos passaram a ver a guinada neoliberal de Thatcher e Reagan como uma “ruptura” com o antigo modelo. Porém, o autor analisa esse processo como uma “consolidação” do que já estava ocorrendo na década de 1970. Segundo Harvey, quando as políticas expansionistas eram adotadas, elas acabavam resultando em inflação e levaram os governos do presidente norte-americano Richard Nixon e do Primeiro Ministro britânico Edward Heath à reconhecer tal *problema no período 1970-1974*, e a iniciar *lutas contra o trabalho organizado e reduções das despesas governamentais*. O governo seguinte no Reino Unido, do Partido Trabalhista britânico durante a gestão do Primeiro Ministro James Callaghan, segundo Harvey, tiveram que se ajustar às pressões e iniciou-se uma *gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social, [e um] ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, [que acabaram por se transformar numa] necessidade econômica na crise de 1973-1975*.³⁹ Com o tempo, segundo Harvey, tais medidas foram sendo *transformadas pelos neoconservadores numa virtude governamental*. A partir desse momento passou a ser disseminada a *imagem de governos fortes administrando fortes doses de remédios não-palátáveis para restaurar a saúde de economias moribundas*.⁴⁰

Era este processo descrito por Harvey que estava em marcha no Reino Unido, no ano de 1976, durante a gestão do Primeiro Ministro James Callaghan. Foi durante o seu mandato que ocorreu o “ponto crítico” de transição do keynesianismo para o neoliberalismo, porém, não sem uma tentativa de resistência por parte de algumas autoridades britânicas. O processo político e econômico é descrito por Eric Helleiner e pode ser dividido em três momentos decisivos: num primeiro momento se inicia uma forte especulação contra a libra esterlina e o Reino Unido se vê obrigado a recorrer ao FMI; o segundo momento ocorre quando, após o primeiro resgate do FMI, a crise continua e, no segundo pedido do Reino Unido de ajuda, os

³⁹ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*, 1992: 157-8.

⁴⁰ *Idem*:158.

governos dos Estados Unidos e da Alemanha ocidental exigem que o país aplique o pacote de reformas exigido pelo Fundo; o terceiro momento é caracterizado pelo racha no Partido Trabalhista onde se formam coalizões entre os que defendiam a adoção do pacote do FMI e os que eram a favor da “Estratégia Econômica Alternativa”⁴¹ à proposta do Fundo; e finalmente, num quarto momento, o Partido Trabalhista, com medo das conseqüências de não aceitar o pacote do FMI e sofrer as conseqüências do não-recebimento da ajuda, acaba cedendo.

O **primeiro momento** do “ponto crítico de transição” do Reino Unido pode ser identificado quando os investidores começaram a especular fortemente contra a libra esterlina, apesar de não existir uma razão aparente para isso, visto que a situação da conta corrente do Reino Unido estava melhorando e a inflação diminuindo.⁴² Portanto, se do ponto de vista econômico não havia uma explicação para a fuga de capitais do Reino Unido, do ponto de vista ideológico e no campo das idéias (uma das três categorias de força de Cox) poderia ter. O início desse ataque a libra, aparece, portanto, segundo William Keegan e Rupert Pennat-Rea, devido à desilusão com as políticas keynesianas do Partido Trabalhista e com a crescente popularidade do monetarismo.⁴³

Se, do ponto de vista da análise de Helleiner, baseada no ramo acadêmico da Economia Política Internacional,⁴⁴ essa desilusão com o keynesianismo e o aumento da popularidade do monetarismo aparecem como um fenômeno oriundo de um marketing monetarista, do ponto de vista da hipótese de David Harvey, a “desilusão” aqui apontada pode ser traduzida em: (1) diminuição das margens de lucro, (2) avanço das forças ligadas ao trabalho, (3) forte influência das experiências socialistas em andamento na Europa, (4) aumento do conflito

⁴¹ AES – Alternative Estrategic Strategy.

⁴² HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s*, 1996: 124-5.

⁴³ Ou seja, políticas que dão primazia a medidas econômicas de austeridade com vistas a conter a inflação, como diminuição dos salários, corte de gastos e, por conseguinte, trazendo conseqüências recessivas como desemprego. *Idem*: 125.

⁴⁴ *Idem*: vii.

distributivo entre outros processos já citados, relativos aos anos 1960 e início dos anos 1970.

Porém, essa popularidade do monetarismo, segundo Helleiner ia além de uma simples circulação de idéias, visto que existia uma interação entre o que os comentaristas monetaristas falavam e os investidores nos mercados financeiros faziam. A ação dos comentaristas influenciava a ação dos mercados financeiros e a atuação desses mercados, acabava por confirmar as previsões dos comentaristas,⁴⁵ um típico caso de “profecia auto-realizável”. No geral, ataques especulativos a uma moeda ocorrem porque os indicadores econômicos de um país não estão bem. Entretanto, como já citado, apesar do Reino Unido estar apresentando bons indicadores –como uma melhora na conta corrente e uma diminuição da inflação– a influência dos comentaristas monetaristas passou a afetar os mercados que, por sua vez, iniciaram ataques especulativos à libra esterlina e acabaram por catalisar uma depreciação dessa moeda, levando a uma pressão inflacionária doméstica que passou a, “num círculo vicioso clássico”, reforçar a falta de confiança na libra. Então, o FMI surge no cenário descrito para socorrer o Reino Unido juntamente com a ajuda de outros bancos centrais.⁴⁶

Com a continuação da crise no Reino Unido, a necessidade de mais dinheiro se tornava evidente, dando início ao **segundo momento** caracterizado por uma “mudança de tom” por parte dos fornecedores de crédito internacional. O Primeiro Ministro britânico James Callaghan pediu um novo financiamento, porém, os Estados Unidos e a Alemanha ocidental impuseram ao país, que esse novo resgate só seria disponibilizado caso o governo britânico adotasse o “pacote de

⁴⁵ HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s*, 1996: 125. O mesmo mecanismo pode ser observado na década de 1990, quando as agências de risco, ou declarações do diretor administrativo do FMI, ou do presidente do Fed, faziam pronunciamentos que afetavam a movimentação dos investidores (ou seja, dos “mercados”).

⁴⁶ *Idem. Ibidem.*

estabilização do FMI” que incluía reformas de estilo monetarista – ou seja, metas de restrição monetária e corte de gastos a serem efetivados pelo governo.⁴⁷

Um dos argumentos levantados por especialistas em finanças dos países credores é que essa mudança de postura *foi necessária porque nos anos 1970, os empréstimos internacionais não conseguiam contrabalançar as enormes pressões especulativas tão facilmente quanto conseguiam durante os anos 1960*.⁴⁸ Então, tal pressão, deveria vir acompanhada de “medidas austeras” para a restauração da “confiança nos mercados”, ou seja, nos investidores.⁴⁹

Porém, explicações econômicas podem ser complementadas por posicionamentos políticos (que por sua vez podem estar relacionados com a manutenção de um poder de classe) de autoridades simpáticas às idéias neoliberais que passaram a ter posição de relevo nos países credores. Nos Estados Unidos destacam-se o secretário do Departamento do Tesouro Simon, seu assistente Edwin Yeo e o presidente do Fed Arthur Burns. Na Alemanha ocidental, os oficiais das finanças Otmar Emminger e Karl Otto Pohl, e o “economicamente conservador” chanceler Helmut Schmidt.⁵⁰

Essa mudança de tom dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental pode estar relacionada com os aspectos relativos à restauração de um poder de classe, visto que: corte de gastos, elevação dos juros têm efeitos enfraquecedores no poder de barganha dos trabalhadores, além facilitar no processo de acumulação de poder econômico. Esse tipo de exigência foi uma mudança de atitude governamental em relação *à extensão de crédito incondicional e benevolente dos governos credores nos anos 1960*.⁵¹

⁴⁷ HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s*, 1996: 125.

⁴⁸ Tradução minha: “was necessary because in the 1970s, international loans could not offset the enormous speculative pressures as readily as they had during the 1960s.” *Idem. Ibidem*.

⁴⁹ *Idem. Ibidem*.

⁵⁰ *Idem*: 126.

⁵¹ Tradução minha: “unconditional, accommodating extension of credit by creditor governments in the 1960s”. *Idem*: 125.

É a partir dessa guinada política, influenciada –dentro do campo da “categoria de força” das idéias– pela proeminência do pensamento monetarista (que viria a ser chamado de neoliberal) nos países do centro do capitalismo, que o financiamento incondicional também passou a não vigorar mais.⁵² Nesse ambiente, as idéias keynesianas defendidas por Fred Hirsch no Reino Unido e James Tobin nos Estados Unidos (que defendiam, por exemplo, o controle de entrada e saída capitais dos países frente ao risco dos ataques especulativos) não ganharam muito suporte político. Enquanto Fred Hirsch rejeitava as interferências do FMI em assuntos “domésticos” (nacionais), Tobin argumentava que *a autonomia política dos Estados precisavam ser protegidas dos efeitos especulativos dos fluxos de capital*.⁵³ Porém, a história mostrou que: entre a manutenção da autonomia das políticas nacionais e o aumento de poder dos investidores (ou do poder financeiro), as forças políticas predominantes tenderam para a segunda opção.

O **terceiro momento** se inicia quando o Partido Trabalhista se encontrava diante de um dilema: aceitar o ajuste recessivo proposto pelo FMI para recuperar a confiança dos mercados ou manter-se fiel aos princípios keynesianos vigentes desde o pós-Segunda Guerra Mundial.⁵⁴

Nesse quadro, a posição do FMI apenas refletia o posicionamento político adotado pelos Estados Unidos, pela Alemanha Ocidental e por todas as forças políticas, econômicas e acadêmicas vinculadas aos ideais liberalizantes da economia e ao pensamento monetarista.⁵⁵ Enquanto isso, que o Partido Trabalhista organizava a proposta da Estratégia Econômica Alternativa –AES– para fazer frente a proposta do Fundo. Essa estratégia ganhou suporte considerável dentro do Partido Trabalhista e se transformou, na conferência do Partido Trabalhista em

⁵² HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 126.

⁵³ Tradução minha: “the policy autonomy of states needed to be protected from the effects of speculative capital flows.” *Idem. Ibidem.* .

⁵⁴ *Idem*: 126-127.

⁵⁵ *Idem*: 125.

setembro de 1976, numa política do partido.⁵⁶ Forma-se então uma polaridade entre forças políticas defensoras da estratégia liberalizante e forças favoráveis à AES.

Na mesma conferência do Partido Trabalhista, também foi emitida uma resolução na qual, segundo documento do partido, eles buscavam investigar maneiras pelas quais a compra e venda de libra e divisas internacionais [poderiam] ser retiradas das firmas privadas da City de Londres que era a principal praça financeira do país.⁵⁷ Mostrando aqui, uma tentativa do poder político vir a fazer frente ao poder financeiro privado.

Grupos se formaram dentro do Partido Trabalhista apoiando ou não a AES. Um deles era o grupo de ministros do gabinete liderados por Tony Benn que apoiavam a AES e, conseqüentemente, se opunham radicalmente à proposta do FMI. Outro grupo, liderado por Tony Crosland, já fazia uma oposição mais moderada às propostas do FMI. Já o Primeiro Ministro Callaghan e o Chanceler Healey se opunham a AES. Porém, Callaghan e Healey reconheceram que seriam derrotados se fosse feita uma aliança entre o grupo de Tony Benn e o grupo mais moderado de Tony Crosland.⁵⁸ Foi nesse quadro político que no encontro do Partido Trabalhista em 23 de novembro de 1976, os *membros do Gabinete acordaram que iam comunicar à Alemanha ocidental e aos Estados Unidos que o Reino Unido não iria aceitar os termos do FMI que estavam sendo discutidos em negociações secretas.*⁵⁹

É chegado o **quarto e último momento**. O Primeiro Ministro James Callaghan concluiu que a não-aceitação do pacote do FMI iria gerar um racha no partido, igual ao racha que havia tirado do poder o Partido Trabalhista em 1931. Nesse quadro, o grupo de Tony Crosland (os opositores moderados), diante do risco

⁵⁶ HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 127.

⁵⁷ *Apud Idem. Ibidem.*

⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

⁵⁹ Tradução minha: "the Cabinet members tentatively agreed to tell West Germany and the United States that Britain would not accept the IMF terms being discussed in secret negotiations." *Idem. Ibidem.*

do racha político e dos atritos com o grupo de Tony Benn, optou por apoiar a posição do Primeiro Ministro James Callaghan em aceitar o pacote. Porém, nesse exato momento, ocorre uma mudança no FMI, ele endurece mais sua proposta de reformas demandando, em 3 de dezembro de 1976, mais cortes de gastos do que no pacote anterior.⁶⁰ Diante de tal endurecimento, o primeiro ministro Callaghan e o chanceler Healey, não chegaram nem a discutir o novo pacote, visto que era inviável.

Helleiner cita trecho da autobiografia de James Callaghan onde pode-se notar a presença de um padrão que ocorrerá repetidas vezes nos anos 1980 e 1990 nos países periféricos e também em países do centro (em graus diferenciados): a situação em que os governantes se encontram diante de duas opções ruins e procuram então avaliar qual seria a menos pior. No caso do primeiro ministro James Callaghan, ele avaliou o que podia acontecer de pior caso aceitasse o pacote, ou caso não o aceitasse e o novo empréstimo não fosse cedido. Diz Callaghan na sua auto-biografia:

[O chanceler Healey] and I sat for some time in my bedroom talking over the various drastic policy changes that would be needed if a loan was not forthcoming. They would have meant a bumpy ride not just for the British people but also for the international community, with serious implications for our relations with the GATT, the European Community and NATO, as well as the United States. On that night anything seemed possible.⁶¹

Após dois dias da apresentação do pacote mais austero, o FMI suavizou sua proposta e apresentou um novo pacote que foi aceito pelo Primeiro Ministro e pelo chanceler. As medidas foram adotadas com pouca oposição do público britânico e a libra se estabilizou em seguida. Esse momento foi um marco que, segundo Joel

⁶⁰ HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 128.

⁶¹ Tradução minha: “[O chanceler Healey] e eu sentamos por algum tempo no meu quarto conversando sobre as várias mudanças políticas drásticas que seriam necessárias caso o empréstimo não viesse. Isto iria significar um caminho tortuoso, não apenas para a população britânica, mas também para a comunidade internacional, com sérias implicações para as [relações do Reino Unido] com o GATT, a Comunidade Européia e a Otan, assim como com os Estados Unidos. Naquela noite, nada parecida possível.” *Apud Idem: Ibidem*.

Krieger, *significou o fim da sociedade keynesiana britânica [e] o thatcherismo estava para chegar.*⁶²

Nesse caso, o FMI desempenhou um papel estratégico, porém, representando os interesses dos governos norte-americano e alemão e de forças sociais que já se posicionavam favoravelmente ao processo de transição para o que viria a ser chamado de neoliberalismo.⁶³

Segundo Helleiner, o gabinete do Partido Trabalhista havia rejeitado a Estratégia Econômica Alternativa por três motivos. O primeiro motivo dizia respeito às conseqüências para a economia britânica de uma retaliação internacional por parte dos investidores. Os efeitos de tal retaliação seriam piores do que se o partido adotasse as reformas propostas pelo FMI. Segundo Helleiner, *até mesmo defensores da 'AES' foram forçados a reconhecer que os custos econômicos –em termos de (...) retaliação internacional– teriam provavelmente sido piores do que as associadas com o pacote do FMI.*⁶⁴ O segundo motivo era relativo à esfera política, visto que o Partido Trabalhista era minoria no Parlamento inglês. E o terceiro motivo dizia respeito à aceitação, por parte de políticos influentes, das idéias neoliberais que se fortaleciam paralelamente a uma desilusão com o “embedded liberalism” ou com o keynesianismo. Entre os quais: o chanceler britânico Healey, oficiais do Tesouro britânico, do Banco da Inglaterra (que apoiaram fortemente as posições do FMI) e do Tesouro dos Estados Unidos.

O “ponto crítico” de transição na França no período 1981-1983

A análise do processo ocorrido na França enriquece a pesquisa, apesar de não ter tido a participação do FMI, por três motivos. O primeiro é que a França é um país

⁶² Tradução minha: “signified the end of Keynesian society in Britain. Thatcherism was soon to follow.” HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 128.

⁶³ Em termos de política, no geral, um ator, seja ele nacional ou internacional, só irá se posicionar a favor de uma determinada política se for do seu interesse. Um interesse que pode ir desde a realização de um bom governo até o aumento das taxas de lucro.

⁶⁴ Tradução minha: “Even supporters of the AES were forced to acknowledge that the economic costs –in terms of economic dislocation and possible foreign retaliation- would likely have been greater than those associated with the IMF package.” *Idem*: 129.

que elegeu em 1981, um presidente do partido socialista que tentou implementar políticas keynesianas, mas, no jogo de forças econômicas e políticas, acabou cedendo aos ajustes recessivos impostos pelo sistema econômico predominante, mesmo sendo um país do centro do capitalismo que possui *armas nucleares, presença no Terceiro Mundo, indústria aeroespacial avançada e direito de veto no Conselho de Segurança da ONU*.⁶⁵

O segundo motivo é que o caso ilustra que o “enquadramento” francês foi feito mesmo sem a presença do FMI, mostrando que nem todas as “responsabilidades” pelas conseqüências sociais e econômicas oriundas das reformas neoliberais devam ser debitadas na conta da instituição.⁶⁶

O terceiro motivo é que o caso francês contou com a forte atuação de Michel Camdessus, como membro da direção do Departamento do Tesouro francês, no processo de alteração do programa keynesiano do partido socialista para um programa de ajuste neoliberal. Michel Camdessus (que será bastante mencionado no capítulo 6) viria a ser nomeado diretor administrativo do FMI, o mais alto cargo da instituição, três vezes consecutivas: em 1987, 1991 e 1996.⁶⁷ Na França, Camdessus, em 1982 foi promovido a membro do Tesouro da França onde ele ajudou a elaborar o programa do governo socialista que abrangia gastos sociais, nacionalização da indústria e benefícios para os trabalhadores. Porém, a adoção de projetos assim, começou a desagradar os detentores do poder financeiro que acabaram retirando seus investimentos do país levando à desvalorização do franco, que por sua vez levou à inflação e ao desemprego (o “círculo vicioso” segundo Helleiner). Foi quando, no ano de 1983, Camdessus ajudou a organizar a “grande reviravolta” do governo socialista. No lugar de medidas “keynesianas-expansionistas”, as novas medidas tinham um corte ortodoxo ou monetarista

⁶⁵ VIZENTINI, P. F. *O descompasso entre as nações*, 2004: 84.

⁶⁶ No próprio caso do Reino Unido mostrou, o Fundo apenas refletiu uma opção política predominante entre as autoridades dos Estados Unidos, da Alemanha ocidental e no próprio Reino Unido.

⁶⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 47.

englobando corte de gastos, diminuição de impostos e desregulamentação.⁶⁸ Camdessus deixou o Departamento do Tesouro francês no final de 1984, para se tornar diretor do banco central da França, onde *coordenou [1] uma política antiinflação e [2] de relaxamento de controles sobre os mercados financeiros.*⁶⁹

O que pode ser destacado, em termos da pesquisa, é que o trabalho que Camdessus realizou no seu país, acabou realizando também nos demais países do globo enquanto ocupou o cargo de diretor administrativo do FMI ao propor aos países em desenvolvimento em momentos de crise, programas de ajustes “austeros” com reformas liberalizantes em troca de ajuda financeira.

No atual *item*, o foco de análise será o processo político e econômico ocorrido na França, desde a posse de Mitterrand, até a aceitação, por parte do governo, das “reformas austeras” já mencionadas. É possível, com base na análise do “ponto crítico” de transição da França, destacar dois momentos no processo de luta política no início dos anos 1980. O primeiro momento ocorre quando o governo francês tenta resistir às reformas austeras, mas acaba cedendo às pressões externas diante do risco do país se isolar do processo de integração europeu. O segundo momento ocorre quando o governo, após a derrota nas eleições municipais, decide voltar atrás e tentar implementar novamente o projeto “keynesiano-expansionista”, porém, o governo acaba cedendo pela segunda vez, só que definitivamente.

O **primeiro momento** se inicia após a eleição de François Mitterrand em maio de 1981, que havia se comprometido com uma *estratégia econômica expansionista keynesiana para resgatar a França* da crise econômica internacional do início dos anos 1980.⁷⁰ Essa estratégia envolvia, como já citado, *gastos oficiais*,

⁶⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 48.

⁶⁹ *Idem. Ibidem.*

⁷⁰ Tradução minha: “... expansionary Keynesian economic strategy to rescue France”. HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 140.

*nacionalização da indústria, e maiores benefícios para os trabalhadores.*⁷¹ Porém, já no começo da adoção do plano, a economia francesa começou a apresentar um crescente déficit em conta corrente e um aumento da inflação *vis-à-vis* os demais países da Europa Ocidental. Em maio de 1981 o governo aumentou drasticamente as taxas de juros (para controlar a inflação e atrair mais capital externo) e, em outubro do mesmo ano, desvalorizou o franco dentro do Sistema Monetário Europeu –SME– “acalmado” os mercados. Porém, essa calma foi temporária, visto que, em junho de 1982, o processo especulativo contra o franco retornou.⁷²

Nesse momento, a França começou a sofrer pressão de dois atores internacionais: em primeiro lugar, os países da Europa Ocidental, inseridos no SME, que não iriam mais aceitar uma desvalorização do franco (que tornam as exportações francesas mais baratas que as exportações dos demais países) *a menos que viessem acompanhadas de medidas de austeridade que demonstrassem a determinação do governo em diminuir o déficit externo;*⁷³ em segundo lugar, o governo dos Estados Unidos, sob a administração de Ronald Reagan que, assim como fez com o Reino Unido em 1976, também estava negando novos *financiamentos compensatórios a menos que o governo mudasse suas políticas econômicas.*⁷⁴

Fora a não-aprovação de novos financiamentos, os Estados Unidos estava planejando, segundo Henry Nau –membro sênior do Conselho de Segurança Nacional da França– utilizar “pressões internacionais de mercado” para forçar a França, ou qualquer outro país que não estivesse adotando políticas econômicas voltadas para o controle da inflação e a criação de incentivos para os investidores

⁷¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 48.

⁷² HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 140.

⁷³ Tradução minha: “... unless it was accompanied by austerity measures that demonstrated the government’s determination to decrease its external deficit.” *Idem. Ibidem.*

⁷⁴ Tradução minha: “... offsetting financing unless the government changed its economic policies”. *Idem. Ibidem.*

atuantes nos mercados, a se enquadrar às políticas econômicas defendidas naquele momento pelos EUA.⁷⁵

Assim como no Reino Unido, na França também houve uma divisão séria entre os membros do governo na gestão de Mitterrand: de um lado estavam os que apoiavam a adoção dos pacotes com medidas austeras, como o ministro das finanças Jacques Delors e o Primeiro Ministro Pierre Mauroy, ambos do Partido Socialista; de outro, defendendo medidas similares a Estratégia Econômica Alternativa do Partido Trabalhista britânico, estavam Laurent Fabius, Pierre Bérégovoy e Jean-Pierre Chevènement. Na França, a adoção de um programa como a AES, significaria a saída do país do Sistema Monetário Europeu e o aumento do comércio e de restrições cambiais de forma a manter o programa expansionista.⁷⁶

Mitterrand precisava encontrar uma solução para superar o impasse e a divisão dentro do governo. Ele se encontrava diante de um dilema: manter em andamento as políticas econômicas keynesianas expansionistas presentes no programa de governo que o elegeu; ou manter a França dentro do Sistema Monetário Europeu, na linha de outra política que defendia, que era uma “política pró-Europa”.⁷⁷ Esse dilema pode ser sintetizado nas palavras do próprio presidente François Mitterrand em 1983:

‘I am torn between two ambitions: constructing Europe and [bringing about] social justice. The European Monetary System is necessary to achieve the former, and it limits my ability to [bring about] the latter’.⁷⁸

Porém, já em 1982 (a frase citada acima foi proferida no ano seguinte, 1983) Mitterrand se encontrava diante desse dilema. Segundo Helleiner, o comprometimento de Mitterrand com sua “política pró-Europa”, o deixava

⁷⁵ HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 140-141. Tal parceria entre os interesses externos norte-americanos e a atuação dos mercados, será observada também no estudo de caso da Coreia do Sul.

⁷⁶ *Idem*: 141.

⁷⁷ Tradução minha: “...pro-European policy”. *Idem. Ibidem*.

⁷⁸ Tradução minha: “Estou pressionado entre duas ambições: construir a Europa e [realizar] justiça social. O Sistema Monetário Europeu é necessário para alcançar [a primeira ambição], e ele limita minha habilidade para [realizar] a [segunda].” *Apud* SMITH, Timothy B. *France in crisis: welfare, inequality and globalization since 1980*, 2006: 89.

despreparado para aceitar a decisão de adotar a política similar a AES, visto que implicaria na saída do SME. Mitterrand então propôs aos membros da Comunidade Européia⁷⁹ que introduzissem sistemas de controle de capital (para evitar fugas de capital e ataques especulativos a determinadas moedas) para possibilitar uma política de determinação das taxas de juros independente em relação à taxa de juros dos Estados Unidos (que havia subido muito desde setembro de 1979). Isso iria permitir uma ampla recuperação econômica da Comunidade Européia. Muitos países europeus estavam frustrados com a política de juros altos dos Estados Unidos, porém a proposta ganhou um apoio pequeno quando apresentada por Mitterrand no início de 1982.⁸⁰

Reino Unido e Alemanha, por razões econômicas, não apoiaram a proposta de Mitterrand, pois, caso aceitassem: o Reino Unido teria que *considerar uma cooperação monetária européia mais próxima* e, portanto, se distanciando de seu grande aliado político –os Estados Unidos– *ou aceitar restrições nas atividades financeiras em Londres;*⁸¹ enquanto que a Alemanha ocidental suspeitava de que ela iria acabar tendo que socorrer a França visto que a adoção de tal política poderia vir a inserir o país numa espiral inflacionária –como parte do “ciclo vicioso” descrito por Helleiner.

Mitterrand acaba cedendo, marcando o final do primeiro momento da análise do caso da França. Segundo Helleiner, Mitterrand, constrangido, *concordou com o pacote no qual a França iria iniciar um plano [com medidas austeras e,] em troca, [poderia efetivar] uma desvalorização de 10 por cento do franco dentro do SME.*⁸²

⁷⁹ A Comunidade Européia, em 1982, era constituída de um conjunto de três comunidades: a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (Ceca), e a Comunidade Econômica Européia (CEE). No ano de 1992 foi criada a União Européia englobando todas as então existentes comunidades e aprofundando os mecanismos de integração.

⁸⁰ HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 141.

⁸¹ Tradução minha: “... consider closer European monetary cooperation or accepting restrictions on London’s financial activities”. *Idem. Ibidem.*

⁸² Tradução minha: “... agreed to a package in which France would begin an austerity plan in return for a 10 percent devaluation of the franc within the EMS”. *Idem. Ibidem.*

Iniciava-se o **segundo momento**. Apesar de Mitterrand ter adotado o pacote com medidas austeras (como corte de gastos, aumento da taxa de juros, etc.) a especulação contra o franco continuou durante o ano de 1982 e o início de 1983. Em setembro de 1982 a França pegou empréstimos com um consórcio de bancos e, em janeiro de 1983, da Arábia Saudita. Porém, como a fuga de capitais continuava, as reservas do Banco da França foram exauridas. A situação estava insustentável e as eleições municipais iriam ser realizadas em março de 1983.⁸³

Mitterrand e o Partido Socialista sofreram um revés no primeiro turno dessa eleição. Isso forçou Mitterrand a entrar na segunda tentativa de resistir às medidas de austeridade propostas pelos Estados Unidos, Alemanha ocidental e investidores em geral. Mitterrand tinha o suporte de muitos dos seus conselheiros e *de repente endossou o plano de expansão [econômica] independente –ou seja, abandonando o SME e endurecendo o controle de câmbio.*⁸⁴

Ocorre o segundo racha no partido, pelas mesmas razões que o primeiro em 1982. Um grupo apóia a decisão de Mitterrand de retornar com o projeto de governo “expansionista-keynesiano”, e outro não.

No grupo que apoiou Mitterrand a retornar ao programa keynesiano estavam Bérégovoy e outros conselheiros de Mitterrand que *continuavam a pressionar para uma política mais industrial, mais corajosa e mais expansionista.*⁸⁵ No grupo que não apoiou Mitterrand, estavam o Primeiro Ministro Pierre Mauroy, que se recusou a adotar tais políticas, e o ministro das finanças, Jacques Delors que *enfatizou os enormes riscos de tal rumo* na condução da política econômica. O argumento de Jacques Delors era que a saída da França do SME, iria provocar uma desvalorização

⁸³ HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 141.

⁸⁴ Tradução minha: “... with the strong support of many of his advisers, Mitterrand suddenly endorsed the plan to pursue an independent expansion – that is, leaving the EMS and tightening exchange controls”. *Idem*: 142.

⁸⁵ Tradução minha: “... continued to press for ‘a more industrial, more daring, more expansionist policy’”. *Idem. Ibidem*.

do franco ainda maior o que, por sua vez, iria *reforçar a pressão inflacionária doméstica [e] também os custos dos serviços da dívida francesa*.⁸⁶

Em 16 de março de 1983, após um encontro entre Mitterrand, seus conselheiros e o chefe do departamento do Tesouro francês, Michel Camdessus (futuro diretor administrativo do FMI de 1987 a 2000), o governo francês finalmente viu que não seria possível resistir à adoção do pacote de medidas austeras. Camdessus, no encontro, *enfatizou que as reservas internacionais francesas tinham caído a um nível muito baixo* e que poderiam durar “dias, mas não semanas” caso houvesse uma crise cambial séria; e argumentou que a saída da França do SME iria impedir o país de pegar qualquer empréstimo levando o governo a ter que aumentar muito sua taxa de juros (para atrair capital externo) para evitar uma desvalorização do franco.⁸⁷

Os apoiadores do plano expansionista-keynesiano –como Laurent Fabius, Pierre Bérégovoy e outros– acabaram por apoiar o plano de medidas austeras prevendo que, a sua não-adoção iria acarretar em maior desemprego e falências comerciais. Com isso, Mitterrand se convenceu em se unir ao grupo do ministro das finanças Jacques Delors. No final da semana *Delors negociou uma desvalorização do franco de 8 por cento dentro do SME assim como um empréstimo de 4 bilhões de ECUs -unidade monetária européia- da Comunidade Européia*, mas, em troca, a França teria que adotar os pacotes de reformas austeras.⁸⁸ O projeto de François Mitterrand, de implementar o “keynesianismo em um [único] país”, não foi possível de ser efetivado e tal decisão “acalmou os mercados” levando à estabilização do franco.⁸⁹

⁸⁶ Tradução minha: “... reinforce domestic inflationary pressures but also increase France's debt service costs.” HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 142.

⁸⁷ Tradução minha: “... emphasized that France's foreign exchange reserves had fallen to a very low level”. *Idem. Ibidem*.

⁸⁸ Tradução minha: “... Delors had negotiated an 8 percent devaluation of the franc within the SEM as well as a loan of 4 billion ECUs da Comunidade Européia”. *Idem. Ibidem*.

⁸⁹ *Idem. Ibidem*.

Segundo Helleiner, a adoção de reformas austeras trouxe implicações para a França e para o resto do mundo. Em 1984, segundo John Goodman, Bérégovoy adotou diversos novos instrumentos financeiros com os objetivos de: [1] *aprofundar os mercados financeiros franceses*; [2] *fortalecer a posição financeira das firmas francesas*, e [3] *permitir o Banco Central francês de controlar a emissão de moeda (...) através do controle da taxa de juros.*⁹⁰ Essa medida, juntamente com outras, tomadas por Bérégovoy, voltadas para a reforma do sistema financeiro e para a liberalização dos mercados franceses, levaram John Goodman a concluir que tais medidas implicariam no aumento da integração da economia francesa com o resto do mundo, paralelamente à diminuição da sua autonomia, em termos de política monetária, frente às tendências mundiais.⁹¹

Quanto às implicações do “ponto crítico” da França para o mundo, Helleiner diz que a França *se tornou uma importante propagadora do projeto neoliberal pan-Europeu de 1992, que, depois de janeiro de 1985, foi liderado por Delors com seus novos poderes como presidente da Comissão Européia.*⁹² Outra repercussão para o exterior foi que, a experiência francesa acabou influenciando uma reformulação de pensamento de intelectuais de centro e de esquerda, juntamente com políticos de países industrializados, visto que, para eles: *a aceitação forçada [da França] da disciplina [imposta] pelo mercado internacional era um indicador das enormes dificuldades de se tentar preservar o keynesianismo nacional no novo mundo das finanças globalizadas.*⁹³

Diante desse quadro, Helleiner conclui que, apesar dessas transformações terem ocorrido em inúmeros países já na década de 1970 e início de 1980, os

⁹⁰ GOODMAN, J. *Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe*, 1992: 138.

⁹¹ *Idem*: 138-139.

⁹² Tradução minha: “... became an important advocate of the pan-European neoliberal 1992 project that, after January 1985, was led by Delors in his new capacity as European Commission president.” *Idem*: 143.

⁹³ Tradução minha: “... the government’s forced acceptance of international market discipline was an indication of the enormous difficulties of attempting to preserve the ‘old world’ of national Keynesianism in the new global financial environment.” *Idem. Ibidem*.

*quatro pontos críticos que ocorreram no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França são os mais significantes na história política da re-emergência das finanças globalizadas.*⁹⁴ Segundo Helleiner, se alguns desses pontos críticos não tivessem ocorrido, o rumo do processo de globalização financeira teria sido consideravelmente bloqueado, visto que os países citados possuem posições chaves dentro do sistema econômico e político mundial.⁹⁵

⁹⁴ Tradução minha: "... the four turning points that occurred in Britain, the United States, and France are the most significant in a political history of the reemergence of global finance." HELLEINER, E. *States and reemergence of global finance*, 1996: 144. Dos quatro pontos críticos de transição, só dois foram estudados, o caso do Reino Unido e o da França.

⁹⁵ *Idem. Ibidem.*

A atuação do FMI na renegociação da crise da dívida externa latino-americana a partir de 1982

O atual capítulo está dividido em cinco *itens*. O primeiro *item* é voltado para a “estrutura para a ação” na virada dos anos 1980, com foco na análise, em linhas gerais, da descrição de Maria da Conceição Tavares a respeito da “retomada da hegemonia norte-americana” a partir de setembro de 1979. Processo este que está relacionado a diversos aspectos estudados nos três momentos históricos analisados na pesquisa. Os quatro *itens* seguintes estão organizados de acordo com quatro etapas ou fases encontradas na análise da crise da dívida externa latino-americana.¹ A primeira delas é a fase em que aumenta a entrada de capital nos países, aumentando o endividamento. Nessa etapa é estudado como decisões políticas procuraram intensificar esse endividamento antes do eclodir da crise. A segunda fase é caracterizada pelo eclodir da crise, que foi intensificada pela decisão política dos Estados Unidos de elevar a sua taxa de juros. A terceira fase é referente à crise em andamento: ou seja, o processo de renegociação da dívida externa latino-americana intermediada pelo FMI. E a quarta e última fase menciona a conclusão de uma etapa importante da negociação da dívida externa –o Plano Brady– no mesmo ano em que estava sendo lançado o Plano Real.

A “retomada da hegemonia norte-americana” na virada dos anos 1980

Maria da Conceição Tavares descreve um movimento policêntrico, do ponto de vista econômico, que estava ocorrendo nos anos 1960 e 1970, na mesma linha do que Saraiva descreveu, do ponto de vista político, a respeito do surgimento de uma multiplicidade de interesses no cenário internacional. Segundo Tavares esse

¹ As mesmas etapas ou fases foram identificadas na crise asiática. Portanto, os três capítulos (quatro, cinco e seis) referentes aos estudos de caso da América Latina e da Ásia, apresentam seus *itens* organizados com base nessas etapas.

movimento policêntrico se deu em duas frentes: a primeira era através do sistema bancário privado que *operava totalmente fora de controle dos bancos centrais, em particular [do banco central norte americano, o] Fed*; a segunda frente, ocorria no subsistema das filiais transnacionais que atuava em *divisões regionais de trabalho intrafirma, à revelia dos interesses nacionais americanos*, processo este que acirrava a concorrência *no interior dos demais países capitalistas que era favorável à modernização e expansão européia e japonesa e desfavorável aos EUA.*²

Esse movimento policêntrico, entretanto, não agradava os Estados Unidos. Foi quando a decisão de Paul Volcker de elevar a taxa de juros norte-americana foi tomada, em setembro de 1979, com conseqüências para a economia mundial, inclusive a norte-americana. Nesse momento, pode-se destacar na descrição de Tavares, que os Estados Unidos se mostraram contrários à posição do FMI quando viram sua posição hegemônica ameaçada. Segundo Tavares:

Na reunião mundial do FMI de 1979, Mr. Volcker, presidente do Fed, retirou-se ostensivamente, foi para os EUA e de lá declarou ao mundo que estava contra as propostas do FMI e dos demais países membros, que tendiam a manter o dólar desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional.³

O dólar estava desvalorizado desde a ruptura dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods em 1971. Volcker, defendendo os interesses norte-americanos, decidiu reverter esse processo elevando a taxa de juros norte-americana e *declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda americana iria ser restaurada. Esta diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão.* Segundo Tavares, *os desdobramentos da política econômica interna e externa dos EUA, a partir de 1979 foram no sentido de reverter [o movimento policêntrico] e retomar o controle financeiro internacional através da (...) diplomacia do dólar forte.*⁴

² TAVARES, M. A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 30.

³ *Idme*: 33.

⁴ TAVARES, M. A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 33.

Com relação à posição dos países europeus frente a essa nova política norte-americana, até 1981, só a política econômica da Inglaterra apoiava declaradamente a moeda americana. Já os demais países da Europa –como França, Áustria, os do Norte da Europa e mesmo o Brasil– tentaram, cada um à sua maneira, resistir ao alinhamento automático da política econômica ortodoxa.⁵ Segundo Tavares, com o processo da retomada da hegemonia norte-americana, ocorreu o enquadramento de todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que [tenham sido] seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores, etc. Segundo Tavares, todos os países ficaram:

... praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e de juros passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana.⁶

A análise realizada no capítulo 3, a respeito do ponto crítico de transição do Reino Unido e da França, forneceu algumas informações da dinâmica do processo político e econômico no momento chave do enquadramento desses países frente à política externa norte-americana e às novas características do sistema econômico mundial, que rumavam para o neoliberalismo.

A primeira fase da crise da dívida externa latino-americana: a reciclagem dos petrodólares pela América Latina e o aumento do endividamento externo

Durante o período em que vigoravam os acordos de Bretton Woods, a função do FMI era a de auxiliar financeiramente países que estivessem com problemas na balança de pagamentos, de modo que estes países pudessem manter o seu câmbio ajustado dentro do sistema de câmbio fixo. (...)No que tange a América Latina, o

⁵ Alguns aspectos da tentativa de resistência francesa foi estudada capítulo três da atual dissertação.

⁶ *Idem*: 35-36.

FMI atuou, até 1973 como financiador *oficial em apoio a programas de estabilização destinados a solucionar problemas de balanço de pagamentos*.⁷

A partir de 1973, quando esse sistema foi abandonado, o Fundo perdeu sua função principal, mas adquiriu uma nova função que foi reciclar os petrodólares gerados a partir de 1973-74 com a quadruplicação do preço do petróleo.⁸ Essa reciclagem foi, segundo Gonzalo Biggs, de grande importância para a economia mundial e a América Latina desempenhou um importante papel nesse processo, às custas de um aumento do endividamento feito com taxa de juros flexíveis –como será visto a seguir. Segundo Biggs:

A mudança nas políticas de financiamento externo dos países industrializados foi justificada pela necessidade de reciclar através dos bancos comerciais o excesso de liquidez que afluíu aos mercados financeiros durante as consecutivas crises do petróleo dos anos setenta. Um componente essencial desta reciclagem, que se não ocorresse poderia ter provocado uma depressão mundial, foram os países desenvolvidos e, em particular, os países latino-americanos que tiveram que absorver esse excesso de liquidez. Conseqüentemente, através de diversos mecanismos, durante o período 1974-1982, os governos dos países industrializados promoveram o fácil e rápido acesso dos países da região a estas fontes massivas de crédito internacional. Esta política foi complementada (...) com uma liberalização dos requisitos aplicáveis à concessão dos empréstimos externos dos bancos comerciais.⁹

Os países da América Latina, ao realizarem o processo de reciclagem dos petrodólares absorvendo a *liquidez acumulada dos bancos comerciais [e prestando] um serviço que beneficiou diretamente os bancos e os governos dos países industrializados*, pagaram um preço muito alto por esse serviço ao sistema econômico mundial ao substituir o **financiamento oficial pelo financiamento dos bancos comerciais**.¹⁰ Nessa substituição, ocorre uma mudança crucial. Na execução de empréstimos bilaterais (de um país para outro) as taxas de juros são fixas, ou seja, são fixadas no momento em que o dinheiro é emprestado, e não se

⁷ BACHA, E. e MENDOZA, M. O FMI e o Banco Mundial: um memorando latino-americano, 1985: 29.

⁸ Os dólares obtidos pela países exportadores de petróleo.

⁹ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 36-7.

¹⁰ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 36-7.

alteram até o pagamento final de retorno. Quando o empréstimo é feito de um banco comercial para um país, as taxas de juros dos empréstimos são flexíveis (ou variáveis), isto é, depois de efetivado os empréstimos, se essa taxa aumentar ou diminuir, isto irá afetar o valor da dívida do tomador do empréstimo. Isso torna o país devedor mais vulnerável frente a essa variação da taxa de juros relativa à moeda na qual está sendo feita a transação.¹¹ Segundo Biggs:

A mudança na fonte de financiamento trouxe consigo um custo maior em função da substituição das **taxas de juros pré-fixadas** por **taxas de juros variáveis** sujeitas às flutuações dos mercados financeiros internacionais.¹² (grifo meu)

Nesse processo os países da América Latina endividados passaram a ficar a mercê da decisão política dos Estados Unidos com relação ao aumento ou não de sua taxa de juros. Um ponto interessante é que após essa mudança, do financiamento oficial para o privado, o volume de empréstimos para a região se acentuou muito a partir de 1973, o que aumentaria mais ainda o impacto, sobre as economias do continente, de um aumento dos juros norte-americanos. Segundo Biggs:

em 1973, 48,5 por cento desta dívida eram representados por empréstimos oficiais, bilaterais e multilaterais; em 1984, essa dívida pública tinha se reduzido a 27,7 por cento. Por outro lado, a dívida com os bancos comerciais, que em 1973 representava menos de [30 por cento do] total da dívida, elevou-se em 1984 a 65 por cento desse total.¹³

Os Estados Unidos apoiaram essa nova forma de endividamento via bancos comerciais. E, além disso, passaram a incentivar os bancos a aumentar o volume de seus empréstimos. Segundo Biggs:

A política de promover a substituição das fontes de financiamento para os países latino-americanos [das bilaterais para as privadas] é reiterada em vários documentos, entre os quais, os informes econômicos anuais do Presidente e do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos do período 1974-1982. Nesses informes indica-se que países como Venezuela, México, Brasil e Argentina

¹¹ No caso da América Latina a moeda era o dólar, e a taxa de juros relativa era a taxa de juros norte americana.

¹² *Idem*: 36.

¹³ *Idem*: 35.

devem se retirar ou 'se graduar' do financiamento oficial e utilizar, em troca, para seu desenvolvimento econômico, os recursos dos bancos comerciais.¹⁴

Fora isso, as autoridades governamentais dos países industrializados resistiram, com justificativas diferenciadas a *controlar ou restringir as operações de financiamento externo dos bancos comerciais*.¹⁵ Até 1980-1982, o governo norte-americano continuava incentivando a realização de empréstimos à América Latina. Somente alguns anos mais tarde, após a crise da dívida externa latino-americana ter se instalado (em parte devido ao aumento da taxa de juros norte-americana de 1979 a 1982) é que o Congresso norte-americano concluiu que os bancos norte-americanos haviam realizado um volume muito grande de empréstimos para outros países. Esse excesso havia ocorrido devido à "falhas" na supervisão e fiscalização. Segundo informe da Comissão Bancária da Câmara dos EUA, emitido no 98º Congresso dos EUA, de 16 de maio de 1988:

As deficiências na supervisão que levaram ao aumento da dívida externa dos bancos norte-americanos devem ser atribuídas a falhas na supervisão e na fiscalização que deveriam ser exercidas pelo *Federal Reserve*, pelo *Comptroller of the Currency* e pelo *Federal Deposit Insurance Corporation*.¹⁶

Um fator complementar para o entendimento desse processo é a compreensão da própria lógica dos banqueiros, ao buscarem realizar empréstimos ao continente, visto que eles *aproveitaram-se das espetaculares condições existentes para expandir seus empréstimos externos a níveis muito superiores aos permitidos pela legislação interna vigente nos EUA*.¹⁷ Porém, tal atuação da "força social" internacional dos banqueiros, foi acompanhada da ação estatal dos Estados Unidos que deu um tratamento "diferenciado" para a América Latina. Segundo Biggs:

A legislação norte-americana até 1983 não fazia distinção entre empréstimos domésticos ou externos dos bancos e em

¹⁴ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 38.

¹⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁶ Fonte: 98º Congresso dos EUA. Comissão Bancária da Câmara, informe sobre o projeto H.R. 177, primeira seção, maio 16, 1983. *Apud, Idem*: 39.

¹⁷ *Idem*: 41.

ambos os casos aplicou a regra de que o total de empréstimos a um mesmo devedor não poderia exceder dez por cento do capital e dos excedentes não comprometidos dos bancos. Contudo, para os empréstimos externos, as agências e entidades do setor público latino-americano foram consideradas [pelo governo norte-americano] como figuras jurídicas independentes, separadas do respectivo governo central e, portanto, não sujeitas à regra dos dez por cento (em 1982 elevou-se a quinze por cento).¹⁸

A estratégia dos banqueiros norte americanos (apoiados e incentivados pelo governo norte-americano) era aproveitar o momento para emprestar para os países latino-americanos dentro da lógica da maximização de lucros. Empréstimo para esses países e receber os pagamentos em retorno, a taxa de juros flexíveis, era um bom negócio. Além disso, os países latino-americanos eram vistos por essa “força social” de alcance internacional conforme a lógica expressa *no pensamento de empresários como Walter Wriston, que pode ser resumida em sua afirmação histórica de que ‘os países não quebram’*.¹⁹ Em outras palavras, desse ponto de vista, a América Latina era vista como uma fonte de investimento, e, portanto, quanto mais lucro fosse obtido no investimento, melhor. Nessa lógica de que “países não quebram”, foi desencadeada *uma concorrência desenfreada que acabou saturando os governos latino-americanos de empréstimos, necessários ou não*.²⁰

Como se não bastasse o apoio e a facilitação dos Estados Unidos para a realização desses empréstimos para a América Latina, Biggs fala a respeito de uma vasta *literatura acerca do sistema de promoções aplicado pelos bancos para remunerar seus executivos e funcionários menores, baseado exclusivamente no volume de empréstimos que pudessem ‘empurrar’ [para os] países [latino-americanos]*.²¹ Estratégia esta, ressonante com a idéia de Wallich: *é melhor ter emprestado e perdido do que não ter emprestado nunca*. E, após ter emprestado,

¹⁸ Fonte: Marc Cohen, “U.S. regulation of bank lending to LDCs: balancing bank over exposure and credit undersupply”. *The Yale Journal of World Public Order*, vol.8, número 2, Primavera de 1982. *Apud* BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 41.

¹⁹ *Idem*: 43-44.

²⁰ *Idem. Ibidem*.

²¹ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 44.

*um país não deveria insistir demasiadamente em obter o pagamento completo dos empréstimos realizados no passado.*²² David Harvey também descreve o mesmo processo:

The New York investment banks had always been active internationally, but after 1973 they became even more so, though now far more focused on lending capital to foreign governments. This required the liberalization of international credit and financial markets, and the US government began actively to promote and support this strategy globally during the 1970s. Hungry for credit, developing countries were encouraged to borrow heavily, though at rates that were advantageous to the New York bankers. Since the loan were designated in US dollars, however, any modest, let alone precipitous rise in US interest rates could easily push vulnerable countries into default.²³

É possível identificar nessa análise um impulso desestabilizador que envolve o governo norte americano e os banqueiros, num movimento de aumento do endividamento latino-americano paralelamente a um aumento de sua vulnerabilidade externa diante de uma decisão política dos EUA –ou seja, do aumento de sua taxa de juros. Porém, enquanto, do ponto de vista da força social dos banqueiros, esse impulso visava o lucro, ele poderia representar para os Estados Unidos, do ponto de vista político, uma forma de aumentar a vulnerabilidade externa desses países, possibilitando acionar futuramente uma política de contenção local. Essa perspectiva do impulso desestabilizador é reforçada com o fato de que os banqueiros fizeram um grande esforço para que o processo de reciclagem dos petrodólares não fosse realizado de uma forma controlada. Segundo Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manual Cardoso de Mello:

Os banqueiros internacionais, que embolaram pingues resultados com os empréstimos a ‘países exóticos’ –

²² *Apud Idem*: 180-181.

²³ Tradução minha: “Os bancos de investimento de Nova York sempre estiveram ativos internacionalmente, mas após 1973 eles ficaram ainda mais, apesar de, após essa data, estarem mais focados em emprestar dinheiro para governos estrangeiros. Isso requereu a liberalização do crédito internacional e dos mercados financeiros, e o governo norte-americano começou ativamente a promover e dar suporte a essa estratégia globalmente durante os anos 1970. Famintos por crédito, os países em desenvolvimento foram encorajados a tomar emprestado pesadamente, com taxas de juros [flexíveis] que eram vantajosas aos banqueiros de Nova York. Como os empréstimos eram designados em dólar norte-americano, qualquer pequeno ou rápido aumento nas taxas de juros dos Estados Unidos, poderia facilmente empurrar os países vulneráveis a insolvência.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 28-29.

confiantes no que Walter Wriston chamou de ‘as virtudes do mercado’ – foram protagonistas ativos do processo de aprofundamento da desordem financeira. Não há como esquecer **a resistência que opuseram às tentativas de se fazer de forma coordenada a ‘reciclagem’ dos petrodólares acumulados a partir do ‘primeiro choque’ de 1973.**²⁴ (grifo meu)

E, no que tange o controle dos empréstimos feitos pelos bancos norte-americanos aos países estrangeiros, o governo dos Estados Unidos, realizou uma mudança passando a regular esse fluxo de empréstimo. Porém, o fizeram em 1983, quando o capital dos bancos comerciais já tinha entrado (com taxas de juros flexíveis) no continente e a crise da dívida externa latino-americana já tinha se tornado visível em agosto de 1982 com declaração da moratória mexicana.

Segundo Biggs:

Apenas em 1983, isto é, depois de manifestada a crise, foi promulgada nos Estados Unidos uma lei que regula os empréstimos externos dos bancos comerciais e exige a divulgação sistemática dessa informação. Contudo, esta exigência foi imposta muito tarde, quando os bancos já tinham reduzido os empréstimos à região, e, além disso, não se aplica retroativamente aos empréstimos anteriores.²⁵

A segunda fase da crise da dívida externa latino-americana: o aumento da taxa de juros norte-americana a partir de 1979

No ano de 1979, ano da célebre frase de Kissinger (“não admitiremos um outro Japão ao sul do equador”), ocorreu o início do processo de retomada da hegemonia norte-americana, que teve como marco, segundo Tavares, o aumento da sua taxa de juros por parte de uma decisão do presidente do Fed, Paul Volcker. Segundo Marcos Arruda, o impacto da elevação dos juros norte-americanos na dívida externa latino-americana foi muito grande:

²⁴ BELLUZZO, L. e MELLO, J. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 13.

²⁵ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 183. Os dados obtidos a respeito dos lucros obtidos pelos Estados Unidos no período 1974 a 1987 foram analisados por Biggs a partir da pesquisa de Wallich. Entre os dados, que apresentam informações “difíceis de comprovar”, está o aumento das exportações dos Estados Unidos para o Brasil, num montante, em dólar, equivalente ao montante de empréstimos que os EUA fizeram ao Brasil. Dessa forma, todo dólar que os EUA emprestaram para o Brasil, acabou retornando ao país, quando o Brasil pagava pelas exportações norte-americanas que entravam no país. Para a análise dos dados ver BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 180-189.

O aumento da taxa de juros relativa à dívida em dólares aconteceu entre 1979 e 1981. A taxa média, em torno de 6,25%, subiu nesses dois anos até alcançar 24% ao ano. Foi uma decisão completamente unilateral do governo dos Estados Unidos, que queria cobrir os déficits do país atraindo dólares de volta à casa. Acontece que a moeda norte-americana é também (...) moeda internacional. Isso, somado à fuga de divisas de volta para os Estados Unidos, acabou de alinhar a crise do endividamento externo do terceiro mundo. O prejuízo causado à América Latina pela alta unilateral das taxas de juros foi de US\$ 106 bilhões.²⁶

Com esse aumento da taxa de juros norte-americana, o México não suportou o impacto na sua economia, e, em agosto de 1982, declarou a moratória. Iniciava-se a crise da dívida externa latino-americana. A grande liquidez internacional verificada nos anos anteriores (de fora para dentro da América Latina) iria reverter seu fluxo a partir do processo de renegociação da dívida externa intermediado pelo FMI. Esse processo foi ilustrado por Giovanni Arrighi quando cita a visita de Jeffrey Frieden a um diretor financeiro mexicano. Diz Frieden:

Quando visitei [o diretor financeiro mexicano] em setembro de 1982, ele me mostrou sua ante-sala deserta, em desespero. 'Seis meses atrás', disse, 'havia tantos banqueiros aqui que não se conseguia atravessar a sala. Agora, eles nem sequer atendem meus telefonemas.'²⁷

Nesse quadro, conclui Arrighi:

Como que num passe de mágica, a roda havia girado. A partir de então, já não seriam os banqueiros do Primeiro Mundo que implorariam aos países do Terceiro Mundo que tomassem emprestado seu capital hiperabundante; os países do Terceiro Mundo é que implorariam aos governos e banqueiros do Primeiro que lhes concedessem o crédito necessário para se manterem à tona num mercado mundial cada vez mais integrado, competitivo e encolhido.²⁸

David Harvey refere-se a esse processo de endividamento dos países da América Latina e demais mecanismos a ele relacionado (estímulo ao endividamento na década de 1970 a taxas de juros flexíveis, etc.) como uma "manipulação financeira neoliberal" que envolve o processo da "armadilha da dívida" como um

²⁶ ARRUDA, M. *Dívida e(x)terna. Para o capital, tudo; para o social, migalhas*, 1999: 20. Os dados fornecidos na obra de Marcos Arruda, foram retirados da obra de Bernardo Kucinski e Sue Brandford. *A ditadura da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana*. São Paulo: Brasiliense.

²⁷ ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso século*, 1996: 335.

²⁸ *Idem. Ibidem.*

mecanismo primário de “acumulação via desapropriação”. E conclui dizendo que a *criação, gerenciamento e manipulação de crises no atual estágio do mundo evoluiu para a fina arte da redistribuição de riqueza dos países pobres para os ricos*.²⁹ Harvey tira suas conclusões, em parte, com base nos acontecimentos relativos à crise da dívida externa no México que levou a uma “pilhagem” desse país pelos Estados Unidos. Segundo Harvey:

Eu documentei o impacto que [o aumento dos juros dos EUA] teve no México [a partir de 1982]. [Onde] os EUA pavimentaram o caminho para a pilhagem da economia mexicana. Isso foi o que o complexo Tesouro dos EUA-Wall Street-FMI se tornou *expert* em fazer em todo o lugar.³⁰

O aumento da taxa de juros norte-americana fazia parte do “impulso desestabilizador dos Estados Unidos”, segundo Fiori, e da “política de contenção”, segundo Serrano.

Tal política atendeu a interesses internos e externos dos Estados Unidos, simultaneamente. Internamente, o governo norte-americano conteve a inflação (essa foi a meta mais anunciada pelas autoridades norte-americanas como justificativa para o aumento dos juros) e, segundo Serrano, diminuiu o poder de barganha da classe trabalhadora norte-americana no início da gestão Reagan.³¹ Externamente, os Estados Unidos usufruiu dos seguintes processos: (1) a desestabilização da economia mundial (incluindo a norte-americana por algum tempo) como forma de diminuição do poder de barganha dos demais países (que, como já visto, estavam, em 1969 a 1979, no período da “contestação” ou das “ilusões igualitárias” –no caso dos países do “Terceiro Mundo”); (2) a diminuição dos preços das *commodities* que ocorrem como efeito do desaquecimento da

²⁹ Tradução minha: “Crisis creation, management, and manipulation on the world stage has evolved into the fine art of deliberative redistribution of wealth from poor countries to the rich.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 162.

³⁰ Tradução minha: “I documented the impact of Volcker’s interest rate increase on Mexico earlier. While proclaiming its role as a noble leader organizing ‘bail-outs’ to keep global capital accumulation on track, the US paved the way to pillage the Mexican economy. This was what the US Treasury–Wall Street–IMF complex became expert at doing everywhere.” *Idem. Ibidem.*

³¹ Como o “ataque” ao PATCO, o sindicato dos controladores de tráfego aéreo, segundo Harvey, mencionado no capítulo 1.

economia mundial, afetando os países em desenvolvimento; (3) o aumento exponencial da dívida externa latino-americana, que: gerou um fluxo de renda desse continente para os países mais ricos e permitiu influência do FMI na elaboração da política econômica no continente –através das “condicionalidades” ou pacotes de ajuste sempre recessivos que vinham junto com os empréstimos; (4) contenção do avanço do processo de integração e de fortalecimento econômico dos países da América Latina e, em especial, da possibilidade de surgimento de “um novo Japão no sul do equador”, no caso, o Brasil.³²

A crise da dívida externa latino-americana foi chave no processo de enfraquecimento econômico do continente e também do processo de integração dos países latino-americanos –este último, sempre visto como uma ameaça aos interesses norte-americanos na região. Nesse sentido, diz Biggs em 1987: *é doloroso constatar como a crise financeira [a partir de agosto de 1982] coincidiu ou, se se preferir, contribuiu com a paralisação da capacidade de ação coletiva dos governos devedores.*³³ Em seguida, Biggs faz uma reflexão que pode ser associada à idéia das “ilusões igualitaristas” (Saraiva) dos países em desenvolvimento nos anos 1960 e 1970, interrompida pelo processo de retomada da hegemonia norte-americana ou do seu impulso desestabilizador. A reflexão de Biggs foi feita em 1987 (cinco anos após o eclodir da crise) perto do final da chamada “década perdida”. Ao olhar para o passado economicamente pujante e politicamente reivindicatório do continente até os anos 1970 (o período das “ilusões igualitaristas”), diz Biggs:

Paira também a sensação de que foram **mera ilusão passageira**, sem efetividade e sem qualquer continuidade com a realidade atual, as propostas de outras épocas para

³² Vale lembrar que no ano de 1979, o mesmo ano da frase de Kissinger, a diplomacia brasileira, durante o início do governo Figueiredo (1979-1985), atuava dentro da linha do “Universalismo” que dava, de certa forma, continuidade ao “Pragmatismo Responsável” da gestão de Ernesto Geisel (1974 a 1979) e buscava intensificar *crescentemente seus vínculos com a América Latina, dando um conteúdo sólido a uma prioridade recorrente mas nunca antes materializada.* VIZENTINI, P. *A política externa do regime militar brasileiro*, 1998: 271.

³³ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 17.

consolidar uma América Latina política e economicamente independente.³⁴

Porém, esse mecanismo de acumulação via desapropriação foi fruto, em parte, da maneira pela qual o processo de renegociação da dívida externa foi conduzido. Após o eclodir da crise, em agosto de 1982, com a declaração da moratória mexicana, o FMI entrou em ação.

A terceira fase da crise da dívida externa latino-americana: a crise em andamento e a atuação do FMI no processo de renegociação

Depois de instalada a crise na América Latina, entra em ação o FMI e o Banco Mundial que, segundo Marcos Arruda, viriam a atuar de forma a *aprofundar os laços de dependência e subordinação dos [países periféricos] aos capitais e modelo econômico do hemisfério norte.*³⁵ Os programas de ajuste do FMI eram propostos *com o fim de adequar nossas economias à única prioridade, que era continuar pagando os juros da dívida, mesmo à custa da recessão, desemprego e empobrecimento da maioria das nossas populações.*³⁶

Uma vez instalada a crise, o FMI entra em ação executando o que Cox chamou de “internacionalização do Estado” norte-americano; onde, segundo Harvey, a administração do então presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, havia encontrado nova função para o FMI: o Fundo iria atuar, juntamente com os poderes do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, na renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento, porém, em troca de reformas neoliberais.

Segundo Harvey, o Banco Mundial e o FMI se tornariam *centros de propagação e imposição do ‘fundamentalismo do livre mercado’ e da ortodoxia*

³⁴ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 18.

³⁵ ARRUDA, M. *Dívida e(x)terna. Para o capital, tudo; para o social, migalhas*, 1999: 20-21.

³⁶ *Idem. Ibidem.*

neoliberal.³⁷ Nesse quadro, o FMI, em troca do reescalonamento do pagamento da dívida externa, [exigia dos países endividados a implementação de] reformas institucionais como: (1) cortes em gastos relativos ao Estado de bem-estar social; (2) flexibilização de leis trabalhistas (para facilitar processos de demissão por exemplo); (3) e privatização.³⁸

Harvey associa esse processo à restauração de poder econômico para as mãos de uma elite ou classes mais altas norte-americanas, que conseguiram *extrair pesadamente excedentes do resto do mundo através de fluxos internacionais [de capital] e práticas de ajustes estruturais*.³⁹ Fluxos que foram, como já citado no capítulo 1, calculados em torno do equivalente a “cinquenta Planos Marshall”, num mundo em que, segundo Stiglitz, os países pobres subsidiaram os ricos.⁴⁰ Este processo pode estar associado à forma como se deu a renegociação da dívida externa que envolveu: países devedores, países credores, os grandes bancos norte-americanos e o FMI, no papel de intermediário.

O processo de renegociação foi iniciado a partir de agosto de 1982, com a declaração da moratória do México. A “fórmula de emergência” organizada pela comunidade financeira internacional visava impedir a suspensão completa do pagamento da dívida externa mexicana. Essa fórmula foi “bem sucedida” (do ponto de vista da comunidade financeira internacional) e aplicada nos demais países endividados até 1987.⁴¹ Ela era composta de duas partes: a primeira equivalia ao ajustamento e à reciclagem das obrigações que não pudessem ser pagas no seu vencimento; e a segunda relativa à concessão de um pacote de financiamento adicional, acompanhado das “condicionalidades”, propostas pelo FMI, referentes a

³⁷ Tradução minha: “centers for the propagation and enforcement of ‘free market fundamentalism’ and neoliberal orthodoxy.” HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*, 2005: 29.

³⁸ Tradução minha: “In return for debt rescheduling, indebted countries were required to implement institutional reforms”. *Idem. Ibidem*.

³⁹ Tradução minha: “drew heavily on surpluses extracted from the rest of the world through international flows and structural adjustment practices.” *Idem*: 30-31.

⁴⁰ *Apud Idem*: 162.

⁴¹ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 46.

programas de ajuste fiscal (no geral apontando para corte de gastos) e de reformas macroeconômicas.⁴² Biggs acrescenta dizendo que *uma parte importante dos empréstimos adicionais permitiu financiar os juros dos empréstimos anteriores, com o que o volume absoluto da dívida tendia a crescer depois a cada renegociação.*⁴³

Segundo Edmar Bacha e Miguel Mendoza, o papel do FMI, no processo de renegociação da dívida externa, consistia em intermediar a negociação entre os países devedores e os bancos comerciais credores. Nesse processo, o FMI passa a exercer o papel de *orquestrador financeiro*⁴⁴ através da imposição de condicionalidades que, caso não fossem cumpridas, implicariam na suspensão de novos empréstimos (tanto do FMI, como de outras fontes). Segundo Bacha e Mendoza, *esta coordenação de empréstimos colocou o Fundo em contato muito maior com os intermediários financeiros privados do que em épocas anteriores*⁴⁵ e também, ao desempenhar um papel crucial na reestruturação da dívida externa do continente, *a instituição adquiriu muito mais poder na região do que no passado.*⁴⁶

Biggs expõe várias propostas de renegociação da dívida externa que estavam circulando no ano de 1987, cinco anos após o início do processo de renegociação. Existiam propostas *desde as mais moderadas e convencionais até as mais radicais, como o repúdio unilateral proposto por Fidel Castro.*⁴⁷ Uma dessas propostas era a de limitar o serviço da dívida a até dez por cento da quantia que os países conseguiam obter através de suas exportações, de forma a poder garantir que o fluxo de saída de dólares não fosse maior do que o fluxo de entrada. Porém, a maioria dessas propostas vieram *principalmente de círculos acadêmicos ou políticos do hemisfério norte. Alguns tendem a favorecer os interesses dos credores*

⁴² BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 46.

⁴³ *Idem. Ibidem.*

⁴⁴ BACHA, E. e MENDOZA, M. O FMI e o Banco Mundial: um memorando latino-americano, 1985: 57.

⁴⁵ *Idem. Ibidem.*

⁴⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴⁷ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 20.

e outros os dos devedores, porém, havia um ponto em comum: todas as propostas concordavam que a forma como a negociação estava sendo conduzida até 1987 deveria ser alterada.⁴⁸

Porém, existia *uma evidente impermeabilidade por parte do principal governo credor [os EUA] frente a qualquer argumento que [levasse] a uma mudança na estratégia de ajustamento aplicada desde 1982.*⁴⁹ Talvez essa impermeabilidade tenha relação com a posição dos EUA em manter um processo, que do ponto de vista dos objetivos não-declarados, poderiam estar sendo satisfatórios (como por exemplo, em termos de transferência de recursos do continente para os grandes bancos norte-americanos).

Segundo Bacha e Mendoza, dezessete países latino-americanos assinaram acordos com o FMI entre fevereiro de 1983 a março de 1985, e, apesar de terem apresentado espetacular recuperação nos balanços de pagamentos⁵⁰ os acordos com o FMI acabaram por sofrer diversas interrupções e revisões. Esse processo ocorreu nos programas do Fundo em todo o mundo. Bacha e Mendoza analisam que os critérios de condicionalidades do Fundo, talvez não estivessem funcionando e, portanto, precisavam ser melhorados.⁵¹

Esse comportamento do FMI pode reforçar a idéia de que são motivações não-declaradas que podem prevalecer no momento da negociação, e não os objetivos declarados do Fundo, visto que, se analisado apenas desse ponto de vista econômico (como corrigir o balanço de pagamentos, etc.), as interrupções e revisões do FMI seriam incoerentes. Nesse sentido, Bacha e Mendoza comentam que *a experiência da América Latina com os programas do Fundo demonstraram*

⁴⁸ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 20.

⁴⁹ *Idem*: 20-21.

⁵⁰ Que é uma das metas declaradas do FMI: propor reformas aos países devedores de modo a melhorar suas contas externas.

⁵¹ BACHA, E. e MENDOZA, M. O FMI e o Banco Mundial: um memorando latino-americano, 1985: 31.

*que pode haver muito pouca relação entre o comportamento do balanço de pagamentos e os critérios de desempenho interno fixados pelo Fundo.*⁵²

Esse fato se verifica quando, apesar do Brasil ter apresentado melhoras no balanço de pagamentos o acordo de três anos assinado pelo Brasil foi suspenso duas vezes pelo FMI, visto que o país não tinha cumprido as metas fiscais e monetárias propostas pelo programa da instituição.⁵³ Nesse caso, as políticas do FMI pareciam não apenas olhar para o objetivo declarado da melhora no balanço de pagamentos. Que outros objetivos eram estes? Um deles pode estar relacionado com a política de contenção econômica, visto que as propostas do FMI, independentemente do alcance dos objetivos declarados, eram invariavelmente de natureza recessiva. Segundo Bacha e Mendoza:

A tendência dos programas do Fundo de suprimir a demanda interna contraria o mandato do FMI promulgado no Artigo I (V), que é evitar a 'aplicação de medidas que prejudiquem a prosperidade nacional e internacional'. Medidas desse tipo impõem sacrifícios internos desnecessários e levam continuamente à revisão e à interrupção dos programas de empréstimo.⁵⁴

Belluzzo e Mello chegaram às mesmas conclusões de Bacha e Mendoza ao analisarem "os passos metodológicos dados pelo FMI" para a fixação de reformas internas nos países que, em tese, deveriam promover correções que melhorassem a situação do balanço de pagamentos. Novamente, torna-se possivelmente evidente, a existência de outros objetivos, voltados para a política de contenção ou restauração de um poder de classe, visto que, tais condicionalidades, segundo Belluzzo e Mello, no geral, acabavam sendo traduzidas em cortes de salários e gastos. Segundo os autores:

O Fundo, à revelia da teoria do 'ajuste monetário do balanço de pagamentos', impõe compressão de salários, medida 'impopular', porém 'necessária' à austeridade. E já sem qualquer ligação com a teoria, recomenda, em cláusulas

⁵² BACHA, E. e MENDOZA, M. O FMI e o Banco Mundial: um memorando latino-americano, 1985: 31.

⁵³ *Idem. Ibidem.*

⁵⁴ *Idem:* 33.

secretas ou explícitas, medidas de política industrial ou comercial, normas sobre remessas de lucros, etc.⁵⁵

Além disso, Belluzzo e Mello, já em 1983 (logo no início do processo de renegociação da dívida externa latino-americana) chamavam atenção para o fato de que o processo de renegociação da dívida externa que estava sendo conduzido de modo a não ser solucionado logo, e sim para ser prolongado. Segundo os autores, em 1982, *a fragilidade das negociações foi agravada pelo equívoco de se circunscrever [o processo de coordenação da renegociação] aos grandes bancos americanos.*⁵⁶ Belluzzo e Mello concluem que *tanto os bancos quanto o governo brasileiro dificilmente poderiam ignorar que tudo isso estava destinado ao fracasso.*⁵⁷

Nesse quadro, Belluzzo e Mello interpretaram que o governo brasileiro estava *acreditando poder tirar partido da farsa* achando que iriam retomar condições favoráveis no mercado financeiro no futuro, fato que não ocorreu.

Na Primeira Carta de Intenções assinada pelo Brasil e direcionada para o FMI em 1983, era possível observar que o governo estava concordando em aceitar *metas impossíveis de serem cumpridas*. Em seguida, na Segunda Carta de Intenções de fevereiro de 1983, os objetivos a serem cumpridos pelo Brasil *eram ainda mais drásticos.*⁵⁸ O que pode ser analisado como um mecanismo de manutenção da negociação (logo, manutenção do controle) e não de uma busca pela solução final da crise.

Uma vez que as metas “impossíveis” da Primeira Carta de Intenções não foram cumpridas, o Fundo constatou “mau comportamento” e suspendeu o fornecimento da segunda parcela do empréstimo ampliado. Em seguida, os banqueiros: (1) *sustaram os créditos que haviam sido combinados no acordo de Nova York;* (2) *reduziram drasticamente as linhas de crédito comercial;* (3) e,

⁵⁵ BELLUZZO, L. e MELLO, J. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 12.

⁵⁶ *Idem*: 10.

⁵⁷ *Idem. Ibidem*.

⁵⁸ *Idem*: 12.

*contraíram as operações interbancárias.*⁵⁹ A suspensão dos empréstimos do FMI desestabilizou a economia brasileira que foi ainda mais prejudicada pela ação dos banqueiros realizada em seguida, levando o país a uma situação de *estrangulamento cambial absoluto* onde o país *perdeu cerca de US\$ 5 bilhões, acumulou US\$ 3,7 bilhões de atrasados e deixou de pagar o empréstimo-ponte contraído com o BIS.*⁶⁰

Continuando a seqüência das cartas de intenção, Belluzzo e Mello avaliam a assinatura do Brasil da Terceira Carta de Intenções como sendo um *roteiro certo para o desastre*. Nesse momento, Belluzzo e Mello já configuravam algo que veio a se confirmar no futuro no que tange o saldo final da crise da dívida externa. Segundo Belluzzo e Mello, já em 1983, avaliavam que:

A estratégia dos banqueiros é manter o Brasil no cabresto curto e sem horizontes de médio prazo. Nada será concedido que relaxe a dependência de novas e sucessivas negociações. Inclusive porque o país, como maior devedor [da América Latina], tem de servir de exemplo ao Terceiro Mundo.⁶¹

Os autores interpretaram também que todas as ações dos banqueiros levavam a crer (já em 1983) que eles tinham como objetivo ***promover uma transferência permanente de recursos reais.***⁶² (grifo meu) E na mesma linha, confirmando a previsão e interpretação do jogo político e econômico dos credores (banqueiros e FMI) diz Bitar em 1987:

Os centros de poder do sistema financeiro internacional, por sua vez, demonstram eficácia para impor **um novo e sofisticado mecanismo de sucção de recurso**. Os bancos se articularam para pressionar e os organismos multilaterais – Banco Mundial e FMI – têm sido zelosos guardiães de uma política comum que faz recair todo o peso sobre a América Latina.⁶³ (grifo meu)

Além da obtenção de lucros por parte dos credores, do ponto de vista da política de contenção econômica do continente, o processo de renegociação estava

⁵⁹ BELLUZZO, L. e MELLO, J. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 12.

⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

⁶¹ *Idem. Ibidem.*

⁶² *Idem*: 10.

⁶³ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 13-14.

se mostrando eficaz, visto que, segundo Biggs, parecia "impossível" que os países endividados pudessem *se recuperar enquanto suas economias [continuassem] estranguladas pela necessidade de cumprir onerosas obrigações externas*, que cresciam e se renovavam permanentemente.⁶⁴ A conclusão de Biggs a respeito desse processo é a mesma de Bitar, Belluzzo, Mello e Harvey expressas nas declarações citadas anteriormente:

O esforço dos credores de preservar estas obrigações, através de seu constante ajustamento e reciclagem, **é uma forma de se assegurarem de uma espécie de renda perpétua**, ao mesmo tempo em que representa uma **drenagem permanente para as economias dos países devedores**.⁶⁵ (grifo meu)

Do ponto de vista dos lucros obtidos pelos banqueiros norte-americanos, Biggs buscou fazer um cálculo buscando avaliar a quantia que tinham obtido através do processo que veio desde a injeção de capital na América Latina em 1974 até 1987, após cinco anos de renegociação da dívida externa. O problema que Biggs encontrou em sua pesquisa foi que *as vantagens obtidas pelos bancos durante o período não foi tornada pública. A razão disto é que não existia uma exigência legal de difundir esta informação*.⁶⁶ Tal informação seria de grande importância para o processo de renegociação da dívida externa latino-americana, uma vez que viesse comprovar ou não, a grande ou pequena margem de lucro obtida pelos bancos desde 1974. Caso a margem fosse muito alta, a informação poderia servir para reformular a forma como o processo de renegociação estava sendo conduzido. Segundo Biggs:

Trata-se de que as negociações de ajustamento da dívida iniciadas em 1982 não consideraram as vantagens já obtidas pelos bancos dos respectivos países a partir de 1974. Trata-se de uma informação que deve ser conhecida pela opinião pública latino-americana e, além disso, utilizada como elemento de negociação nos acordos de ajustamento correspondentes.⁶⁷

⁶⁴ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 19.

⁶⁵ *Idem. Ibidem.*

⁶⁶ *Idem*: 183.

⁶⁷ *Idem. Ibidem.*

As medidas tomadas pelo FMI no processo da renegociação, no geral, buscavam transferir o ônus da crise aos países devedores. Tal postura pode ser vista como uma ferramenta de negociação política que justifica a tomada de certas medidas e evita alterações no processo em andamento. A atuação da América Latina no processo de reciclagem dos petrodólares a partir de 1974, segundo Biggs, foi de grande importância para o sistema econômico mundial, no entanto, ao invés de os países industrializados retribuírem essa ação, acabaram por culparem os países latino-americanos pela situação de crise. Segundo Biggs:

Desse modo, é paradoxal que hoje [1987] se ignore este serviço prestado pelos países devedores, e os benefícios recebidos pelos países credores e seus governos, e se acuse aqueles de terem sido, com suas políticas, os principais causadores da crise.⁶⁸

Porém, uma vez prestado esse “serviço”, a ajuda da América Latina não foi reconhecida. As autoridades latino-americanas, depois de terem contraído os empréstimos a taxa de juros flexíveis no processo de reciclagem, esperavam, segundo Lorde Lever, obter dos países credores *alguma forma de alívio no encargo de suas dívidas*. Contudo, em vez de um prêmio de boa conduta, a reação dos países credores em relação aos devedores foi no sentido oposto.⁶⁹

Segundo Biggs, após encerrada a reciclagem, *a natural redução nos volumes de empréstimos dos bancos comerciais deveria ter sido compensada com uma diminuição equivalente dos custos do serviço da dívida*.⁷⁰

O que ocorreu no processo de renegociação foi o contrário: o esforço por parte dos Estados Unidos e dos credores foi no sentido de responsabilizar os países devedores pela crise. Porém, segundo Biggs, *existe um virtual consenso de que as responsabilidades pelos fatos que conduziram à atual crise cabem igualmente aos governos dos países devedores, aos governos dos países credores e aos bancos*.⁷¹

⁶⁸ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 36-37.

⁶⁹ *Idem*: 45.

⁷⁰ *Idem*: 44-45.

⁷¹ *Idem*: 25.

Essa responsabilização dos países devedores pela crise implicou na forma como o processo de renegociação foi conduzido, visto que *os custos da crise não foram (...) partilhados proporcionalmente entre todos os responsáveis.*⁷² Além disso, os países credores ainda tomaram medidas que prolongassem o processo de renegociação, por três motivos: [1] por não terem aplicado as políticas de ajustamento necessárias para reduzir o custo para os devedores do encargo do serviço da dívida; [2] por não terem ampliado o financiamento externo oficial; [3] e finalmente, por não terem facilitado o acesso das exportações latino-americanas a seus mercados.⁷³

Apesar de tudo isso, o diagnóstico que prevaleceu foi o de responsabilizar a política macroeconômica dos governos devedores pela crise, de modo a desviar o foco da parcela de responsabilidade dos credores e permitir que o FMI, no processo de renegociação, impusesse suas condicionalidades com reformas austeras aos países latino-americanos. Segundo Biggs:

A estratégia de ajustamento e reciclagem da dívida, posta em prática a partir de 1982, se fundamentou na premissa de que uma das causas determinantes da crise foram as políticas fiscais e macroeconômicas erradas praticadas com prioridade pelos países tomadores de empréstimos. De acordo com esse critério, a reciclagem da dívida por parte dos bancos implicou no compromisso dos governos de modificar ou corrigir suas políticas a fim de obter uma rápida e efetiva recuperação. Esta recuperação, ainda segundo essa estratégia, permitiria, por sua vez, que os governos voltassem a ter acesso ao crédito bancário nos mercados internacionais de capital.⁷⁴

Biggs contra-argumenta esse diagnóstico dos países credores alegando que *os fatos ocorridos desde 1982 oferecem abundantes razões* para mostrar que a causa da crise não está na condução da política macroeconômica dos países devedores, mas sim em causas externas (como o processo de renegociação conduzido pelo FMI) que se não fossem modificadas iriam prolongar a crise indefinidamente *quaisquer que [fossem] as mudanças nas políticas dos países*

⁷² BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 25.

⁷³ *Idem. Ibidem.*

⁷⁴ *Idem*: 25-26.

devedores. Outro argumento citado por Biggs é que o estabelecimento, pelos países credores, de definir como objetivo principal a capacitação dos países para o “retorno ao crédito internacional” não era justificado visto que *um dos fatores determinantes da atual crise foi precisamente o excessivo endividamento*.⁷⁵

A perspectiva histórica de Gonzalo Biggs

Gonzalo Biggs realizou uma perspectiva histórica comparada, onde analisou alguns casos de crise de dívida externa ao longo do século XX. Tal estudo ajuda na compreensão de que o tratamento dado nos anos 1980 pelos credores ao continente latino-americano foi bastante diferenciado em relação aos outros casos. Entre os diversos casos, Biggs analisa: (1) a insolvência que afetou os bancos britânicos em 1825; (2) as dívidas européias, onde *em 1932 e 1933, os devedores europeus suspenderam o pagamento de suas dívidas de guerra com os Estados Unidos*;⁷⁶(3) e a dívida contraída pela própria América Latina no pós-Primeira Guerra Mundial. Biggs observa que em todos os casos, *os credores ou seus governos tiveram de assumir uma parte importante das perdas resultantes das imprudências em que incorreram ao efetuar os empréstimos ou investimentos correspondentes*. Porém, a única exceção à regra, foi a América Latina nos anos 1980, onde *os custos e perdas resultantes da crise recaíram principalmente sobre os países devedores*.⁷⁷

Comparando a crise da dívida latino-americana de 1931 com a da década de 1980, Biggs chama atenção para um processo que pode ser associado à política de contenção econômica da América Latina nos anos 1980, por parte da política externa norte-americana, visto que os tratamentos foram diferenciados em relação

⁷⁵ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 26. É interessante observar que os argumentos utilizados pelos credores, no geral, trazem interesses subjacentes como, por exemplo, a promoção da realização de reformas nos países endividados de forma que estes países pudessem acessar o crédito internacional novamente. A independência financeira da América Latina parecia não ser do interesse dos detentores do capital financeiro internacional.

⁷⁶ *Idem*: 11.

⁷⁷ *Idem*: 23-24.

ao mesmo continente nos diferentes períodos. Na crise de 1931, os países latino-americanos aplicaram políticas que mantiveram seu ritmo de crescimento, porém, na renegociação da dívida externa na década de 1980, as políticas propostas pelos credores (via FMI) apontavam para ajustes recessivos. Tais políticas eram dominadas por uma postura que tentava transferir a responsabilidade principal pela reativação econômica para o setor privado e, apontavam para a implementação de medidas de ajuste que visavam uma *redução da participação do Estado no processo produtivo [além de uma] abertura irrestrita das economias nacionais à concorrência externa*.⁷⁸

O tratamento dado à América Latina na década de 1980, também foi diferenciado em relação ao tratamento dado pelos Estados Unidos aos países europeus após a Primeira Guerra Mundial. Biggs cita a declaração da Comissão de Dívidas de Guerra criada após a Primeira Guerra Mundial para *supervisionar os programas de ajuste acertados pelos Estados Unidos com a Grã-Bretanha e outros países europeus*. Diz a comissão:

Embora se deva preservar o princípio da integridade das obrigações internacionais, é indiscutível que não se pode exigir de um país que pague a outros governos somas que excedam sua capacidade de pagamento. No convênio subscrito com a Grã-Bretanha a 19 de junho de 1923, e em negociações ou acordos posteriores, a Comissão aderiu ao princípio de que os ajustamentos acertados com cada governo devem ser medidos **pela capacidade do governo em questão de prover e transferir aos Estados Unidos os pagamentos previstos no acordo de reciclagem celebrado**.⁷⁹ (grifo meu)

A comissão dá o nome a esse critério de avaliação baseado na capacidade dos países em pagarem suas dívidas aos Estados Unidos, de “princípio da capacidade de pagamento”. A respeito dele, diz a comissão:

A adoção do princípio da capacidade de pagamento não significa por sua vez que o devedor estrangeiro deva pagar até o limite de sua capacidade atual ou futura. **Deve ser permitido a ele manter e melhorar sua situação econômica, equilibrar seu orçamento e dar uma base sólida a suas finanças e a sua moeda, assim como**

⁷⁸ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 24-25.

⁷⁹ *Idem*: 51-52.

manter e, na medida do possível, melhorar o nível de vida de seus cidadãos. Nenhum convênio cujas cláusulas sejam demasiado opressivas ou retardem a recuperação e o desenvolvimento de um devedor estrangeiro é de interesse dos Estados Unidos ou da Europa.⁸⁰ (grifo do autor)

Biggs conclui que existiu uma grande diferença de tratamento dada pelos Estados Unidos aos países endividados da Europa na década de 1930 em relação aos países latino-americanos na década de 1980. No caso do tratamento dos Estados Unidos frente aos países europeus endividados após a Primeira Guerra Mundial, *as condições e os termos do serviço da dívida foram determinados pela capacidade econômica de pagamento dos países em questão, o que não ocorreu na situação [da crise latino-americana dos anos 1980].*⁸¹ Porém, apesar de serem “circunstâncias análogas” do ponto de vista das relações financeiras (dificuldade no cumprimento do pagamento de dívidas) os países da América Latina acabaram tendo que aceitar condições de pagamento das parcelas da dívida externa que excediam sua capacidade de pagamento e, em consequência, acabavam comprometendo o cumprimento das “responsabilidades mais essenciais” dos Estados latino-americanos com sua própria população.⁸² Nesse quadro, Biggs conclui que *os custos econômicos, financeiros e sociais que a crise representou para a América Latina são uma eloqüente demonstração desta diferença fundamental* entre esta negociação e a negociação dos Estados Unidos com os países europeus na década de 1930.⁸³

Essa diferença de tratamento pode ser ilustrada, na maneira pela qual o informe da *Heritage Foundation* avalia a capacidade da população mexicana em suportar as restrições sociais e econômicas impostas pelos credores. Segundo Biggs *a capacidade de tolerância da população latino-americana, segundo analistas, não*

⁸⁰ Declaração da Comissão de Dívidas de Guerra, citada no artigo de Phelps Haviland Adams, “Strictly Business”, in *North American Review*, nº 232, pp. 196-209, setembro de 1931. Apud BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 52.

⁸¹ *Idem*: 53-54.

⁸² *Idem. Ibidem*.

⁸³ *Idem. Ibidem*.

teria chegado ainda a seu limite e poderia ainda 'sobreviver' a ajustamentos e sacrifícios adicionais.⁸⁴ Em junho de 1987, a *Heritage Foundation*, analisando o povo mexicano, constatou que:

O fato de o governo [do México] ter [1] eliminado os subsídios ao consumo, [2] aumentado drasticamente os impostos e [3] reduzido em cinquenta por cento os salários reais 'sem uma rebelião massiva' de sua população, indicaria que o governo ainda teria espaço para aprofundar esta política e realizar, também sem obstáculos, a reforma e a privatização completa do aparato econômico do Estado.⁸⁵

Tal parecer aponta para uma preocupação com cortes de gastos do governo mexicano de forma a permitir a continuidade do pagamento da dívida externa, e não com o bem estar da população ou com o progresso econômico do México. O caso da crise da dívida externa latino-americana nos anos 1980 tem suas causas fortemente relacionadas questões de cunho político e com o processo de "restauração de um poder de classe". Segundo Biggs:

A análise das causas externas demonstra que **o endividamento da América Latina foi provocado principalmente por decisões governamentais adotadas pelos países industrializados a partir de 1974**. Estas políticas tiveram como objetivo promover a reciclagem irrestrita dos excedentes de liquidez depositados nos bancos comerciais e sua absorção pelos países em desenvolvimento, principalmente da América Latina. Esta reciclagem trouxe benefícios diretos aos bancos comerciais e a seus governos e, em contrapartida, aumentou os custos do financiamento externo dos países latino-americanos. O endividamento excessivo resultante foi, além disso, provocado, entre outros fatores, pela falta de supervisão das operações dos bancos pelas autoridades reguladoras dos países credores.⁸⁶ (grifo meu)

Biggs acrescenta a sua análise, a decisão política dos EUA de aumentarem sua taxa de juros, multiplicando as dívidas externas latino-americanas.

Em 1987, o Brasil declarou a moratória da dívida externa, ou seja, a declaração unilateral de que não poderia pagar as dívidas nos prazos, ou os juros das dívidas e demais partes acertadas em acordos firmados. Tal medida isolou o

⁸⁴ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 28.

⁸⁵ Fonte: The Heritage Foundation, "Deja Vu on Policy Failure: the new \$14 billion Mexican debt bailout", *Backgrounder*, número 588, p.11, junho 25, 1987, Washington DC. *Apud Idem. Ibidem.*

⁸⁶ *Idem*: 40.

país do recebimento de novos empréstimos. A declaração da moratória brasileira foi feita um ano após a implementação do Plano Cruzado a partir de fevereiro de 1986.

Em março de 1989, foi anunciado o Plano Brady (proposto pelo secretário do Tesouro norte-americano Nicholas Brady) de renegociação da dívida externa latino-americana de 32 países *mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplava abatimento do encargo da dívida (seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga dos juros)*.⁸⁷ O Brasil iniciou sua negociação do Plano Brady em 1992 e a concluiu em 1994, quando o Plano Real já estava a caminho, como será analisado no *item* seguinte.

A conclusão das negociações do Plano Brady no Brasil e o Plano Real

O Brasil iniciou as negociações do Plano Brady em 1992 e as concluiu em 1994, ano de implementação do Plano Real. Segundo Lavinia Barros de Castro, a conclusão dessa negociação *foi fundamental para a consolidação da estabilização. Sem uma liquidez externa abundante, seria impossível promover a estabilização durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso*.⁸⁸

A conclusão dessa etapa das negociações da dívida externa pode estar relacionada ao atendimento de novos interesses da comunidade financeira internacional no país, obtidos com a adoção do Plano Real em curso no ano de 1994, relacionado a dois aspectos: (1) a política de **altas taxas de juros**, característica dos planos de estabilização adotados em diversos países; (2) e à **valorização das moedas dos países latino-americanos**, que estimulavam a importação. A título de conclusão do atual capítulo, serão explicados esses dois processos (aumento da taxa de juros e valorização da moeda nacional) e como eles estavam relacionados com interesses externos, que continuavam a influenciar as políticas nacionais.

⁸⁷ CASTRO, L. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994), 2005: 145.

⁸⁸ *Idem. Ibidem.*

O FMI não aprovou inicialmente o Plano Real, porém, o plano teve apoio internacional, visto que se inseria numa família de planos propostos a diversos países do mundo. O plano atendia aos quesitos de manutenção da vulnerabilidade externa do país e manutenção das margens de lucro, em especial, o lucro financeiro, devido ao já citado, componente de **manutenção de altas taxas de juros** com vistas a manter a estabilidade financeira. Segundo Stiglitz, enquanto tal política atende aos interesses dos financistas ela vai de encontro com os interesses dos trabalhadores assalariados em geral:

Os trabalhadores preocupam-se com empregos e salários; os financistas, com taxas de juros e com seus recebimentos. Uma taxa de juros alta é boa para um credor – contanto que ele seja pago. Mas os trabalhadores vêem taxas de juros altas como indução a uma retração econômica; para eles, isso significa desemprego. Assim, não é surpresa o fato de eles enxergarem perigo nas taxas de juros altas. Para o financista que emprestou seu dinheiro a longo prazo, o verdadeiro perigo é a inflação, que pode significar que os dólares que receberá de volta valerão menos que os dólares que ele emprestou.⁸⁹

Essas altas taxas de juros fizeram parte do Plano Real e também dos pacotes de medidas “austeras” propostos pelo FMI. Na perspectiva de Stiglitz acima, essa medida poderia ser caracterizada como parte dos mecanismos de ampliação-restauração de um poder de classe. As altas taxas de juros estiveram presentes nas duas fases do Plano Real: a fase da âncora cambial que vai de outubro de 1994 a março de 1999, e a fase do “tripé”, adotado a partir de julho de 1999, até os dias atuais –2007.⁹⁰

⁸⁹ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 266.

⁹⁰ Na fase da âncora cambial, a política de juros altos visa atrair investimentos em carteira (ações, títulos do governo, etc.) para melhorar a conta de capitais e compensar o déficit em transações correntes, que ocorre devido à valorização do Real no sistema da âncora cambial. A âncora cambial é um mecanismo no qual a valorização da moeda, juntamente com a abertura comercial, propicia a entrada de produtos estrangeiros mais baratos no mercado nacional, contendo assim o aumento dos preços dos produtos nacionais que concorrem com esses produtos importados (os produtos “comercializáveis” ou “tradeables”). Na segunda fase, do tripé, a taxa de juros alta é utilizada para controlar a inflação diretamente, visto que uma outra base do tripé é a taxa de câmbio flexível, que permite a desvalorização do Real e, portanto, facilita as exportações melhorando o balanço de pagamentos. Nesse caso, a entrada de importações mais baratas não seria o fator chave de controle da inflação, mas sim, a taxa de juros.

São mecanismos como este (de alta nos juros) que levam esses planos a trazerem o grande benefício da estabilização, porém, com um custo social e econômico (no que tange o crescimento, emprego, etc.) alto, conforme indica o comentário apresentado na revista *Carta Capital* de agosto de 1997:

O que se vê de forma mais aguda é a maneira pela qual essa forma de gestão da moeda induz a um ajustamento à globalização que só pode ser feito com alto custo social, baixo crescimento e diminuição da margem de manobra dos governos.⁹¹

O segundo aspecto importante a respeito do apoio ao Plano Real pela comunidade financeira internacional, diz respeito a **valorização da moeda brasileira**, o que, na primeira fase do plano (outubro de 1994 a março de 1999) estimulou as importações. Isso para os Estados Unidos era de fundamental importância, pois este país tinha grande interesse, nos anos 1990, na abertura comercial dos países da América Latina (algo que se iniciou no Brasil com Collor – 1990 a 1992– e se intensificou com Cardoso –a partir de 1995) visto que os Estados Unidos inverteu seu movimento importador, para, nesse período, adotar um movimento exportador, sendo a América Latina, dentro desse processo, de fundamental importância para absorver essas exportações norte-americanas. Segundo Wilson Cano:

A principal fonte dessa reversão latino-americana [realizada através dos planos de estabilização] origina-se no colossal aumento das exportações dos EUA para a América Latina, que passaram de US\$ 35 bilhões em 1987 para US\$ 107 bilhões em 1995.⁹²

Processo este que levou o continente a ter um déficit em transações correntes (que inclui a balança comercial) de US\$ 9 bilhões em 1989, para US\$ 47,7 bilhões em 1994.⁹³

⁹¹ Referindo-se aos planos de estabilização econômica. Artigo *A revolução silenciosa* Carta Capital, agosto 1997. *Apud* FIORI, J. A secessão, 2001: 13.

⁹² CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo, 1999: 306.

⁹³ *Idem*: 307. Para uma análise mais detalhada dos dados relativos ao balanço de pagamentos da América Latina nesse período ver a análise de Cano nesse mesmo artigo, páginas 306-318.

Essa necessidade de exportar dos Estados Unidos nos anos 1990 era expressa na sua política externa na proposta da “Iniciativa para as Américas”, feita em 1990, durante a gestão de George Bush. Tal iniciativa visava fazer frente ao processo de integração europeu (a União Européia estava para ser formalizada em 1992) e aos “milagres asiáticos”. Segundo Paulo Fagundes Vizentini, os EUA *precisavam articular um espaço econômico exclusivo e incrementar suas exportações, como um dos mecanismo necessários para reciclar sua base produtiva e tecnológica* visando tornar “menos custosa” a manutenção de sua posição hegemônica mundial.⁹⁴ É nesse quadro que surge a proposta da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – implantada em 1º de janeiro de 1994 entre Estados Unidos, Canadá e México. O movimento dos Estados Unidos em direção à América Latina se dava no sentido de que a potência hegemônica necessitava do continente latino-americano como ponto de apoio para recuperar a sua economia *no plano global, uma vez que a U.E. [era] bastante protecionista, a Ásia [era] mais competitiva e a África, o Oriente Médio e o antigo campo soviético [encontravam-se] fortemente debilitados economicamente.*⁹⁵

Nesse sentido, segundo Vizentini, a importância do Mercosul e do desenvolvimento econômico asiático *pode ser inferida do discurso do presidente Clinton ao Senado no início de 1997:*

Precisamos agir, expandir as exportações para a América Latina e Ásia, as duas regiões que crescem rapidamente, ou ficaremos para trás à medida que essas economias fortalecerem seus laços com outros países.⁹⁶

Baseado na frase de Clinton Vizentini conclui que *para os países latino-americanos, a integração com os EUA [através da ALCA] significa tornarem-se importadores de produtos norte-americanos.*⁹⁷ Idéia esta expressa na chamada

⁹⁴ VIZENTINI, P. *O descompasso entre as nações*, 2004: 99.

⁹⁵ *Idem. Ibidem.*

⁹⁶ *Idem*: 105.

⁹⁷ *Idem. Ibidem.*

política do “pé de cabra”, o “crowbar”, citada pelo economista Marcelo de Paiva Abreu:

O novo papel do regionalismo para os Estados Unidos [no início dos anos 1990] é uma manifestação da chamada política do ‘pé de cabra’, do ‘crowbar’. A expressão foi utilizada por Carla Hills (negociadora americana) neste sentido: ‘arrombar mercados onde eles estão fechados’.⁹⁸

Não é a toa que ocorreu no Brasil e na América Latina a implementação de planos de estabilização e de processos de abertura comercial juntamente com a valorização das moedas nacionais.

A conclusão da negociação da dívida externa, relativa ao Plano Brady, não rompeu com a influência da comunidade financeira internacional no país. Segundo Fiori, o Plano Real foi processo resultante de negociações acordadas lá fora. Ele fazia parte do chamado Consenso de Washington⁹⁹ que previa para os países periféricos um *programa de estabilização e reformas econômicas, um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado (...) pelo FMI e pelo BIRD em mais de sessenta países de todo mundo.*¹⁰⁰ Segundo Fiori, esse programa de estabilização seria implementado em três fases: (1) a primeira tinha foco na estabilização macroeconômica que tinha prioridade no ajuste fiscal que visava a

⁹⁸ VIZENTINI, P. *Relações internacionais do Brasil. De Vargas a Lula*, 2003: 100.

⁹⁹ Em abril de 1990, foi publicado o documento *Latin America Adjustment: how much has happened?* elaborado pelo economista John Williamson, que nomeou-o posteriormente como *Washington Consensus*. Este documento expressou as conclusões de uma reunião realizada em novembro de 1989, em Washington, onde estiveram presentes *funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados –o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (este último, especializado em assuntos latino-americanos;* e também economistas latino-americanos, com o objetivo de *relatar as experiências de seus países*. O encontro foi convocado pelo *Institute for International Economics*, com o tema “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, com o objetivo de *proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região*. BATISTA, P. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994: 99. Segundo Lavínia Barros de Castro, o economista John Williamson *listou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica para que entrassem em uma trajetória de crescimento auto-sustentado*. Em linhas gerais, as propostas do Consenso de Washington, organizadas por Williamson, visavam: (1) assegurar a disciplina fiscal (2) promover ampla liberalização comercial e financeira (3) e promover forte redução do papel do Estado na economia. CASTRO, L. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994), 2005: 145.

¹⁰⁰ FIORI, J. Os moedeiros falsos, 1997:12. Os casos de implementação de planos de estabilização na Bolívia em 1985 e na Polônia no final de 1988, são apresentados na obra de Paul Blustein. Esses planos apresentaram as mesmas características em termos de efeito na sociedade, na economia, e no emprego que o Plano Real no Brasil. Ver BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 161.

obtenção de superávit primário;¹⁰¹ (2) a segunda fase, denominada de “reformas estruturais”, era composta de liberalização financeira e comercial e desregulação dos mercados; (3) e a terceira fase incorporava as promessas de retomada dos investimentos e do crescimento econômico.¹⁰²

Esses planos de estabilização foram adotados em diversos países do mundo, não apresentando, portanto, uma receita de sucesso de combate à inflação que deva ser atribuída somente à equipe formuladora do Plano Real, ou mesmo a Fernando Henrique Cardoso. César Benjamin *et. al.* também apresentam essa idéia:

Apesar do governo [de Fernando Henrique Cardoso] tentar oferecer explicações estritamente locais para o controle da inflação nos últimos anos, o que tornou possível esse êxito – aqui como no resto da América Latina– foi uma mudança nas condições do sistema financeiro internacional, que ingressou em uma nova fase de liquidez abundante e de busca de oportunidades em mercados não saturados. (...) O Real pertence a uma ‘família’ de planos preparada em novas condições e aplicada sucessivamente em muitos países, com patrocínio explícito de instituições internacionais. Nela, o controle da inflação é norma, não exceção.¹⁰³

O êxito do sucesso dos planos de estabilização foram devido à “engenhosidade dos estrategistas financeiros internacionais” que: (1) montaram as operações de renegociação das ‘dívidas velhas’, tornando possíveis novos empréstimos aos [países da América Latina]; (2) forçaram a desregulamentação dos mercados locais, eliminando as barreiras à entrada e saída dos investidores; (3) intermediaram o deslocamento de imensos fluxos de capitais de curto prazo - ora sobrantes no sistema internacional– na direção desses países, independentemente da capacidade de absorção dos recursos pela base produtiva local. A adoção desse receituário, portanto, iria fazer com que a América Latina

¹⁰¹ Diferença entre as receitas do governo e a suas despesas – sem incluir os gastos com juros.

¹⁰² FIORI, J. *Os moedeiros falsos*, 1997:12.

¹⁰³ BENJAMIN, C. *A opção brasileira*, 1998: 38.

ingressasse de vez na globalização, logrando, como prêmio, obter uma estabilização rápida de suas moedas.¹⁰⁴

¹⁰⁴ BENJAMIN, C. *A opção brasileira*, 1998: 39.

Antecedentes da crise asiática nos anos 1990

O atual capítulo está dividido em cinco *itens*. Os *itens* um e dois analisam alguns antecedentes históricos relativos à relação dos Estados Unidos com alguns países da Ásia – Japão, Taiwan e Coréia do Sul. O *item* um referente ao período de cooperação dos EUA, e o *item* dois descreve aspectos da ruptura dessa cooperação a partir de 1985. O *item* quatro foca nas principais correntes de pensamento que procuraram diagnosticar tanto as causas dos chamados “milagres asiáticos”, como, a partir de 1997-1998, diagnosticar as causas das crises. Os *itens* cinco e seis dizem respeito às duas primeiras etapas da crise asiática que também foram encontradas na análise da crise da dívida externa latino-americana. Assim como no caso da América Latina, na primeira etapa da crise asiática é analisada a fase em que aumenta a entrada de capital nos países da região aumentando ainda mais o endividamento. Nessa etapa é estudado como decisões políticas e movimentações de atores do sistema financeiro internacional procuraram intensificar a entrada de capital especulativo nos países emergentes desde o início dos anos 1990, intensificando a criação de “bolhas especulativas”. A segunda fase diz respeito a aspectos relacionados ao eclodir da crise, que, no caso asiático, estão relacionados com: a valorização do dólar e a adoção de medidas de desregulação e liberalização nos países da região. A terceira fase será analisada no capítulo seis e é referente à crise em andamento, ou seja, o processo em que o FMI entra em ação socorrendo os países que estão sofrendo ataques especulativos.

Os “milagres asiáticos” e os “desenvolvimentos a convite” a partir do pós-Segunda Guerra Mundial

A dinâmica das crises financeiras e dos pacotes de socorro aos países do Sudeste asiático, pode ser entendida tanto do ponto de vista da dinâmica dos mercados

financeiros (a perspectiva econômica) quanto do ponto de vista das decisões políticas tomadas pelos EUA e pelo FMI em momentos-chaves da negociação e quais os interesses estavam em jogo (a perspectiva política e econômica). Análise a seguir irá abordar temas relativos a aspectos políticos, econômicos e também relativos à política externa norte-americana do ponto de vista de possíveis ações na linha do “impulso desestabilizador”, da “política de contenção” e da “restauração de um poder de classe”. Nesse sentido segundo Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori:

A dinâmica capitalista fica completamente incompreensível se não levarmos em conta o movimento simultâneo de suas determinações econômicas e políticas. Ainda mais quando o objeto da análise são suas transformações em plano mundial envolvendo, desde suas origens, uma ‘memorável aliança’ e uma relação complicada, mas indissociável entre ‘os estados em ascensão e as forças capitalistas’ na célebre formulação de Max Weber.¹

Portanto, a análise a seguir ajuda na compreensão de determinados aspectos que podem ter influenciado inúmeras decisões do governo norte-americano no processo de socorro aos países do sudeste asiático.

O milagre asiático, segundo Fiori, teve suas origens no pós-Segunda Guerra Mundial, logo no início dos anos 1950, momento em que os Estados Unidos, dentro do contexto da Guerra Fria, escolheram a região da Indochina como um *espaço de condensação de forças* com vistas a conter o avanço comunista. Com base nessa estratégia, os EUA passaram a *financiar a guerra francesa do Vietnã transformando automaticamente o Japão, Taiwan e Coreia do Sul em protetorados militares e territórios de competição/demonstração econômica comandada pela lógica do containment*.² Nesse quadro, estavam plantadas então, *as primeiras sementes do ‘milagre econômico’ asiático*.³ Segundo Carlos Aguiar de Medeiros e Franklin Serrano, dentro dessa linha política, os Estados Unidos passaram a realizar muitos

¹ TAVARES, M. e FIORI, J. *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*, 1997:8-9.

² FIORI, J. *Globalização, hegemonia e império*, 1998: 106.

³ *Idem. Ibidem.*

investimentos na Europa e na Ásia, com destaque para a ajuda econômica dada à Alemanha, Japão, Coréia do Sul e Formosa (Taiwan), durante os anos 1950 e 1960.⁴

Medeiros e Serrano citam diversas “circunstâncias especiais” e medidas de política externa norte-americana, que permitiram o desenvolvimento econômico tanto de países da Europa, como da Ásia. Algumas delas foram: (1) abertura unilateral do mercado norte-americano às exportações dos países europeus aliados e do Japão;⁵ (2) a “manutenção de taxas de câmbio desvalorizadas” –em relação ao dólar– dos países aliados que auxiliavam na competitividade dentro do sistema de Bretton Woods e no esforço exportador que era central para os países europeus, com destaque para a Alemanha e o Japão;⁶ (3) tolerância com políticas de proteção tarifária e não-tarifária; (4) o envio de missões de ajuda técnica e *forte estímulo à expansão das multinacionais americanas* nesses países.⁷

É nesse processo de integração econômica entre Estados Unidos, Europa aliada e Ásia, que *o keynesianismo expansivo, voltado à obtenção do pleno emprego na economia americana, pôde se generalizar aos demais países capitalistas mais desenvolvidos.*⁸

Esse processo, de ajuda norte-americana aos países aliados europeus e asiáticos, foi denominado por Medeiros e Serrano de “**desenvolvimento a convite**”,⁹ no qual os Estados Unidos permitiam e, em vários casos promoviam

⁴ MEDEIROS, C. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento, 1999: 132-133.

⁵ Para uma explicação da importância da abertura do mercado norte-americano para as exportações dos países aliados europeus e Japão, ver: *Idem*: 133-134.

⁶ Visto que, esse grande volume de exportações permitia que esse países suprissem suas necessidades elevadas de importações (matéria prima e bens de capital).

⁷ *Idem*: 133.

⁸ *Idem. Ibidem.*

⁹ É importante citar uma nota de Medeiros e Serrano colocada no artigo, a respeito da utilização do termo “desenvolvimento à convite”. Segundo os autores: “A expressão ‘desenvolvimento à convite’ é de Wallerstein (ver Arrighi, 1994) e, para este autor, diz respeito ao convite ao desenvolvimento feito por grandes empresas a pequenos países. No presente trabalho estamos usando a mesma expressão com um sentido totalmente diverso.” *Idem. Ibidem.* E, é importante acrescentar que na atual dissertação, o termo

*deliberadamente o desenvolvimento econômico dos países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS.*¹⁰

Segundo Medeiros e Serrano, esse apoio dos Estados Unidos aos países europeus aliados e ao Japão tinha um objetivo bem definido, visto que a reconstrução da economia regional e a posterior expansão das exportações da Europa Ocidental e do sudeste Asiático *era percebida como essencial para o crescimento da economia mundial e para a construção de uma ordem econômica internacional que pudesse isolar o bloco soviético.*¹¹ Medeiros e Serrano completam sua análise dizendo que *estava claro que esta ordem deveria ser montada a partir da afirmação do dólar como a moeda internacional.*¹²

Toda essa análise é de fundamental importância para o entendimento da estrutura econômica e política mundial que serviu de base para os fatos que viriam a acontecer nas décadas de 1980 e 1990. Essa descrição também auxilia no entendimento das conexões econômicas entre os Estados Unidos e os principais países, do ponto de vista econômico, do Leste Asiático: o Japão, que atuou como uma espécie de potência regional durante as décadas de 1960 a 1990; a Coreia do Sul, Taiwan e, mais tarde, nos anos 1970, a China que obteve *o apoio americano para o seu projeto de modernização e industrialização.*¹³ Segundo os autores, a China teria sido *o último dos convidados.*¹⁴ Todos esses países receberam apoio dos Estados Unidos com a abertura comercial às suas exportações.

Nesse processo, o papel do Japão como “potência regional”, patrocinada pelos Estados Unidos, viria a ter implicações nos acontecimentos da crise asiática a partir de 1997. Segundo Fiori, a estratégia nacional de desenvolvimento

“desenvolvimento à convite” será utilizado de acordo com o sentido dado à essa expressão por Medeiros e Serrano.

¹⁰ MEDEIROS, C. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento, 1999: 133.

¹¹ *Idem*: 134.

¹² *Idem. Ibidem.*

¹³ *Idem*: 135.

¹⁴ *Idem. Ibidem.*

neomercantilista¹⁵ do Japão foi sendo reproduzida *de uma forma ou outra, e com igual sucesso, nos anos 1960/70, pelos quatro tigres [asiáticos], especialmente pela Coréia e por Taiwan e, em escala menor, também por Cingapura.*¹⁶

O fim da cooperação dos Estados Unidos com o “bloco asiático” a partir de 1985

Esse quadro de cooperação dos Estados Unidos com o Japão, Coréia do Sul e Taiwan, começou a mudar a partir de setembro de 1985, após o Acordo do Plaza, onde os países do G-7 se encontraram para decidir questões relativas à estabilização das taxas de câmbio e para evitar a valorização ainda maior do dólar.¹⁷ Desde setembro 1979, quando o presidente do *Fed* decidiu aumentar a taxa de juros dos Estados Unidos, o dólar se valorizou muito, em parte, pelo fato dos investidores do mundo todo terem aumentado sua busca pelos títulos do Tesouro norte-americano que, além de terem o atributo da segurança, agregavam o atributo da rentabilidade.

Porém, o dólar valorizado acabava por tornar as exportações norte-americanas mais caras levando o país a apresentar déficits comerciais.¹⁸ Esse quadro gerou uma tensão na economia norte-americana e, em especial, entre os Estados Unidos e o Japão pois, *entre 1982 e 1986, o desequilíbrio comercial norte-americano com o Japão passou de 18,1 milhões para a casa dos 51,4 bilhões de dólares.*¹⁹ Esse período foi o momento da política norte-americana do dólar forte, isto é, do dólar como uma moeda *que apresenta facilidade de circulação e conversibilidade nas transações internacionais, por oferecer ampla garantia como*

¹⁵ Isto é, com forte presença do Estado e uma postura protecionista em relação à inserção internacional de sua economia.

¹⁶ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 93-94. O quarto tigre asiático era Hong Kong. que deixou de pertencer ao Reino Unido em 1997, passando novamente ao controle da China.

¹⁷ SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*, 2006: 18.

¹⁸ Visto que as exportações norte-americanas se tornavam menos competitivas em relação às exportações dos demais países.

¹⁹ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 91-92.

*meio de pagamento ou reserva de valor.*²⁰ Nesse período entre 1979 a 1985, enquanto os Estados Unidos praticavam a política do “dólar forte”, os EUA vêem simultaneamente *o Japão transformar-se no maior credor líquido da economia mundial, ao mesmo tempo em que seus bancos deslocavam os europeus e norte-americanos no ranking das finanças globais.*²¹

Porém, em 1985, a partir do Acordo do Plaza, o dólar começou a se desvalorizar rapidamente em relação ao marco e ao iene e isso repercutiu *pesadamente na economia japonesa, que comanda, a partir daí, um movimento ‘pelo mercado’ de interconexão da economia regional.*²² O Japão reagiu à *ofensiva comercial e financeira* norte-americana²³ iniciada após o Acordo do Plaza, e foi seguido pelos quatro “Tigres Asiáticos” –Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura. O Japão também aumentou intensamente os investimentos e os fluxos comerciais *para dentro da própria região asiática, incorporando muito rapidamente as economias da Malásia, da Tailândia, das Filipinas e da Indonésia*, conhecidos como os “Gansos Voadores”.²⁴

Foi a partir daí, segundo Fiori, que foi formado o chamado “bloco asiático”, que, devido à importância da economia japonesa na região, foi também chamado, pela revista *The Economist*, de “Japan-led-economic bloc”.²⁵ Então, o bloco asiático formado seria composto do Japão, dos quatro “Tigres Asiáticos” e dos quatro “Gansos Voadores”.

Nesse quadro de tensão entre o Japão e os Estados Unidos, o Acordo do Plaza em 1985 e a conseqüente desvalorização do dólar em relação ao marco alemão e ao iene, *atingiram violentamente a estabilidade e o funcionamento do modelo regional* asiático e, junta-se a isso, os Estados Unidos começaram um

²⁰ SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*, 2006: 569.

²¹ FIORI, J. *Lições que vêm da Ásia*, 1998: 91-92.

²² *Idem*: 93-94.

²³ Com o dólar mais barato, as exportações norte-americanas se tornavam mais baratas e competitivas dentro do mercado asiático.

²⁴ *Idem. Ibidem*.

²⁵ Bloco econômico liderado ou conduzido pelo Japão. *Idem. Ibidem*.

processo de pressão política *em favor da abertura dos mercados financeiros e comerciais da região*.²⁶ Outro processo de grande importância citado por Fiori, foi o anúncio, em 1989, da suspensão unilateral do sistema de preferência comerciais oferecidas pelos Estados Unidos aos asiáticos durante a Guerra Fria.²⁷

As causas dos “milagres asiáticos” e da origem da crise asiática: as principais correntes

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett citam as duas correntes principais a respeito das causas dos sucessos asiáticos -ou “milagres asiáticos”- ou seja, do bom desempenho das economias da região até 1997. Enquanto que André Moreira Cunha cita duas linhas principais de diagnóstico a respeito das causas da crise asiática. O interessante é observar que, tanto no diagnóstico do sucesso como no diagnóstico do fracasso, os dois textos referem-se aos diagnósticos de corte neoliberal como tendo sido predominantes.²⁸

Um dos diagnósticos, citados por Hart-Landsberg e Burkett, era o “neoliberal”, que era defendido pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo governo norte-americano. Este era o diagnóstico mais prevalecente. Essa visão apontava o sucesso da economia dos países do bloco asiático como causa de três características: (1) disciplina fiscal e monetária; (2) tendência da economia asiática em deixar os recursos domésticos serem alocados de acordo com as linhas das

²⁶ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 95. Fato este que será de fundamental importância para o entendimento de como os “mercados” e as organizações internacionais - como a Organização Mundial do Comércio, a OCDE e o FMI- atuaram com forte ressonância aos interesses norte-americanos na região. A crise asiática a partir de 1997, como será estudada, foi um dos fatos inseridos numa sequência de eventos que possibilitou aos Estados Unidos -com a intermediação do FMI- a atingir esse propósito.

²⁷ *Idem. Ibidem.*

²⁸ Não constam, nos artigos de Hart-Landsberg & Burkett e de André Moreira Cunha, as datas de publicação, visto que foram obtidos via Internet. Entretanto, pesquisando as datas de publicação das fontes bibliográficas, é possível situar o texto de Hart-Landsberg e Burkett como escrito após março de 1998 (data da fonte bibliográfica mais recente), enquanto que o texto de André Moreira Cunha foi escrito após janeiro de 2003 (*idem*).

“vantagens comparativas” no comércio;²⁹ (3) abertura ao “investimento externo direto” por parte da Tailândia, Malásia e Indonésia, o SEA 3 –South East Asian.

A outra corrente, que era a visão minoritária e oposta a visão neoliberal, era propagada por economistas “institucionalistas-estruturalistas”, entre os quais se encontravam oficiais do governo japonês e de outros países. Essa segunda corrente, enfatizava *o papel positivo desempenhado [pelas] políticas estatais ativas que promoviam as vantagens competitivas que os neoliberais tendiam a ver como dadas.*³⁰

No que diz respeito às principais correntes relativas às causas da crise financeira na Ásia, André Moreira Cunha refere-se a uma “sabedoria convencional” da visão neoliberal que seria a corrente predominante que aponta a causa da crise como tendo sido fruto de *intervenções políticas nas forças de mercado, onde o Estado provia garantias implícitas ao setor privado, induzindo um comportamento descuidado na alocação de recursos;* e a visão opositora, defendida por Cunha, diagnostica que *as explicações da crise têm de ser encontradas na quebra da coordenação estatal desenvolvimentista, especialmente depois do aprofundamento da liberalização financeira dos anos 1990.*³¹

No primeiro grupo, se encontrava, entre diversos outros autores, os diversos relatórios FMI. O diagnóstico apontava, como solução da crise, para a ampliação da entrada de capitais em sistemas financeiros frágeis. Fora isso, uma das causas da crise, estaria nas políticas protecionistas do governo que concediam empréstimos em “projetos de retorno duvidoso”. Esses empréstimos do governo estimulariam o

²⁹ Isto é, cada país vai produzir aquilo que é mais barato e mais fácil de ser produzido, independente se esse produto é uma matéria prima ou um produto industrializado com maior valor agregado.

³⁰ Tradução minha: “the positive role played by activist state policies in promoting the competitive advantages which neoliberals tended to take as given.” HART-LANDSBERG, M. e BURKETT, P. Mainstream responses to the East Asian Crisis: a radical interpretation, s/d.

³¹ CUNHA, A. Liberalização econômica, crise financeira e reformas estruturais: a experiência asiática sob a perspectiva latino-americana, s/d.

“risco moral”.³² No segundo grupo, era reconhecida a *existência de problemas estruturais e macroeconômicos*, porém, dava ênfase na *dimensão de pânico financeiro que teria detonado uma típica ‘corrida bancária’* como causa da crise. Nesse grupo encontravam-se, entre outros autores, Stiglitz e Sachs.³³

Enquanto que o diagnóstico do primeiro grupo induzia, como solução, a adoção de *políticas contracionistas com ajustes estruturais*, o diagnóstico do segundo grupo induzia ao reescalonamento negociado das dívidas –especialmente as de curto prazo (para estancar a saída de capital dos países)-³⁴ como sendo a *política mais correta*.³⁵

Fiori destaca que entre as diversas linhas de interpretação dos analistas macroeconômicos a respeito das crises asiáticas a partir de 1997, todos reconhecem a importância decisiva da prolongada estagnação da economia japonesa, que liderava o desenvolvimento regional e que levou: (1) a uma *queda brutal das exportações regionais (...) provocada pelas imensas flutuações entre o dólar e o iene ocorridas entre 1995 e 1997*; (2) e a uma *compressão do espaço de crescimento equilibrado da região devido à gigantesca entrada chinesa na competição regional pelos capitais de investimento e pelos mercados mundiais* e que, após a desvalorização do yuan em 1994 (que tornou as exportações chinesas mais baratas em relação às exportações dos demais países) foi intensificada.³⁶

Além da estagnação da economia japonesa a partir da crise financeira de 1990-1991 e da questão cambial, outro fator, já citado por Fiori, veio afetar a economia da região: a desregulação das finanças e dos mercados da Ásia, que tiveram forte suporte do FMI. Segundo Fiori, a crise asiática seria mais uma

³² Isto é, a tendência do tomador de empréstimo em não ser cauteloso com a utilização dos recursos por saber que o governo (ou qualquer outro financiador) irá continuar lhe ajudando, devido a sua posição de relevância na economia nacional (ou, no caso de países, na economia mundial).

³³ CUNHA, A. Liberalização econômica, crise financeira e reformas estruturais: a experiência asiática sob a perspectiva latino-americana, s/d.

³⁴ *Idem. Ibidem.*

³⁵ *Idem. Ibidem.*

³⁶ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 90.

manifestação do sistema mundial de finanças desreguladas, que teve início com o rompimento dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods em 1971:

A crise asiática pode ser considerada mais uma manifestação crítica da mesma realidade: as novas finanças de mercado desreguladas e globais que se constituíram a partir do fim do padrão-dólar, alcançando sua plena maturidade com a desregulação e globalização dos mercados de capitais, no final dos anos oitenta, depois do big-bang da desregulação inglesa das bolsas de valores, de 1987.³⁷

Após essa análise da relação do Japão com os Estados Unidos e das implicações desse processo na economia regional da Ásia, conclui Fiori: *parece cada vez mais óbvio que se a (...) [crise de outubro de 1997] teve epicentro na Ásia, suas causas estão longe de ser exclusivamente asiáticas.*³⁸ Já François Chesnais, como será visto adiante, diagnosticava a crise asiática como fruto, em parte, do processo de "ancoragem ao dólar", das economias asiáticas.

A primeira fase da crise asiática: o aumento da liquidez internacional

É possível identificar algumas fases similares nos casos da crise da dívida externa latino-americana e das crises asiáticas. Em linhas gerais, **a primeira fase** seria representada pela aumento da entrada de recursos na região onde a crise veio a ocorrer (em outras palavras, a ocorrência de um aumento da liquidez internacional); **a segunda fase** ocorreria quando alguma vulnerabilidade externa relacionada a essa entrada de capital é acionada (como a elevação da taxa de juros dos EUA de 1979 a 1982, no caso da crise da dívida externa latino-americana; ou a valorização do dólar de 1995 a 1997, no caso da crise asiática) ; **na terceira fase** a crise está em andamento e, quando ela alcança um nível insustentável,³⁹ os países acabam tendo que recorrer a ajuda externa. Nesse momento, entra em ação o FMI negociando pacotes de socorro em troca de reformas estruturais e adoção de políticas econômicas, geralmente de natureza recessiva.

³⁷ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 93.

³⁸ *Idem*: 92.

³⁹ No caso da crise da dívida externa latino-americana o marco foi a declaração da moratória mexicana em agosto de 1982.

Com base nessas três fases, o atual *item* irá descrever a fase um da crise asiática; o *item 6* irá focar na fase dois, ou seja, nas mudanças ocorridas que permitiram que a crise ocorresse; e, no capítulo 6 será descrita a terceira fase, caracterizada pela crise em andamento (com o estudo dos casos da Tailândia e da Coreia do Sul) e a entrada em cena do FMI.

Na fase um, do aumento da entrada de capital externo nos países envolvidos na crise asiática, temos dois processos ocorrendo antes do despontar da crise em julho de 1997: um relativo a políticas econômicas internas aos países da região, e outro de natureza externa. O primeiro diz respeito a um aumento da tomada de empréstimos no exterior devido à alta das taxas de juros nacionais, levando a um aumento das dívidas externa locais, em sua maior parte do setor privado e de curto prazo (ou seja, com prazo de maturação inferior a um ano).⁴⁰ Já o segundo processo, dizia respeito ao aumento do investimento nos países asiáticos no final de 1995 (aproximadamente um ano e meio antes do despontar da crise), visto que, naquela época, *a principal atração era a Ásia, onde os grandes fornecedores de capital estrangeiro (...) eram os bancos, que emprestavam sobretudo ao [setor privado]*.⁴¹ Entre os bancos estrangeiros, os bancos japoneses eram os dominantes, com destaque para o bancos Sumitomo, Sakura, Mitsubishi, Fuji e o Banco de Tóquio.⁴²

Em seguida, Blustein cita o depoimento de Carmen Reinhardt, economista que trabalhou na Divisão de Mercados de Capitais do FMI e, durante sua viagem à Tóquio em 1995, comentou que a busca dos bancos japoneses para investimento em outros países da Ásia, foi devida, em parte, à estagnação (já citada

⁴⁰ WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 10.

⁴¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 55.

⁴² *Idem. Ibidem.* Blustein cita que as atividades dos bancos europeus na região vinham em segundo lugar enquanto que, no que tange os bancos norte-americanos, a presença deles não era tão expressiva, mas, ao mesmo tempo, não era negligenciável. *Idem*: 56.

anteriormente) em que se encontrava a economia japonesa. Segundo Carmen Reinhardt:

Visitei uma porção de bancos japoneses. A economia tinha entrado em uma fase de estagnação e a demanda doméstica de empréstimos era inexistente. Os bancos, portanto, estavam se voltando para o exterior, onde havia tantos mercados vibrantes. Entre 1995 e 1997, os empréstimos feitos [pelos bancos japoneses para a região do Leste Asiático] aumentaram vertiginosamente. Isso era fácil de compreender. Afinal, as economias daquela área constituíam verdadeiros milagres. Estamos falando da época que se seguiu à crise do México e naturalmente a crise no México era vista como algo que podia acontecer na América Latina, mas nunca ali na Ásia.⁴³

Em 1990, os mercados emergentes receberam um *influxo de capital privado* que totalizara apenas 42 bilhões de dólares, e, em 1996, esse influxo de capital atingiu 390 bilhões em 1996,⁴⁴ um ano antes do despontar da crise asiática, a partir de julho de 1997. Outro fator, ainda do ponto de vista externo às economias dos “mercados emergentes”, foi a “caça ao bom rendimento” no exterior ocorrida no início dos anos 1990, devido às baixas taxas de juros presentes em países como os Estados Unidos e o Japão. Nesse processo, segundo Blustein, quando *os títulos do Tesouro americano chegavam a render menos de 6 por cento, tornava-se tentador buscar rendimentos de dois dígitos em lugares como Malásia, Brasil ou Turquia.*⁴⁵

Assim como no caso da América Latina -no período em que os capitais estavam entrando no país (ou seja, de 1974 a 1982)– na Ásia, os bancos também criaram diversos mecanismos para incentivar a realização de empréstimos para esse continente, no início da década de 1990, através da prática de operações que envolviam investimentos de curto prazo nos mercados emergentes. Segundo Blustein:

Por volta de 1992, muitos bancos comerciais e de investimentos começaram a adotar uma técnica

⁴³ Apud BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 55.

⁴⁴ *Idem*: 56.

⁴⁵ *Idem. Ibidem.*

especializada que consistia em tomar emprestado dinheiro de baixo custo nos mercados nacionais com a finalidade específica de investi-lo a curto prazo em papéis dos mercados emergentes com melhores rendimentos.⁴⁶

Porém, no início dos anos 1990, além do aumento da liquidez internacional via empréstimos dos bancos aos países emergentes, ocorreu também um aumento do investimento dos financistas. Já em 1981, Antoine Van Agtmael, um ex-funcionário do Banco Mundial, criou o termo “mercados emergentes”, no intuito de criar uma “denominação mais chamativa” para que aumentassem os investimentos nos países em desenvolvimento. Expressão esta que foi popularizada no início dos anos 1990. Os países se transformaram em “mercados”, tendo reconquistado novamente o “status” de “países” na virada do ano 2000, quando voltaram a serem denominados, “países emergentes” ou “países em desenvolvimento”.

É possível destacar um evento onde o “Rebanho Eletrônico” foi conduzido a investir nos “mercados emergentes”. A idéia de “Rebanho Eletrônico” -já discutida no capítulo 2- aparece aqui como sensata, no sentido de que um rebanho pode ter um caráter de descontrole caso não tenha um “pastor”, idéia esta que o jornalista Thomas Friedman não somou à sua expressão. Como já analisado no capítulo 2, os mercados não são tão anárquicos assim, e possuem uma certa hierarquia e um certo grau de organização (pelo menos em determinados momentos). Tal organização pode ser observada na realização de uma das maiores assembleias de acionistas no mundo, organizada em 18 de julho de 1996, no Canadá, onde oito mil proprietários dos fundos mútuos Templeton foram incentivados a investir nos mercados emergentes⁴⁷ um ano antes da eclosão da crise asiática que viria a se manifestar a partir de julho de 1997. Esse processo, entretanto, foi realizado sob a orientação de alguns “pastores”, os 32 analistas presentes na conferência, entre os quais, Mark Mobius, destacado na análise de Paul Blustein.

⁴⁶ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 56-57.

⁴⁷ *Idem*: 54.

Nesse quadro, dois pontos se destacam: o primeiro é que “a principal atração” de investimentos dentro dos “mercados emergentes” era a Ásia, porém, *os grandes fornecedores de capital estrangeiro não eram os gerentes de carteiras de títulos como, por exemplo, Mobius, mas os bancos, que emprestavam sobretudo a particulares*⁴⁸. Entretanto, a ação dos Fundos *Hedge*, segundo a análise de Blustein, desempenhou um papel de destaque, influenciando os demais investidores a se retirarem da Tailândia e da Coréia do Sul –processo este que será mais bem explicado adiante. Entretanto, toda essa campanha pró-investimento nos mercados emergentes (que por sua vez levam à criação de “bolhas especulativas”) se deu nos três anos anteriores às crises asiáticas. Sendo, portanto, um dos fatores de agravamento da crise. O segundo ponto se deu pelo fato de que os países asiáticos adotaram medidas de liberalização e desregulação, aumentando sua vulnerabilidade externa frente ao comportamento dos mercados financeiros.

A segunda fase da crise asiática: a valorização do dólar a partir de 1995 e o processo de desregulação e liberalização financeira dos países do “bloco asiático”

Segundo François Chesnais, o “calcanhar de Aquiles” dos países asiáticos era a sua “ancoragem ao dólar”, onde as moedas dos países asiáticos funcionavam dentro de um sistema de taxas de câmbio fixa, com seus valores atrelados ao dólar, e tinham grande parte de suas dívidas externas nessa moeda. Essa ancoragem era uma *condição complementar à liberalização financeira* desses países, de forma que estes viessem a oferecer *todas as garantias necessárias aos investidores financeiros (os grandes fundos de aplicação anglo-saxônicos)* e viessem a serem admitidos na mundialização à maneira neoliberal.⁴⁹

⁴⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 55.

⁴⁹ CHESNAIS, F. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*, 1998: 9.

A economia dos países do bloco asiático se encontrava em excelente situação em 1995, em parte, segundo Chesnais, devido ao valor do dólar no momento. Porém, a partir de 1995, o dólar começou a se valorizar e a situação dessas economias começou a se deteriorar chegando a uma situação insuportável, em razão do nível atingido pela moeda norte-americana em 1997.⁵⁰ Com a elevação do dólar, as dívidas dos países asiáticos se multiplicaram e os países se viram forçados a quebrar a paridade da moeda nacional com o dólar, ou seja, se “desligaram da ancoragem ao dólar”. Segundo Chesnais, esse desligamento foi o “ponto de partida” da crise asiática.

Além disso, o fim da paridade das moedas locais com o dólar gerou nos investidores do mercado financeiro um medo de que as moedas fossem se desvalorizar, levando-os a se desfazerem da moeda local e dos títulos respectivos às economias daqueles países, ou seja, levando a uma fuga de capitais.⁵¹

A entrada de capital nos países emergentes foi muito defendida pelo governo norte-americano e pelas instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE etc. Segundo eles, a entrada de capital seria benéfica para os países emergentes. Entretanto, o que não era chamado a atenção, era que essa entrada de capital, caso não existisse um mecanismo de controle de sua saída, poderia vir a se transformar numa fonte de crise e de vulnerabilidade externa dos países.

Nesse sentido, num sistema econômico liberalizado, a injeção de capital num país pode representar, num primeiro momento, um crescimento por parte dos países recebedores de tal capital, porém, num segundo momento, os detentores do capital passam a ter grande poder sobre os países endividados, visto que, dentro de um sistema de mercados liberalizados, podem retirar seus investimentos do país quando acharem oportuno.

⁵⁰ CHESNAIS, F. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos, 1998: 9.

⁵¹ *Idem. Ibidem.*

É nessa lógica que a defesa intransigente do FMI na defesa da liberalização dos mercados (retirada dos mecanismos de controle da entrada e saída de capitais de um país) pode ser interpretada, dentro da linha da restauração-aumento de um poder de classe, no caso, a classe detentora do poder financeiro mundial.

Portanto, se por um lado, a injeção de capital pode ser vista na sua faceta benéfica para “ajudar” os países “emergentes”, por outro, ela pode, dentro de sistema liberalizado, ser vista como fonte de instabilidade e instrumento de controle político dos detentores do poder financeiro internacional e dos Estados Unidos (via FMI e demais instituições internacionais) sobre esses países.

Essa face benéfica da injeção de capital nos países economicamente inferiores é utilizada como um argumento em defesa dos mecanismos pró-livre movimentação de capitais (ou, pró-liberalização). Nessa linha, diz Blustein:

A idéia da livre movimentação de capital tem lógica. Os países pobres precisam de recursos para se desenvolverem, e os países ricos tendem a ter um excesso de poupança, portanto, por que privar os menos privilegiados dos meios financeiros de que necessitam? Além do mais, quando os investidores se vêem impedidos de aplicar seus capitais no exterior, onde podem obter maior rendimento do que no próprio país, conclui-se que recursos mundiais estão sendo utilizados de maneira pouco eficiente.⁵²

Porém, nem todos analisam a injeção de capitais nos países emergentes, dentro de um sistema de “livre movimentação de capitais”, dessa forma tal idéia estava sendo questionada, no início dos anos 1990, por Joseph Stiglitz e Alan Blinder, ex-membros do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca (CEA). Segundo Blustein as forças predominantes em Washington apoiavam *entusiasticamente a liberalização das regras referentes à movimentação de capitais e [encorajava] o FMI a adotar uma atitude idêntica.*⁵³ Porém, começava a se

⁵² BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 58.

⁵³ *Idem*: 58-59.

acelerar, no início dos anos 1990, um movimento em defesa do controle da movimentação de capital.⁵⁴

Surge então uma polaridade dentro do governo norte-americano: de um lado, o Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca (do qual faziam parte Alan Blinder e Joseph Stiglitz), e de outro, os integrantes do Departamento do Tesouro Norte-americano (do qual fazia parte Larry Summers), onde ocorre um combate que não era, segundo Alan Blinder, “equilibrado”.⁵⁵

Blinder e Stiglitz viam a posição pró-liberalização do Tesouro dos EUA, como voltada para atender aos interesses de Wall Street, com o FMI traduzindo simplesmente a posição norte-americana. Ponto de vista esse ressonante com a idéia do “complexo Wall Street-FMI-Tesouro dos EUA”, segundo Robert Wade e Frank Veneroso. A respeito da visão de Blinder e Stiglitz, diz Blustein:

Para Blinder e seu colega Joseph Stiglitz, o Tesouro estava agindo de maneira servil frente a Wall Street, e não levava suficientemente em conta os riscos envolvidos em expor os países em desenvolvimento às oscilações dos mercados financeiros mundiais. Blinder e Stiglitz não se opunham ao investimento direto de multinacionais no exterior. A exemplo da maioria dos economistas, independentemente de preferências políticas, eles acreditavam que a construção de fábricas e o financiamento de outras operações industriais e comerciais em países com regime de baixo nível salarial contribuíam, de modo geral, para melhorar o padrão de vida das populações desses países em desenvolvimento. O que eles condenavam era o fluxo financeiro, sobretudo a curto prazo, que era suscetível de inesperadas reviravoltas.⁵⁶

Por trás do discurso pró-liberalização, adotado pelos Estados Unidos e repetido pelo FMI, pode se notar a presença de interesses norte-americanos. Segundo Blinder, no início dos anos 1990: *só se falava no governo [norte-americano] em geração de empregos [no país] e, por conseguinte, o Tesouro [dos EUA] se preocupava em evitar que países erguessem barreiras à expansão de um*

⁵⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 58-9.

⁵⁵ *Idem*: 59.

⁵⁶ *Idem. Ibidem*.

*dos mais competitivos setores americanos – o de bancos e finanças.*⁵⁷ Apesar disso, nos argumentos em defesa da liberalização, eles sempre mencionavam que “todos” iriam se beneficiar, incluindo os países emergentes.

A respeito desse benefício “geral” obtido através da livre movimentação de capital, Blinder e Stiglitz se posicionavam contrariamente, pois *discordavam veementemente da afirmativa do Tesouro [dos EUA] de que facilitar a atividade das instituições financeiras, além de proporcionar benefícios às empresas americanas, favoreceria igualmente os mercados emergentes.*⁵⁸ Nessa linha, diz Alan Blinder:

O argumento de que o influxo financeiro seria vantajoso [aos países emergentes] era correto, mas o que se esquecia eram dos riscos de saída de dinheiro dos referidos países. Era imprudente aplicar esse esquema irrealista a países com sistemas financeiros pouco desenvolvidos.⁵⁹

Outro ponto importante em relação à injeção de capital nos países emergentes, diz respeito aos maiores riscos que esses países corriam ao acolherem investimentos estrangeiros sem que seus sistemas financeiros estivessem *suficientemente maduros a ponto de garantir empréstimos prudentes.*⁶⁰ Alguns funcionários do Tesouro, em entrevista a Blustein, comentaram que o Tesouro dos Estados Unidos e o FMI costumavam realizar as advertências quanto aos riscos, porém, “acabavam sendo atenuadas” através de uma ênfase nos benefícios que os empréstimos trariam para os países emergentes.⁶¹ Em parte, tal postura pode ser associada ao impulso desestabilizador voltado para os países emergentes, visto que, uma vez injetado o capital nesses países, aumentava a possibilidade de se acionar, por parte da aliança hegemônica/poder de classe ou do “complexo Wall Street-FMI-Tesouro dos EUA”, os mecanismos de “criação-manipulação-gerenciamiento” de crises, segundo Harvey, ou a efetivação da internacionalização do Estado norte-americano, segundo Cox.

⁵⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 59.

⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

⁵⁹ *Idem. Ibidem.*

⁶⁰ *Idem*: 62.

⁶¹ *Idem. Ibidem.*

Esse posicionamento do FMI e dos Estados Unidos, “pró-risco” e, portanto, pró “impulso desestabilizador”, pode ser ilustrado nas resoluções do Comitê Interino do FMI (formado de ministros das finanças e diretores dos bancos centrais dos países membros) formulado durante a assembléia anual conjunta do FMI e do Banco Mundial, ocorrida em setembro de 1997, momento em que a crise da Tailândia já estava em andamento e que o Fundo já *vinha usando sua influência para que os países abrissem os mercados financeiros domésticos*.⁶² Nesse momento de início da crise, o FMI e os Estados Unidos estavam dispostos a liberalizar ainda mais os fluxos de capital. Diz o comunicado do Comitê Interino do FMI:

Já é tempo de acrescentarmos um novo capítulo ao acordo de Bretton Woods. Os fluxos de capital privado adquiriram muito mais importância para o sistema financeiro internacional, e um sistema cada vez mais aberto e liberal provou ser altamente benéfico à economia mundial. Facilitando a movimentação de dinheiro de poupança para um uso mais produtivo, o fluxo de capital aumenta investimentos, reforça o crescimento e garante a prosperidade. Desde que seja aplicada de maneira metódica, e alicerçada tanto em políticas nacionais adequadas quanto em um sólido sistema multilateral de monitoramento e apoio financeiro, a liberalização dos fluxos de capital constitui elemento essencial de um sistema monetário internacional eficiente, nesta era de globalização.⁶³

No texto acima, do comunicado do Comitê Interino do FMI, é possível notar (dentro da esfera da “categoria de força” das idéias - Cox) como o discurso refere-se às reformas liberalizantes como sendo benéficas a todos: ou ao “sistema mundial”. A mensagem também contém, como sempre, as promessas liberais de crescimento.

No mesmo encontro, o mais alto cargo na hierarquia do FMI, o diretor administrativo Michel Camdessus, segundo Blustein, “deu um endosso vibrante à iniciativa” justificando os riscos. Porém argumenta que “todos os países” estariam sujeito a eles, não inserindo em seu discurso, entretanto, o risco muito maior dos países emergentes em relação ao risco dos países do centro do capitalismo, ao

⁶² BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 63.

⁶³ *Apud Idem. Ibidem.*

liberarem seus mercados, sem falar na assimetria de riscos, em relação à potência hegemônica, os Estados Unidos, que, em situações de crise financeira, tinham posse dos títulos mais seguros e, portanto, mais procurados nesses momentos, os títulos do Tesouro norte-americano. Diz Camdessus:

Há decerto riscos em buscar recursos nos mercados globais. (...) Mas não devemos esquecer que os mercados também proporcionam tremendas oportunidades de desenvolvimento e crescimento, conforme se pode ver claramente no Sudeste Asiático ... (...). A liberdade envolve riscos. Mas existirá outro campo mais fértil para o desenvolvimento e a prosperidade? A liberdade envolve riscos! Adotemos, portanto, uma liberalização prudente da movimentação de capital.⁶⁴

Entretanto, como apontou Stiglitz, o FMI ao propor os processos de liberalização, pressionou os países para que os fizessem de forma acelerada e não “prudente” como no discurso de Camdessus acima, ou mesmo, de forma *“metódica, e alicerçada tanto em políticas nacionais adequadas quanto em um sólido sistema multilateral de monitoramento e apoio financeiro”*, como descrito no comunicado do Comitê Interino do FMI. Diferenciando o discurso da prática efetivada, tanto nos países asiáticos em crise, como nos países ex-comunistas.⁶⁵

Além disso, o risco dos países emergentes de sofrerem uma crise, era reconhecidamente muito maior do que o risco dos países do centro do sistema, em especial os Estados Unidos.

Essa posição também era defendida pelo então secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos para assuntos internacionais, Larry Summers, o principal antagonista à visão de Blinder e Stiglitz.⁶⁶ Summers *não apoiava uma política de estímulo aos países em desenvolvimento para que permitissem o influxo de mais dinheiro estrangeiro* o que ele apoiava era *que os países dessem maior acesso nos seus mercados internos à competição de bancos e instituições*

⁶⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 64.

⁶⁵ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002.

⁶⁶ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 59.

financeiras do exterior, pois tal medida permitiria uma expansão do setor mais competitivo dos EUA, o de bancos e finanças.⁶⁷ Medida esta que muitos países asiáticos não adotavam, dificultando *ao Chase Manhattan, Bank of América e outros estabelecimentos [a] competirem diretamente com os bancos locais na busca de depósitos e clientes.*⁶⁸

Summers também adota a abordagem do “benefício a todos”. Segundo ele, e todos os que compartilhavam de sua visão, a abertura dos países emergentes (no caso, os asiáticos) aos bancos e às instituições financeiras do exterior, iria, através da competição estrangeira, forçar os sistemas dos países *a se tornarem mais eficientes e menos corruptos.*⁶⁹ O discurso de Summers, assim como todos os discursos pró-liberalização, podem ser enquadrados na retórica liberal analisada no capítulo 2, como o “discurso dos vencedores” lançado dentro dos *‘territórios econômicos’ conquistados ou submetidos à condição de periferia econômica dos vencedores.*⁷⁰

Entretanto, a liberalização financeira foi proposta aos países asiáticos, como será visto a seguir, como condição para que pudessem ser aceitos na OCDE. Outro ponto importante a ser questionado a respeito do argumento de Summers, é, se o setor mais competitivo dos EUA é o setor de bancos e de finanças, tal entrada em países emergentes não iria, ao invés de fortalecer o sistema através da competição, apenas ajudar a arruiná-los numa competição desigual, assim como a da “raposa livre no galinheiro livre”?

O papel do FMI no processo de liberalização dos países do “bloco asiático” segundo Robert Wade e Frank Veneroso

⁶⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 59.

⁶⁸ *Idem*: 61.

⁶⁹ *Idem. Ibidem.*

⁷⁰ FIORI, J. *Formação, expansão e limites do poder global*, 2005: 45.

Wade e Veneroso comentam que os governos asiáticos realizaram uma desregulação financeira radical encorajados pelo FMI, OCDE, governos ocidentais, bancos e firmas, processo este que ajudou a impulsionar a crise em curso. Os governos asiáticos: (1) removeram ou afrouxaram o controle sobre a tomada de empréstimos estrangeiros por companhias sul-coreanas; (2) abandonaram a coordenação entre empréstimos e investimentos e, (3) falharam em fortalecer a supervisão dos bancos [sobre a concessão de empréstimos]. Dessa forma, *elas violaram uma das condições de estabilidade do modelo asiático de alto endividamento, ajudando a firmar a crise em curso.*⁷¹

No que diz respeito ao processo político, o grupo citado por Wade Veneroso (FMI, OCDE, “governos ocidentais”, bancos e firmas) tinha interesse no processo de desregulação. Se essa desregulação financeira foi uma das principais causas das crises que se intensificaram a seguir isso não cabe ser avaliado aqui, visto que, como já apresentado, envolverá um debate complexo a respeito dos possíveis diagnósticos para as crises. Porém, o que pode ser observado, é, em termos cronológicos, que após o início do processo de desregulação financeira na Ásia, ocorre o começo da crise a partir da queda do valor da moeda tailandesa em 2 de julho de 1997, e afetando os demais países da região no chamado “efeito dominó”. A Coréia do Sul não ficou imune a essa crise, pois já estava em curso o processo de desregulação e liberalização no país.

Nessa linha, pode ser feita a seguinte pergunta: porque as instituições internacionais (incluindo o FMI), os “países ocidentais”, os bancos e firmas passaram (após terem desregulado seus mercados financeiros a partir dos anos 1980) a partir dos anos 1990, a sugerir que os países ou “mercados” emergentes, desregulassem os seus mercados?

A Coréia do Sul e os demais países do bloco asiático demonstraram altas taxas de crescimento nas décadas anteriores quando seus mercados financeiros

⁷¹ Tradução minha: “they violated one of the stability conditions of the Asian high debt model, helping to set the crisis in train.” WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 9.

eram controlados, e, após a desregulação, com as crises, esse crescimento foi interrompido. Nessa linha de raciocínio, Jagdish Bhagwati comenta que países como o Japão e a Europa Ocidental -no passado– e mesmo a China, nos anos 1990, mantiveram altas taxas de crescimento sem desregulação dos seus mercados de capitais. Entretanto, na década de 1990, essa desregulação foi proposta aos países emergentes, como condição para a manutenção do crescimento. Bhagwati conclui dizendo que, no seu julgamento, era *uma enorme farsa ideológica dizer que sem liberdade de mobilidade de capital de portfólio, o mundo não poderia funcionar e as taxas de crescimento iriam colapsar*.⁷²

Wade e Veneroso revelam em sua análise episódios históricos pouco divulgados referentes a processos políticos que ocorreram entre os governos asiáticos e os investidores internacionais, onde, *o governo sul-coreano pôs grande ênfase na entrada na OCDE, e a OCDE fez da abertura financeira uma condição para essa entrada*.⁷³ Seguindo as propostas de reformas propostas pela OCDE, os governos do Leste asiático aboliram o Comitê de Planejamento Econômico, que foi o principal órgão voltado para a elaboração de estratégias econômicas desde a década de 1960, e transformaram o Ministério das Finanças no órgão econômico supremo.⁷⁴

Wade e Veneroso se perguntaram porque o Fundo estava defendendo as reformas liberalizantes dos mercados de capitais, e porque ele estava argumentando que esta liberalização seria crucial para a continuação do crescimento da economia dos países do Leste asiático. Os autores não encontravam fundamento na proposta do Fundo. E, já durante a crise, comentam que o FMI

⁷² Tradução minha: "it is a lot of ideological humbug to say that without free portfolio capital mobility, somehow the world cannot function and growth rates will collapse." Fonte: entrevista publicada em "Times of Índia", 31 de dezembro de 1997. *Apud* WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 19.

⁷³ Tradução minha: "the government placed great emphasis on joining the OECD, and the OECD made financial openness a condition of membership." *Idem*: 9.

⁷⁴ *Idem*: 10. Como já citado no capítulo 1, quando Robert Cox, já em 1981, chamava a atenção para o destaque que cargos como os de ministros das finanças estavam tendo dentro do processo de "internacionalização do Estado" norte americanos, como elos de ajuste das políticas nacionais, com as mudanças da economia mundial.

tinha ultrapassado sua jurisdição impondo essas reformas institucionais de livre mercado aos países em crise (Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul e Rússia) mesmo que tais reformas não tivessem relação com a recuperação do fluxo financeiro, que era o objetivo declarado do FMI ao socorrer os países.⁷⁵

Wade e Veneroso, ao tentarem compreender o que estava subjacente à firme e rígida postura do FMI em prol das reformas liberalizantes (a despeito de algumas lógicas demonstrarem que esse processo de desregulação não seria realmente necessário) chegam a uma conclusão similar a de Joseph Stiglitz por trás dessas propostas existiam interesses da “força social” (Cox) de alcance internacional dos detentores e controladores do capital internacional. Segundo Wade e Veneroso:

But the deeper answer involves the interests of the owners and managers of international capital. The reforms sought by the Fund are connected in one way or another with further opening up Asian economies to international capital.⁷⁶

Outras perguntas intrigam os autores a respeito das motivações do FMI em propor determinadas reformas e ter atuado de determinada forma:

Why is the Fund insisting on capital account opening in countries that are awash with domestic savings? Why has the Fund done so little by way of organizing debt *rescheduling* negotiations, preferring to administer bail out funds (“socorros”) in return for structural and institutional reforms?⁷⁷

Algumas dessas perguntas podem ser respondidas no capítulo seguinte, no caso da Coréia do Sul, quando até mesmo alguns quadros do FMI se voltaram contra as reformas que os Estados Unidos estavam pressionando que eles impusessem aos sul-coreanos. Entretanto, Wade e Veneroso buscaram respostas

⁷⁵ Tradução minha: “In its next great intervention, in Asia, the Fund has continued to operate over this much wider jurisdiction, seeking to impose on Thailand, Indonesia and Korea institutional free-market reforms as comprehensive as those imposed on Russia – even though such reforms in the Asian case are not necessary to restart the flow of funds.” WADE, R. e VENEROSO, F. *The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury-IMF complex*, s/d: 18.

⁷⁶ Tradução minha: “Mas, a resposta mais profunda envolve os interesses dos detentores e gerenciadores do capital internacional. As reformas apontadas pelo Fundo estão conectadas de uma forma ou de outra com a posterior abertura das economias asiáticas ao capital internacional.” *Idem. Ibidem.*

⁷⁷ Tradução minha: “Porque o FMI estaria insistindo na abertura da conta capital em países que estão inundados de poupança doméstica? Porque o Fundo fez tão pouco na direção de organizar as negociações de reescalonamento da dívida, preferindo administrar pacotes de socorro em troca de reformas estruturais e institucionais?” *Idem. Ibidem.*

em outros autores citando James Tobin, que argumenta que os diversos países asiáticos, incluindo a Coreia do Sul ou o México em 1994-5 na América Latina, foram *vítimas de um sistema internacional de taxas de câmbio falho [ou seja, o sistema de taxas de câmbio flexíveis] que, sob a liderança dos EUA, dá prioridade à mobilidade de capitais em relação a todas as outras considerações.*⁷⁸

Outro autor citado por Wade e Veneroso, que conduz o argumento de Tobin numa perspectiva mais abrangente, é Jagdish Bhagwati, já citado no capítulo 1. Segundo Bhagwati, o que estava em jogo no processo de defesa e promoção –por parte do FMI, OCDE, Estados Unidos entre outros– do processo de abertura comercial e liberalização do Sudeste Asiático eram os interesses de Wall Street que haviam se tornado *uma influência muito poderosa em termos de procura de mercados em todo lugar* e cujos principais expoentes dessa “força social” de alcance internacional, tinham por objetivo *serem capazes de penetrar em outros mercados e essencialmente ver a [liberalização] da conta de capital como algo que irá capacitá-los a operar em qualquer lugar.*⁷⁹ Como já citado, este seria, segundo Bhagwati, o “complexo Wall Street-Tesouro dos EUA” que atuava em conjunto na busca de objetivos comuns. Esse complexo queria ter a *capacidade de colocar e retirar capital [de qualquer país] livremente.*⁸⁰ Como o FMI atuava exatamente na defesa e na propagação desses interesses de Wall Street, Wade e Veneroso inserem ao “complexo Wall Street-Tesouro”, o FMI, se transformando no *estendido ‘complexo Wall Street-Tesouro-FMI’ [que] também trabalhou em promover o*

⁷⁸ Tradução minha: “victims of a flawed international exchange rate system that, under US leadership, gives the mobility of capital priority over all other considerations.” Fonte: James Tobin, “Why we need sand in the market’s gears”, Washington Post, 21 de dezembro de 1997. *Apud* WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d: 18.

⁷⁹ Tradução minha: “a very powerful influence in terms of seeking markets everywhere. (...) to be able to get into other markets and essentially see **capital account convertibility** as what will enable them to operate everywhere. ability to take capital in and out freely.” *Apud Idem*: 18-9.

⁸⁰ Tradução minha: “ability to take capital in and out freely.” *Apud Idem. Ibidem.*

*acordo da Organização Mundial do Comércio – OMC - em liberalizar os serviços financeiros que foram aprovados em 1996-1997.*⁸¹

Porém, nesse processo, pode-se identificar uma polarização, visto que, *vários governos de países em desenvolvimento, incluindo vários proeminentes países asiáticos, se opuseram aos esforços da OMC em liberalizar os serviços financeiros.*⁸² Nesse momento entra em ação parte da elite financeira mundial, que, dentro do método das estruturas históricas, viria a representar uma força social de alcance internacional. Segundo Wade e Veneroso:

In response 'Executives of groups including Barclays, Germany's Dresdner Bank, Société Générale of France and Chubb Insurance, Citicorp, and Ford Financial Services of the US ... agreed discreetly to impress on finance ministers around the world the benefits of a WTO deal'.⁸³

Nesse caso, segundo a análise de Wade e Veneroso, a abertura financeira da Coréia do Sul foi realizada como pré-condição para a sua entrada na OCDE, enquanto que a resistência dos governos asiáticos em liberalizar os serviços financeiros, se deu a partir do convencimento desses governos, por parte de grupos financeiros poderosos, dos benefícios da entrada na OMC. Aqui, dentro do método das estruturas históricas, instituições e forças sociais internacionais atuaram lado a lado no movimento inicial dos países do bloco asiático rumo a liberalização financeira.

Se a liberalização do mercado de capitais é benéfica ou não, existe um debate entre economistas que trata do assunto, incluindo os diversos tipos de controle de entrada e saída de capitais que um país pode instituir, de modo a diminuir sua vulnerabilidade diante de possíveis ataques especulativos. Porém, a

⁸¹ Tradução minha: "The extended Wall St-Treasury-IMF complex has likewise worked to promote the World Trade Organization's agreement on liberalizing financial services being hammered out in 1996-97." WADE, R. e VENEROSO, F. *The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex*, s/d: 19.

⁸² Tradução minha: "Many developing country governments, including prominently several Asian ones, opposed the WTO's efforts to liberalize financial services". *Idem. Ibidem.*

⁸³ Tradução minha: "Em resposta, executivos dos grupos que incluem Barclays, o alemão Dresdner Bank, o Société Générale da França e o Chubb Insurance, o Citicorp e o Ford Financial Services dos EUA ... acordaram em incutir nos ministros das finanças em todo o mundo os benefícios de um acordo com a OMC." *Idem. Ibidem.*

despeito da complexidade desse debate e dos argumentos contra ou a favor, os países que mantiveram controle, como a China, não foram afetados pelos ataques especulativos, e os que liberalizaram seus mercados (sendo que alguns mantiveram determinados tipos de controle na entrada ou na saída) sofreram ataques pois não tinham como controlar a fuga de capitais.

Wade e Veneroso complementam sua análise sobre o processo político que ocorreu durante o convencimento dos governos asiáticos em liberalizar seus mercados de capitais denominando como “intrigante” a decisão da Coreia do Sul de liberalizar seus mercados: *é particularmente intrigante que o governo sul-coreano tenha agido dessa forma, no sentido contrário de toda a confiança dada pela política de desenvolvimento da Coreia do Sul durante as décadas passadas.*⁸⁴

Porém, em resposta a inquietante questão a respeito do porquê da Coreia do Sul ter liberalizado sua conta capital, pode-se utilizar uma resposta dada a Joseph Stiglitz pelos próprios membros do governo sul-coreano que, durante a crise em seu país a partir de novembro de 1997, alegaram que sabiam que as políticas que o FMI estava propondo em dezembro de 1997, seriam desastrosas, porém, tiveram que adotá-las por força das circunstâncias. Então, Stiglitz não conseguiu uma resposta num primeiro momento após a crise, mas, passado mais algum tempo, pressionou-os para que explicassem a ele porque eles adotaram tais medidas. A resposta foi: por medo. Segundo Stiglitz:

Os economistas sul-coreanos sabiam que as políticas que estavam sendo impostas a seu país pelo FMI seriam desastrosas. (...) Contudo, os economistas da Coreia permaneceram em silêncio. Fiquei curioso para saber por que agiram assim, mas não consegui uma resposta do pessoal do governo até uma outra visita que fiz ao país dois anos depois, quando a economia sul-coreana havia se recuperado. A resposta era, em decorrência da minha experiência no passado, a mesma da qual suspeitava desde o início. Os funcionários do governo da Coreia me explicaram, com uma certa relutância, que tiveram medo de discordar do FMI abertamente. O Fundo poderia não só cortar a ajuda que dava

⁸⁴ Tradução minha: “It is particularly puzzling that the Korean government acted in this way, counter to the whole thrust of Korean development policy for decades past.” WADE, R. e VENEROSO, F. *The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex*, s/d: 19.

ao país como também utilizar seus púlpitos de tirania para desencorajar investimentos por parte do mercado privado, declarando às instituições financeiras que tinha dúvidas a respeito da economia da Coreia. Assim, a Coreia não tinha escolha. Até mesmo as críticas [feitas pela Coreia] sobre o programa do FMI poderiam ter um efeito desastroso.⁸⁵

O mesmo tipo de receio pôde ser observado nos depoimentos das autoridades do Partido Trabalhista britânico, em 1976, ou mesmo no ponto crítico de transição da França, no início dos anos 1980 (que não teve a presença do FMI). Porém, nos três casos –Reino Unido, França e Coreia do Sul– o receio foi por parte de uma retaliação dos detentores do poder financeiro que, com ou sem intermediação ou influência do FMI, caso não aprovassem as medidas adotadas ou não-adotadas pelo governo local, poderiam retirar os investimentos do país a qualquer momento, desvalorizando a moeda nacional e levando ao “círculo vicioso” (desvalorização, inflação, etc.) segundo Eric Helleiner.

⁸⁵ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 72.

A atuação do FMI na crise financeira na Tailândia e na Coreia do Sul

O atual capítulo diz respeito à terceira fase da crise asiática, relativa à crise em andamento -dando continuidade à análise das fases um e dois, realizadas no capítulo cinco. No primeiro *item* do atual capítulo, o início da crise é descrito brevemente e é feita uma análise do papel do FMI e dos Estados Unidos durante a crise, baseado na visão de José Luís Fiori. Os *itens* dois e três tratam do estudo de caso da atuação do FMI na Tailândia e Coreia do Sul respectivamente.

A terceira fase da crise asiática: a crise em andamento e o papel do FMI e dos Estados Unidos

A crises asiáticas tiveram início em 2 de julho de 1997, quando iniciou uma queda da moeda tailandesa, o baht, dando início, segundo Stiglitz, a *maior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, [que] se espalharia da Ásia para a Rússia e para a América Latina e ameaçaria o mundo todo*.¹ A crise na Tailândia se espalhou atingindo a Malásia, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Indonésia e, no final de 1997, *fim do ano, o que havia começado como um desastre cambial ameaçava arrastar muitos bancos, bolsas de valores, e até economias inteiras da região*.² A crise também atingiu Cingapura (um dos quatro “Tigres Asiáticos”), a *estratégica praça financeira de Hong Kong*³ e *desembocou, em fim de outubro [de 1997], num ‘mini-crash’ das bolsas em escala mundial*.⁴ Em novembro do mesmo ano, a crise

¹ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 125.

² CHESNAIS, F. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*, 1998: 8.

³ Que teve sua origem como uma “projeção” da poderosa praça financeira da *City* de Londres “no contexto da antiga área da libra esterlina”. *Idem*: 30.

⁴ *Idem*: 8.

atingiu a Coréia do Sul, *com a perspectiva de se estender ao Japão e, mais cedo ou mais tarde, à China.*⁵

José Luís Fiori, analisando o papel do FMI no processo, cita que, no início da crise financeira asiática em 1997, *os americanos mantiveram sua ofensiva e vetaram qualquer iniciativa de administração regional da crise, comandada exclusivamente pelos japoneses*⁶ como, por exemplo, a tentativa de organizar o Fundo Monetário Asiático idealizado pelo vice-ministro das finanças do Japão, Eisuke Sakakibara.⁷

Em seguida, com o andamento da crise, a partir de 1997 na Tailândia e afetando os diversos países da região, *os técnicos do FMI e do Tesouro americano desembarcaram na Ásia com um projeto muito claro: em troca dos recursos necessários para evitar uma inadimplência generalizada*” eles exigiram o seu “menu tradicional” com políticas recessivas como alta taxas de juros, ajuste fiscal, restrição do crédito, etc.⁸ Porém, a Coréia do Sul acabou assinando um acordo com o FMI –sob a tutela dos EUA– que ia muito além das reformas tradicionais propostas pelo Fundo, indicando que haviam outros interesses envolvidos por trás da proposta do FMI. O resumo do *projeto americano para a região, com base nos termos do acordo imposto ao governo coreano*, organizado por Martin Feldstein, presidente do *National Bureau of Economic Research* dos EUA, e publicado na revista no *Foreign Affairs* de abril de 1998. Os sete pontos destacados por Feldstein são:

⁵ CHESNAIS, F. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos, 1998: 8.

⁶ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 105-106.

⁷ Essa iniciativa chegou a mobilizar os vice-ministros da finanças de diversos países para discutir o plano durante a assembléia anual conjunta do FMI e do Banco Mundial em Hong Kong, em 21 de setembro de 1997. O FMA foi abortado, além de não ter obtido o apoio da China, os Estados Unidos atuaram fortemente contra a iniciativa com medo de que o FMI perdesse sua posição de influência na região. Após o fim da tentativa de organizar um fundo monetário diferente do FMI, o idealizador do FMA, o vice-ministro Sakakibara, em entrevista à Paul Blustein, comentou: “Aprendemos uma lição sobre a influência que os Estados Unidos exercem na Ásia”. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 176.

⁸ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 105-106.

[1] Investidores externos não são capazes de adquirir empresas coreanas com a compra das suas ações ou de possuir o controle majoritário dessas mesmas empresas. [2] A importação de alguns produtos industriais ainda é restringida, especialmente a de carros japoneses. [3] Os bancos coreanos não adotam os padrões ocidentais de avaliação de crédito, mas seguem o que poderia ser denominado o modelo de desenvolvimento japonês, no qual o governo leva os bancos a emprestar para indústrias privilegiadas, recebendo em contrapartida garantias implícitas para tais empréstimos. [4] O Banco da Coreia não é independente e não tem a estabilidade de preços como seu único objetivo. [5] A estrutura empresarial constitui-se de enormes conglomerados, com amplo leque de atividades e contabilidade pouco transparente. [6] As empresas coreanas, geralmente, apresentam uma razão dívida-capital muito elevada, que as transforma em tomadores de risco para financiadores domésticos e internacionais. [7] Finalmente, as leis trabalhistas coreanas tornam as demissões muito difíceis, constituindo forte empecilho ao fluxo de trabalhadores entre firmas.⁹

Esses pontos revelavam uma ênfase em alguns problemas estruturais da economia sul-coreana cujos diagnósticos geralmente apontavam para uma maior abertura à competição estrangeira, o que refletia os interesses do complexo “Wall Street-Tesouro dos EUA”.

Segundo Fiori, baseado na leitura dos sete pontos citados, o que o FMI e os Estados Unidos estavam exigindo da Coreia do Sul era *a desmontagem, de ponta a cabo, de cada um dos pilares em que se sustentou o modelo de desenvolvimento e industrialização da região, patrocinado pelos próprios americanos durante o período de prosperidade do bloco asiático desde o fim da Segunda Guerra Mundial*.¹⁰ Além disso, Fiori analisa que a atuação dos Estados Unidos na região durante o decorrer da crise *tem se pautado por um projeto de longo prazo, que vai muito além da questão da iliquidez imediata*.¹¹ Perspectiva esta que pode estar associada a “política de contenção econômica” dos demais países por parte de uma ação conjunta do FMI e dos Estados Unidos. Contenção esta que não visava apenas prejudicar a região, mas sim, fragilizá-la, para, num momento de crise, conseguir obter as reformas de abertura necessárias para que o complexo Wall Street-Tesouro, pudesse atingir seus objetivos de liberalização dos mercados de capitais

⁹ Fonte: revista *Foreign Affairs*, 1998:26. *Apud* FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 106.

¹⁰ *Idem. Ibidem.*

¹¹ *Idem. Ibidem.*

nos diversos países do globo. Fiori continua analisando que a atuação dos Estados Unidos durante a crise asiática, em parte, tinha também como objetivo fechar as portas de acesso do Japão a uma eventual posição de hegemonia regional efetiva.¹² Todo esse processo, segundo Fiori, estava relacionado com a fase da luta pela ocupação e redefinição dos territórios político-econômicos mundiais, [durante o final da década de 1990], que, (...) jamais coincidiram com as fronteiras nacionais das grandes potências.¹³

Outros detalhes, entretanto, a respeito da negociação entre a Coreia do Sul, o FMI e os Estados Unidos, serão apresentados no item três do atual capítulo, relativo a atuação do FMI durante a crise da Coreia do Sul em 1997. E, no item a seguir, será analisada a crise na Tailândia.

A terceira fase da crise asiática: a crise em andamento e o estudo de caso da atuação do FMI na Tailândia

Segundo Blustein, durante o período de grande liquidez internacional na Tailândia, muitos dos dólares que entraram, foram utilizados no setor financeiro voltado para atividades especulativas e não comerciais ou produtivas.¹⁴ Segundo o presidente do Banco da Tailândia, em entrevista a Blustein:

Em face da escassez de projetos de investimento rentáveis capazes de sustentar um maciço influxo de capital, era inevitável que uma grande parte do investimento fosse canalizada para os setores imobiliários e de ações.¹⁵

Porém, esse processo de aumento da liquidez na Tailândia foi devido à abertura do país ao capital estrangeiro e à adoção de medidas de desregulação estimuladas pelo FMI, Banco Mundial e demais organizações internacionais.

¹² FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 106-107. Como no caso da resistência dos EUA ao FMA – o Fundo Monetário Asiático – idealizado pelo ministro das finanças do Japão, Eisuke Sakakibara. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002.

¹³ FIORI, J. Lições que vêm da Ásia, 1998: 106-107.

¹⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 74.

¹⁵ *Idem. Ibidem.*

Segundo Blustein, o governo tailandês, durante muito tempo, estava alimentando o *sonho de transformar Bangcoc em um centro financeiro para a região asiática, [que se encontravam] em expansão.*¹⁶ No dia 18 de abril de 1990, o Banco da Tailândia elaborou um plano com essa finalidade *estabelecendo que em breve os regulamentos seriam afrouxados a fim de 'facilitar o ingresso de capital de fora e [de] estimular a confiança do investidor estrangeiro'.*¹⁷ O Banco da Tailândia admitia a existência de riscos, e, em carta ao Ministério das Finanças, alegou que *a eliminação dos controles deveria 'ser acompanhada do fortalecimento das instituições financeiras a fim de possibilitar aos investidores estrangeiros terem confiança em tais instituições.*¹⁸ Porém, segundo Blustein, o governo não tomou medidas nessa direção posteriormente.

A Tailândia, durante o período de prosperidade, desde 1986¹⁹ até 1996, apresentou um PIB que expandia a uma média de mais de 9 por cento ao ano, sendo *um dos maiores do mundo, tendo alcançado 182 bilhões de dólares em 1996.*²⁰ As exportações cresceram bastante, subindo 19 por cento de 1990 a 1995, e o padrão de vida da população melhorou para milhões de tailandeses que *migravam de vilarejos miseráveis para cidades em plena prosperidade, onde o número de trabalhadores crescia em fábricas e empresas de construção que pagavam muito mais do que no campo.*²¹

Empresas multinacionais – com destaque para as japonesas – ajudaram na manutenção da prosperidade econômica local através da realização de grandes investimentos no país. Do ponto de vista econômico, *o regime de câmbio fixo aliviava qualquer preocupação que [os tailandeses] pudessem ter de que o valor de*

¹⁶ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 73.

¹⁷ *Idem. Ibidem.*

¹⁸ *Idem. Ibidem.*

¹⁹ Um ano após a formação do bloco asiático, em resposta às medidas adotadas nos Acordos do Plaza em 1985.

²⁰ *Idem*: 68.

²¹ *Idem. Ibidem.*

*seus bens e o custo da produção pudessem flutuar.*²² A moeda tailandesa, o baht, estava então, fortemente vinculada ao dólar²³ - dentro do processo de “ancoragem ao dólar”, segundo Chesnais- e, como até 1995, a moeda norte-americana estava barata em relação às outras moedas principais no sistema internacional (como o iene japonês, o marco alemão ou o yuan chinês), os preços das exportações tailandesas estavam baixos, estimulando o aumento destas.

O início da inflexão: começa a valorização do dólar em 1995

Porém, em meados de 1995, o dólar começou a se valorizar, implicando no aumento do preço das exportações tailandesas que tiveram um crescimento nulo em 1996. Esse processo, somado ao aumento das importações, resultou num déficit comercial.²⁴ Porém, esses *amplos déficits comerciais não eram necessariamente um mal*, pois o dinheiro continuava a entrar no país e esse déficit *era um sinal de vigor, na medida em que significava que os estrangeiros estavam dispostos a emprestar dinheiro à Tailândia*, o que mostrava, segundo Blustein, confiança dos investidores.²⁵ Mas essa confiança viria a ser abalada, com um problema, talvez mais grave do que o déficit na balança comercial, que era, segundo Blustein: *a existência de um sistema financeiro contagiado por uma mentalidade de certo modo irresponsável.*²⁶

O exemplo citado por Blustein, foi o Finance One, um império de serviços financeiros dirigido por Pin Chakkaphak, que era o maior da Tailândia e que atuava de forma muito similar a um banco, visto que as diversas empresas do grupo atuavam em três frentes: (1) no fornecimento de 20 por cento de todo o crédito disponibilizado no país; (2) e, realizava empréstimos a juros baixos e prestações de entrada *a consumidores e empresas nacionais*

²² BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 69.

²³ O sistema de “ancoragem ao dólar”, segundo Chesnais. Ver capítulo 5 da atual dissertação.

²⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 69.

²⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁶ *Idem. Ibidem.*

que atuavam sobretudo nas áreas mais 'quentes' dos negócios, como automóveis, imóveis e compras de ações; (3) obtinham grande volume de capital tomando empréstimos de bancos locais e de investidores estrangeiros em operações de curtíssimo prazo.²⁷

Blustein comenta que os bancos comerciais da Tailândia eram mais cautelosos e eram responsáveis por três vezes mais fornecimento de créditos do que os grupos financeiros, e concentravam a maior parte de seus empréstimos no setor de manufaturados, mas também cediam consideráveis somas aos empreendedores imobiliários.²⁸ Os empréstimos ao setor privado, realizados pelos bancos, passaram de 89 bilhões de dólares, em 1992, para 204 bilhões em 1996.²⁹

Nesse sistema, alguns fatores viriam a agravar a economia tailandesa. Os empréstimos realizados pelos bancos comerciais tailandeses ou pelo importante conglomerado financeiro Finance One, estavam sendo lucrativos enquanto os mercados de ações e de imóveis estavam em ascensão.³⁰ Mas a partir de 1996: (1) as taxas de juros subiram, levando a uma diminuição da busca por novos empréstimos devido ao aumento do custo do dinheiro; (2) os preços das ações caíram 35 por cento; (3) e a economia havia desacelerado devido à piora, já citada, na balança comercial.³¹ Somasse a isso, outro fator muito grave foi a evidência de que o mercado imobiliário -destino de grande parte dos empréstimos, seja dos bancos comerciais, seja dos conglomerados financeiros- estava hipertrofiado, com a perspectiva da realização de megaprojetos relacionados com esse setor.³²

Nesse quadro, durante o ano de 1996, todos esses fatores começaram a chamar a atenção dos analistas em Wall Street, Londres e outros centros

²⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 70.

²⁸ *Idem. Ibidem.*

²⁹ *Idem. Ibidem.*

³⁰ *Idem. Ibidem.*

³¹ *Idem. Ibidem.*

³² Blustein cita dois exemplos: o primeiro, refere-se ao anúncio, em 1996, de 600 mil metros quadrados de espaço para escritório no mercado de Bangcoc, sendo *mais da metade sem contratos, com 900 mil adicionais planejados para 1997, e 1,3 milhão para 1998*,³² o segundo exemplo, foi o projeto de desenvolvimento suburbano Muang Thong Thani, no valor de 1 bilhão de dólares, localizado na periferia da capital tailandesa, *cuja finalidade era alojar centenas de milhares de pessoas e incluía arranha-céus, lojas, instalações desportivas e prédios residenciais. Idem: 70-71.*

financeiros.³³ Porém, enquanto os poderosos fundos mútuos de pensão e os bancos comerciais continuavam a *investir despreocupadamente no país o baht começava a ser descartado por um setor menos benevolente do mundo financeiro – os fundos hedge*.³⁴

Diante do início da movimentação dos fundos *hedge*, os quadros do FMI, entre eles Stanley Fischer (vice-diretor) e Michel Camdessus (diretor administrativo) e uma missão do Fundo em visita à Tailândia, aconselharam o governo tailandês a adotar um sistema de taxa de câmbio mais flexível, ou seja, deixar o valor do baht flutuar e não mais manter seu valor fixo em relação ao dólar. O FMI achava que isso deveria ser feito *o mais cedo possível*.³⁵ Camdessus e Fischer escreveram cartas ao ministro das finanças tailandês Amnuay Viravan, nos primeiros meses de 1997, e o conselho foi reforçado pela missão do FMI em março do mesmo ano.³⁶

Porém, o vice-diretor do Banco da Tailândia, Chaiyawat Wibulswasdi, tinha argumentos para não flexibilizar o baht, apesar de compreender o pedido do FMI. Outros quadros do Banco da Tailândia também compartilhavam a visão de Chaiyawat, argumentando que *as vantagens de uma desvalorização não durariam muito, pois os especuladores de fundos hedge e outros interpretariam a medida como um sinal de fraqueza*.³⁷ A flexibilização poderia indicar que o governo não estava sendo capaz de conter a desvalorização do baht, levando a uma perspectiva de que essa moeda iria se desvalorizar ainda mais, levando os investidores a se desfazerem dela. Fora isso, um funcionário do Banco da Tailândia, em entrevista à Blustein, argumentou que caso o câmbio se tornasse flexível e o baht se desvalorizasse um pouco, nada iria garantir que ele não iria se desvalorizar ainda

³³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 75.

³⁴ *Idem. Ibidem.*

³⁵ *Idem: 77.*

³⁶ *Idem. Ibidem.*

³⁷ *Idem: 79.*

mais.³⁸ O despencar do baht, caso ocorresse, poderia criar um círculo vicioso, visto que, muitas empresas tailandesas tinham muitas dívidas em dólar, e uma desvalorização do baht em relação ao dólar poderia colocá-las em situação de insolvência -i.e., se tornariam incapazes de pagar seus compromissos.³⁹

O agravamento da crise em março de 1997

A crise foi agravada com um escândalo, que foi, segundo Blustein, uma verdadeira bomba que explodiu em 3 de março de 1997, quando o diretor do maior conglomerado financeiro da Tailândia, o Finance One, assinou um acordo, diante das câmeras de televisão e da imprensa, que *dissolvia o seu império através da Fusão do Finance One com o banco comercial Thai Danu*.⁴⁰ O fato abalou os investidores, visto que *a notícia de que o 'rei das fusões' na Tailândia tinha sido obrigado a virar ele próprio alvo de uma operação do gênero constituía um indício inquietante da situação precária das empresas financeiras tailandesas*.⁴¹ A quebra da Finance One abalava a credibilidade dos investidores nas instituições financeiras tailandesas, visto que mostrava que elas não eram imunes à bancarrota.⁴² Essa crença da imunidade das instituições financeiras tailandesas estava ligada ao fato de que elas *tinham ligações estreitas com empresas de propriedade de influentes políticos ou suas famílias*.⁴³ Esse fato foi suficiente para que várias empresas financeiras começassem a retirar seu dinheiro do país.

A fuga de capitais do país foi intensificada com a ação, em 14 de maio de 1997, dos fundos *hedge* (incluindo o Fundo Quantum de Soros) e de instituições

³⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 79.

³⁹ *Idem. Ibidem.*

⁴⁰ *Idem: 72.*

⁴¹ *Idem. Ibidem.*

⁴² *Idem. Ibidem.*

⁴³ *Idem. Ibidem.*

financeiras como a J.P. Morgan & Co. e a Goldman Sachs & Co..⁴⁴ Diante de tal ataque, o que o governo tailandês poderia fazer? Segundo Blustein, havia duas alternativas: aumentar os juros, ou intervir no mercado estrangeiro comprando baht, para evitar a desvalorização. Porém, o impasse surgia na medida em que *comprar baht significava reduzir o montante da moeda [tailandesa] circulando na economia, o que teria o mesmo efeito que aumentar a taxa de juros*. Além disso, a compra de baht iria diminuir a reserva de dólares do país, o que poderia ser mais um motivo para que *Soros, Morgan, Goldman-Sachs e outros semelhantes* intensificassem sua retirada, apostando numa queda ainda maior do baht.

O dia 14 de maio de 1997 foi marcante. Segundo o ex-diretor do Banco da Tailândia, citado no Relatório da Comissão Nukul: *Todo mundo entrou em pânico, alguns até choraram*.⁴⁵ Além disso, havia rumores de que as reservas internacionais da Tailândia estivessem menores do que os dados oficiais relatavam. E isso era verdade, visto que *somente uns poucos funcionários [do Banco da Tailândia] estavam a par do tremendo segredo (...) de que o Banco da Tailândia estava quase sem nenhuma moeda forte*.⁴⁶ Porque então o governo tailandês estava mantendo segredo? Segundo Blustein, *a obsessão do Banco da Tailândia com o sigilo era compreensível. Se a informação sobre o verdadeiro montante das reservas vazasse* ocorreria um pânico ainda maior dos investidores.

Diante da fuga de capitais, no dia 15 maio 1997, a Tailândia abandonou a política de liberalização dos mercados financeiros e *ordenou que todos os 29 bancos estrangeiros e locais parassem de emprestar baht ao exterior*.⁴⁷ Com isso, era estancada a saída de baht do país. A medida deu enormes prejuízos aos fundos *hedge*, em torno de 400 a 500 milhões de dólares. O vice-diretor do Banco da Tailândia, Chaiyawat, disse, em coletiva para a imprensa que os especuladores

⁴⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 82.

⁴⁵ *Apud Idem*: 83.

⁴⁶ *Idem. Ibidem*. O motivo dessa discrepância entre os dados revelados e os dados reais, diz respeito a operações de "swap market", descritas por Blustein nas páginas 82 e 83.

⁴⁷ *Idem*: 84.

tinham que pagar o preço. Nas semanas seguintes, continua Blustein em sua narrativa, *a pressão sobre o baht esmoreceu, levando certos analistas a comentar que o Banco da Tailândia tinha vencido*.⁴⁸

Os membros do governo tailandês estavam comemorando a contenção do ataque que estava sendo liderado pelos fundos *hedge*, mas o ataque financeiro ao país continuou a ocorrer por parte de outros atores internacionais, os credores estrangeiros. Estes, nos anos anteriores, -como descrito no capítulo anterior- tinham emprestado muito dinheiro aos países asiáticos e à Tailândia, e no momento em que o governo comemorava a vitória sobre a especulação, os credores da Coreia do Sul estavam exigindo dos bancos tailandeses *imediato pagamento, recusando refinar as dívidas* o que levou esses bancos a venderem baht para poderem obter dólares para pagá-las.⁴⁹ Agrava-se a fuga de capital do país e a desvalorização da moeda tailandesa.

A proposta do FMI de flexibilização do câmbio e o segredo da Tailândia

No dia 22 de maio de 1997, Stanley Fischer visitou a Tailândia junto com outros funcionários do FMI, e insistiu ao governo que adotasse uma maior flexibilização do câmbio, desvalorizando o baht em 10 ou 15 por cento e que *alargassem a faixa dentro da qual a moeda podia se mover*.⁵⁰ O argumento do vice-diretor do Banco da Tailândia, Chaiyawat, foi que o México, em 1994, tinha realizado uma desvalorização controlada de sua moeda e não tinha conseguido conter que o valor dela despencasse.⁵¹ Além disso, em maio de 1997, a influência do FMI sobre os tailandeses ainda era pequena. Os membros do Banco da Tailândia não estavam disponibilizando dados a respeito das reservas internacionais do país, mesmo a pedido do vice-diretor do FMI, Stanley Fisher, que disse precisar dos

⁴⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 84.

⁴⁹ *Idem*: 84-85.

⁵⁰ *Idem*: 79.

⁵¹ *Idem. Ibidem*.

dados para poder conceder empréstimos em ajuda. Mas o diretor do banco da Tailândia, Rerngchai Marakanond, havia se recusado a dar a informação.⁵² O argumento utilizado pelo governo, era de que –como já mencionado– se a informação vazasse, a situação iria piorar ainda mais.⁵³

No dia 19 de junho de 1997, o ministro das finanças Amnuay Viravan, que era um forte defensor do sistema de câmbio fixo tailandês, pediu demissão. Isso fez aumentar a suspeita de que o baht iria se desvalorizar.⁵⁴ Quem assumiu o cargo de ministro das finanças foi Thanong Bidaya. Três dias depois, no dia 21 de junho, em encontro dos membros do Banco da Tailândia, presidido por Chaiyawat, o vice-diretor do banco, *os principais formuladores de políticas do banco concluíram sombriamente que o sistema de câmbio fixo não tinha condições de sobreviver.*⁵⁵

Na semana seguinte, o novo ministro das finanças Thanong pediu para acessar as informações (não reveladas ao FMI) a respeito das reservas internacionais da Tailândia. O banco anunciava que sua reserva era de 30 bilhões de dólares. Porém, dessa quantia, 28 bilhões, *tinha sido comprometido para entrega futura em uma série de complicadas transações que visaram conter o assalto dos fundos hedge algumas semanas antes.*⁵⁶ Logo, as reservas internacionais da Tailândia eram de 2 bilhões de dólares, o que, segundo Blustein, havia sido uma “verdadeira bomba” para o recém empossado ministro das Finanças. No dia 2 de julho de 1997, foi anunciada oficialmente, a decisão de flutuação da moeda tailandesa.

Alguns dias depois, no começo de julho, emissários da Tailândia viajaram para a China e Japão para pedir empréstimos bilaterais (i.e. de um país a outro) em moeda forte, mas voltaram de mãos vazias. O Japão argumentou falta de

⁵² BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 80.

⁵³ E tal informação iria acabar vazando no final de julho, como será descrito a seguir.

⁵⁴ *Idem*: 84.

⁵⁵ *Idem*: 85.

⁵⁶ *Idem*: 84.

fornecimento de informação dos tailandeses para que eles pudessem efetuar a ajuda.⁵⁷

Nesse processo, um fato de grande importância ocorreu no final de julho 1997: diante da pressão do FMI para saber os dados oficiais a respeito das reservas internacionais da Tailândia, o vice-diretor do Banco da Tailândia, Chaiyawat, revelou o segredo ao vice-diretor do FMI, Stanley Fischer, mas com a condição de que *'ele não contasse para mais ninguém no Fundo'*.⁵⁸

A chegada do FMI na Tailândia e as condicionalidades

No dia 29 de julho de 1997, a missão do FMI chega à Tailândia, liderada por Hubert Neiss -o chefe da missão. Horas depois, o burocrata número 1 do Ministério das Finanças, Chatu Mongol, e o diretor do Banco da Tailândia, Rerngchai Marakanond, pediram demissão, deixando a equipe do Fundo *ociosa durante três ou quatro dias*.⁵⁹

O programa do FMI, segundo seu chefe, Hubert Neiss, visava restaurar um clima de confiança nos investidores e, para tanto, buscava propor a adoção de uma política fiscal e monetária restritiva. As medidas propostas pelo FMI na área fiscal – relativas a corte de gastos e aumento de impostos– causou reações de indignação dos membros do governo tailandês.⁶⁰ O FMI estava propondo ajustes recessivos com base no receituário que todo quadro do FMI era treinado a pensar e a propor a um país que estava *caminhando para a beira do abismo*.⁶¹ Nesse caso, as propostas do FMI, segundo Blustein, *só serviriam para acelerar a marcha rumo à recessão*.⁶²

⁵⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 86-87.

⁵⁸ *Idem*: 86.

⁵⁹ *Idem. Ibidem*.

⁶⁰ *Idem*: 88.

⁶¹ *Idem. Ibidem*.

⁶² *Idem. Ibidem*.

Passado alguns meses, com as políticas restritivas propostas pelo Fundo em andamento, a taxa de desemprego [subiu] a 6 por cento [ao mês], o triplo do nível de dois anos antes, e os salários da região urbana caíram numa média de 8 por cento.⁶³ Com esse quadro já instalado, de uma recessão evidente, meses depois de aplicação das medidas recessivas do FMI, o Fundo optou por mudar sua posição, mas apenas em 1998. O FMI então, abriu mão de seu receituário clássico, e o vice-diretor, Stanley Fischer, acabou recomendando medidas expansionistas para a economia tailandesa, o que gerou admiração e alívio nos membros da missão do Fundo, e que, como um economista, membro da missão do FMI na Tailândia, declarou a Blustein em entrevista: '*[Esta medida de Fischer foi] algo que nunca pensei que algum de nós diria*'.⁶⁴ Espanto este que indica a enorme rigidez na qual os quadros do FMI são treinados a atuar, com propostas que em quase todos os casos (salvo a raríssima exceção citada) apontam sempre no sentido recessivo, e nunca no sentido expansivo, do ponto de vista econômico. Um forte indicativo da utilização do FMI, pelos Estados Unidos e demais forças sociais associadas, para fins de aplicação de "política de contenção econômica" segundo a perspectiva de Franklin Serrano. Essas medidas expansionistas foram adotadas somente a partir de março de 1998, sete meses depois da chegada da missão do FMI no país, e no momento em que a crise já se encontrava em estágio avançado.

A conferência de ajuda à Tailândia em 11 de agosto de 1997 e o incômodo dos Estados Unidos

No dia 11 de agosto de 1997 foi organizada, em Tóquio, uma *conferência dos países doadores e das organizações que estavam apoiando o FMI na tarefa de resgatar a Tailândia*.⁶⁵ As negociações entre o Fundo e o governo Tailandês haviam acabado e o Fundo planejava emprestar 4 bilhões de dólares ao país, uma quantia

⁶³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 89.

⁶⁴ *Idem. Ibidem.*

⁶⁵ *Idem*: 90-91.

500 por cento superior à quota da Tailândia na instituição.⁶⁶ Segundo Blustein, o Japão almejava mostrar aos demais presentes no encontro, que podia cuidar dos seus vizinhos, assim como os Estados Unidos tinham cuidado do México em 1994-1995. Nesse sentido, o Japão também participou da ajuda à Tailândia com a mesma quantia do FMI, 4 bilhões de dólares que foram somados aos 6 bilhões dos demais países asiáticos e mais 7,2 bilhões de dólares do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento. O pacote total somou 17,2 bilhões de dólares.⁶⁷

Aqui entra um ponto importante para a atual pesquisa. A crise estava sendo solucionada, mas os Estados Unidos não estava satisfeito. Durante a conferência de resgate da Tailândia, Timothy Geithner, secretário-adjunto do Tesouro norte-americano, perguntou ao vice-ministro das finanças do Japão Eisuke Sakakibara: “Qual é a sensação de se sentir uma superpotência?”. Essa pergunta expressou, na visão de Blustein, uma posição de descontentamento norte-americano diante da situação onde a solução da crise na Tailândia, estava ocorrendo sem a posição central do FMI ou dos Estados Unidos. Isso era vista por eles como um enfraquecimento da liderança norte-americana na região. Se a solução da crise, nesses termos, era má vista por Washington, o mesmo não pode ser dito a respeito da sua continuação ou agravamento. A posição de Washington, diante do pacote de ajuda à Tailândia, é expressa por Blustein:

Washington não estava acrescentando um centavo sequer ao pacote tailandês e os funcionários do Tesouro não se mostravam entusiasmados com o apoio que o Japão e outros países asiáticos estavam dando, porque lhes parecia que isso reduzia o papel central do FMI em debelar crises.⁶⁸

O Departamento de Estado e o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos tentaram fornecer *uma modesta contribuição financeira americana para reforçar sua posição de liderança na região* porém, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, conseguiu vetar a ajuda, alegando possíveis reações

⁶⁶ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 91.

⁶⁷ *Idem. Ibidem.*

⁶⁸ *Idem. Ibidem.*

do Congresso norte-americano. Entretanto, em 1995, as mesmas reações do Congresso, não haviam impedido os EUA ajudarem o México a se recuperar, visto que, segundo Blustein, *durante a crise mexicana, [o Congresso norte-americano] tinha criticado fortemente a atitude do Tesouro em utilizar recursos de um fundo especial para [este país].*⁶⁹

Essa posição expressa o interesse principal dos Estados Unidos: a manutenção do controle no processo e não a solução da crise em si. A manutenção da posição de destaque do FMI na Tailândia ou na região, era de fundamental importância para a manutenção do processo de “internacionalização do Estado” norte-americano e da parcela do “sistema imperial” que é maior que os limites dos Estados Unidos, como propõe Petras. Apenas com uma forte presença do FMI na região –que atua sob forte influência dos EUA– os Estados Unidos poderiam continuar tentando impor reformas que viessem a atender seus interesses e aos interesses de Wall Street no país e na região – segundo a visão de Bhagwati, Wade, Veneroso e Stiglitz.

Na Conferência de ajuda à Tailândia, o Japão acabou aumentando seu prestígio como liderança regional, pois mostrou ser capaz de organizar o socorro a um país da região em perigo. O ministro das finanças da Tailândia, Thanong Bidaya, segundo lembrou em entrevista à Blustein, o ministro das finanças do Japão, Sakakibara, disse no encontro: *‘O que aconteceu hoje fará certamente parte da história da Tailândia’.*⁷⁰ Processo este que desagradou os Estados Unidos.

No dia 20 de agosto de 1997, a diretoria do FMI aprovou o programa de ajuda à Tailândia e o diretor administrativo do FMI, Michel Camdessus, deu sua declaração anunciando a conclusão do processo:

Acredito firmemente que o pior da crise já passou, desde que o programa seja implementado com perseverança correspondente à audácia das medidas que foram adotadas

⁶⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 91.

⁷⁰ *Apud Idem. Ibidem.*

... Não tenho motivo para duvidar disso, e, na verdade, sinto-me reconfortado ao ver a reação dos mercados hoje.⁷¹

O “impulso desestabilizador” dos Estados Unidos: o segredo da Tailândia é divulgado contra a vontade dos quadros do FMI

No entanto, os Estados Unidos, descontentes com o desfecho da crise, revelaram o “segredo” que estava sendo guardado pela Tailândia, relativo aos baixíssimos valores das suas reservas internacionais⁷² no mesmo momento em que Camdessus anunciava o desfecho do acordo e a liberação do pacote de ajuda ao país.

A revelação do segredo só foi possível, porque o pacote do FMI só tinha sido liberado à Tailândia com a condição de que as autoridades tailandesas divulgassem os dados secretos da reserva. O vice-diretor do Banco da Tailândia, Chaiyawat, apresentou *fortes objeções, alegando que a revelação minaria o clima de confiança e fornecia valiosas informações aos fundos hedge*,⁷³ mas acabaram revelando para poderem receber a ajuda. O que o vice-diretor do FMI Stanley Fischer alegou, era que Robert Rubin e Larry Summers, ambos do Tesouro dos EUA, tinham diagnosticado que a *causa* da crise, tinha sido a falta de transparência da Tailândia.⁷⁴

Entretanto, esse diagnóstico dos Estados Unidos pode parecer suspeito. O Departamento do Tesouro dos EUA não estava satisfeito com o desfecho da crise: porque então viria a sugerir medidas que ajudassem na sua solução? A tendência é que eles atuassem, alegando justificativas diversas, no sentido de prolongar a crise (ou seja, no sentido do impulso desestabilizador), e não o contrário. E foi o que aconteceu. O segredo obtido pelos Estados Unidos foi revelado e o impulso

⁷¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 92.

⁷² Que eram de aproximadamente 2 bilhões de dólares. 30 bilhões de dólares era o valor anunciado, porém, desses 30, 28 bilhões estavam comprometido em complexas operações financeiras que envolviam, em parte, os fundos *hedge*.

⁷³ *Idem. Ibidem.*

⁷⁴ *Idem. Ibidem.*

desestabilizador obteve seus resultados: uma hora depois do discurso de Camdessus anunciando o processo de finalização da crise, *o baht despencou para o nível mais baixo de todos os tempos, 34 o dólar, e em setembro a cotação baixou mais ainda, para 35 e 37.*⁷⁵

Nesse caso, o impulso desestabilizador pode ser atribuído aos Estados Unidos e não ao FMI, visto que *muitos funcionários do FMI, inclusive os mais graduados, concordavam com a posição [do Banco da Tailândia e das autoridades tailandesas] e discordavam da exigência do Tesouro de que a revelação fosse feita logo.*⁷⁶ Na reunião da diretoria do FMI no dia 20 de agosto de 1997, dia de fechamento do acordo do empréstimo para a Tailândia, o diretor-executivo do FMI, representante da Austrália, Gregory Taylor, contra-argumentou a posição do Tesouro que exigiu a revelação dos baixos valores das reservas internacionais da Tailândia para em seguida divulgá-los. Segundo Taylor:

Não discordo da necessidade de transparência, de modo geral, na formulação de políticas. No entanto, do ponto de vista prático, o importante é que a Tailândia tem de atravessar um período de transição extremamente crítico, levando-a da posição atual insustentável para uma mais sólida. Durante essa fase de transição, é vital manter a confiança no mercado (...) Divulgar as informações [sobre as baixas reservas do Banco da Tailândia devido aos dólares comprometidos com determinadas operações] pode levar o mercado a ter que reavaliar a situação.⁷⁷

Entretanto, como já relatado, do ponto de vista do “impulso desestabilizador” ou dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos na região, eles não estavam preocupados com a estabilidade da Tailândia, mas sim, com a manutenção da posição central do FMI na região, e para isso, a manutenção de um quadro de instabilidade seria uma pré-condição para a manutenção de algum grau de controle sobre o país. Interesses estes que poderiam ser atendidos de forma

⁷⁵ BLUSTEIN, P. Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial, 2002: 92. Donald Hanna, economista da instituição financeira norte-americana Goldman, Sachs & Co., declarou ao Asian Wall Street Journal: ‘Acho que todo mundo foi apanhado de surpresa. Afinal é um bocado de dinheiro’.⁷⁵

⁷⁶ *Idem. Ibidem.*

⁷⁷ *Idem:* 92-93.

muito mais fácil com a instalação de uma crise –e com a atuação do FMI sob supervisão dos EUA– do que numa situação de estabilidade.⁷⁸

Se os Estados Unidos se mostraram descontentes com a solução da crise, o mesmo não pode ser dito, a respeito do retorno da fuga de capitais da Tailândia. A expressão mais clara dessa indiferença em relação à volta da crise, está na posição de Larry Summers, do departamento do Tesouro dos EUA, após reinstalada a fuga de capitais no país: ‘Nossa conclusão foi a de que não poderíamos perpetuar um logro. Não me arrependo do que foi feito, e não ouvi ninguém [no prédio do Tesouro norte-americano] se queixar.’⁷⁹

Em termos de política externa norte-americana, o importante é buscar entender quais são os interesses dos Estados Unidos na região. Nesse caso, pode-se avaliar, baseado nesses interesses, que tipo de ajustes as economias nacionais deveriam fazer em suas políticas econômicas (fiscais, monetárias, financeiras, comerciais) de forma que esses interesses fossem atendidos. Porém, numa perspectiva *hegemon/poder de classe*, não apenas os interesses norte-americanos (que, no geral, não traduzem os interesses de todos os norte-americanos, mas sim de parte dos Estados Unidos, ou do “sistema imperial” em sua face menor que os Estados Unidos”) estão em jogo, mas também os interesses de atores de peso internacional, como os interesses de Wall Street.

No final de 1997, a partir da revelação do “segredo”, a crise tailandesa continuou e no início de 1998 o baht havia despencado para 56 o dólar. É claro que não se pode atribuir todo o processo de continuação da crise da Tailândia (mesmo após a Conferência de Tóquio em agosto de 1997) à atitude dos Estados Unidos, visto que diversos outros fatores influenciaram a situação de instabilidade. Entretanto, do ponto de vista dos membros do governo tailandês e, mesmo do

⁷⁸ Como pode ser visto no caso seguinte da Coréia do Sul, onde esta possibilitou a atuação do Estado norte-americano “internacionalizado” via-FMI, a implementar reformas que não necessariamente traduzissem medidas para conter a crise, mas sim, medidas que atendiam a interesses dos EUA na região.

⁷⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 93.

ponto de vista dos quadros do FMI, a divulgação do “segredo” tailandês, apenas agravou uma situação que estava para ser resolvida, mas com o prestígio sendo atribuído ao Japão.

Início da superação da crise tailandesa no início de 1998

A crise começa a ser superada quando, em novembro de 1997, a Tailândia *começou a mostrar realmente a disposição de pôr em ordem seu sistema financeiro.*⁸⁰ E a crise é superada quando *os investidores passaram a acreditar na determinação do governo de implementar as reformas exigidas pelo FMI* resultando na recuperação do baht e dos mercados tailandeses nos primeiros meses de 1998.⁸¹

Após a crise, um relatório, preparado por um painel de especialistas independentes, apontou o componente de responsabilidade do FMI na crise da Tailândia, devido a sua postura pró-liberalização e pró-entrada do capital estrangeiro nos países da região, sem alertar aos riscos que isso representava. Segundo Blustein, o relatório: apontava que o Fundo deveria ter advertido aos “mercados emergentes” dos riscos inerentes ao acolhimento de capital externo, tendo o Fundo atuado no sentido contrário, de encorajar os tailandeses e os países emergentes em abrir seus países para a entrada desse capital; e criticava *as recomendações confidenciais da equipe do FMI, feitas ao governo tailandês em 1996, acentuando que [essas recomendações deixaram] ‘deixaram de advertir sobre os riscos [relacionados] a tomada de empréstimos estrangeiros a curto prazo.*⁸²

A terceira fase da crise asiática: a crise em andamento e o estudo de caso da atuação do FMI na Coreia do Sul

⁸⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 93.

⁸¹ *Idem. Ibidem.* Porém, nesse caso, há que se entender o significado de “por em ordem o sistema financeiro” e o que faz os “mercados” passarem a acreditar no governo da Tailândia.

⁸² *Idem:* 94.

Assim como a Tailândia, a Coréia do Sul também fazia parte do bloco asiático, sendo um dos quatro “Tigres Asiáticos” –ao lado de Hong Kong, Cingapura e Taiwan. Blustein comenta que nos anos 1970 e 1980, vários céticos não acreditavam que a Coréia do Sul pudesse *figurar entre as economias mais avançadas*.⁸³ Porém, a Coréia do Sul desafiou os céticos com o *chaebol*, um conglomerado que dominava a economia sul-coreana, com empresas de peso como a Hyundai, a Kia e a Samsung que conquistaram importantes espaços no mercado mundial.⁸⁴ Blustein numera alguns *itens* que considera como responsáveis, em parte, pelo sucesso da Coréia do Sul: *alta taxa de poupança, sistema educacional proporcionando alfabetização quase total, sociedade com uma insuperável ética de trabalho, e administração prudente da política fiscal e monetária*.⁸⁵ Outro componente importante para o sucesso sul-coreano citado por Blustein, foi a boa combinação entre Estado e mercado. Enquanto o Estado conseguiu montar uma *máquina de exportação capaz de arranjar as divisas estrangeiras necessárias para pagar as contas da importação de petróleo e matérias primas*, os bancos nacionais eram *usados pelo Estado para canalizar a poupança popular para o conglomerado industrial sul-coreano, o chaebol*.⁸⁶

O início da inflexão

Porém, assim como na Tailândia, os “anos de ouro” da Coréia do Sul começaram a dar sinais de desgaste. Blustein cita algumas razões: (1) o tratamento diferenciado e o favorecimento dos bancos sul-coreanos aos clientes integrantes do *chaebol*; (2) o alto índice de endividamento das empresas sul-coreanas, que, em parte, estava relacionado com a política protecionista do governo em relação aos integrantes do *chaebol*, que *interferiam [quando estes*

⁸³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 130.

⁸⁴ *Idem. Ibidem.*

⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

⁸⁶ *Idem. Ibidem.*

*entravam em dificuldades] a fim de proteger todos contra perdas calamitosas, até mesmo com medidas de resgate (...) se necessárias; (3) os gastos excessivos apresentados pelos magnatas sul-coreanos.*⁸⁷

No início de 1997, o grupo siderúrgico Hanbo, um dos “trinta grandes do *chaebol*”, faliu devido ao volume do seu endividamento. Em seguida, outras empresas do *chaebol* também faliram: a Sammi, a Jinro e a Kia (que era a oitava entre as 30 do *chaebol*) levando a uma considerável deterioração da solidez do sistema bancário nacional.⁸⁸ Apesar das bancarrotas de empresas integrantes do *chaebol*, a economia sul-coreana continuou com exportações crescentes e uma inflação abaixo de 5 por cento ao mês.⁸⁹

No dia 15 de outubro de 1997, o FMI elaborou um documento (um relatório confidencial preparado por uma equipe do Fundo) minimizando a possibilidade da Coreia do Sul entrar numa crise (como a que já havia ocorrido na Tailândia e já tinha se propagado para a Indonésia e a Malásia). O relatório do FMI argumentava que a situação da Coreia do Sul era diferente da situação da Tailândia, da Indonésia e da Malásia, visto que: *‘os fundamentos macroeconômicos [sul-coreanos] permanecem sólidos, e o déficit de conta corrente está caindo para um nível mais satisfatório’.*⁹⁰

Muitos criticaram o FMI por não terem previsto as crises. No caso da Coreia do Sul, entretanto, Blustein comenta que não havia razão, pelo menos do ponto de vista econômico, para que a crise financeira na Coreia viesse a ocorrer. Nesse caso, sem nenhum motivo aparente, a Coreia do Sul começa a sofrer um ataque financeiro por parte do “Rebanho Eletrônico”. Segundo Blustein:

A crise sul-coreana surgiu como um raio de tempestade. Mais do que qualquer outra crise, a da Coreia do Sul exemplificou como a economia de um país –mesmo tendo

⁸⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 131.

⁸⁸ *Idem*: 132.

⁸⁹ *Idem. Ibidem*.

⁹⁰ *Idem*: 128.

maravilhado o mundo com suas proezas industriais– podia ser vítima, súbita e inesperadamente, do caráter volúvel do Rebanho Eletrônico.⁹¹

Outro fator também contribuiu para o início da crise. No dia 17 de outubro, o presidente do Banco da Coréia Lee Kyung Shik, recebeu a informação de que Taiwan *tinha decidido abandonar a política de defender o novo dólar taiwanês*.⁹² Isso afetou a economia sul-coreana, visto que as suas exportações competiam com as taiwanesas, e isso, por sua vez, viria a exercer pressão sobre a moeda sul-coreana, o *won*.

O agravamento da crise em novembro de 1997

No dia 18 de outubro de 1997, com a desvalorização do novo dólar taiwanês, a Bolsa de Hong Kong despencou devido à reação dos operadores de mercado, com base no raciocínio de que *se Taiwan, com 80 bilhões de dólares em reservas cambiais, não era capaz de sustentar sua moeda, então Hong Kong não poderia manter por muito mais tempo o tradicional sistema de vincular estreitamente a [sua] moeda ao dólar*.⁹³ Isso viria a ter repercussões na Coréia do Sul, e, no dia 4 de novembro, as autoridades sul-coreanas perceberam que *a economia do país caminhava para uma crise de proporções colossais*⁹⁴ pois, medidas que antes atraíam cerca de 1 bilhão de dólares para o país, não estavam mais surtindo efeito e o won havia se desvalorizado de 915 o dólar para 1.000 o dólar em 10 de novembro. Essa desvalorização, por sua vez, acabou desestimulando os bancos estrangeiros a concederem refinanciamento dos empréstimos na moeda sul-coreana, e estimulando-os a exigirem o pagamento das

⁹¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 128.

⁹² *Idem*: 133.

⁹³ *Idem*: 136.

⁹⁴ *Idem. Ibidem*.

dívidas sul-coreanas, piorando ainda mais a situação. Nesse quadro *o Rebanho Eletrônico estava se distanciando rapidamente de tudo que fosse sul-coreano.*⁹⁵

No dia 11 de novembro de 1997, o ministro das finanças sul-coreano Kang Kyung Shik enviou um representante do governo para o Japão para pedir um empréstimo bilateral ao Ministério das Finanças japonês e para *conseguir que fosse recomendado aos bancos japoneses não cortarem as linhas de crédito aos bancos coreanos. Mas, o enviado voltou de mãos vazias.*⁹⁶ Nesse quadro, passado alguns dias, o ministro das finanças, junto com o presidente do Banco da Coréia e outros quadros da gestão econômica sul-coreana, foram para a mansão presidencial coreana *comunicar ao presidente Kim Young Sam que a Coréia do Sul teria com toda a probabilidade de pedir a assistência do FMI.*⁹⁷

No dia 16 de novembro, Michel Camdessus, o diretor administrativo do FMI, chegou a Seul secretamente juntamente com Hubert Neiss (o funcionário do FMI que tinha chefiado a missão do FMI na Tailândia). No mesmo dia, os dois representantes do FMI se encontraram com o ministro das finanças, Kang, e o diretor do banco central da Coréia, Lee. No encontro, ficou acordado que o país ia precisar de um pacote de 30 bilhões de dólares, porém, Camdessus não mencionou nenhuma exigência no dia, como as que iria fazer duas semanas depois relativas à *uma transformação radical do sistema econômico sul-coreano.*⁹⁸

A exemplo do caso da Tailândia, durante a conversa com os membros do governo coreano, Camdessus procurou saber se não tinha nenhum “segredo” guardado por eles, como por exemplo, a respeito de dados relativos às reservas do Banco da Coréia. A resposta foi que, do valor anunciado publicamente de 30,5 bilhões de dólares nas reservas internacionais da Coréia do Sul, apenas 6 bilhões

⁹⁵ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 136.

⁹⁶ *Idem*: 137.

⁹⁷ *Idem. Ibidem*.

⁹⁸ *Idem*: 138.

estavam comprometidos com operações como as que ocorreram na Tailândia.⁹⁹

Porém, no caso sul-coreano, não havia nenhum “segredo”, mas havia dois detalhes importantes que Camdessus não havia perguntado e os coreanos haviam omitido. A primeira omissão dizia respeito ao fato de que parte das reservas internacionais estava depositada nas filiais dos bancos sul-coreanos instalados no exterior *onde estavam sendo usadas para pagar os débitos, e não podiam, portanto, ser retiradas de repente sem abalar o sistema bancário.*¹⁰⁰ A segunda omissão ou informação alterada de dados, dizia respeito à *amplitude das obrigações estrangeiras do mundo corporativo da Coreia do Sul.*¹⁰¹ Os dados oficiais referiam-se a 65 bilhões de dólares que venciam em 1998, mas, somente mais tarde a missão do FMI, chefiada por Hubert Neiss, veio saber que o total verdadeiro era de 105 bilhões de dólares. Com essas duas omissões do governo coreano, segundo Blustein, o FMI ficou sem saber até *que ponto um país aparentemente próspero como a Coreia do Sul seria vulnerável numa situação de pânico.*¹⁰²

Após o encontro do dia 16 de novembro, ficou acordado que a Coreia do Sul ia pedir assistência ao FMI, mas que só iria anunciar o fato no dia 18 de novembro, devido à votação marcada no dia 17 do mesmo mês, a respeito das leis sobre a reforma financeira. Porém, a seqüência de eventos que ocorreu nos dias seguintes abalou o que tinha sido acordado entre Camdessus, o presidente do Banco da Coreia, Lee, e o ministro das finanças, Kang.

No dia 17, a Assembléia Nacional rejeitou os projetos de lei a respeito das reformas financeiras, e no dia 19, o ministro das finanças Kang, que estava presente no encontro com Camdessus, foi *abruptamente exonerado do cargo de*

⁹⁹ No caso Tailandês, como já mencionado, do total anunciado de 30 bilhões de dólares, 28 estava comprometido, restando apenas 2 bilhões nas reservas internacionais tailandesas.

¹⁰⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 139.

¹⁰¹ *Idem. Ibidem.*

¹⁰² *Idem. Ibidem.*

*vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças e Economia*¹⁰³ e foi substituído pelo então ministro do Comércio Lim Chang Yuel que, de posição nacionalista, viria exercer maior resistência às propostas do FMI. Lim, o novo ministro das finanças, comentou que era do interesse do Japão e dos Estados Unidos ajudarem a Coréia, e pediu ajuda a estes países. Porém, Washington e Tóquio rejeitaram o pedido de Lim e o won desvalorizou ainda mais no dia 20 de novembro de 1997.¹⁰⁴ No mesmo dia, Stan Fischer, vice-diretor do FMI, chegou a Seul.

A importância da Coréia do Sul e a decisão de pedido de ajuda ao FMI

No dia 21 de novembro de 1997, Fischer e Lim se encontraram novamente e ficou acordado que a Coréia do Sul ia recorrer ao FMI. Fischer ordenou então que uma missão do Fundo fosse a Seul. No dia 22 de novembro, o presidente da Coréia do Sul, Kim Young Sam, deu uma declaração prevendo “sofrimento duríssimos” e que a nação deveria se preparar para eles.¹⁰⁵

No dia 26 de novembro, Lee Keun Yung, chefe da sucursal do Banco da Coréia em Washington, ligou para o diretor-assistente sênior da Divisão de Finanças Internacionais do Federal Reserve, Charles Siegman, pedindo ajuda, pois as reservas do Banco da Coréia estavam muito pequenas devido à fuga de capitais e, em poucos dias, poderia haver uma inadimplência do país. A grave informação chegava então aos altos escalões do governo norte-americano e também à Hubert Neiss, integrante da missão do FMI em Seul.¹⁰⁶

A Coréia do Sul –além de ter um maior peso na economia mundial do que a Tailândia e a Indonésia– tinha também uma importância geopolítica, visto que *trinta e sete mil soldados americanos estavam baseados no território sul-coreano para conter qualquer ataque (...) imprevisível do regime comunista da Coréia do*

¹⁰³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 140.

¹⁰⁴ *Idem*: 140-141.

¹⁰⁵ *Idem*: 127.

¹⁰⁶ *Idem*: 142.

Norte. Além disso, a Coréia do Sul representava *um símbolo tranqüilizador do compromisso dos Estados Unidos com a manutenção da paz na Ásia*.¹⁰⁷ Por esse motivo, diante da crise sul-coreana, os diferentes departamentos do governo norte-americano tiveram pontos de vista diferentes em relação a solução da crise. Enquanto os setores ligados à política externa –como a equipe de segurança nacional da Casa Branca, os Departamentos de Estado e de Defesa– defendiam uma ampla ajuda dos Estados Unidos para evitar que a crise continuasse, os setores ligados à parte econômica –ou seja, o departamento do Tesouro e o Fed– tinham seus olhos voltados, não para a solução da crise em si, mas para o processo de negociação conduzido pelo FMI que iria definir os rumos que a política econômica da Coréia do Sul iria tomar. Nesse momento, apenas a continuidade da crise iria permitir que o governo norte-americano pressionasse o governo sul-coreano para adotar todas as reformas que interessavam a eles ou ao “complexo Wall Street-Tesouro”. Esse racha, ocorrido dentro do próprio governo norte-americano, ressalta bastante esse aspecto dos interesses que estavam em jogo.

O quadro no dia 26 de novembro era tenso. A Coréia do Sul estava perto da inadimplência e estava relutante em adotar as reformas financeiras. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, *argumentou que a Coréia do Sul era importante demais, tanto econômica quanto estrategicamente, para que fosse deixada na iminência de cair na inadimplência*.¹⁰⁸ Larry Summers, secretário do Tesouro norte-americano para assuntos internacionais, se reuniu com Geithner para a elaboração de um plano de ajuda a Coréia que continha três componentes: (1) o primeiro, e o mais importante do ponto de vista da política externa norte-americana, compreendia o esforço dos Estados Unidos *para convencer os coreanos a adotar uma série de providências reformistas*; (2) o segundo, era a preparação de um pacote de ajuda de 50 bilhões de dólares, com duas linhas: uma linha de frente

¹⁰⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 146.

¹⁰⁸ *Idem. Ibidem.*

com o dinheiro do FMI, do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento, e uma “segunda linha de defesa”, com 5 bilhões de dólares dos Estados Unidos, 10 bilhões do Japão e outros bilhões de dólares de outros países; (3) o terceiro componente dizia respeito à pressão sobre o Japão para *sustentar o combalido sistema bancário [sul-coreano], porque a retirada de empréstimos por parte dos bancos japoneses em dificuldades estava agravando os males da Ásia.*¹⁰⁹

Foi organizada uma teleconferência com os integrantes do governo norte-americano, onde *os pesos-pesados da segurança nacional e da política externa [norte-americana] argumentaram que os Estados Unidos não poderiam abandonar a Coréia do Sul numa hora de necessidade* haja vista a importância estratégica do país para os Estados Unidos na região.¹¹⁰ Porém, no, mesmo dia da teleconferência organizada pelos membros do governo norte-americano, os suplentes do G-7, o G-7D, se reuniu no aeroporto Kennedy em Nova York e chegou a uma conclusão diferente.

Nesse encontro, o representante da Alemanha no G-7D, Jurgen Stark, foi contrário à simples injeção de dinheiro na Coréia do Sul, mas foi favorável a uma convocação das principais instituições financeiras para conter a saída de capital do país. O diagnóstico de Stark era de que o problema não era a entrada de dinheiro, mas sim, o controle da saída. Proposta que foi rejeitada pelos outros integrantes do G-7D. Essa proposta, que envolve questões econômicas, mas pode ser considerada uma proposta política, é o chamado *bail-in*,¹¹¹ que, como foi demonstrado no decorrer dos acontecimentos, veio a solucionar a crise.¹¹²

O ***bail-in*** é um acordo com os principais credores do país em crise, de modo a garantir que a fuga de capitais seja contida. Segundo Blustein, o *bail-in*, no caso da Coréia do Sul, consistiu numa ação conjunta de Washington, Tóquio, Londres e

¹⁰⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 146.

¹¹⁰ *Idem*: 147.

¹¹¹ *Idem*: 194.

¹¹² Mas o *bail-in*, somente quando os Estados Unidos estavam completamente seguros de que o governo sul-coreano ia adotar as reformas que interessavam aos EUA.

outras capitais mundiais, no sentido de empregar *meios de 'persuasão moral' para induzir os bancos estrangeiros credores da Coréia do Sul a parar de tirar dinheiro do país.*¹¹³ O *bail-in* apresentava dois aspectos: o primeiro, é que ele envolvia interesses que incluíam os interesses dos credores, visto que procurava evitar a situação de inadimplência da Coréia do Sul; e o segundo aspecto, era que o plano *iria requerer um alto grau de intervenção e coordenação do governo.*¹¹⁴ Seria exigido dos bancos que refinanciassem os empréstimos à Coréia do Sul e aceitassem reembolsos em prazos mais longos, ao invés de cobrarem suas dívidas sem possibilidade de refinanciamento como estava ocorrendo até então devido ao receio de que a Coréia do Sul se tornasse inadimplente.

Como já citado, o representante da Alemanha no G-7D era favorável a essa idéia e, juntamente com ele, os mais altos cargos do FMI também o eram: o diretor administrativo Michel Camdessus, e o vice-diretor do FMI Stanley Fischer –ou seja, os dois mais altos cargos da instituição. Também apoiavam a idéia: Hans Tietmeyer, presidente do Banco Central alemão –o *Bundesbank*– e seus colegas de governo.¹¹⁵ Outro defensor dessa idéia, que já vinha divulgando-a dentro do governo norte-americano antes mesmo do dia 2 de novembro de 1997, era o diretor da Divisão de Finanças Internacionais do Fed, Edwin “Ted” Truman.¹¹⁶ Truman argumentava que a Coréia do Sul era a “candidata ideal” para o *bail-in* porque a maioria dos credores estrangeiros eram bancos e eles eram mais fáceis de organizar e *mais suscetíveis à persuasão do governo do que, por exemplo, fundos mútuos de pensão.*¹¹⁷

Porém, a idéia do *bail-in* teve oposição da maioria dos quadros do G-7D, do presidente do Fed, Alan Greenspan, e do secretário do Tesouro norte-americano

¹¹³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 193.

¹¹⁴ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁵ *Idem*: 194.

¹¹⁶ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁷ *Idem*: 195.

Robert Rubin. Os argumentos de Greenspan eram de ordem econômica e, em parte, ideológica: o primeiro argumento era a sua relutância em coagir instituições privadas; o segundo argumento era que Greenspan não sabia se o *bail-in* ia dar certo ou não; o terceiro argumento era de que eles não sabiam se os bancos iam aceitar o pedido feito dentro do processo (já descrito); e o último argumento, diz respeito ao receio de que, uma vez que o *bail-in* tivesse sido realizado na Coreia do Sul, os investidores viessem a tender a retirar seus investimentos de outros países emergentes, agravando a crise mundial.¹¹⁸

A missão do FMI chega à Coreia do Sul e os EUA decidem mandar um representante do Departamento do Tesouro

A missão do FMI chegou à Coreia do Sul no dia 26 de novembro de 1997. Logo que chegaram, receberam a notícia de que as reservas internacionais do país estavam se esgotando. Porém, os coreanos estavam resistindo às proposta de ajuste do FMI, que, como de costume, apontavam para ajustes recessivos. Hubert Neiss, chefe da missão do FMI ao lado de Wanda Tseng, estava intermediando a negociação entre os membros do governo sul-coreano (resistentes às propostas de reforma) e os membros do governo norte-americano, que se faziam presentes via e-mails ou ligações telefônicas e estavam demonstrando não estarem satisfeitos com seus resultados devido à resistência sul-coreana. Segundo um funcionário do FMI, em entrevista a Blustein: 'O Tesouro achava que Neiss estava entregando os pontos'.¹¹⁹ Nesse quadro, o governo norte-americano decide enviar à Coreia do Sul o subsecretário do Tesouro norte-americano David Lipton.

Lipton chega à Coreia no dia 27 de novembro de 1997. A mensagem que ele trazia era clara e ilustra bem a posição dos Estados Unidos frente à crise asiática: *se os coreanos [estivessem] dispostos a tomar providências radicais para alterar a*

¹¹⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 195.

¹¹⁹ *Idem*: 150.

*maneira como [estavam conduzindo] a economia, então os Estados Unidos [iriam] ajudar. Do contrário, não.*¹²⁰

Os interesses dos Estados Unidos e de Wall Street na abertura comercial e na desregulação financeira da Coreia do Sul

Quais eram os interesses dos Estados Unidos na região? Na verdade, os interesses estavam relacionados, em parte, às empresas norte-americanas de serviços financeiros. Segundo Blustein, o Tesouro dos Estados Unidos, fazia algum tempo, estava pressionando o governo da Coreia do Sul a abrir seu mercado financeiro rapidamente, mas a Coreia insistia em fazer o processo de forma gradual. O Tesouro norte-americano queria que o governo sul-coreano abandonasse as restrições aos bancos estrangeiros e permitisse que as empresas nacionais tomassem empréstimos no mercado mundial de títulos e vendessem mais ações a estrangeiros. Nesse sentido, o Tesouro dos Estados Unidos refletia um interesse de classe. Segundo Blustein: *a principal pressão exercida sobre o Tesouro em sua política frente a Seul era o lobbying de empresas americanas de serviços financeiros, que queriam abrir o mercado coreano.*¹²¹ O governo sul-coreano aceitou parte das exigências norte-americanas, mas com a condição de que *a implementação seria feita de maneira gradual.*¹²²

No início dos anos 1990, o governo norte-americano, já na gestão Clinton, estava com grande preocupação em gerar novos empregos, e, *por conseguinte, o Tesouro se preocupava em evitar que países erguessem barreiras à expansão de um dos mais competitivos setores americanos – o de bancos e finanças.*¹²³ Portanto, a defesa da liberalização e da abertura dos demais países emergentes, era do interesse dos Estados Unidos e de Wall Street, apesar do que a retórica era

¹²⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 151.

¹²¹ *Idem. Ibidem.*

¹²² *Idem. Ibidem.*

¹²³ *Idem: 59.*

de que a abertura iria beneficiar os países emergentes também.¹²⁴ Joseph Stiglitz e Alan Blinder do Conselho de Assesores Econômicos da Casa Branca (o CEA) discordavam *veementemente da afirmativa do Tesouro de que facilitar a atividade das instituições financeiras [norte-americanas], além de proporcionar benefícios às empresas americanas, favoreceria igualmente os mercados emergentes.*¹²⁵ Blinder argumentava, já no início dos anos 1990, que:

O argumento de que o influxo financeiro seria vantajoso [aos países emergentes] era correto, mas o que se esquecia eram dos riscos da saída de dinheiro dos referidos países. Era imprudente aplicar esse esquema irrealista a países com sistemas financeiros pouco desenvolvidos.¹²⁶

Stiglitz, enquanto membro do Conselho Econômico na gestão Clinton, no ano de 1993, acompanhou os interesses dos Estados Unidos com relação ao comércio com a Coreia do Sul que ia desde questões menores como *a abertura dos mercados da Coreia do Sul à comercialização das lingüiças norte-americanas até a importante questão da liberalização financeira e do mercado de capitais.*¹²⁷ Segundo Stiglitz, a Coreia do Sul, não era contrária ao processo de liberalização e reconhecia que era necessária *uma certa dose de liberalização, ou de desregulamentação* para a manutenção de um crescimento sustentado e uma integração do país com os mercados globais, porém o governo sul-coreano tinha consciência *dos perigos de uma má desregulação*, ou seja, uma desregulação feita de forma acelerada, e, para tanto, já tinha mapeado *uma rota para sua liberalização.*¹²⁸

Porém, aqui entram os interesses de Wall Street, visto que estes queriam que a liberalização fosse feita de forma mais rápida pois vislumbravam oportunidades lucrativas e não queriam esperar. Wall Street, segundo Stiglitz, *não hesitavam em pedir ajuda ao governo [dos EUA] para exercer pressão a favor do*

¹²⁴ O argumento padrão do pensamento liberal de que “todos vão se beneficiar”.

¹²⁵ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 59.

¹²⁶ *Idem. Ibidem.*

¹²⁷ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 139.

¹²⁸ *Idem. Ibidem.*

programa deles. E, segundo Stiglitz, o Departamento do Tesouro foi bastante ressonante com tais pressões utilizando o FMI como veículo institucional para realizar essa tarefa, entrando em ação novamente o “complexo Wall Street-Tesouro-FMI”, segundo a expressão de Robert Wade e Frank Veneroso. O papel do FMI seria, portanto, de intermediação entre os interesses da “força social” de alcance internacional (Cox) de Wall Street, o Tesouro norte-americano, e o governo sul-coreano. Nesse quadro Joseph Stiglitz chegou a seguinte conclusão:

No Conselho de Consultores Econômicos [da gestão Clinton] não estávamos convencidos de que a liberalização sul-coreana fosse uma questão de **interesse dos Estados Unidos**, embora, obviamente, ajudaria na consecução de **interesses especiais de Wall Street**.¹²⁹ (grifo de Stiglitz)

O Fundo Monetário Internacional *versus* o Departamento do Tesouro Estados Unidos

Aproveitando-se do pano de fundo da crise asiática, os Estados Unidos estavam exigindo da Coreia do Sul *um programa que ultrapassasse os limites habituais daqueles que o Fundo costumava preparar*.¹³⁰ A equipe do Fundo começou a notar que as exigências dos Estados Unidos não estavam sendo voltadas para a contenção da crise, visto que *quaisquer que fossem os méritos de uma transformação drástica do sistema financeiro, isso não iria conter o pânico que afetava a Coreia do Sul*.¹³¹ O Fundo começava a desconfiar de que o Tesouro dos Estados Unidos não estava realmente empenhado em conter a crise, e segundo Blustein: *'havia também uma atitude de ceticismo no Fundo quanto aos reais motivos da posição do Tesouro'*.¹³²

Nesse momento da crise sul-coreana, o FMI começou a apresentar forte resistência às exigências que os Estados Unidos estavam querendo impor à Coreia

¹²⁹ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 139.

¹³⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 152.

¹³¹ *Idem. Ibidem.*

¹³² *Idem. Ibidem.*

do Sul. O “complexo Wall Street-Tesouro-FMI”, se rompe parcialmente, ficando o complexo Wall Street-Tesouro” de um lado e o FMI de outro.¹³³ Quanto mais se acalorava a negociação, mais se tornava evidente o desespero dos Estados Unidos para que a Coréia do Sul aceitasse adotar as reformas da forma como o *hegemon* estava propondo. A pressão era exercida numa seqüência “hierárquica” que ia desde o secretário do Tesouro dos EUA numa ponta, passando pelo FMI, indo até os membros do governo sul-coreano na outra. Segundo Blustein:

Em obediência às instruções de [Robert] Rubin [- secretário do Tesouro norte-americano], Lipton [sub-secretário do Tesouro] pressionou tanto o FMI quanto os sul-coreanos para que alcançassem um acordo o mais abrangente possível. Quando as autoridades sul-coreanas lhe informaram que tinham praticamente chegado a um entendimento com [o chefe da missão do FMI Hubert] Neiss, Lipton replicou que eles podiam assinar o pacto que quisessem, mas o documento só seria válido depois de aprovado pelo FMI em Washington, com o aval dos Estados Unidos.¹³⁴

Lipton se encontrou com um alto funcionário do Ministério das Finanças da Coréia do Sul, Chung Duk Koo, que disse a ele que *a Coréia já tinha feito as concessões que era capaz de fazer*.¹³⁵ Porém, Lipton estava determinado a cumprir sua tarefa de pressionar o governo sul-coreano para implementar as reformas que os Estados Unidos queriam. Nesse sentido, a resposta de Lipton a Chung Duk Koo foi que ele já *já tinha conversado, na manhã anterior, com o ministro das finanças Lim e discutido os elementos que Washington julgava necessários para a recuperação da economia [sul-]coreana* e que seriam pré-condições para a concessão do programa de assistência do FMI.¹³⁶

¹³³ Essa não é a primeira vez que isso acontece, visto que em setembro de 1979, o então diretor do Fed dos EUA, Paul Volcker, representando os interesses dos Estados Unidos naquele momento, discordou fortemente do posicionamento do FMI, optando pela elevação da taxa de juros norte-americana que acabou tendo repercussões na economia norte-americana e mundial.

¹³⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 152-153.

¹³⁵ *Idem*: 153.

¹³⁶ *Idem. Ibidem*.

Os esforços de Lipton representavam os interesses dos Estados Unidos, que por sua vez representavam os interesses de Wall Street, visto que, *os esforços de Lipton se concentravam em obter promessas firmes e específicas dos coreanos de que iriam acelerar a liberalização do sistema financeiro nacional (...) [e iriam adotar também] uma política monetária mais estrita.*¹³⁷ A equipe do FMI gostava de algumas propostas, porém desaprovava as propostas que *pareciam mais dirigidas para defender os interesses dos EUA do que os da Coreia do Sul. Entre estas, a exigência de que Seul concedesse mais facilidades às corretoras estrangeiras.*¹³⁸

Numa teleconferência, Camdessus recebeu a notícia de que um grupo de altos funcionários do FMI em Washington, *favoráveis à imposição de duras exigências aos sul-coreanos*, estavam insatisfeitos. Segundo Blustein, Camdessus havia respondido referindo-se aos norte-americanos: *'Eles estão sempre insatisfeitos'*.¹³⁹ A frase de Camdessus, na posição de diretor administrativo do FMI, fez os quadros do governo norte-americano ficarem incertos a respeito da sua posição diante dos interesses dos Estados Unidos. Essa insegurança era devido ao fato de que Camdessus, o mais alto cargo na hierarquia do FMI, estava sendo enviado pelos EUA para Seul para concluir as negociações. Tomando as devidas precauções, Robert Rubin, secretário do Tesouro norte-americano, ligou para Seul assim que Camdessus chegou na capital sul-coreana. O conteúdo da ligação não foi obtido por Blustein, porém, *o certo é que [Robert Rubin] lançou uma advertência bem clara e inequívoca [a Camdessus] de que os Estados Unidos não admitiriam um programa que julgassem fraco.*¹⁴⁰

Segundo a perspectiva da equipe do FMI e do ministro das Finanças e da Economia Lim Chang Yuel, as negociações haviam sido concluídas em 2 de dezembro de 1997. Porém, no dia 3 de dezembro, Camdessus chegou a Seul para

¹³⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 153.

¹³⁸ *Idem. Ibidem.*

¹³⁹ *Apud Idem*: 155.

¹⁴⁰ *Idem. Ibidem.*

concluir as negociações que, segundo ele, ainda não haviam terminado. Camdessus, atendendo às ordens do Tesouro norte-americano, estendeu as negociações durante um dia e conseguiu arrancar *várias novas concessões dos sul-coreanos*.¹⁴¹

Entre as exigências que Camdessus havia feito para o governo sul-coreano, estava o aumento das taxas de juros de 12,5 por cento para 25 por cento, acima dos 15 ou 20 por cento acordados nas negociações entre Neiss e o governo sul-coreano. O argumento que Camdessus usou era de que o aumento da taxa de juros ia restaurar a “confiança dos mercados”. Os sul-coreanos alegaram que naquela circunstância, o aumento da taxa de juros não ia atrair capital externo. Porém, no pano de fundo da crise, o governo sul-coreano não tinha como resistir, visto que, segundo o presidente do Banco da Coréia, Lee Kyung Shik, *as reservas disponíveis tinham caído para 6 bilhões de dólares*.¹⁴²No mesmo dia, 3 de dezembro de 1997, foi anunciado, após todas as reformas propostas pelo Departamento do Tesouro dos EUA terem sido aceitas pelo governo sul-coreano, o pacote de 55 bilhões de dólares em socorro à Coréia do Sul. Desses 55 bilhões, 21 bilhões eram a quota do FMI.

Antes do final das negociações, Camdessus, segundo François Chesnais, *obrigou os três candidatos à presidência a assinarem o compromisso de respeitar os termos do acordo [assinado em 3 de dezembro] que havia sido ditado para o presidente em exercício na primeira viagem*.¹⁴³ Depois disso após o final da negociação, Camdessus e o ministro das finanças e da economia sul-coreano, Lim Chang Yuel, deram uma declaração conjunta para a imprensa. Segundo Blustein, Camdessus, “com fisionomia alegre”, declarou:

‘Tenho a satisfação de anunciar que as autoridades coreanas e o FMI concluíram hoje em Seul negociações sobre um vigoroso programa econômico que dá uma resposta decisiva

¹⁴¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 155.

¹⁴² *Idem*: 156.

¹⁴³ CHESNAIS, F. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*, 1998: 306.

e muito esperada para as atuais dificuldades econômicas do país'.¹⁴⁴

E, em seguida, falou o ministro Lim, "com ar cabisbaixo":

'Queria pedir perdão ao povo coreano (...). Os sofrimentos e encargos que virão constituem o preço a ser pago para reavivar e recuperar nossa reduzida credibilidade na comunidade financeira internacional.'¹⁴⁵

E, a respeito do pacote de ajuda dado à Coréia do Sul, um funcionário do Tesouro, em entrevista à jornalistas, comentou:

O programa fará consideráveis mudanças no setor financeiro da Coréia do Sul, o que, por sua vez, possibilitará abrir a economia do país e torná-la mais dependente da operação das forças do mercado.¹⁴⁶

Entretanto, como a experiência anterior da Tailândia demonstrou, e, ressonante com diversos analistas e membros do governo norte-americano e alemão, a simples injeção de dinheiro não viria a solucionar a crise sul-coreana. A solução, segundo eles, poderia estar no controle da saída do capital através do já citado *bail-in*.

Em troca do pacote de socorro, a Coréia do Sul tinha aceitado, no quadro da crise e no processo de negociação descrito, adotar as seguintes reformas: (1) adotar diversas medidas para abrir seus mercados ao capital estrangeiro; (2) aumentar a competição do setor financeiro (ou seja, frente ao setor financeiro dos demais países, sendo um dos setores mais competitivos da economia norte-americana: o de bancos e finanças); (3) conter a capacidade das empresas sul-coreanas do *chaebol* de ter acesso fácil ao crédito através de ações de camaradagem dos bancos sul-coreanos; (4) permitir que os estrangeiros pudessem estabelecer, em meados de 1998, sucursais de bancos e corretoras no mercado sul-coreano, *conforme os norte-americanos haviam desejado*; (5) aumentar o para a

¹⁴⁴ Apud BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 157.

¹⁴⁵ Apud *Idem. Ibidem*.

¹⁴⁶ *Idem. Ibidem*.

participação conjunta de estrangeiros nas empresas sul-coreanas com ações negociadas na Bolsa, de 26 para 50 por cento.¹⁴⁷

O detalhe do pacote de socorro à Coréia do Sul: o não-envio da segunda linha de defesa e o “impulso desestabilizador dos EUA”

O pacote de 55 bilhões de dólares acordado com a Coréia no dia 3 de dezembro de 1997, em troca das inúmeras reformas no seu sistema financeiro e da adoção de políticas monetárias restritivas, era composto de duas partes: uma multilateral, que totalizava 35 bilhões de dólares provenientes do FMI, do Banco Mundial e 4 bilhões do Banco Asiático de Desenvolvimento; e outra, bilateral (ou seja, proveniente dos governos dos países ricos), denominada a “segunda linha de defesa”, que somava os restantes 20 bilhões de dólares. A segunda linha de defesa –o componente bilateral– estaria disponível caso os recursos multilaterais –do FMI, do Bird e do Banco Asiático– *se revelassem insuficientes*.¹⁴⁸

No dia 4 de dezembro, um dia depois de anunciado o pacote de socorro à Coréia do Sul, os membros da missão do FMI se reuniram para *escrever o relatório sobre o programa para a diretoria executiva, que se reuniria às 9 da manhã [daquele dia] para aprovar o documento*.¹⁴⁹

Segundo os economistas do FMI, *a Coréia do Sul conseguiria suficiente dinheiro para evitar a inadimplência se recebesse todos os empréstimos mencionados no pacote, ou seja, os 55 bilhões de dólares que incluíam a segunda linha de defesa que compreendia a parcela dos países ricos*.¹⁵⁰ Porém, os membros da equipe do FMI que atuaram na Coréia receberam uma ligação de Washington de Bijan Aghevli –do Departamento da Ásia e do Pacífico do FMI– que alertou que não estava garantido que a segunda linha de defesa seria disponibilizada. A reação dos

¹⁴⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 156.

¹⁴⁸ *Idem*: 185.

¹⁴⁹ *Idem. Ibidem*.

¹⁵⁰ *Idem*: 186.

membros da missão em Seul foi de espanto, visto que *sem os 20 bilhões de dólares da segunda linha de defesa, os sul-coreanos não teriam condições de saldar suas obrigações financeiras*.¹⁵¹ Isso significaria que o pacote não iria “acalmar os mercados” e que a Coréia do Sul continuaria sofrendo com uma fuga de capitais.

Segundo Blustein, a equipe do Fundo precisava agir rápido. Segundo uma norma do FMI, a diretoria executiva não podia aprovar um programa de ajuda a um país que demonstrasse não estar em condições de pagar suas contas. A expressão utilizada para descrever a situação desse país era que ele “não estaria financiado”. Caso o pacote não incluísse os 20 bilhões dos países ricos (ou seja, da parcela bilateral, ou “segunda linha de defesa”), a Coréia do Sul passaria a estar inserida nessa categoria. A equipe do Fundo de Seul pediu a Aghevli para avisar à diretoria do FMI em Washington que, caso a segunda linha não fosse incluída, a Coréia “não estaria financiada”.¹⁵²

Os Estados Unidos, segundo os formuladores de política norte-americanos, concluíram que, nesse momento, *o Tesouro não tencionava permitir o desembolso dos fundos da segunda linha*.¹⁵³ O argumento utilizado pelo Departamento do Tesouro para o não-envio era um possível ataque do Congresso norte-americano pelo fato dele estar usando *recursos de emergência para resgatar diretamente um país em dificuldade*.¹⁵⁴

Os funcionários do Tesouro disseram mais tarde que o dinheiro seria disponibilizado, caso a situação da Coréia se agravasse. Porém, nessas condições, o dinheiro não poderia ser constado no pacote. Aghevli e os membros da missão do FMI em Seul alteraram as pressuposições sem necessariamente falsificar o documento de forma a compensar a não-inclusão dos 20 bilhões de dólares da segunda linha de defesa. O relatório então *presumiu a hipótese de que 80 por*

¹⁵¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 186.

¹⁵² *Idem. Ibidem.*

¹⁵³ *Idem*: 187.

¹⁵⁴ *Idem*: 186.

cento dos credores estrangeiros da Coréia do Sul refinanciariam as dívidas, em vez de exigir pagamento imediato, como vinham fazendo até então.¹⁵⁵ Porém, o relatório a respeito do pacote de socorro (com uma quantia insuficiente devido à decisão dos Estados Unidos de não confirmarem a segunda linha de defesa) acabou sendo escrito de forma a não transmitir uma confiança tão grande. Diz um trecho do relatório: *É difícil avaliar com certeza o desenvolvimento provável do fluxo de capital durante o período de vigência do programa, dada a incerteza que paira sobre o refinanciamento da dívida a curto prazo do setor privado.*¹⁵⁶

Do dia 8 ao dia 12 de dezembro, o impulso desestabilizador dos mercados voltou a atuar na Coréia e o won despencou durante esses cinco dias ficando em 1,712 por dólar o que fez com que os mercados do mundo inteiro se agitassem.¹⁵⁷

Os diagnósticos dos Estados Unidos a respeito da continuação do ataque, foram feitos não com base em análises econômicas, mas com conotações políticas. Antes mesmo dos mercados iniciarem o ataque, as autoridades norte-americanas já haviam anunciado que 'tinham feito a sua parte' e, caso a Coréia não demonstrasse *'suficiente empenho em executar as reformas exigidas pelo Fundo, [seria] punida pelos mercados'*.¹⁵⁸ E foi.

Segundo Blustein, sem os 20 bilhões da segunda linha de defesa, a operação de resgate, apesar de seu volume, não convenceu os investidores de que a Coréia iria conseguir lidar com a saída do grande volume de capital de curto prazo, caso esse não fosse refinanciado. Nesse sentido, essa insuficiência é que acabou por manter o clima de desconfiança. Diz Blustein:

Mas o que, na verdade, afetou o sentimento do mercado foi a crescente convicção de que a operação internacional de resgate, por mais abrangente que fosse, não proporcionava

¹⁵⁵ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 187.

¹⁵⁶ *Idem. Ibidem.*

¹⁵⁷ *Idem*: 188.

¹⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

a Seul recursos suficientes para sustar a saída potencial de capital de curto prazo.¹⁵⁹

Enquanto que no caso da Tailândia os Estados Unidos acionou o impulso desestabilizador ao divulgar a informação de que a grande parte das reservas internacionais tailandesas estavam comprometidas,¹⁶⁰ na Coreia do Sul, o vazamento da informação a respeito do relatório do FMI de 3 de dezembro e da situação da fragilidade do país, chegou até um dos principais jornais sul-coreanos, o *Chosun Ilbo*.¹⁶¹

O artigo do jornal revelava informações do relatório do FMI sobre o estado precário das reservas internacionais sul-coreanas e sobre o alto nível das dívidas de curto prazo. Além disso, mostrava que: *as reservas utilizáveis [sul-coreanas] tinham encolhido para 6 bilhões de dólares em 2 de dezembro [de 1997]; e que parte da dívida externa que vencia no ano seguinte alcançava 116 bilhões de dólares, em lugar dos 65 bilhões mencionados pelas fontes oficiais.*¹⁶²

Segundo Blustein, *o impacto do artigo foi devastador para o clima de confiança. E reforça o autor: 'foi tão devastador quanto tinha sido o anúncio pela Tailândia em agosto de 1997, sobre quanto tinha se comprometido a gastar na defesa do baht'.*¹⁶³ A quantia do resgate não era suficiente (uma vez que os 20 bilhões da segunda linha não estavam incluídos) para cobrir as obrigações em moeda forte das empresas sul-coreanas e essas informações acabaram chegando até a mídia sul-coreana, conseqüentemente, aos investidores.¹⁶⁴

A eleição presidencial na Coreia do Sul em 18 de dezembro de 1997

¹⁵⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 189.

¹⁶⁰ Restando apenas 2 bilhões de dólares no banco central tailandês.

¹⁶¹ *Idem. Ibidem.*

¹⁶² Essa quantia extra só seria incluída "desde que fossem computados os débitos das filiais estrangeiras e subsidiárias das empresas sul-coreanas." *Idem. Ibidem.*

¹⁶³ *Idem. Ibidem.*

¹⁶⁴ *Idem*: 190. Em entrevista à imprensa nos dias 11 e 12 de dezembro respectivamente, os diretores de instituições financeiras como o Crédit Agricole Indosuez e a Thompson Financial Services Company, argumentaram em entrevista que o dinheiro do resgate não era suficiente para estabilizar a Coreia do Sul naquele momento.

A continuidade da crise na Coreia do Sul permitia que os Estados Unidos continuasse a exercer o “sistema imperial” e a internacionalização do seu Estado até o dia da eleição presidencial no país, que ocorreria no dia 18 de dezembro de 1997. A manutenção da crise se fazia, em parte, por ação do governo norte-americano (ao negar a segunda linha de defesa) e, em parte devido à ação dos investidores financeiros.

Na Coreia do Sul, no processo da eleição presidencial, o candidato presidencial de linha nacionalista, Kim Dae Jung, estava na frente das pesquisas. A posição de Kim, a respeito das reformas que a Coreia do Sul teria que adotar em troca do pacote de ajuda internacional (que foram organizadas com vistas a atender aos interesses norte-americanos e de Wall Street) era de que, apesar de ter assinado o documento de apoio ao programa no encontro com Camdessus, junto com os outros candidatos, tinha declarado que, *se eleito, iria renegociar os termos*.¹⁶⁵ Nesse caso, os Estados Unidos viram que todo o esforço empreendido para que seus interesses na Coreia do Sul estivessem garantidos, podia ter sido em vão. Não havia motivo para o Tesouro norte-americano apoiar um país cujo futuro político era incerto, no sentido de executar ou não as reformas que eram do seu interesse.

Além da declaração de Kim Dae Jung –que estava à frente das pesquisas– de que iria voltar atrás no acordo com o FMI, o Ministério das Finanças do governo sul-coreano do presidente em exercício, Kim Young Sam, havia, no dia 9 de dezembro, um dia após ter começado o ataque contra o won, revelado que iria investir 1 bilhão de dólares *em dois bancos comerciais combalidos e preferia assumir o controle deles a fechá-los*.¹⁶⁶ E essa medida ia de encontro com os interesses norte-americanos no país.

¹⁶⁵ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 189.

¹⁶⁶ *Idem. Ibidem.*

O discurso norte-americano era de que os sul-coreanos estavam efetivando medidas “equivocadas”. Antes de se iniciarem o movimento dos mercados a partir do dia 8 de dezembro, o vice-diretor do FMI Stanley Fischer fez declarações indicando que, caso o governo da Coréia adotasse fielmente as reformas contidas no acordo, a crise seria solucionada, caso não, os mercados iriam punir a Coréia do Sul. O discurso de Fischer parece igualar os interesses norte-americanos aos interesses do mercado. Algo que pode ser melhor explicado dentro da lógica do “complexo Wall Street-Tesouro-FMI” (desempenhando, o FMI, um papel intermediário, porém fundamental). As declarações de Fischer no dia 5 de dezembro de 1997 (dois dias depois de assinado o acordo relativo ao pacote de ajuda e três dias antes do recomeço do ataque dos “mercados”) pareciam preparar o governo sul-coreano para a idéia de que, se não se ajustassem, o ataque continuaria. Os mercados na Coréia do Sul estavam calmos e reagindo bem, no momento em que Stanley Fischer fazia a seguinte declaração:

As reações iniciais [dos mercados] foram promissoras [pois o won tinha valorizado 2,5 por cento e a atividade na Bolsa da Coréia tinha subido 15 por cento após a assinatura do acordo com o FMI]. Embora essas primeiras reações sejam bem-vindas, elas só se manterão nesse curso se o programa econômico coreano for rigorosamente implementado e se o mercado concluir que ele está sendo rigorosamente implementado.¹⁶⁷

Na mesma linha, o FMI e do Tesouro dos Eua declaravam no dia 5 de dezembro: *‘Fizemos a nossa parte. O programa é sólido. O resto cabe aos próprios coreanos. Se não demonstrarem suficiente empenho em executar as reformas exigidas pelo Fundo, serão punidos pelo mercado’*.¹⁶⁸

Com esse discurso, três dias depois, quando o ataque ao won recomeçou, *Washington pôs a culpa em Seul*.¹⁶⁹ O governo sul-coreano estava resistindo a adotar as reformas “rigorosamente” e a reação de Washington foi rejeitar

¹⁶⁷ *Apud* BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 188.

¹⁶⁸ *Idem. Ibidem.*

¹⁶⁹ *Idem. Ibidem.*

publicamente os apelos sul-coreanos por um desembolso mais rápido do dinheiro.¹⁷⁰ Robert Rubin, secretário do Tesouro dos EUA, em resposta a esse apelo dos sul-coreanos, declarou: '*Acho que [os sul-coreanos] dispõem de um bom programa do FMI, e o que têm a fazer agora é implementar esse programa eficientemente*'.¹⁷¹

Nesse momento, os Estados Unidos estavam então acompanhando dois processos: o andamento da crise sul-coreana e as declarações dos candidatos a presidência, juntamente com as medidas adotadas pelo governo em exercício. A respeito do andamento da crise, segundo Blustein, o presidente do Fed, Alan Greenspan, começou a avaliar as possíveis conseqüências para a economia mundial e para os Estados Unidos de uma inadimplência da Coréia do Sul.¹⁷²

No dia 12 de dezembro de 1997, em meio a esse quadro, foi elaborado o "memorando plano B", um documento secreto enviado a Stanley Fischer, vice-diretor do FMI, redigido pelo economista britânico do Departamento de Análise e Desenvolvimento de Políticas do FMI, Matthew Fischer. O memorando apresentava três possibilidades de resolução da crise sul-coreana avaliando os prós e contras de cada uma delas. A primeira opção era aumentar o pacote, e a velocidade de desembolso do dinheiro. Essa opção – a mais usada pelo FMI e pelos países ricos nas crises dos anos 1990 e início do século XXI – tinha a desvantagem de que, uma vez que o dinheiro entrasse e a saída não fosse regulada, o mesmo viria a parar nas mãos dos bancos estrangeiros, como estava acontecendo com o dinheiro do primeiro pacote. A segunda opção, considerada pelo memorando plano B como 'menos ruim', seria deixar que a Coréia do Sul declarasse a inadimplência. Uma desvantagem levantada era o risco de que, com essa inadimplência, os investidores

¹⁷⁰ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 189.

¹⁷¹ *Idem*: 188-189.

¹⁷² *Idem*: 192. A inadimplência da Coréia do Sul significa uma situação de crise tão grande, que o país não iria mais poder cumprir seus compromissos de pagamentos externos, levando o país ao isolamento, com graves conseqüências para a economia e a sociedade sul-coreana. para a economia mundial. A respeito das conseqüências da inadimplência para a própria Coréia do Sul, segundo o ponto de vista dos coreanos ver *Idem*: 138.

viesses a retirar seus investimentos de outros mercados emergentes, como o dos países da América Latina. A terceira opção era acionar o *bail-in* – já explicado anteriormente.¹⁷³

Enquanto os Estados Unidos decidiam se ajudavam ou não a Coréia do Sul e calculavam os riscos envolvidos na sua inadimplência, no dia 16 de dezembro de 1997, um alto funcionário do FMI declarava à imprensa que o governo sul-coreano, diante da gravidade da crise, parecia estar comprometido com as reformas acordadas no plano de resgate do Fundo:

[Nós do FMI] estamos impressionados com o fato de que o governo [sul-coreano] não só está cumprindo o programa, como indo além, na direção certa. Pedimos a suspensão de nove bancos mercantis e, até agora, já foram suspensos quatorze. Pedimos a liberalização das operações financeiras, para que estrangeiros pudessem operar no mercado e no mercado de títulos, e isso está sendo providenciado com rapidez. Não vamos mudar o programa porque a tinta nem secou ainda.¹⁷⁴

Entretanto, os Estados Unidos estavam esperando o resultado de outro processo: a eleição presidencial na Coréia do Sul.

O resultado da eleição presidencial na Coréia do Sul e o acionamento, pelos EUA, do *bail-in*

No esperado dia da eleição presidencial da Coréia do Sul, 18 de dezembro de 1997, foi marcado um jantar da cúpula do Fed e do Tesouro dos EUA. Blustein realizou entrevistas com os participantes do jantar e eles haviam comentado que a idéia de *bail-in*, ou seja, de cooptar os bancos credores da Coréia do Sul, *quase não foi mencionada*.¹⁷⁵ Durante o jantar, foi recebida a notícia da eminente vitória de Kim Dae Jung, que, segundo Blustein, era um populista.¹⁷⁶ A primeira declaração do

¹⁷³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 193.

¹⁷⁴ *Idem*: 191.

¹⁷⁵ *Idem*: 196.

¹⁷⁶ Segundo Blustein, Kim Dae Jung, conhecido como DJ: “era um político populista, um homem que tornara-se famoso mundialmente pela luta contra a ditadura militar. Em 1971, quando disputou a presidência com o ocupante do cargo, Park Chung Hee, DJ foi ferido

novo presidente, também conhecido como DJ, não agradou os mercados, e o won, que havia se recuperado razoavelmente, voltou a se desvalorizar ao valor de 1,630 por dólar.¹⁷⁷

Nesse momento, Kim Ki Hwan, um importante personagem no processo de negociação da crise na Coreia do Sul estava a caminho de Washington. Kim não era oficialmente funcionário do governo, mas tinha o título de “embaixador extraordinário para assuntos econômicos”. Era um advogado convocado pelo governo sul-coreano para representar os interesses do governo no exterior. O ministro das Finanças e da Economia da Coreia do Sul, Lim Chang Yuel, recomendou o nome de Kim para ir a Washington negociar com os norte-americanos. Kim viajou no dia das eleições. Só quando chegou no aeroporto nos Estados Unidos é que soube do resultado da vitória do presidente Kim Dae Jung, o DJ. Antes de ter saído da Coreia do Sul havia se reunido com os membros do governo em exercício, porém não tinha conversado com os membros do governo recém eleito. Kim estava viajando a Washington para pedir ajuda, e, portanto, em troca, tinha que oferecer aos Estados Unidos a garantia de que o governo sul-coreano iria implementar as reformas propostas no acordo com o FMI. Porém, não sabia se o novo governo de DJ ia apoiá-las indo mais à frente com elas, devido às *penosas conseqüências para a classe trabalhadora em que ele tinha sua base de apoio*.¹⁷⁸

Kim, antes de se encontrar com os integrantes do Tesouro, precisava do apoio do novo governo para ter a certeza de que o que fosse acordado, entre Kim e o Tesouro dos Estados Unidos, viesse a ser executado por DJ. Kim, em entrevista a

gravemente quando um caminhão jogou “acidentalmente” o seu carro de campanha para fora da estrada. Dois anos mais tarde, foi seqüestrado de um hotel de Tóquio por agentes de segurança sul-coreanos e quase perdeu a vida. Levado à justiça por ter alegadamente incitado motins, foi condenado à morte, passou vários anos na prisão e acabou conseguindo asilo político nos Estados Unidos. Em seguida à derrubada do regime militar em 1987, mostrou-se relutante em aderir ao partido governista e manteve laços estreitos com os sindicatos militantes coreanos. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 198.

¹⁷⁷ *Idem*: 196.

¹⁷⁸ *Idem*: 198.

Blustein, contou que ligou para Seul e conseguiu, através de um deputado do partido de DJ, a resposta do secretário do presidente: *'Embaixador Kim, estamos com o senhor e lhe desejamos sucesso em sua missão'*. O recado dado a Kim na sua caixa de mensagem foi que o presidente eleito garantia a ele pleno apoio. Antes do encontro, no dia 19 de dezembro, Kim obteve informações do presidente do Banco da Coréia, Lee Kyung Shik, de que *se nada fosse feito, [as reservas sul-coreanas] em divisas estrangeiras em 31 de dezembro seriam de 600 ou 800 milhões negativos*.¹⁷⁹ Kim, com as informações atualizadas e o apoio do novo governo, já estava pronto para o encontro com o pessoal do Tesouro dos EUA.

No encontro, Kim conversou com o sub-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers, e revelou a situação de gravidade das reservas internacionais da Coréia do Sul. Após isso, fez dois pedidos: o primeiro era que os Estados Unidos *usasse sua influência para que o FMI apressasse o desembolso do dinheiro do pacote para Seul*; o segundo era para que os Estados Unidos ativasse o *bail-in*, ou seja, a mobilização dos bancos credores da Coréia do Sul de modo a parar com a retirada do dinheiro do país. A resposta de Summers ao primeiro pedido foi positiva, porém, em relação ao segundo, Summers respondeu que no sistema norte-americano, *'o governo não pode dizer aos bancos o que fazer'*.¹⁸⁰ A resposta de Kim foi: *'Bem, se os senhores não podem dar instruções aos bancos americanos, poderiam, pelo menos, pedir aos japoneses que digam aos bancos deles o que fazer?'*.¹⁸¹ Summers respondeu que ia pensar no assunto.

Summers, em sua conversa com Kim, obteve a informação mais importante a respeito do processo, que era de cunho político: o novo presidente da Coréia do Sul tinha feito a promessa de que *endossaria um plano de reformas* proposto pelos Estados Unidos através do acordo com o FMI. Nesse momento, após conquistada essa garantia crucial, aí sim, o Tesouro norte-americano acionou o *bail-in*.

¹⁷⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 199.

¹⁸⁰ *Idem. Ibidem.*

¹⁸¹ *Idem. Ibidem.*

Kim voltou do encontro esperando alguma resposta. Tempos depois, Timothy Geithner, do Tesouro dos Estados Unidos, lhe informou que David Lipton, secretário adjunto para assuntos internacionais do Tesouro, estava indo para Seul.

A partir de então, três eventos se iniciaram paralelamente: (1) a ida de David Lipton à Seul, para se encontrar com o novo presidente; (2) a reunião dos seis maiores bancos norte-americanos credores da Coreia do Sul; (3) e a convocação do G-7D (os suplentes do G-7), para organizar a reunião, cada um em seu país, dos grandes bancos credores dos sete países mais industrializados do mundo, com o objetivo de cessar a fuga de capitais da Coreia do Sul – em outras palavras, acionar o *bail-in*.

Evento 1: O encontro de David Lipton e o novo presidente da Coreia do Sul Kim Dae Jung após a eleição

Kim conseguiu chegar a Seul no dia 21 de dezembro, um dia antes que David Lipton. A meta de Kim era se assegurar de que o novo presidente iria concordar com as reformas que Lipton iria propor. Kim chegou a Seul e falou primeiramente com o ministro das finanças Lim. Este encaminhou Kim para se encontrar com o presidente DJ imediatamente para explicar tudo o que ele havia conversado, em Washington, com Larry Summers, do Tesouro norte-americano. Kim pediu a DJ que aceitasse o que Lipton viria propor. O presidente perguntou o que aquilo significava e Kim respondeu que o ministro das Finanças Lim iria lhe explicar.¹⁸²

A esperança de Kim –a respeito da possível aceitação de DJ e do novo governo às reformas propostas pelos Estados Unidos– era de que *vários assessores presidenciais eram a favor de dismantelar o poderoso [conglomerado industrial,] o chaebol*.¹⁸³ O receio do Tesouro dos Estados Unidos era, entretanto, saber se DJ,

¹⁸² BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 203.

¹⁸³ *Idem. Ibidem.*

que havia lutado tanto pela democracia *estava disposto a aceitar as conseqüências – inclusive a perda de empregos – que resultariam inevitavelmente do fechamento de bancos inoperantes e unidades não-competitivas do chaebol*.¹⁸⁴ Na Coréia do Sul existia uma lei anti-demissões e os sindicatos que haviam apoiado DJ nas eleições, estavam atentos para não deixar que essa lei fosse “afrouxada”. Porém, segundo Blustein, DJ, *com um passado de lutas em favor dos direitos trabalhistas, seria o homem mais indicado para convencer os trabalhadores a fazer sacrifícios*.¹⁸⁵

No encontro entre David Lipton e o novo presidente da Coréia do Sul, no dia 22 de dezembro, Lipton não chegou a mencionar nada a respeito de demissões, mas mencionou questões relativas a “flexibilidade dos salários”. Lipton, que já havia conduzido um projeto de estabilização na Polônia, durante o governo do líder trabalhista Lech Walesa, comentou com DJ que Walesa havia compreendido que o sofrimento que tais projetos viriam a gerar no país num curto período, iriam resultar em ganhos posteriores. Lipton, em entrevista a Blustein recordou: *‘Eu disse que embora a taxa de emprego tivesse aumentado na Polônia, muitos novos empregos foram criados e [em 1997] o desemprego [passou a se situar] abaixo da média européia*.¹⁸⁶ Segundo Blustein, a resposta do presidente Kim Dae Jung a Lipton foi que:

Sua primeira prioridade seria introduzir ajustes na economia sul-coreana e que todos – incluindo sindicatos, indústria, comércio e o governo – teriam que participar nos ajustes. A segurança no emprego viria em segundo lugar.¹⁸⁷

Evento 2 : convocação dos seis grandes bancos norte-americanos para acionar o *bail-in*

Paralelamente à viagem de Lipton a Seul e a seu encontro com o presidente DJ, o Tesouro norte-americano, uma vez garantido de que as reformas sul-

¹⁸⁴ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 203-204.

¹⁸⁵ *Idem*: 204.

¹⁸⁶ *Idem. Ibidem*.

¹⁸⁷ *Idem. Ibidem*.

coreanas iriam ocorrer, começava a organizar o encontro com os credores da Coreia do Sul.

O cargo mais alto do Fed era ocupado, no momento, por Alan Greenspan. O *Federal Reserve* era composto de onze bancos regionais, sendo o Fed de Nova York, o mais importante. O presidente do Fed de Nova York era William McDonough, que era a segunda maior autoridade do Fed, depois de Greenspan. McDonough marcou uma reunião com os altos executivos dos seis maiores bancos dos Estados Unidos, no dia 22 de dezembro de 1997, no mesmo dia em que David Lipton, do Tesouro, ia se encontrar com o novo presidente da Coreia do Sul. Estiveram presentes os representantes do Citibank, J.P.Morgan, Chase Manhattan, Bank of América, Bankers Trust e do Banco de Nova York. O objetivo do encontro era acionar o *bail-in*, ou seja, *garantir que os principais bancos estivessem preparados para iniciar o processo de chegar a um acordo para estancar a fuga de capitais da Coreia do Sul*.¹⁸⁸

Vários dos executivos presentes no encontro, em entrevista a Blustein, comentaram que os presentes *fizeram uma série de perguntas e tiveram várias reações(...). Mas a mais notável foi: por que fora preciso tanto tempo para uma reunião daquelas ser convocada?*¹⁸⁹

Essa pergunta é de grande importância para a atual pesquisa. A hipótese aqui levantada é que a demora do acionamento do *bail-in* –a despeito dos diversos argumentos do Tesouro norte-americano e de Alan Greenspan para que esse mecanismo não tivesse sido acionado– é que a crise não podia ser solucionada antes que o governo dos Estados Unidos tivesse certeza de que o novo presidente, eleito no dia 18 de dezembro, fosse aceitar as reformas propostas pelos Estados Unidos. Visto que a crise propicia o pano de fundo necessário para exercer uma pressão sobre os governantes de modo que acabem cedendo às propostas de

¹⁸⁸ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 201.

¹⁸⁹ *Idem*: 202.

reformas austeras a despeito de suas conseqüências impopulares como desemprego, recessão, etc. Apesar das inúmeras diferenças entre as diversas crises estudadas na pesquisa, um ponto em comum foi que o aceite à quebra do padrão das políticas expansionistas (com altas taxas de crescimento e emprego) pelos governos, não foi algo fácil de ser conquistado e nem foi adotado de forma espontânea. Estes acabaram por ceder às reformas austeras, com receio de que algo pior acontecesse, caso os grandes investidores continuassem a retirar o dinheiro do país. Foi assim no Reino Unido em 1976, no próprio Estados Unidos em 1978-1979 (durante a “crise de confiança no dólar” frente aos investidores internacionais)¹⁹⁰, na França nos primeiros anos do governo socialista de François Mitterrand, na América Latina durante o período de renegociação da dívida externa na década de 1980 e na Tailândia em 1997 (para citar apenas os casos analisados na atual pesquisa). Idéia essa expressa na frase de Stiglitz, ao se referir ao processo de aceleração da abertura comercial (entretanto, referindo-se apenas aos “mercados emergentes”):

Hoje, os mercados emergentes não são forçados a se abrir mediante ameaças militares, mas mediante o poder econômico, por meio da ameaça de sanções ou da suspensão da ajuda necessária em tempos de crise. (...) os negociadores comerciais dos Estados Unidos e o FMI freqüentemente insistiam em adiantar um pouco mais as coisas, acelerando o ritmo da liberalização do comércio. O Fundo insiste nesse ritmo mais rápido de liberalização como condição para ajudar os países que precisam – e aqueles que atravessam uma crise acreditam não ter opção além de concordar com as exigências do Fundo.¹⁹¹

Em todos os casos, é evidenciado o grande poder dos detentores do poder financeiro diante dos detentores do poder político, que, no geral, são eleitos diretamente pelo povo.

¹⁹⁰ HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s*, 1996: 131-135.

¹⁹¹ STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 95.

Evento 3: a reunião do G-7D para organizar a convocação dos grandes bancos do G-7

Larry Summers, do Tesouro norte-americano, no dia 22 de dezembro de 1997, convocou os membros do G-7D (os suplentes do G-7), através de uma teleconferência, com vistas a convocar os demais países do grupo a acionar o *bail-in* – já em andamento nos Estados Unidos. Segundo Blustein, Summers informou aos membros do G-7D que:

o Fed de Nova York estava contatando os grandes bancos [norte-] americanos sobre a conveniência de refinanciamento da dívida da Coreia do Sul, e os Estados Unidos solicitavam aos demais membros do grupo que fizessem o mesmo num esforço para o *bail-in* dos credores da Coreia do Sul.¹⁹²

No dia 23 de dezembro, o G-7D e o vice-diretor do FMI Stanley Fischer prepararam um comunicado para ser encaminhado aos representantes dos principais bancos credores da Coreia do Sul instalados nos países do G-7. O comunicado informava que *o FMI, a Coreia do Sul e um certo número de países industrializados tinham chegado a um acordo sobre um novo plano*.¹⁹³ O novo acordo consistia na aceleração do desembolso de 2 bilhões de dólares do FMI que ocorreria no dia 30 de dezembro, juntamente com a liberação de 2 bilhões do Banco Mundial e 3 bilhões do Banco Asiático de Desenvolvimento. E a “segunda linha de defesa”, que tinha sido negada pelos Estados Unidos antes das eleições presidenciais na Coreia do Sul, agora seria disponibilizada, no valor de 8 bilhões de

¹⁹² BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 205. Como já citado, os membros do governo alemão, sempre foram favoráveis ao *bail-in* e críticos das soluções baseadas no envio de pacotes de socorro aos países em crise. Juntamente com eles, estavam: Michael Mussa, o principal economista do FMI e chefe do Departamento de Pesquisas; os dois mais altos cargos do FMI e o diretor da Divisão de Finanças Internacionais do Fed, Edwin “Ted” Truman. Nessa linha, o representante da Alemanha no G-7D, Jurgen Stark, apoiava a idéia, pois *esse tipo de ‘envolvimento do setor privado’ era exatamente o que os alemães vinham defendendo*.¹⁹² Porém, a exigência de Stark era que todos os bancos fossem tratados igualmente. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 200.

¹⁹³ *Idem. Ibidem.*

dólares, que incluía uma parcela dos Estados Unidos e de outros países ricos.¹⁹⁴ E, em retorno do resgate, a *Coréia do Sul* apressaria a implementação de várias reformas já prometidas e efetuará outras.¹⁹⁵

Segundo a descrição de Blustein, a negociação não foi fácil. Vários banqueiros *quiseram saber por que os bancos de investimento de Wall Street não tinham sido incluídos na jogada [e] outros se queixavam de que tudo tinha sido deixado para a última hora.*¹⁹⁶ Porém, o resultado final foi conseguido.

A operação efetuada contou com uma forte intervenção dos bancos centrais do G-7 juntamente com o setor privado, demonstrando que, em se tratando de evitar um colapso de proporções maiores e, em se tratando de resgatar um país que já havia se enquadrado aos interesses do complexo “Wall Street-Tesouro norte americano”, todos os esforços para estancar a saída de capitais passariam a valer à pena e as teses minimalistas de ação estatal podiam ser deixadas de lado. Após os encontros, a maioria dos bancos credores dos países do G-7 interrompeu a fuga de capitais na Coréia e refinanciou suas dívidas. Porém, tal operação foi feita sob forte controle:

Para garantir que [o *bail-in*] seria mesmo feito, e para evitar logros, o FMI e os bancos centrais dos países ricos criaram um sistema de monitoramento, supervisionado por Matthew Fischer, do Fundo, e Ted Truman, do Fed. Para o desenrolar da operação era essencial a massa de dados acumulada minuciosamente pelo grupo do FMI de acompanhamento do esvaziamento das reservas e pelas equipes do Banco da Coréia. Os dados mostravam quanto cada um dos bancos sul-coreanos devia aos credores estrangeiros, a que instituição financeira estrangeira o dinheiro era devido, e quando era o vencimento da dívida. Todos os dias, o FMI enviava aos bancos centrais do G-7 e de outros países ricos um relatório indicando quais bancos dos respectivos países tinham refinanciado os empréstimos. Cada banco central também recebia um relatório sobre o que outros países estavam fazendo. Altos funcionários do Ministério das Finanças e do banco central – nos Estados Unidos, Rubin [secretário do Tesouro dos EUA] e seus colaboradores – tinham de telefonar diariamente para os executivos dos

¹⁹⁴ Segundo Blustein, o desembolso nunca ocorreu. BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 205.

¹⁹⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁹⁶ *Idem.* 206.

bancos que estavam se mostrando relutantes a fim de **reiterar a advertência de que a inadimplência da Coreia do Sul poderia ter conseqüências catastróficas.**¹⁹⁷ (grifo meu)

As conseqüências da crise para a Coreia do Sul: ampliação de poder de classe, política de contenção e impulso desestabilizador

No ano seguinte após a crise, o PIB da Coreia do Sul encolheu 7 por cento, o salário dos trabalhadores diminuíram 10 por cento após ajuste com a inflação, e a taxa de desemprego – num país onde a tradição era o emprego ser mantido a vida inteira – subiria para 9 por cento.¹⁹⁸

Se, ao longo da descrição do processo de negociação da solução da crise na Coreia do Sul, o “impulso desestabilizador” dos Estados Unidos foi mencionado algumas vezes, a “restauração do poder de classe”, ou a “manutenção de um poder de classe” (ou do “complexo Wall Street-Tesouro”) pode ser mencionada quando analisada as suas conseqüências: seja do ponto de vista do preço pago pela classe de trabalhadores assalariados, seja do ponto de vista da “política de contenção”, ou seja, da interrupção do ritmo de crescimento da Coreia do Sul –a despeito de que a economia tenha voltado a se recuperar depois.

No final, segundo Blustein, o saldo da crise da Coreia do Sul foi positivo para os banqueiros e negativo para os trabalhadores assalariados. Os bancos internacionais acabaram “se saindo bem” pois, no dia 28 de janeiro de 1998, após um mês de intensas negociações, os acordos feitos entre os bancos e as autoridades sul-coreanas, foram bem favoráveis aos primeiros:

Os bancos chegaram a um amplo acordo com as autoridades sul-coreanas para o refinanciamento de 22 bilhões de dólares de empréstimos bancários a curto prazo. Em troca, receberam um montante equivalente em títulos, com garantia integral do governo. Além do mais, esses títulos proporcionavam rendimentos atraentes – 2,25 por cento acima da LIBOR (taxa interbancária cobrada pelos bancos de Londres) no caso de títulos de um ano; 2,5 por cento acima

¹⁹⁷ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 207-208.

¹⁹⁸ *Idem*: 127.

da LIBOR para títulos de dois anos; e 2,75 por cento para títulos de três anos.¹⁹⁹

Porém, segundo Blustein, *o povo sul-coreano não teve tanta sorte, sobretudo o milhão e meio que se viu sem emprego em 1998.*²⁰⁰ Após o “enquadramento” da Coréia do Sul, *nos primeiros quatro meses de 1998, a moeda e os mercados da Tailândia, começaram se recuperar.*²⁰¹

¹⁹⁹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 208.

²⁰⁰ *Idem. Ibidem.*

²⁰¹ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 231.

Conclusão

Um primeiro comentário a ser lançado a respeito da pesquisa realizada é de que ela é datada. A atuação do FMI e de características do sistema político e econômico mundial foram estudados no período que vai da “estrutura para a ação” (Cox) que vai de 1976 a 1997. Portanto, muitas das análises e conclusões feitas em relação às crises econômicas, à atuação dos Estados Unidos, do FMI, etc, podem ou não ser verificadas em períodos anteriores ou futuros, visto que, conforme Cox argumentou, no método da teoria crítica nas relações internacionais as “estruturas para a ação” variam no tempo e o objeto da teoria crítica seria entender essa mudança. Logo, faz-se necessário, sempre que uma análise voltada para uma determinada época venha a ser utilizada para a compreensão de eventos de outra época, inserir no estudo, as mudanças ocorridas na “estrutura para ação”.

Com base nas análises expostas na dissertação é possível se tirar algumas conclusões a respeito da atuação do Fundo Monetário Internacional no final do século XX e sua possível relação com: o “impulso desestabilizador da hiperpotência”, segundo Fiori; a política de contenção econômica dos demais países, segundo Serrano; e a restauração de um poder de classe, segundo Harvey. Para tanto, algumas considerações serão feitas em cada um dos casos analisados.

Os casos do Reino Unido (1976) e França (1981-1984)

Os casos do Reino Unido e da França não pareceram contribuir diretamente com a avaliação da relação do FMI com o impulso desestabilizador da hiperpotência, a política de contenção ou a restauração de um poder de classe. Porém, contribuíram com dados de grande importância para a compreensão da dinâmica política durante as crises econômicas. Além de terem contribuído com a análise de aspectos relativos ao “enquadramento” de dois países do centro do capitalismo, às reformas neoliberais.

Um ponto importante a ser destacado nos casos do Reino Unido e da França é que essa submissão a reformas austeras, propostas pelo FMI ou pelo sistema financeiro internacional como um todo, não foi uma exclusividade de países em desenvolvimento. Porém, o que ocorreu no Reino Unido em 1976 e na França no início dos anos 1980, só veio ocorrer nos países periféricos a partir dos anos 1980 (com as crises das dívidas externas) e dos anos 1990 (com as crises financeiras). Fato este que deu a impressão de que tal submissão só tivesse ocorrido com os países “em desenvolvimento”. Nessa linha, diz Maria da Conceição Tavares, já em 1984:

Até 1981, os japoneses mantiveram possibilidades reais de fazer uma política monetária autônoma e resistiram à adoção de políticas neoconservadoras apoiadas no receituário monetarista. Vários outros países como a França, a Áustria, o norte da Europa e até mesmo o Brasil, tentaram resistir ao alinhamento automático da política econômica interna. Todos tinham claro de 1979 a 1981 que não era para alinhar, mas apesar disso todos foram sendo submetidos. Todos os países do mundo, quaisquer que sejam seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores, etc. – estão praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxas de juros, política monetária e política fiscal. Eu repito, todos. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e das taxas de juros passa a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia [norte-] americana.¹

O caso do Reino Unido

No caso do Reino Unido, com base na análise de Eric Helleiner, o FMI aparece como um intermediário entre o governo do Partido Trabalhista britânico, e as forças ligadas ao pensamento monetarista ou neoliberal já nos anos 1970 – estando os governos dos Estados Unidos e a Alemanha ocidental também inseridos nesse processo. O FMI, no caso britânico, aplica o sistema de pacotes de socorro em troca de reformas “austeras”. O mesmo procedimento que seria aplicado aos países em desenvolvimento ao longo dos anos 1980 e 1990. Do ponto de vista político, o Partido Trabalhista britânico não aderiu ao pacote do Fundo de forma

¹ TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana e seu impacto sobre a América Latina, 1985: 42.

espontânea, pois membros do seu gabinete se organizaram em torno da “Estratégia Econômica Alternativa” –AES. Porém, acabaram cedendo por receio das conseqüências piores que aconteceriam caso não aceitassem adotar as reformas propostas pelo Fundo.

Esta adesão às reformas austeras para evitar algo pior, esteve presente nos diversos casos presentes na pesquisa. Um padrão que pode ser sintetizado na frase de Robert Keohane: “adapte-se ou morra”, referindo-se ao processo de globalização nos anos 1980-1990.²

O caso da França

O caso da França apresentou um processo político de resistência e capitulação muito similar ao processo ocorrido no Reino Unido, porém sem ter tido a presença do FMI, fato este que aponta para um aspecto estrutural do sistema, que será mencionado a seguir.

Assim como no Reino Unido, o governo socialista de François Mitterrand também procurou resistir às reformas austeras. Enquanto o Partido Trabalhista britânico apresentou a AES como alternativa, o Partido Socialista procurava implementar, sem sucesso, o projeto “keynesiano-expansionista”, contido no programa de governo do Partido Socialista francês. Assim como no Reino Unido, o Partido Socialista também ficou dividido entre as duas alternativas. Porém, no caso francês, Mitterrand procurava enfatizar que, parte dessa pressão externa, dizia respeito a sua “política pró-Europa”, ou seja, uma política que buscava integrar a França no Sistema Monetário Europeu e, conseqüentemente, nas Comunidades Européias.

No que tange o caso francês, a conclusão que pode ser tirada é que a submissão dos governos às reformas neoliberais austeras se deu sem a presença do FMI, mas sim sob a pressão de um outro poder: o poder financeiro.

² *Apud* FIORI, J. As palavras e as coisas, 2001: 29.

Poder este que, como diversos autores apontaram (Chesnais, Goodman, Harvey, Helleiner, Braga),³ após o rompimento dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods em 1971 e a conseqüente adoção do sistema de taxas de câmbio flexíveis, foi bastante aumentado diante do poder político. Apenas para citar dois desses autores, segundo Harvey.

A ruptura, em 1971, do acordo de Bretton Woods – de fixação do preço do ouro e da convertibilidade do dólar – foi um reconhecimento de que os Estados Unidos já não tinham condições de controlar sozinhos a política fiscal e monetária do mundo. A adoção de um sistema de taxa de câmbio flexível em 1973 (...) assinalou a completa abolição de Bretton Woods. Desde aquela época, todas as nações-Estado dependem do disciplinamento financeiro, realizado graças aos efeitos do fluxo de capital (como o testemunha a reviravolta da política do governo socialista francês diante da forte fuga de capitais depois de 1981) ou de medidas institucionais diretas. A concessão britânica, sob um governo trabalhista, a medidas de austeridade ditadas pelo Fundo Monetário Internacional para que o país tivesse acesso ao crédito em 1976 foi uma simples admissão do **poder financeiro externo** sobre a **política interna** (...) É verdade que o equilíbrio entre **poder financeiro** e **poder do Estado** sob o capitalismo sempre fora delicado, mas o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o **fortalecimento do capital financeiro**.⁴ (grifo meu)

E segundo Goodman:

Domestic institutions, rather than international economic pressures, are thought to determine the type and content of domestic policies. In the area of monetary policy, I argue, this assumption has become less and less credible. The integration of the world's capital markets, driven by a combination of technological change and financial innovation, has increasingly constrained the ability of central banks to set and implement their own monetary policies. While states have retained their **monetary sovereignty** –that is, their legal and political supremacy in monetary matters– they have progressively lost their **monetary autonomy**.⁵ We cannot,

³CHESNAIS, F. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos, 1998: 25. GOODMAN, J. Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe, 1992: 5. HARVEY, D. Condição pós-moderna, 1992: 155-156. HELLEINER, E. States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s, 1996: 144. BRAGA, J. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1998: 239.

⁴ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*, 1992: 155-156.

⁵ Goodman define “soberania”, “autonomia monetária” e “independência”, da seguinte forma: “‘Sovereignty’ refers to the legal and political authority that makes the state supreme in its domain. ‘Monetary autonomy’ means that a state is able to set and maintain a monetary policy which is not driven by international markets or exchange rate regimes. ‘Independence’ describes the degree of freedom enjoyed by the central bank in relation to its government.” GOODMAN, J. *Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe*, 1992: 5.

therefore, simply concentrate our attention on central banks in their **domestic settings**; rather, if we are to understand the choices and actions of central banks, we must also consider the effects of **deepening interdependence** and how central banks responded to that trend. Since the collapse of Bretton Woods, financial integration has created increasing pressure for monetary convergence in the European Community (EC).⁶ (grifo meu)

Isto porque, no sistema de taxas de câmbio flexíveis, os governantes acabavam não podendo adotar políticas que não agradassem aos investidores, uma vez que estes, temendo uma diminuição das suas margens de lucro, iniciavam um processo de retirada de seus investimentos dos países em questão levando a uma desvalorização da moeda nacional, que por sua vez levava ao “círculo vicioso” de inflação, etc. como indicou Helleiner.⁷

A atuação do FMI no caso da dívida externa latino-americana

A análise do caso da dívida externa latino-americana fornece informações importantes a respeito do impulso desestabilizador, da política de contenção e da restauração de um poder de classe. Porém, nesse caso, o impulso desestabilizador não seria apenas fruto da ação do governo dos EUA ou fruto da atuação do FMI, mas também da atuação dos grandes bancos norte-americanos, que, dentro das “estruturas históricas” de Cox, representariam uma força social de alcance internacional.

⁶ Tradução minha: “Instituições domésticas, e não pressões econômicas internacionais, são consideradas como as que determinam o tipo e o conteúdo das políticas domésticas. Na área da política monetária, eu argumento, essa perspectiva se tornou cada vez menos confiável. A integração dos mercados de capital mundial, dirigidas por uma combinação de mudança tecnológica e inovações financeiras, tem restringido crescentemente a habilidade dos bancos centrais em determinar e implementar suas próprias políticas monetárias. Enquanto os Estados mantiveram sua **soberania monetária** – isto é, sua supremacia legal e política em assuntos monetários – eles perderam progressivamente sua **autonomia monetária**. Nós não podemos, entretanto, simplesmente concentrar nossas atenções, com relação aos bancos centrais, nas suas decisões domésticas; ao invés disso, se quisermos entender as escolhas e ações dos bancos centrais, devemos também considerar os efeitos do **aprofundamento da interdependência** e como os bancos centrais responderam a esse processo. Desde o colapso de Bretton Woods, a integração financeira criou pressões crescentes para a convergência monetária na Comunidade Européia.” GOODMAN, J. *Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe*, 1992: 5.

⁷ HELLEINER, E. States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990s, 1996: 123.

O impulso desestabilizador dos Estados Unidos (e a conseqüente política de contenção econômica) em relação à América Latina pode ser ilustrado em diversas medidas adotadas por esse país no período: (1) os EUA não controlaram o grande volume de empréstimos aos países latino-americanos feito pelos seus grandes bancos –tendo tomado tal iniciativa somente em 1983, quando a crise da dívida externa já havia iniciado e quando o FMI já estava atuando na região; (2) os EUA conduziram os países latino-americanos a passarem a pegar empréstimos dos bancos privados (a taxa de juros flexíveis ou pós-fixadas) e não mais empréstimos bilaterais (de governo para governo e a taxa de juros fixas). Essa atitude possibilitou que os EUA conquistassem um poder crescente sobre o continente, a partir de 1973, visto que qualquer alteração na sua taxa de juros iria afetar o volume das dívidas latino-americanas.

Quanto ao impulso desestabilizador do FMI no processo, pode ser destacado sua atuação no sentido de propor pacotes de reformas austeras, com “metas impossíveis de serem cumpridas” –segundo a visão de Belluzzo e Mello,⁸ e também compartilhada por Biggs⁹– que acabava por justificar a suspensão de empréstimos, toda vez que era observado o seu não-cumprimento por parte dos países devedores. Era criado todo um ciclo no processo de renegociação da dívida externa, que mantinha o processo inconcluso, com vistas à manutenção de um controle político da região acompanhado de uma extração de recursos do continente.¹⁰

A característica relacionada à política de contenção do FMI pode ser destacada nas suas propostas de reformas políticas inflexivelmente recessivas que muitas vezes nada tinham a ver com seus objetivos declarados de melhorar as contas externas dos países endividados, como mostram as análises de Bacha e

⁸ BELLUZZO, L. e MELLO, J. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 12.

⁹ BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 18.

¹⁰ BITAR, S. Prefácio. In: *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 14. BIGGS, G. *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*, 1987: 19. BELLUZZO, L. e MELLO, J. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 10.

Mendoza; e Belluzzo e Mello.¹¹ Processo este que era somado às suspensões do envio dos resgates que também tinham efeitos na economia dos países endividados.

Quanto à relação do FMI com a restauração de um poder de classe, pode ser chamada atenção ao fato de que o Fundo intermediou uma negociação onde os custos, segundo Biggs, foram computados apenas para os países devedores, sem ônus para os grandes bancos ou países credores. Essa perspectiva é reforçada pelos dados referentes ao fluxo de capital durante o processo de renegociação das dívidas externas dos países pobres para os países ricos no, já citado valor equivalente aos “cinquenta Planos Marshall”, segundo Stiglitz. Tal processo pode representar um dos mecanismos de “restauração de um poder de classe”, efetivado através de mecanismos de “acumulação via desapropriação”. Sendo, nesse caso, representada pela classe, ou força social, dos grandes bancos norte-americanos.

A perspectiva histórica de Biggs, a respeito do tratamento dados aos países devedores em outros casos de crises de pagamentos de dívidas externas, ao longo da história, demonstra também que o tratamento dado à América Latina na década de 1980 não respeitou a capacidade de pagamento dos países do continente, levando a um quadro de estagnação econômica e de piora na qualidade de vida da população durante a chamada “década perdida”.

As crises asiáticas

A respeito das crises asiáticas como um todo, o impulso desestabilizador do FMI pode ser associado a sua postura nos anos 1990 inflexivelmente pró-liberalização, pró-desregulação, pró-abertura comercial, e, até mesmo, pró-risco, como demonstrou o discurso de Michel Camdessus (citado no capítulo 5), em setembro de 1997, durante a assembléia anual conjunta do FMI e do Banco Mundial. A questão que se coloca aqui é que, após ter defendido políticas de

¹¹ BACHA, E. e MENDOZA, M. O FMI e o Banco Mundial: um memorando latino-americano, 1985: 31-33. BELLUZZO, L. e MELLO, J. *FMI X Brasil. A armadilha da recessão*, 1983: 12.

liberalização e desregulação (que davam mais poder aos detentores do grande capital internacional, em outras palavras, aos “mercados”) o Fundo acabou se deparando por situações de crise em que não conseguia conter a fuga de capital dos países, mesmo quando os governos destes optavam por adotar as reformas contidas nas condicionalidades propostas em troca dos seus pacotes de socorro.

Os pacotes de socorro, numa perspectiva geral, como analisados no capítulo dois, também podem associar a atuação do FMI ao impulso desestabilizador, pois tais pacotes pareciam, na prática, estimular novas fugas de capital, uma vez que tais recursos eram utilizados para assegurar o compromisso dos países resgatados com os seus respectivos credores. Processo este que pode ser associado também a um padrão de ação que auxilia no mecanismo de “restauração-manutenção-ampliação de um poder de classe”, que, no caso, seriam os credores (grandes bancos, instituições financeiras, etc.).

As reformas austeras do FMI também associam essa instituição à restauração de um poder de classe, visto que, como apontou Stiglitz, o mecanismo de imposição da elevação da taxa de juros a níveis muito altos, acabava por favorecer os financistas (com o aumento dos lucros das aplicações financeiras) e a prejudicar os trabalhadores assalariados (com os efeitos recessivos na economia que levam ao aumento do desemprego).¹²

O caso da Tailândia

No caso da Tailândia a atitude dos EUA, pôde ser associada a um impulso desestabilizador, na medida em que eles se demonstraram descontentes com a solução da crise como fruto da conferência ocorrida em Tóquio, em 11 de agosto de 1997,¹³ que reuniu os países que estavam dispostos a resgatar a Tailândia. Esse descontentamento era devido: (1) ao destaque que a conferência viria a dar ao

¹² STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*, 2002: 265-266.

¹³ BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002: 90-91.

Japão; (2) ao enfraquecimento da posição de liderança dos EUA na região; (3) e o enfraquecimento do próprio FMI –que atuava sob forte influência e controle dos EUA.

A oportunidade de manutenção da crise veio, com o acionar do impulso desestabilizador através da revelação do segredo das reservas internacionais do Banco da Tailândia. Nesse momento os quadros do Fundo se mostraram, segundo a análise de Blustein, contrários à revelação do “segredo” tailandês. Porém, tal informação foi vazada pelo Departamento do Tesouro norte-americano e levou a uma reinstalação da crise ao reativar a insegurança dos “mercados” no país. Nesse caso, a disputa ocorreu entre os quadros do FMI e os quadros do Tesouro norte-americano. Quem venceu foi o segundo.

Portanto, o caso da Tailândia aponta, pelo menos com base em todas as informações obtidas na pesquisa de Blustein, para uma ação do FMI, durante a crise, que ia de encontro com o “impulso desestabilizador da hiper-potência”. Nesse caso e nessa circunstância o Fundo acaba por contrariar, em parte, a hipótese levantada no início da dissertação.¹⁴

O caso da Coreia do Sul

No caso da Coreia do Sul é possível se chegar à mesma conclusão que no caso da Tailândia, no que diz respeito à relação do FMI com o impulso desestabilizador dos EUA. Tal conclusão pode ser ilustrada em três momentos e em dois posicionamentos do FMI. O primeiro, diz respeito à posição do Fundo contrária ao

¹⁴ Nem sempre o FMI se posicionou favoravelmente aos interesses dos EUA, que tiveram seus interesses contrariados frente a uma posição do Fundo em 1979. Segundo Tavares: “Na reunião mundial do FMI de 1979, Mr. Volcker, presidente do Fed, retirou-se ostensivamente, foi para os EUA e de lá declarou ao mundo que estava contra as propostas do FMI e dos demais países membros, que tendiam a manter o dólar desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional. Volcker aduziu que o FMI poderia propor o que desejasse, mas os EUA não permitiriam que o dólar continuasse desvalorizado tal como vinha ocorrendo desde 1971 e em particular depois de 1973 com a ruptura do Smithsonian Agreement. A partir desta reviravolta, Volcker subiu violentamente a taxa de juros interna e declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda norte-americana iria ser restaurada. Esta diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão contínua por três anos.” TAVARES, M. A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 33.

não-pagamento, pelos Estados Unidos, da “segunda linha de defesa” integrante do pacote de resgate internacional coordenado pelo Fundo à Coréia do Sul. O segundo momento diz respeito à resistência e contrariedade que diversos quadros do Fundo demonstraram –pelo menos, segundo os dados fornecidos pela pesquisa de Paul Blustein– ao lerem as reformas impostas pelos membros do Tesouro dos Estados Unidos à Coréia do Sul, que nada tinham a ver com a recuperação da confiança dos “mercados” na economia do país, e que, pareciam atender aos interesses, não apenas dos EUA, mas também dos grandes investidores, ou, Wall Street – como citado no capítulo 6. E o terceiro momento, diz respeito à posição favorável dos quadros do FMI (incluindo Michel Camdessus e Stanley Fischer, os mais altos cargos da instituição) em relação a adoção do *bail-in* para a solução da fuga de capitais da Coréia do Sul, que foi negada por Greenspan (do Fed) e pela maioria dos integrantes do G-7D, com a exceção do representante da Alemanha, Jurgen Stark. Solução esta que veio a se confirmar eficaz.

O caso da Coréia do Sul ressalta o impulso desestabilizador norte-americano e os diversos mecanismos utilizados por autoridades do governo deste país em busca de benefícios de determinados setores da sociedade, como por exemplo, os de Wall Street. No caso da Coréia, o impulso desestabilizador dos Estados Unidos pode ser identificado (como já citado) no não-envio da segunda linha de defesa (que catalisou a continuação da fuga de capitais após o vazamento de informação da fragilidade das reservas internacionais sul-coreanas para a imprensa) e na resistência em realizar o *bail-in*.

A hipótese que foi levantada na pesquisa é a de que os Estados Unidos demonstraram poder suficiente (juntamente com a ação dos “mercados”) para: (1) manter a crise até o momento em que a eleição presidencial na Coréia tivesse sido realizada e o novo presidente tivesse confirmado que iria adotar todas as reformas propostas pelo Tesouro dos EUA (via FMI); (2) e para finalizar a crise, via *bail-in*, após conquistado seus objetivos. O que estava em jogo, não eram os diversos argumentos levantados por setores do governo norte-americano nos dois

momentos¹⁵ referentes ao não-envio da segunda linha de defesa ou ao acionamento do *bail-in*, mas sim as reformas a serem adotadas na Coreia do Sul que, por sua vez, estavam intrinsecamente conectadas à eleição presidencial sul-coreana a ser realizada no dia 18 de dezembro de 1997.

Como dito no início do capítulo dois, apenas se ater aos argumentos utilizados por certos atores no mundo da política e da economia, é não ver “além das cortinas de fumaça”.

Uma consideração a respeito da economia política internacional do final do século XX e do FMI que pode ser feita, diz respeito às informações obtidas ao longo da pesquisa que apontam para o FMI, não como uma instituição autônoma, mas sim fortemente hierarquizada e que atua conforme interesses que vem de um poder situado fora de seus quadros. Essa forte hierarquia interna seria uma ferramenta importante para que a instrumentalização do Fundo seja efetivada de modo a atender a comandos ou posicionamentos que venham a partir de poderes acima dos mais altos cargos da instituição: como o G-7D, o departamento do Tesouro dos EUA, Wall Street, etc. O Fundo seria como um soldado obedecendo a ordens de seus superiores, como foi bem demonstrado na descrição de Paul Blustein a respeito do processo de negociação durante a crise da Coreia do Sul. Nesse caso, para entender a atuação dessa instituição, seria necessário entender quais são os interesses dessas forças acima do FMI. E, dentro dessa análise, é importante apontar que, o fato dos quadros do FMI acreditarem ou não que as políticas que propuseram aos países, iriam realmente ou não, solucionar seus problemas de credibilidade frente ao mercado, não foi objeto de estudo da pesquisa, que se voltou para uma análise da estrutura hierárquica na qual as “ordens” e a “ações” eram executadas, e dos interesses nos quais os integrantes do topo dessa estrutura visavam atender.

¹⁵ Como o argumento da reação negativa do congresso, diante da possibilidade de socorro à Coreia do Sul, no caso do envio da segunda linha de defesa; ou da interferência no setor privado por parte do governo, como sendo uma atitude contrária aos princípios liberais norte-americanos, como no caso do acionamento do *bail-in*.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, não se verificou exatamente o argumento de Blustein de que os “patrões políticos” do FMI tenham sido os “suplentes do G-7”, o G-7D, que “atuariam por trás dos bastidores”. Tais suplentes representam os interesses de seus governos e muitas vezes divergiam entre si. E, além disso, tal perspectiva não insere a questão das classes ou forças sociais de alcance internacional, como Wall Street, por exemplo. Nesse sentido, a visão do grande poder do “complexo Wall Street-Tesouro dos EUA”, segundo Bhagwati, parece ter sido mais coerente com os fatos, do que a simples associação do poder por trás do FMI como sendo dos suplentes do G-7D.

Isso pode ser confirmado com o grande poder que os detentores do poder financeiro passaram a exercer sobre todo o mundo. Poder este, intensificado a partir de 1971, com o fim da paridade dólar-ouro e demais mudanças ocorridas no sistema monetário financeiro internacional. Ocorre, a partir de então, um aumento do poder financeiro frente ao poder político, ou seja, dos representantes eleitos diretamente pelo povo, sejam eles de países periféricos, ou do centro do sistema capitalista mundial. Nesse sentido, diz Fiori:

Este mesmo dilema pode ser olhado desde uma outra ótica, a do *veredicto dos mercados*, (...), exercido de forma mais rápida e implacável, mesmo no caso dos governos das economias avançadas. Em síntese, o que vem se observando em todo o mundo [em 1996] é que a nova geopolítica monetária, combinada com a grande concentração dos centros de decisão sobre investimentos, transformou a capacidade de retaliação destes centros de poder no fundamento último da soberania em relação às políticas econômicas dos Estados capitalistas incluídos no processo da globalização.¹⁶

É nesse quadro que, segundo Fiori, em todos os países que realizaram *adesão periférica ao processo de globalização*, simultaneamente com planos de estabilização, *surgiu um fenômeno: os presidentes ficaram levemente decorativos*.¹⁷ Nesse sentido, Fiori explica que, *como o comando econômico obedece a uma estratégia global, resta uma estreita margem para os presidentes e*

¹⁶ FIORI, J. L. Globalização e democracia, 1996: 235-236.

¹⁷ *Idem*: 235.

*as políticas nacionais.*¹⁸ Fato este que não foi uma exclusividade dos países periféricos, mas também esteve presente em países europeus, como França ou Espanha.¹⁹ Com isso, afirma Fiori, referindo-se ao mundo dos anos 1990: *não vivemos num mundo em que é preciso depor ou eleger um presidente, pois se encontrou um meio de esterilizá-los.*²⁰ Isso ocorre, visto que, segundo Fiori, *um ataque especulativo, pelo lado dos mercados financeiros, hoje, seria capaz de destruir um governo e uma economia nacional em muito poucas horas, como vimos no caso mexicano [de 1994-1995].*²¹ (grifo meu)

Fiori cita então o megaespeculador húngaro-norte-americano, George Soros, falando sobre o significado político da globalização financeira, e da relação dos mercados globais e financeiros com os Estados nacionais e as políticas públicas: *os mercados hoje votam todos os dias; eles são os que forçam os governos a adotar medidas impopulares, mas indispensáveis. Hoje são os mercados que têm o verdadeiro sentido do que seja o Estado.*²² Nessa mesma linha, outra frase citada logo a seguir por Fiori, durante uma greve estudantil em dezembro de 1994, o ministro de Educação da França disse aos estudantes:

Se eu lhes der mais professores e verbas, que é o que vocês querem, saibam de uma coisa: estarão abalando a credibilidade das contas públicas francesas e, por conseguinte, a saúde do franco e, por conseguinte, estarão abalando a credibilidade da economia francesa no mundo.²³

Antônio Celso Alves Pereira sintetiza o quadro político mundial da Guerra Fria, onde de um lado estavam os “impérios nucleares” (os Estados Unidos e a União Soviética) e do outro, os seus “reféns” (os demais países).²⁴ Assim como essa referência pode sintetizar em poucas palavras o quadro político mundial básico desse período da história, é possível fazer um paralelo com o período estudado –da

¹⁸ FIORI, J. L. Globalização e democracia, 1996: 235.

¹⁹ *Idem. Ibidem.*

²⁰ FIORI, J. L. O papel é decorativo, 1995: 119.

²¹ FIORI, J. Neoliberalismo e políticas públicas, 1995: 220.

²² *Idem:* 220-221.

²³ *Idem:* 221.

²⁴ PEREIRA, A. *Os impérios nucleares e seus reféns*, 1984.

chamada “globalização”– onde os governos dos diversos países não mais eram reféns dos “impérios nucleares”, mas se tornaram reféns dos “mercados” ou dos detentores do poder financeiro e do seu “impulso desestabilizador”.

Referências Bibliográficas

- AITH, M. A nova doutrina americana. *Folha on line*. 29/10/2002. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u155.shtml> acesso em 29/11/2007.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o FMI de 1944 a 2002: um relacionamento feito de altos e baixos. *Revista História Hoje*. Volume 1. Número 1. Julho 2003. www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n1/brasilfmi.htm acesso em 06/11/2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso século*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 4 ed.
- ARRUDA, MARCOS. *Dívida E(x)terna. Para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BACHA, Edmar Lisboa e MENDOZA, Miguel Rodriguez. O FMI e o Banco Mundial: um memorando latino-americano. In: BACHA, Edmar Lisboa e MENDOZA, Miguel Rodriguez (org.). *Recessão ou crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Controle de capitais: um bem necessário? www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim1/01-pedropauloalok.pdf acesso em 05/05/2006.
- BATISTA, Paulo Nogueira *et al.* *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira *et al.* (org.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994: 99-144.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello *et al.* *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Gazeta Mercantil S.A., 1983.
- _____. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.: 151-193.
- BENJAMIN, César *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BERGER, P. *Perspectivas sociológicas – uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BIGGS, Gonzalo. *A crise da dívida externa latino-americana e alguns precedentes históricos*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BITAR, Sérgio. Prefácio. In: BIGGS, Gonzalo. *A crise da dívida externa latino-americana e alguns precedentes históricos*. São Paulo: Paz e Terra, 1987: 11-16.
- BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*, 2002:
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.: 195-242.
- CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000, 3 ed.: 287-326.
- CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli (org.) *Auditoria da dívida externa: questão de soberania*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

CARVALHO, Fernando Cardim. Políticas econômicas para economias monetárias. In: LIMA, G. T. e SICSÚ, J. (org.) *Macroeconomia moderna. Keynes e a economia contemporânea*. São Paulo: CAMPUS, 1999. 2ª ed.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de e SICSÚ, João. Controvérsias recentes sobre controles de capitais.

www.desempregozero.org.br/ensaios/controversias_recntes_sobre_controles_de_capitais.pdf acesso em 05/05/2006.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* *Economia brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

COX, Robert W. e SINCLAIR, Timothy J. *Approachs to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). [1983] *Gramsci, historical materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993: 49-66.

_____. Structural issues of global governance: implications for Europe. [1991] In: GILL, Stephen (ed.). *Gramsci, historical materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993: 259-289.

_____. *Production, power, and world order. Social forces in the making of History*. Nova York: Columbia University Press, 1987.

_____. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory. [1981] In: KEOHANE, Robert (ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986: 204-254.

CUNHA, A. Liberalização econômica, crise financeira e reformas estruturais: a experiência asiática sob a perspectiva latino-americana, s/d. DECON / UFRGS, Porto Alegre, Abril 2004. <http://www.ufrgs.br/decon/publidiscussao.htm> acesso em 5/12/2007.

FIORI, J. *O poder global. E a nova geopolítica das nações*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

_____. Estranha forma de governar o mundo, 2007. *Valor Econômico*. 28 de março de 2007. <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori280307.pdf> acesso em 2 de dezembro de 2007.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005, 2 ed.: 11-64.

_____. A secessão. In: *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001. 2 ed.: 13-24.

_____. Lições que vêm da Ásia [1998]. In: *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001. 2 ed.: 87-122.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998: 87-147. 6ª ed.

_____. Moedeiros Falsos. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 11-22.

_____. As palavras e as coisas. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 23-32.

_____. O espelho espanhol de FHC [1995]. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 45-58.

- _____. Revolução silenciosa. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 99-114.
- _____. O papel é decorativo [1995]. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 115-124.
- _____. Globalização financeira: a vulnerabilidade das economias nacionais [1996]. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 125-140.
- _____. Neoliberalismo e políticas públicas [1995]. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 211-224.
- GARZON, Luis Fernando Nova. O terrorismo como legenda e caligrafia do poder global. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, nº 76, julho 2003.
- GILPIN, Robert. *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- GIAMBIAGI, Fábio *et al.* *Economia brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GONÇALVES, Reinaldo. *O nó econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção: "Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização". SADER, Emir (org.))
- GOODMAN, John B. *Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1992.
- HART-LANDSBERG, M. e BURKETT, P. Mainstream responses to the East Asian Crisis: a radical interpretation. In: BAIMAN, Ron *et al.* (org.) *Political Economy and Contemporary Capitalism: Radical Perspectives on Economic Theory and Policy*. New York: M.E. Sharpe, Inc., 2000.
<http://www.lclark.edu/~marty/mhlpublishations.htm> acesso em 20/11/2007
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2007.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990's*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1996.
- HIRST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARICHAL, C. Evitando futuras crises da dívida na América Latina: lições da história e algumas propostas. In: CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli (org.) *Auditoria da dívida externa: questão de soberania*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. e SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000, 3 ed.: 119-151.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana – um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.: 15-24.

MELLO, Pedro Carvalho de e SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. *Crises financeiras: análise histórica das crises*. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2004.

METRI, Maurício. O poder financeiro dos Estados Unidos no padrão monetário dólar-flexível.s/d.

www.desempregozero.org.br/artigos/o_poder_financeiro_dos_estados_unidos.pdf. acesso em 21/11/2007.

NETTO, Antônio Delfim. Raposa no galinheiro. *Carta Capital*. São Paulo: Confiança LTDA, nº 319, dezembro de 2004.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. Soberania e Pós-Modernidade. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (org.). *O Brasil e os novos desafios do direito internacional*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; Forense; Cedin, 2004: 619-662.

_____. *Os impérios nucleares e seus reféns*, Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ROTHBERG, Danilo. *O FMI sob ataque. Recessão global e desigualdade entre as nações*. São Paulo: UNESP, 2005.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 2 ed.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005, 2 ed.: 179-222.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais: dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias)*. Volume II. Brasília: IBRI, 2001.

SARKIS, Nicholas. *Le petrole à l'heure árabe*. Paris: Stock, 1975.

SARKIS, Nicholas. Entrevista. A história do petróleo. Documentário. **vídeo**. Canal History Channel. gravado por Leonardo de Amorim Thury em 10/1/2007. Pesquisa de dissertação de mestrado. PPGCP/UFRJ, 2006.

SMITH, Timothy B. *France in crisis: welfare, inequality and globalization since 1980*. Cambridge: University Press, 2006.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, 3 ed.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. [1985] In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.:27-53.

_____. e MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. [1997] In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.: 55-86.

_____. O Dissenso de Washington. In: BATISTA, Paulo Nogueira *et al.* *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994: 67-80.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana e seu impacto sobre a América Latina. [1985] In: HIRST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985: 39-52.

TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a "curta marcha" para a hegemonia. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000, 3 ed.: 155-190.

TORRES Fº, Ernani. Teixeira. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005: 309-346.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *O Descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004 (Coleção: "Os Porquês da Desordem Mundial: mestres explicam a globalização". SADER, Emir (org.))

_____. *A política externa no regime militar brasileiro*. CIDADE: UFRGS, 2005, 1ed.

WADE, R. e VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury- IMF complex, s/d. <http://www.questia.com/read/98684896#> acesso em 10/12/2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Material de Imprensa

CAROS AMIGOS. Entrevista de José Bautista Vidal. São Paulo: Casa Amarela, dezembro de 1997.

http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/bautista.asp acesso em 18/11/2007.

JORNAL ELETRÔNICO LINHA ABERTA. O que é o FMI.

<http://www.cefetsp.br/edu/eso/oquefmi.html> acesso em 28/11/2007.

O GLOBO. Nomeado para o FMI, Strauss-Kahn promete reformas para 'crescimento'. Candidato francês, apoiado pela EU, ficará no cargo por cinco anos, 29/09/2007.

Documentos

SERRA, António de Almeida. O que é o Fundo Monetário Internacional. Curso sobre Políticas Econômicas de Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa / Portugal, 1999.

http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/fmi_1.htm acesso em 28/11/2007

Fundo Monetário Internacional. Ministério das Relações Exteriores. Organismos Financeiros.

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgfin/fmi/index.htm> acesso em 28/11/2007

A história do petróleo. Documentário. **vídeo**. Canal History Channel. gravado por Leonardo de Amorim Thury em 10/1/2007. Pesquisa de dissertação de mestrado. PPGCP/UFRJ, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)